

SANDRA ISABEL CORREIA CAEIRO

ÉVORA-MONTE

CONTRIBUTOS PARA PRESERVAR A AUTENTICIDADE DA SUA IMAGEM

“Esta dissertação não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri.”

Orientador: Professor Doutor Arquitecto José Aguiar

**Dissertação de Mestrado em
Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico
Universidade de Évora**

2005

SANDRA ISABEL CORREIA CAEIRO

ÉVORA-MONTE

CONTRIBUTOS PARA PRESERVAR A AUTENTICIDADE DA SUA IMAGEM



170115

“Esta dissertação não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri.”

Orientador: Professor Doutor Arquitecto José Aguiar

Dissertação de Mestrado em
Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico
Universidade de Évora

2005

AGRADECIMENTOS

Toda esta investigação não teria sido possível sem a colaboração de diferentes técnicos e interessados sobre o estudo do centro histórico de Évora-Monte, assim os mais profundos agradecimentos vão para:

- o Arquitecto José Aguiar, o orientador da dissertação;
- o Professor Virgolino Jorge;
- o Dr. Vítor Saruga;
- a minha família, que sempre apoiou o projecto;
- o Arquitecto Pedro Cid;
- o Dr. António Serrano, da Câmara Municipal de Estremoz e Junta de Freguesia de Évora-Monte;
- a Sra. Teresa Alagoínha, da Junta de Freguesia de Évora-Monte;
- o Dr. Hugo Guerreiro, da Biblioteca Municipal de Estremoz;
- a Dra. Ana Cristina Pais, como técnica responsável pelo Paço e Cerca Medieval de Évora-Monte, no Instituto Português do Património Arquitectónico Português;
- o Dr. Marco Liberato;
- a Arqueóloga Teresa Ramos Costa, responsável pelo levantamento arqueológico da zona envolvente ao Paço realizado em 2004;
- o Sr. Manuel Ribeiro, Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Évora-Monte;
- a Arq. Paisagista Inês Magro; e
- o desenhador Bruno Araújo.

Um especial agradecimento, à Fundação Eugénio de Almeida, que acreditou no projecto e o apoiou através de uma bolsa de estudo.

ÍNDICE GERAL

RESUMO	1
ABSTRACT	2
INTRODUÇÃO	3
1. ESTADO ACTUAL DA INVESTIGAÇÃO	6
2. CULTURA DO LUGAR	
2.1 - Situação e sítio de Évora-Monte	7
2.2 - Resenha histórica	11
2.3 - Evolução socioeconómica e cultural	24
3. DESENVOLVIMENTO URBANO DE ÉVORA-MONTE	31
4. CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO EDIFICADO	
4.1 - Património Arqueológico	45
4.2 - Património Arquitectónico	
4.2.1 – Paço	49
4.2.2 - Igreja Matriz.....	62
4.2.3 – Igreja da Misericórdia	66
4.2.4 – Edifício dos antigos Paços do Concelho	70
4.2.5 – Pelourinho	72
4.2.6 - Edifício onde foi assinada a Convenção de Évora-Monte.....	73
4.2.7 – Edifício do antigo Celeiro Comum	74
4.2.8 – Cisterna Pública.....	76
4.2.9 - Conjuntos arquitectónicos	78
4.2.10 - Cerca Medieval	80
4.2.11 - Ermida de Santa Margarida	90
4.2.12 - Ermida de São Sebastião	91
5. LEITURA DA IMAGEM URBANA DE ÉVORA-MONTE	95
6. AVALIAÇÃO CRÍTICA DO QUE SE FEZ E RECOMENDAÇÕES PARA A SALVAGUARDA DA IMAGEM URBANA DE ÉVORA-MONTE	
6.1 – Registo de intervenções de conservação e restauro em Évora-Monte	
6.1.1 – Intervenções no Paço e Cerca Medieval	114
6.1.2 – Intervenções no núcleo urbano histórico	120

6.2 – Parâmetros de referência e avaliação crítica às intervenções efectuadas face a códigos ético-doutrinários de referência	122
6.3 - Contributos para uma salvaguarda atempada da imagem urbana	142
CONCLUSÕES	146
GLOSSÁRIO	151
BIBLIOGRAFIA E FONTES.....	152

ANEXOS

Anexo 1 – Planta de Ordenamento de Évora-Monte.....	A-1
Anexo 2 – Carta de Foral de Évora-Monte de 1271.....	A-2
Anexo 3 – Carta de Foral de Évora-Monte de 1516.....	A-7
Anexo 4 – Convenção de Évora-Monte.....	A-11
Anexo 5 – Planta Geral do Centro Histórico de Évora-Monte.....	A-12
Anexo 6 – Alçado Nor-Este do Paço de Évora-Monte.....	A-13
Anexo 7 – Alçado Sul-Este do Paço de Évora-Monte.....	A-14
Anexo 8 – Alçado Sul-Oeste do Paço de Évora-Monte.....	A-15
Anexo 9 – Alçado Nor-Oeste do Paço de Évora-Monte.....	A-16
Anexo 10 – Planta do Piso Térreo do Paço de Évora-Monte.....	A-17
Anexo 11 – Planta do Piso –1 do Paço de Évora-Monte.....	A-18
Anexo 12 – Planta do Piso 1 do Paço de Évora-Monte.....	A-19
Anexo 13 – Planta do Piso 2 do Paço de Évora-Monte.....	A-20
Anexo 14 – Planta do Terraço do Paço de Évora-Monte.....	A-21
Anexo 15 – Planta da Cobertura do Paço de Évora-Monte.....	A-22
Anexo 16 – Planta do estado de conservação dos edifícios do centro histórico de Évora-Monte.....	A-23
Anexo 17 – Alçado da Porta do Freixo da Cerca Medieval de Évora-Monte.....	A-24
Anexo 18 – Alçado da Porta do Sol da Cerca Medieval de Évora-Monte.....	A-25
Anexo 19 – Alçado da Porta de São Brás da Cerca Medieval de Évora-Monte.....	A-26
Anexo 20 – Alçado do troço entre a Porta do Sol e a Porta de São Sebastião ou Vila da Cerca Medieval de Évora-Monte.....	A-27
Anexo 21 – Alçado da Porta de São Sebastião ou Vila da Cerca Medieval de Évora-Monte.....	A-28
Anexo 22 – Planta de coberturas dos edifícios do centro histórico de Évora-Monte.....	A-29

Anexo 23 – Planta do edificado no centro histórico de Évora-Monte.....	A-30
Anexo 24 – Planta funcional do centro histórico de Évora-Monte.....	A-31
Anexo 25 – Planta de altimetria do centro histórico de Évora-Monte.....	A-32
Anexo 26 – Plano Geral do Projecto de recuperação e requalificação paisagística da envolvente à Torre / Paço de Évora-Monte.....	A-33
Anexo 27 – Planta Geral do Projecto de sistema de ordenamento de trânsito e estacionamento no centro histórico de Évora-Monte.....	A-34

ÍNDICE DE FIGURAS

2 – Cultura de Lugar

Figura 2.1 – Vista aérea do centro histórico de Évora-Monte (Câmara Municipal de Estremoz).....	7
--	---

3 – Desenvolvimento Urbano de Évora-Monte

Figura 3.1 - Vista Geral de Évora-Monte no século XVII - Desenho de Alain Mannesson Mallet (ALMEIDA, General João de, <i>Roteiro dos monumentos militares portugueses</i> , volume III, Edição do Autor, Lisboa, 1947, p. 231).....	39
Figura 3.2 - Planta do centro histórico de Évora-Monte em 1915 (CARMO, António Maria, <i>Apontamentos para a Monografia de Évora Monte</i> , Tipografia Meridional, Montemor-o-Novo, 1916, p. 26).....	41
Figura 3.3 - Planta actual do centro histórico de Évora-Monte (Levantamento Arquitectónico de Alberto Martinez – IPPAR).....	43

4 – Caracterização do Património Edificado

Figura 4.1 - Alguns exemplares dos achados do Paleolítico Superior em Évora-Monte (ROCHE, J.; RIBEIRO, L.; VAULTIER, M., «L' Industrie du gisement d' Evoramonte» In <i>O Arqueólogo Português</i> , III – 2, Lisboa, 1968, PL. V).....	46
Figura 4.2 - Planta da Anta 1 dos Alfaiates (LEISNER, Georg; LEISNER, Vera, <i>Antas nas Herdades da Casa de Bragança no concelho de Estremoz</i> , Fundação Casa de Bragança, Lisboa, 1955, Est. VII).....	47
Figura 4.3 - Paço de Évora-Monte (Foto da autora).....	50
Figura 4.4 - Pormenor dos torreões cilíndricos do Paço (Levantamento Arquitectónico de Alberto Martinez – IPPAR).....	56

Figura 4.5 – Pormenor do <i>nó</i> no exterior do Paço (Levantamento Arquitectónico de Alberto Martinez – IPPAR).....	56
Figura 4.6 - Fachada principal do Paço (Levantamento Arquitectónico de Alberto Martinez – IPPAR).....	56
Figura 4.7 - Pormenor das janelas do Paço (Levantamento Arquitectónico de Alberto Martinez – IPPAR).....	57
Figura 4.8 – Pormenor de frestas do Paço (Levantamento Arquitectónico de Alberto Martinez – IPPAR).....	57
Figura 4.9 - Coluna do piso térreo do Paço (Levantamento Arquitectónico de Alberto Martinez – IPPAR).....	57
Figura 4.10 – Pormenor do capitel de uma coluna do piso térreo do Paço (Levantamento Arquitectónico de Alberto Martinez – IPPAR).....	57
Figura 4.11 - Principal escada helicoidal do Paço (Levantamento Arquitectónico de Alberto Martinez – IPPAR).....	58
Figura 4.12 - Coluna do primeiro piso do Paço (Levantamento Arquitectónico de Alberto Martinez – IPPAR).....	59
Figura 4.13 – Pormenor do capitel de uma das colunas, no primeiro piso, do Paço (Levantamento Arquitectónico de Alberto Martinez – IPPAR).....	59
Figura 4.14 - Coluna do segundo piso do Paço (Levantamento Arquitectónico de Alberto Martinez – IPPAR).....	60
Figura 4.15 – Pormenor de uma coluna do segundo piso do Paço (Foto da autora).....	60
Figura 4.16 - Marco Geodésico no terraço do Paço (Levantamento Arquitectónico de Alberto Martinez – IPPAR).....	60
Figura 4.17 - Arenização do reboco exterior do Paço (Foto da autora).....	61
Figura 4.18 - Fachada da Igreja Matriz de Santa Maria (Foto da autora).....	63
Figura 4.19 - Exemplo dos azulejos policromos nas alçados da Igreja de Santa Maria (Foto da autora).....	63
Figura 4.20 - Pinturas representando São Gregório, Santa Maria Madalena e São João Baptista no interior da Igreja de Santa Maria (Foto da autora).....	64
Figura 4.21 - Pinturas representando Santo António e Santa Bárbara no interior da Igreja de Santa Maria (Foto da autora).....	64
Figura 4.22 – Altar-mor da Igreja de Santa Maria (Foto da autora).....	65

Figura 4.23 – Pormenor de abóbada pintada com motivos naturalistas na capela-mor da Igreja de Santa Maria (Foto da autora).....	65
Figura 4.24 – Infiltrações de água no interior da Igreja de Santa Maria (Foto da autora).....	66
Figura 4.25 - Fachada da Igreja da Misericórdia (Foto da autora).....	67
Figura 4.26 – Interior da Igreja da Misericórdia (Foto da autora).....	68
Figura 4.27 – Pormenor de um dos painéis de azulejos da nave da Igreja da Misericórdia (Foto da autora).....	68
Figura 4.28 – Púlpito da Igreja da Misericórdia (Foto da autora).....	69
Figura 4.29 - Altar de Nossa Senhora da Visitação na Igreja da Misericórdia (Foto da autora).....	69
Figura 4.30 – Pormenor da aplicação de cimento nas juntas de um dos painéis de azulejos e estado de degradação do mesmo (Foto da autora).....	70
Figura 4.31 – Edifício dos antigos Paços do Concelho (GUERREIRO, Hugo, <i>Évoramonte</i> , Junta de Freguesia de Évora-Monte, 2001, p. 93).....	71
Figura 4.32 – Posto de Turismo que funciona no piso térreo do antigo edifício do Paços do Concelho (Foto da autora).....	72
Figura 4.33 – Infiltrações de água no tecto de madeira de uma das salas no primeiro andar do edifício dos antigos Paços do Concelho (Foto da autora).....	72
Figura 4.34 – Fragmento do Pelourinho de Évora-Monte (Foto da autora).....	73
Figura 4.35 – Edifício onde foi assinada a Convenção de Évora-Monte (Foto da autora).....	74
Figura 4.36 – Edifício onde funcionou o antigo Celeiro Comum; actualmente acolhe uma Oficina de Tecelagem (Foto da autora).....	75
Figura 4.37 – Cisterna Pública de Évora-Monte (Foto da autora).....	76
Figura 4.38 – Bocais para captação de águas pluviais da Cisterna Pública (Foto da autora).....	77
Figura 4.39 – Pormenor do sistema de canalizações para recolha de águas pluviais dos telhados das habitações para a Cisterna Pública (Foto da autora).....	77
Figura 4.40 – Casa tradicional com apenas um piso e chaminé fortemente demarcada na fachada no centro histórico de Évora-Monte (Foto da autora).....	78
Figura 4.41 - Casa tradicional com dois pisos no centro histórico de Évora-Monte (Foto da autora).....	79

Figura 4.42 – Casa dos Duques de Bragança, no centro histórico de Évora-Monte (Foto da autora).....	79
Figura 4.43 – Edifício em ruína no centro histórico de Évora-Monte (Foto da autora).....	80
Figura 4.44 – Lápide de fundação de D. Dinis (Levantamento Arquitectónico de Alberto Martinez – IPPAR).....	80
Figura 4.45 – Pormenor das fundações em degrau da Cerca Medieval de Évora-Monte (Foto da autora).....	81
Figura 4.46 – Porta do Freixo da Cerca Medieval de Évora-Monte – vista exterior (Foto da autora).....	82
Figura 4.47 - Porta do Freixo da Cerca Medieval de Évora-Monte – vista interior (Foto da autora).....	82
Figura 4.48 - Porta de São Sebastião ou da Vila da Cerca Medieval de Évora-Monte – vista exterior (Foto da autora).....	82
Figura 4.49 - Porta de São Sebastião ou da Vila da Cerca Medieval de Évora-Monte – vista interior (Foto da autora).....	82
Figura 4.50 - Porta do Sol da Cerca Medieval de Évora-Monte – vista exterior (Foto da autora).....	83
Figura 4.51 - Porta do Sol da Cerca Medieval de Évora-Monte – vista interior (Foto da autora).....	83
Figura 4.52 - Porta de São Brás da Cerca Medieval de Évora-Monte – vista exterior (Foto da autora).....	83
Figura 4.53 - Porta de São Brás da Cerca Medieval de Évora-Monte – vista interior (Levantamento Arquitectónico de Alberto Martinez - IPPAR).....	83
Figura 4.54 – Postigo da Cerca Medieval de Évora-Monte, cujas escadas de acesso estão cheias de entulho – vista interior (Foto da autora).....	84
Figura 4.55 – Postigo de Cerca Medieval de Évora-Monte – vista exterior (Levantamento Arquitectónico de Alberto Martinez – IPPAR).....	84
Figura 4.56 – Perfil de uma das torres medievais que ladeiam a Porta do Freixo da Cerca Medieval de Évoramonte (Levantamento Arquitectónico de Alberto Martinez – IPPAR).....	84
Figura 4.57 – Torreão da Cerca Medieval de Évora-Monte (Levantamento Arquitectónico de Alberto Martinez – IPPAR).....	86

Figura 4.58 – Pormenor de uma canhoeira de um torreão (Levantamento Arquitectónico de Alberto Martinez – IPPAR).....	86
Figura 4.59 – Tipologia de rochas que fazem parte da alvenaria da Cerca Medieval de Évora-Monte – xistos, granitos e calcários (Foto da autora).....	86
Figura 4.60 – Colonizações microbiológicas na Porta do Sol da Cerca Medieval de Évora-Monte (Foto da autora).....	87
Figura 4.61 – Crescimento de plantas superiores nas juntas das pedras da Cerca Medieval de Évora-Monte (Foto da autora).....	87
Figura 4.62 – Derrocada de uma parte da parede interna do Torreão junto à Porta do Sol (Foto da autora).....	89
Figura 4.63 – Pano da Cerca entre a Porta de São Sebastião e o Postigo na qual são visíveis o desaparecimento progressivo das ameias (Foto da autora).....	89
Figura 4.64 – <i>Graffiti</i> na Porta do Freixo da Cerca Medieval de Évora-Monte (Foto da autora).....	90
Figura 4.65 – Ermida de Santa Margarida em Évora-Monte (Foto da autora).....	91
Figura 4.66 – Ermida de São Sebastião em Évora-Monte (Foto da autora).....	92
Figura 4.67 – Interior da Ermida de São Sebastião em Évora-Monte (Foto da autora).....	93
Figura 4.68 – Pinturas das imagens de São Roque e São Brás no altar-mor da Ermida de São Sebastião em Évora-Monte (Foto da autora).....	93
5 – <u>Leitura da Imagem Urbana de Évora-Monte</u>	
Figura 5.1 – Silhueta de Évora-Monte (Foto da autora).....	95
Figura 5.2 – Parte do sistema de vistas que é possível vislumbrar do centro histórico de Évora-Monte (Foto da autora).....	95
Figura 5.3 – Planta do centro histórico de Évora-Monte com a designação dos eixos principais e secundários (Câmara Municipal de Estremoz).....	97
Figura 5.4 – Rossio de Évora-Monte (Foto da autora).....	98
Figura 5.5 – Cemitério do centro histórico de Évora-Monte (Foto da autora).....	98
Figura 5.6 – Praça da Vila no centro histórico de Évora-Monte (Foto da autora).....	99
Figura 5.7 – Perspectiva da Rua de Santa Maria, no sentido Norte – Sul (Foto da autora).....	102
Figura 5.8 – Perspectiva da Rua de Santa Maria, no sentido Sul – Norte (Foto da autora).....	102

Figura 5.9 – Perspectiva da Rua da Convenção, no sentido Noroeste – Sudeste (Foto da autora).....	102
Figura 5.10 - Perspectiva da Rua da Convenção, no sentido Sudeste – Noroeste (Foto da autora).....	102
Figura 5.11 – Perspectiva da Rua da Misericórdia, no sentido Sul – Norte (Foto da autora).....	102
Figura 5.12 - Perspectiva da Rua da Misericórdia, no sentido Norte – Sul (Foto da autora).....	102
Figura 5.13 – Perspectiva da Rua da Carreira, no sentido Sul – Nordeste (Foto da autora).....	103
Figura 5.14 - Perspectiva da Rua da Carreira, no sentido Nordeste – Sul (Foto da autora).....	103
Figura 5.15 – Perspectiva da Rua da Muralha, no sentido Nordeste – Sudoeste (Foto da autora).....	103
Figura 5.16 – Largo de Palhais (Foto da autora).....	103
Figura 5.17 – Pormenor de calçada contemporânea junto à Igreja de Santa Maria, no centro histórico de Évora-Monte (Foto da autora).....	104
Figura 5.18 - Pormenor de calçada contemporânea junto à Casa dos Duques de Bragança, no centro histórico de Évora-Monte (Foto da autora).....	104
Figura 5.19 – Pormenor de calçada medieval junto ao Largo de Palhais, no centro histórico de Évora-Monte (Foto da autora).....	104
Figura 5.20 - Pormenor de calçada medieval junto à Porta de São Brás, no centro histórico de Évora-Monte (Foto da autora).....	104
Figura 5.21 – Tipos de mobiliário urbano luminotécnico existentes no centro histórico de Évora-Monte (Fotos da autora).....	104
Figura 5.22 – Planta do percurso pela «linha de força» do centro histórico de Évora-Monte.....	105
Figura 5.23 – Primeiro ponto de vista do percurso pela «linha de força» do centro histórico de Évora-Monte (Foto da autora).....	105
Figura 5.24 – Segundo ponto de vista do percurso pela «linha de força» do centro histórico de Évora-Monte, uma «ascensão ao desconhecido» (Foto da autora).....	106

Figura 5.25 - Terceiro ponto de vista do percurso pela «linha de força» do centro histórico de Évora-Monte, uma perspectiva cortada por um edifício-barreira (Foto da autora).....	106
Figura 5.26 - Quarto ponto de vista do percurso pela «linha de força» do centro histórico de Évora-Monte, perspectiva marcada por um desnível abaixo do nível médio do terreno (Foto da autora).....	107
Figura 5.27 - Quinto ponto de vista do percurso pela «linha de força» do centro histórico de Évora-Monte, perspectiva marcada pela forma do Paço (Foto da autora).....	107
Figura 5.28 – Sexto ponto de vista do percurso pela «linha de força» do centro histórico de Évora-Monte, predomina a forma do Paço (Foto da autora).....	107
Figura 5.29 - Sétimo ponto de vista do percurso pela «linha de força» do centro histórico de Évora-Monte, plano marcado por um desnível acima do nível médio do terreno, induzindo a uma sensação de domínio (Foto da autora).....	108
Figura 5.30 - Oitavo ponto de vista do percurso pela «linha de força» do centro histórico de Évora-Monte, plano definido pelas fachadas dos edifícios (Foto da autora).....	108
Figura 5.31 – Nono ponto de vista do percurso pela «linha de força» do centro histórico de Évora-Monte, perspectiva fortemente marcada pelos muros dos quintais e edifícios em ruína (Foto da autora).....	109
Figura 5.32 - Décimo ponto de vista do percurso pela «linha de força» do centro histórico de Évora-Monte, perspectiva que nos conduz para o «Aqui e o Além», Aqui o espaço interior do centro histórico e o Além o desconhecido que nos desperta a curiosidade (Foto da autora).....	109
Figura 5.33 – Cores e texturas de algumas coberturas de edifícios do centro histórico de Évora-Monte (Fotos da autora).....	111
Figura 5.34 – Paleta de cromatismos e texturas da Rua de Santa Maria no centro histórico de Évoramonte (Fotos da autora).....	111
Figura 5.35 – Paleta de cromatismos e texturas da Rua da Convenção no centro histórico de Évora-Monte (Fotos da autora).....	112
Figura 5.36 - Paleta de cromatismos e texturas da Rua da Carreira no centro histórico de Évora-Monte (Fotos da autora).....	112

Figura 5.37 - Paleta de cromatismos e texturas da Rua da Misericórdia no centro histórico de Évora-Monte (Fotos da autora).....113

6. Avaliação crítica do que se fez e recomendações para a salvaguarda da imagem urbana de Évora-Monte

Figura 6.1 – Vista geral do centro histórico de Évora-Monte, por volta de 1937, encontrando-se o Paço em iminente ruína (DGEMN, DREMSul/ DM, N.º IPA 0704040002, foto n.º 1570).....114

Figura 6.2 - Vista geral do centro histórico de Évora-Monte, em 2001, comparando estas duas imagens verificamos que as intervenções realizadas no Paço e Cerca Medieval foram muito significativas para a sua imagem. Quanto aos restantes edifícios constata-se que como consequência do seu abandono, alguns desapareceram (Foto da autora).....114

Figura 6.3 – Paço de Évora-Monte em ruína, 1940 (DGEMN/ DREMSul/ DM, N.º IPA 0704040002, foto n.º 157872).....117

Figura 6.4 – Pormenor de um torreão derrocado do Paço, 1940 (DGEMN/ DREMSul/ DM, N.º IPA 0704040002, foto n.º 157864).....117

Figura 6.5 – O Paço durante as intervenções de recuperação, 1945 (DGEMN/ DREMSul/ DM N.º IPA 0704040002, foto n.º 157898).....117

Figura 6.6 – O interior do Paço no início das intervenções, 1942 (DGEMN/ DREMSul/ DM N.º IPA 0704040002, foto n.º 157884).....117

Figura 6.7 – Avançado estado de degradação das torres e torreões da Cerca Medieval de Évora-Monte, 1942 (DGEMN/ DREMSul/ DM N.º IPA 0704040002, foto n.º 157766).....118

Figura 6.8 – Reconstrução da parede externa do torreão nascente da Cerca Medieval, 1969 (DGEMN/ DREMSul/ DM N.º IPA 0704040002, foto n.º 157814).....118

Figura 6.9 – Porta de S. Sebastião da Cerca Medieval antes das intervenções, 1984 (DGEMN/ DREMSul/ DM N.º IPA 0704040002, foto n.º 157840).....118

Figura 6.10 – O Paço antes da reposição do reboco, 1975 (DGEMN/ DREMSul/ DM N.º IPA 0704040002, foto n.º 157829).....119

Figura 6.11 – O Paço após a intervenção de reposição do reboco, 1987 (DGEMN/ DREMSul/ DM N.º IPA 0704040002, foto n.º 157859).....119

Figura 6.12 – O Paço e a sua envolvente antes das intervenções, sendo visíveis preexistências de edifícios, 1942 (DGEMN/ DREMSul/ DM N.º IPA 0704040002, foto n.º 157886).....	128
Figura 6.13 - O Paço e a sua envolvente antes das intervenções, sendo visíveis preexistências de edifícios, 1942 (DGEMN/ DREMSul/ DM N.º IPA 0704040002, foto n.º 157878).....	128
Figura 6.14 – O Paço durante a intervenção de recuperação, as preexistências de edifícios na sua envolvente foram removidas, 1944 (DGEMN/ DREMSul/ DM N.º IPA 0704040002, foto n.º 157876).....	128
Figura 6.15 – Arranjo paisagístico da envolvente ao Paço – construção do anfiteatro (Foto da autora).....	140
Figura 6.16 – Arranjo paisagístico da envolvente ao Paço – construção dos percursos pedonais para acesso à entrada (Foto da autora).....	140

Resumo

Évora-Monte: contributos para preservar a autenticidade da sua imagem¹

Évora-Monte é uma pequena fortificação de cariz medieval, à semelhança de tantas outras fortificações que surgem no Alentejo, sendo indissociáveis do seu imaginário; este factor conduz-nos à necessidade de um estudo mais aprofundado sobre esta localidade, não tão só pelo seu centro histórico, mas também pelo seu excepcional exemplo de arquitectura militar, o Paço, que em conjunto contribuem para uma imagem única.

Esta investigação visa, sobretudo: conhecer as características do seu local de implementação; conhecer o seu passado e relevância no contexto da história nacional; analisar as suas transformações formais e sócioeconómicas; compreender o seu processo de transformação urbana; caracterizar a sua riqueza patrimonial; descrever a sua imagem urbana; discriminar as intervenções de conservação e restauro mais relevantes e avaliá-las criticamente; e, por fim, emanar recomendações que conduzam à preservação da sua imagem urbana.

Através deste estudo pretende-se proteger e promover a imagem urbana do centro histórico de Évora-Monte.

¹ Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, Março de 2005.

Abstract

Évora-Monte: contributions for the preservation of its images authenticity²

Évora-Monte it is a small fortification, with a medieval character, similar to many others fortifications all over Alentejo, which are undissociable of its imaginary. This fact guide us thru the need of a more profound study on this village, not only for its historical center, but also for its exceptional example of Portuguese military architecture, the Paço, all together contributing for a unique image.

This investigation concerns, above all: knowing the characteristics of its local's implementation; knowing its past and its relevance on national history's context; analyse its social and economical transformations; understanding of the urban transformation's process; characterize its patrimonial richness; describe its urban image; discriminate all of the most important conservative and restorative interventions that took place, and criticize it; and, at last, emanate recommendations which will conduce to its urban image's preservation.

Thru this study, we intend to protect and promote the urban image of Évora-Monte's historical center.

² Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, Março de 2005.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico, visa um estudo mais aprofundado sobre o centro histórico de Évora-Monte e os seus monumentos nacionais (o Paço e a Cerca Medieval).

Inicialmente, foi pensada a realização de uma monografia sobre o Paço, mas atendendo às concepções introduzidas por G. Giovannoni (1873 – 1943) - as quais consideram o centro “urbano” histórico como um monumento, não devendo ser apenas considerado o objecto mas também toda a sua envolvente e tecido urbano em que está inserido – achou-se pertinente realizar uma análise de toda a imagem urbana do centro histórico de Évora-Monte, do seu *ambiente urbano*, e não somente do Paço. Pensando que estudar, conhecer, divulgar e publicar é um importante contributo para a conservação, deseja-se assim promover a adequada salvaguarda deste conjunto patrimonial.

Os principais objectivos deste estudo são:

- divulgar e valorizar o património arquitectónico, presente no centro histórico de Évora-Monte;
- compreender a estrutura urbana do centro histórico de Évora-Monte, para colaborar na sua protecção;
- contribuir para a conservação da identidade urbana de Évora-Monte; e
- sensibilizar a população local para a preservação do seu património arquitectónico.

Esta investigação visa, também contribuir para o esclarecimento, das seguintes questões:

- Como se caracteriza o centro histórico de Évora-Monte?
- Quais as influências na evolução do traçado urbano da vila?
- Qual o papel do Paço e da Cerca Medieval, enquanto monumentos nacionais, na expressão do centro histórico de Évora-Monte?
- Quais as intervenções de conservação e restauro realizadas nos monumentos nacionais de Évora-Monte?
- O que define a silhueta de Évora-Monte, tornando-a única na paisagem do Alentejo?

Tornam-se pertinentes estas questões, pois nunca foram alvo de um estudo muito aprofundado, e, tratando-se Évora-Monte de um elemento quase sempre presente no sistema de vistas do Alto Alentejo, é fundamental uma abordagem mais profunda como contributo para o tema do património e do seu território, na saudada preservação e

promoção da imagem geral desta extraordinária paisagem, que deveria, ela própria, ser objecto de salvaguarda.

Para abordar e desenvolver este assunto, a investigação possui seis capítulos, ao longo dos quais se desenvolvem as seguintes matérias:

- no primeiro capítulo, *Estado Actual da Investigação*, faz-se o ponto da situação sobre as investigações realizadas sobre Évora-Monte;
- no segundo capítulo, *Cultura de Lugar*, realizam-se uma caracterização da situação e sítio, uma resenha histórica e descreve-se a evolução socioeconómica e cultural de Évora-Monte;
- no terceiro capítulo, *Desenvolvimento Urbano de Évora-Monte*, procura-se compreender quais os períodos de desenvolvimento da vila e de que forma estes marcaram a sua morfologia urbana;
- no quarto capítulo, *Caracterização do Património Edificado*, faz-se uma abordagem sobre a história, bem como sobre o sistema construtivo, e analisa-se o estado de conservação do património edificado;
- no quinto capítulo, *Leitura da Imagem Urbana de Évora-Monte*, analisam-se as formas, os materiais e as texturas dos elementos arquitectónicos que caracterizam o centro histórico; e
- no sexto capítulo, *Avaliação crítica do que se fez e recomendações para a salvaguarda da imagem urbana de Évora-Monte*, no qual se descrevem e criticam as intervenções de conservação e restauro realizadas nos monumentos nacionais de Évora-Monte, seguindo-se algumas propostas como contributo para o desenhar das acções necessárias à preservação da imagem urbana deste conjunto patrimonial.

Para o desenvolvimento desta investigação, a metodologia adoptada consistiu na realização de:

- levantamentos de dados no local;
- observação directa dos objectos de estudo;
- levantamentos fotográficos;
- investigação de fontes e bibliografia, nos arquivos e bibliotecas; e
- realização de entrevistas directas, com a responsável pelos monumentos nacionais de Évora-Monte, no Instituto Português do Património Arquitectónico e com o substituto legal do presidente da Junta de Freguesia de Évora-Monte.

Na conservação do património edificado, como referiu o Arq. José Aguiar, “(...) o conhecimento, a sua transmissão e divulgação são fulcrais (...)”³; assim para a conservação do património arquitectónico português, é necessária uma investigação teórica sobre os diferentes monumentos para contribuir para a sua protecção e perpetuação.

³ Vide AGUIAR, José, *Estudos cromáticos nas intervenções de conservação em centros históricos*, Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, 1999, p. 729.

1. ESTADO ACTUAL DA INVESTIGAÇÃO

Até à data, a investigação realizada sobre a vila de Évora-Monte reveste-se de uma natureza essencialmente histórica. Os primeiros estudos conhecidos foram realizados por António Maria do Carmo, em *Apontamentos para uma monografia de Évora-Monte*, saídos do prelo no início do século XX.

Posteriormente surge o trabalho levado a cabo pelo historiador Túlio Espanca no *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora*, onde, na referência à Junta de Freguesia de Évora-Monte, é descrito todo o património edificado efectivo.

O historiador Paulo Pereira escreve também, em 1989, uma monografia intitulada *Évoramonte – a fortaleza*, na qual se destaca a abordagem aos aspectos arquitectónicos dos elementos mais importantes da vila, sendo de extrema relevância a caracterização aí feita do Paço, a análise das influências sofridas pelo autor do projecto, bem como a comparação do Paço com outros edifícios semelhantes na Europa.

Uma investigação sobre a morfologia urbana de Évora-Monte foi efectuada, em 1995, por António Borges Abel em *Vilas de Fundação Medieval no Alentejo – contributos para o estudo da morfologia urbana*, estudo no qual é caracterizado o traçado e o crescimento urbano de Évora-Monte, e são enumerados os equipamentos existentes no seu centro histórico.

Mais recentemente, em 2001, debruçou-se sobre Évora-Monte, o historiador Hugo Guerreiro, na monografia *Évoramonte - um contributo para a sua história e património cultural edificado*, no qual faz um levantamento da história da vila e uma caracterização do património arquitectónico existente.

Maria João Amaral Vaz e Fernanda Isabel Vaqueiro Mendes, no âmbito do *Seminário de Conservação e Reabilitação do Património Cultural – Património Classificado do Alentejo*, promovido em 2002 pelo Departamento de História da Universidade de Évora, executaram um trabalho sobre a vila de Évora-Monte, no qual descrevem com minúcia e cuidado o património aí existente.

2. CULTURA DO LUGAR

2.1 - Situação e sítio de Évora-Monte

Évora-Monte é uma vila geograficamente implantada no extremo ocidental da Serra d' Ossa, num dos seus cômoros, a 474 m de altitude. É sede de Junta de Freguesia – Évora-Monte - com cerca de 99,41 Km². Classificada como área predominantemente rural, é uma das mais importantes, de entre as treze que pertencem ao concelho de Estremoz, no distrito de Évora, da região do Alentejo, em Portugal.

A vila de Évora-Monte, está localizada junto ao eixo rodoviário - Estrada Nacional 18 - que liga Estremoz a Évora, distando da primeira 18 km e cerca de 30 km da capital do distrito.



Fig. 2.1 – Vista aérea do centro histórico de Évora-Monte (Câmara Municipal de Estremoz)

As coordenadas geográficas de Évora-Monte são de Latitude Norte 38°, 46', 30'' e de Longitude Oeste 7°, 44', 0''.

Esta freguesia encerra a sua população distribuída por três áreas diferentes, sendo elas: o centro histórico, primeira zona habitacional; o Rossio ou Corredoura, ocupação mais recente, iniciada quando deixa de existir a necessidade de defesa; e, os montes dispersos nos terrenos envolventes (Anexo 1). Évora-Monte apresenta uma baixa densidade populacional, com cerca de 20 habitantes por km²⁴ em 1981; este rácio diminuiu para os 7,3 habitantes por km²⁵, em 2001.

A Serra d' Ossa, local onde se encontra Évora-Monte, pertence à unidade geotectónica do Maciço Antigo ou Meseta Ibérica, caracterizando-se por ser uma zona aplanada, com

⁴ Vide ATLAS DO AMBIENTE, *Carta de Densidade da População*, Secretaria de Estado do Ambiente, 1981.

⁵ Vide www.ine.pt, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística dos Censos 2001.

cordilheiras dispersas, sendo a sua zona paleográfica a Ossa-Morena⁶, onde a formação de terrenos se inicia no Precâmbrico polimetamórfico, tendo prolongado-se durante o Câmbrio inferior, o Ordovícico e o Silúrico. Em termos geológicos, surgem nesta zona as rochas de origem ígnea (rochas granitóides e afins) e metamórfica (rochas xistosas e grauvaques), que compõem a conhecida «série negra» do Precâmbrico.

No maciço de Évora-Monte destacam-se rochas do tipo gnaisso-migmáticas, xistos e grauvaques, metaliditos, calcários cristalinos, metavulcanitos, etc.⁷, cuja utilização vamos encontrar no património edificado, destacando-se os granitos, na arquitectura erudita, e os xistos, na arquitectura vernacular.

Os dados climáticos⁸ recolhidos sobre a região, permitem caracterizar o clima como pré-mediterrâneo interior, sendo o Verão muito quente e mais seco e o Inverno frio e húmido. As normais climatológicas obtidas sobre Évora-Monte revelam que a temperatura média anual situa-se entre os 15°C e os 17,5°C e a precipitação média anual é de 75 a 100 dias, traduzindo-se entre os 500mm e os 600mm. Tendo em conta que o período de insolação ronda as 2800 a 2900 horas anuais, os valores médios anuais de evapotranspiração são de 450mm a 500mm.

Os ventos dominantes são de Nordeste, tanto no Verão como no Inverno, sendo a sua intensidade maior na época estival.

A morfologia do relevo da zona de Évora-Monte, pertence ao maciço antigo do Sul, cuja formação teve início no Quaternário e prolonga-se pelo Pliocénico, caracterizando-se por ser constituído pela peneplanície deslocada tectonicamente e situada a diferentes altitudes⁹.

O centro histórico da vila está edificado numa zona convexa, sendo esta uma área de distribuição, apresentando-se como uma zona seca, traduzindo-se na inexistência de leitos de água subterrâneos. O desenvolvimento da vila prolongou-se na encosta sul do outeiro, encaminhando-se para uma zona côncava, área de convergência. Este deslocamento para a zona de aluvião traduz-se na procura de uma zona mais húmida,

⁶ Vide AIRES-BARROS, Luís, *As rochas dos monumentos portugueses*, volume I, IPPAR, Lisboa, 2001, p. 68.

⁷ Vide ATLAS DO AMBIENTE, *Carta Geológica de Portugal*, Direcção Geral de Geologia e Minas, 1986, folha 36-D.

⁸ Vide Idem, *Carta de Insolação de Portugal*, Secretaria de Estado do Ambiente, 1975; Idem, *Carta de Precipitação*, Secretaria de Estado do Ambiente, 1975; Idem, *Carta de Evapotranspiração Real*, Secretaria de Estado do Ambiente, 1975; e, Idem, *Carta de Temperatura*, Secretaria de Estado do Ambiente, 1975.

⁹ Vide RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann, *Geografia de Portugal – O ritmo climático e a paisagem*, volume II, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 1987.

por forma a atenuar as condições meteorológicas e a procura de lençóis de água subterrâneos.

A zona de Évora-Monte insere-se na região florística do Alentejo oriental, uma zona ecológica submediterrânea, caracterizando-se esta por apresentar uma enorme diversidade de espécies mediterrâneas¹⁰. Ao nível de árvores de grande porte, predominam:

- o sobreiro (*Quercus suber*);
- a azinheira (*Quercus ilex*);
- a oliveira (*Oleo europaea*);
- o carrasco ou carrasqueiro (*Quercus coccifera*);
- a figueira (*Ficus carica*); e
- o pinheiro bravo (*Pinus pinaster*).

No que diz respeito a espécies arbustivas, prevalecem:

- o piorno branco (*Retama monoesperma*);
- a giesteira (*Cytisus triflorus*.);
- o rosmaninho (*Lavandula pedunculata*);
- o alecrim (*Rosmarium officinalis*.); a esteva (*Cistys ladanifer*); e
- o loendro (*Nerium oleander L.*).

Em termos de fauna terrestre¹¹, na zona de Évora-Monte, encontramos também alguma diversidade de aves e mamíferos. As espécies de aves existentes são as seguintes:

- a abetarda (*Otis tarda*);
- a águia-real (*Aquila chrysaetus*);
- a alveola-branca (*Motacilla alba*);
- a cegonha-branca (*Ciconia ciconia*);
- a codorniz (*Coturnix coturnix*);
- a coruja-das-torres (*Tyto alba*);
- a cotovia (*Galerida cristata*);
- o cuco (*Cuculus canoros*);
- o falcão peneireiro (*Falco tinnurculus*);
- o gaio comum (*Garrulus glandarius*);

¹⁰ Vide RIBEIRO, Orlando, LAUTENSACH, Hermann, DAVEAU, Suzanne, *Geografia de Portugal*, volume II, Edições João Sá da Costa, 1987, pp. 546 e sgts.; ATLAS DO AMBIENTE, *Carta de Distribuição de Azinheira e Sobreiro*, Secretaria de Estado do Ambiente, 1978; e, Idem, *Carta Ecológica de Portugal*, Secretaria de Estado do Ambiente, 1984.

¹¹ Vide www.terravista.pt/meiapraia/1027/fauna1.html

- a gralha (*Corvus corone*);
- o melro (*Turdus merula*);
- o milhafre preto (*Milvus migrans*);
- a pega azul (*Cynopica cianus*);
- a perdiz (*Alectoris rufa*);
- o pintassilgo (*Carduelis carduelis*);
- o pisco-de-peito-ruivo (*Erithacus rubecula*);
- a poupa (*Upupa epops*);
- a rola (*Streptopelia turtur*); e
- o tordo (*Turdus philomelus*).

No que se refere aos mamíferos, destacam-se as seguintes espécies:

- o coelho-bravo (*Orytolagus cuniculus*);
- o gato-bravo (*Felis silvestris*);
- o ouriço-cacheiro (*Erinaceus europaeus*); e
- a raposa (*Vulpes vulpes*).

Em termos de fauna aquática¹² encontramos, nos pequenos cursos de água e barragens, as seguintes espécies:

- o achigã (*Micropterus salmoides Lacepede*);
- o barbo (*Barbus bocagei Steindachner*); e
- a carpa (*Cyprinus carpio Linnaeus*).

Quanto à hidrogeologia, da zona de Évora-Monte, é de salientar o facto de os solos da zona agrícola serem de permeabilidade muito reduzida¹³, em virtude de serem fortemente constituídos por: xistos e grauvaques, compostos por quartzitos, raros vulcanitos; e por rochas fortemente metamorfizadas, gneisses, micaxistos, etc.. Face a esta composição dos solos, verifica-se que estes são ácidos¹⁴, cujo PH varia entre os 5,6 a 6,5.

Os recursos hidrográficos de Évora-Monte fazem parte da bacia do Tejo¹⁵, sendo o seu principal leito de água a ribeira de Tera.

Face aos 500 a 600mm de queda pluviométrica anual, a capacidade anual de escoamento de água situa-se na ordem dos 50 a 100mm¹⁶.

¹² Idem.

¹³ Vide ATLAS DO AMBIENTE, *Carta de Capacidade de Uso do Solo*, Secretaria de Estado do Ambiente, 1982.

¹⁴ Vide Idem, *Carta de Acidez e Alcalinidade dos Solos*, Secretaria de Estado do Ambiente, 1980.

¹⁵ Vide BRITO, Raquel Soeiro de, *Portugal – Perfil Geográfico*, Editorial Estampa, Lisboa, 1997.

Esta vila alentejana possui como principal actividade a agricultura, sendo uma zona agrícola limitada pela floresta, dado que o revestimento vegetal é essencialmente arbustivo, considerando-se a sua utilização agro-florestal como arbóreo-arevenses¹⁷.

Assim as principais actividades agrícolas da região são:

- a extracção da cortiça;
- a apanha da azeitona;
- a cultura de sequeiro (trigo, cevada, aveia, etc.), com povoamento arbóreo; e
- alguns pequenos pomares¹⁸, para auto-subsistência, de pomoideas (pereira, macieira, marmeleiro, etc.) e aurancoideas (laranjeira, tangerineira, etc.).

Os solos agrícolas¹⁹ são na sua maioria das classes D e E - litossolos éutricos associados a luvisolos e solos mediterrâneos pardos, de gneisses - com declives que vão de 9% a 25%.

2.2 - Resenha histórica

As primeiras manifestações humanas no núcleo de Évora-Monte remontam ao período Solutrense do Paleolítico Superior²⁰, sendo poucos os vestígios encontrados no Monte da Fainha; estes soldam-se por serem algumas peças bifaciais de indústria²¹. Estes achados encontram-se distribuídos por três colecções de particulares²²: a colecção Vaultier; a colecção Ribeiro; e a colecção Mendes Correia.

Do período Neolítico chegam até nós, num estado um pouco degradado, três antas de corredor²³, situadas nas proximidades da vila, na Herdade dos Alfaiates.

Do período Calcolítico do Bronze Final²⁴, surgem os vestígios de uma fortificação, própria de um grande aglomerado urbano. Nesta época, os castros fortificados ocupavam posições altaneiras, sendo por vezes defendidos por uma, duas ou mais cintas

¹⁶ Vide ATLAS DO AMBIENTE, *Carta de Escoamento de Água*, Secretaria de Estado do Ambiente, 1975.

¹⁷ Vide Idem, *Carta de Distribuição de Culturas Arvenses e Sequeiro*, Secretaria de Estado do Ambiente, 1985.

¹⁸ Vide Idem, *Carta Agrícola e Florestal*, Secretaria de estado do Ambiente, 1980.

¹⁹ Vide Idem, *Carta de Solos*, Secretaria de Estado do Ambiente, 1978; e *Carta de Declives*, Secretaria de Estado do Ambiente, 1987.

²⁰ Vide SILVA, António Carlos, PERDIGÃO, José, *Contributo para a Carta Arqueológica de Arraiolos*, Câmara Municipal de Arraiolos, 1998, p. 29.

²¹ Vide ROCHE, Abbé Jean, RIBEIRO, Luciano, VAULTIER, Marine, «L' Industrie du gisement d' Évoramonte» In *O Arqueólogo Português*, série III, volume II, 1968, pp. 7 – 14.

²² Idem, *ibidem*.

²³ Vide LEISNER, Georg, LEISNER, Vera, *Antas nas Herdades da Casa de Bragança no Concelho de Estremoz*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1955, p. 18.

²⁴ Vide CALADO, Manuel, ROCHA, Leonor, «Povoamento da Idade do Ferro no Alentejo Central» In *Boletim Cultural do Município – História e Património*, n.º 1, Reguengos de Monsaraz, Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, 1997, pp. 102 e 103.

de muralhas, ressaltando a hipótese de que, neste período, esta vila possuía um enorme desenvolvimento urbano, visto o perímetro das muralhas, do período Calcolítico, ser superior ao da actual cerca medieval.

Presume-se que a vila de Évora-Monte foi fundada há mais de 3800 anos²⁵, pelos *eburones*²⁶, tendo sido a eventual colónia dos primeiros eborenses, povo que fundou a actual cidade de Évora²⁷.

Por outro lado, Joseph M. Piel²⁸ adianta também outra hipótese, que partindo de pressupostos toponímicos, afirma a possibilidade do termo Évora-Monte, poder ter emergido do seu castelo ser uma defesa avançada da cidade de Évora.

No que se refere à época romana, sabe-se que a fortaleza foi modificada, no ano 84 a.C., em conformidade com as técnicas castrense dos romanos²⁹. Nesta época, a povoação apresenta uma regressão, no respeitante à sua importância urbana no período Calcolítico, dado que o aglomerado diminui em tamanho e são poucas as marcas em Évora-Monte do imponente Império Romano, destacando-se: a ponte em ruínas sobre a ribeira de Tera; um Preçário; uma moeda³⁰; um marco Miliário³¹; e uma Lápide Funerária³². De acordo com o historiador Hugo Guerreiro, a lápide encontrada, seria de um soldado romano, morto em 150 A.C., em combate, num confronto entre os romanos e as tropas de Viriato.

Da ocupação islâmica não existem estudos arqueológicos que provem a sua permanência em Évora-Monte, mas existe uma referência³³ à conquista da fortaleza pelos mouros, em 716, aos romanos, mantendo aí uma pequena guarnição, encontrando-se, até ao século XII, o castelo muçulmano operacional³⁴. Évora-Monte sofreu ainda

²⁵ Vide COSTA, Américo, *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*, Edição do autor, volume VI, 1936, pp. 483 –486.

²⁶ Vide PIEL, Joseph M., «Aspectos da toponímia pré-árabe ao Sul do Tejo» In *Boletim A Cidade de Évora*, n.º 59, Câmara Municipal de Turismo, Évora, 1976, pp. 45 – 49. De acordo com o autor os *eburones* foram uma tribo que vivia na Gália Bélgica, entre o Reno e o Mosa.

²⁷ Os arqueólogos Manuel Calado e Leonor Rocha levantam a questão de a primitiva Évora ter nascido neste povoamento do Bronze Final, e só mais tarde se ter desenvolvido na actual localização, convergindo para a ideia expressa por Américo Costa.

²⁸ Vide PIEL, Joseph M., op. cit., p. 46.

²⁹ Vide ALMEIDA, General João de, *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, volume III, Edição do Autor, 1947, p. 232.

³⁰ Vide ALARCÃO, Jorge, *Roman Portugal*, Aris and Phillips Ltd., England, 1988, p. 80

³¹ Idem, p. 732.

³² Vide GUERREIRO, Hugo, *Évoramonte*, Câmara Municipal de Estremoz, 2001, p.26.

³³ Vide ALMEIDA, General João de, op. Cit., p. 232.

³⁴ Vide BARROCA, Mário Jorge, «Arquitectura Militar» In *Nova História Militar de Portugal*, volume 1, Círculo de Leitores, 2003, p. 107.

alguma influência islâmica na toponímia local, a julgar pelos nomes Alpedriche, Mata Mouros, Herdade das Mesquitas, Atalaia, Mourique e Mouriquinhos³⁵.

Durante a Reconquista Cristã, Évora-Monte foi tomada aos mouros em 1166³⁶, um ano depois da tomada de Évora, pelo Geraldo Sem-Pavor³⁷, «fronteiro-mor» das conquistas ao Sul do Tejo, de D. Afonso Henriques. Face às fracas condições de segurança da vila, devido a não possuir estruturas defensivas, logo após a sua conquista aos mouros, a povoação ficou quase que deserta durante alguns anos.

O foral que delimitou o termo de Évora-Monte foi concedido em 1248³⁸, pelo rei D. Afonso III, tendo sido confirmado e ampliado com novos privilégios em 24 de Maio de 1271, através de uma Carta de Foral³⁹, que segue o modelo dos Forais de Santarém (Anexo 2). O foral cria o concelho de Évora-Monte "(...) cujo termo partia com o de Estremoz pela ribeira de Tera, com o do Alandroal pelo Lucefece, com Terena e Monsaraz pela ribeira Alcorovisca, onde entra em Pardinelas, seguindo pela ribeira da Azaruja à fonte da Figueira, ao ribeiro do Carvalho e deste à Sofargela e desta à ribeira de Tera"⁴⁰.

É de salientar nesta Carta de Foral a referência à presença judaica⁴¹ na vila, indiciando uma pequena comunidade aí existente, pois a estes é permitida a apresentação de queixas ao Alcaide da vila.

Segundo o historiador Hugo Guerreiro, os critérios⁴² que conduziram à formação do termo de Évora-Monte foram fomentar a fixação da população, de modo a criar um pólo de defesa da cidade de Évora, e o estabelecimento de um centro administrativo-judicial-tributário que possibilitasse o controlo e protecção das famílias aí estabelecidas. Embora o termo de Évora-Monte estivesse definido no foral, surgiram alguns desentendimentos com o concelho de Monsaraz. Perante tal facto, o rei D. Dinis, a 29

³⁵ Vide LOURO, Padre Henrique da Silva, «Évoramonte» In *Boletim Cultural da Junta Distrital de Évora*, n.º 8, Câmara Municipal de Évora, 1967, p. 163.

³⁶ Vide PEREIRA, Paulo, *Évoramonte – a fortaleza*, Instituto Português do Património Cultural, 1989, p. 5.

³⁷ Geraldo Sem Pavor, em 1173, abandonou os exércitos de D. Afonso Henriques e integra as fileiras dos exércitos árabes, combatendo por Sevilha. Vide BARROCA, Mário Jorge, «História das Campanhas» In *Nova História Militar de Portugal*, volume 1, Círculo dos Leitores, 2003, p. 24.

³⁸ Diversos autores referem a existência deste foral, contudo não foi possível confirmar a sua existência. Deste modo, levantam-se as seguintes questões: será que realmente existiu? Ou será que se perdeu no tempo?

³⁹ Vide HERCULANO, Alexandre, *Portugaliae monumenta historica leges et constvetudines*, volume I, Typis Academius, Lisboa, 1856, p. 721 a 723 e ESPANCA, op. cit., 1975, p. 223.

⁴⁰ Vide LOURO, Padre Henrique, op. Cit., p. 163.

⁴¹ Vide GUERREIRO, Hugo, op. cit., p. 41.

⁴² Idem, p. 31.

de Dezembro de 1280⁴³, autoriza a utilização de marcos de pedra para repartir e demarcar os termos entre os dois concelhos, pondo fim à discórdia existente.

No ano de 1301, a 4 de Janeiro, João Fernandes de Lima, algumas vezes referenciado como *Baticela* e sua esposa, D. Maria Anes, fizeram uma permuta com o rei D. Dinis, tendo este ficado com o castelo e vila de Portel, em troca de Évora-Monte e outras localidades⁴⁴; assim a vila de Évora-Monte passa da alçada do monarca para as mãos do *Baticela* e sua esposa.

Poucos anos depois, a 21 de Maio de 1305, o casal João Fernandes de Lima e Maria Anes, entregam novamente Évora-Monte ao rei D. Dinis⁴⁵, numa permuta com outras terras.

Posteriormente, em 1306, o rei D. Dinis, no âmbito das suas reformas na arquitectura militar, mandou edificar um castelo em Évora-Monte, sendo este composto pela torre de menagem, pela cerca defensiva, e por uma cidadela. Esta edificação tinha por objectivos beneficiar a vila de equipamentos de segurança que incentivassem a fixação de população, para deste modo cimentar a defesa a Sul do território nacional, quer perante a ameaça dos árabes, quer perante a ameaça castelhana e, também, era intenção a de manifestar o seu poder régio. Esta valorização da vila encontra-se registada numa lápide⁴⁶ de fundação, que encima a Porta do Freixo da vila.

A vila de Évora-Monte tinha, em 1320, duas freguesias, a de Santa Maria e a de São Pedro, contendo cada uma um pároco e, em 1379, detinha uma vigararia, comprovando-se pela sentença contra o vigário de Évoramonte de 17 de Junho de 1379, pelo Cabido da Sé⁴⁷.

No século XIV, Évora-Monte era uma estrutura urbana com destacado peso administrativo-estratégico na região, pois aquando da criação da povoação do Redondo, esta foi integrada no termo de Évora-Monte⁴⁸.

⁴³ Vide MS. 7 / NG. 7, *Reforma setecentista do cartório da Casa de Bragança*, Mistos, Tomo 1º, fls. 1v a 3.

⁴⁴ Vide MS.1 / NG.1, *Reforma setecentista do cartório da Casa de Bragança*, Livro de Contratos, fls. 1v. a 6 e PESTANA, Manuel Inácio, *A reforma setecentista do cartório da Casa de Bragança*, Fundação Casa de Bragança, Lisboa, 1985, p. 51.

⁴⁵ Vide MS.1 / NG.1, *Reforma setecentista do cartório da Casa de Bragança*, Livro de Contratos, fls. 15v. a 17.

⁴⁶ A inscrição na lápide é a seguinte: E : M : CCC : XXXX : IIII : FERIA SEGUNDO : XVII : DIAS : DE IANEIRO : FOI : COMECADO : ESTE : CASTELO : POR MANNDADO : DO MVI : NOBRE : SENHOR : DON : DINIS : REI : DE : PORT : E DO : ALGARVE : (Era de Cristo de 1306). Vide ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora*, volume 1, Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa, 1975, p. 224.

⁴⁷ Vide LOURO, Padre Henrique da Silva, op. Cit., p. 174.

⁴⁸ Idem, p. 163.

A 23 de Março de 1376, Évora-Monte, assim como outras povoações, é doada⁴⁹ à Infanta D. Beatriz, filha do rei D. Fernando.

Quando em 1381, o rei castelhano, D. João I, decide invadir Portugal, inicia a sua ofensiva pelo Alentejo. O rei D. Fernando pede então auxílio militar aos ingleses, tendo-se estes prontificado de imediato nesta missão; mas aquando da chegada dos militares ingleses ao território nacional e encaminhados para o Alentejo, estes pareciam mais interessados em pilhar os povos autóctones do que em combater os castelhanos, deste modo algumas vilas alentejanas revoltaram-se com estes actos, destacando-se Évora-Monte, cuja população recebeu a ajuda militar inglesa com armas na mão, tendo muitos deles perecido pelo seu vigor⁵⁰.

Durante a revolução de 1383 – 1385, Évora-Monte foi um dos concelhos que se manifestou a favor do Mestre de Avis, tendo ficado presente nas cortes, de acordo com o auto de aclamação⁵¹.

A 20 de Agosto de 1385, em Santarém, Évora-Monte é doada ao Condestável Nuno Álvares Pereira⁵², pelo rei D. João I, Mestre da Ordem Militar de Avis, recebendo o Condestável a vila, os lugares e castelo com termos e reguengos de juro e herdade⁵³, como reconhecimento pelos seus préstimos dados à monarquia durante a crise de 1383-85. O facto de Évora-Monte ter sido doada ao Condestável como recompensa da sua preciosa ajuda, realça a importante posição administrativa-estratégica que a vila possuía na época.

O Bispo de Évora, D. Domingos Jardo, esteve em Évora-Monte, no ano de 1389, tendo orado na Igreja de Santa Maria e conferido-lhe três benefícios⁵⁴.

É de salientar em Évora-Monte a presença de uma comunidade judaica, sendo que no final do século XV, aí existia uma Comuna de Judeus⁵⁵, a qual necessitava de ser

⁴⁹ Idem, p. 171.

⁵⁰ Vide SELVAGEM, Carlos, *Portugal Militar*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1999, p. 149.

⁵¹ Vide MONTEIRO, João Gouveia, «As campanhas que fizeram a história» In *Nova História Militar de Portugal*, Círculo de Leitores, 2003, p. 269.

⁵² Vide CUNHA, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança 1560-1640. Linhagem, parentesco e poder*, Editorial Estampa, Lisboa, 2000. Segundo a autora, o Condestável Nuno Álvares Pereira nasceu em 1360, sendo filho bastardo de Álvaro Gonçalves Pereira, foi o fundador da Casa de Bragança. A grande maioria do Património de Nuno Álvares Pereira foi conseguido por doação régia no período de 1384-1389. Foi-lhe, também, concedido o título de Conde de Barcelos em 8 de Outubro de 1385.

⁵³ Vide MS. 2 / NG. 2, *Reforma setecentista do cartório da Casa de Bragança*, Livro de Doações, Tomo 1º, fls. 20v. a 22v.

⁵⁴ Vide *Livro da Junta de Parochia de Évora-Monte de 1844*, no Arquivo da Junta de Freguesia de Évora-Monte.

⁵⁵ Vide GUERREIRO, Hugo, op. Cit., p. 42.

constituída por mais de dez elementos, sendo-lhes permitido ter um templo e praticar nele culto, e organizarem-se, ao nível da justiça, pelos seus códigos.

Em 28 de Janeiro de 1416⁵⁶, os moradores de Évora-Monte transigem com o Condestável Nuno Álvares Pereira, que o depositário dos direitos reais, Lopo Martins do Carvalho⁵⁷, acate e cumpra o estabelecido no foral antigo, por fim a que a vila não fique despovoada.

Sendo a vila jurisdição definitiva do Condestável, com direito a padroado, castelo e alcaidaria, direitos, rendas, foros e propriedades, este a doa-a, em 4 de Abril de 1422⁵⁸, ao seu neto D. Fernando, ficando este com direito: a castelo e alcaidaria; padroado; direitos, rendas, foros e propriedades rústicas; rendas e direitos dos judeus⁵⁹. Juntamente à vila de Évora-Monte, D. Fernando, recebe de seu avô o condado da vila de Arraiolos. É ainda no ano de 1422, que é criado o Ducado de Bragança, nascendo então a mais importante casa nobre da monarquia portuguesa.

Ainda no ano de 1423, D. Fernando, Conde de Arraiolos, manda construir o chafariz em Évora-Monte⁶⁰, a fim de colmatar as deficiências de abastecimento de água na vila.

Embora seja D. Fernando o senhor da Vila, é, no entanto, o seu primo Lopo Martins do Carvalho o detentor dos direitos e rendas da mesma, segundo as doações⁶¹ do Duque em 1433.

A confirmação régia⁶², por D. Afonso V, a D. Fernando, Conde de Arraiolos, de todas as doações, mercês, graças e privilégios que pelos reis D. Fernando I, D. João I e D. Duarte, tinham sido feitas e concedidas ao Condestável Nuno Álvares Pereira, seu avô e a ele, é firmada em Santarém, a 2 de Março de 1449.

Com a morte, em 1461, de D. Afonso, Marquês de Valença e herdeiro natural do Ducado de Bragança, sucede-lhe o seu irmão, D. Fernando⁶³, Conde de Arraiolos, que assume o título nobiliárquico de Duque de Bragança, e sendo detentor de Évora-Monte,

⁵⁶ Vide CUNHA, Mafalda Soares da, op. Cit., anexos.

⁵⁷ Lopo Martins do Carvalho herdou do Condestável Nuno Álvares Pereira a vila de Évora-Monte por uma vida, tendo esta regressado ao legado do Condestável após a sua morte. Vide GUERREIRO, Hugo, op. Cit., p. 36.

⁵⁸ Vide CUNHA, Mafalda Soares da, op. Cit., anexos.

⁵⁹ Idem, ibidem.

⁶⁰ Vide ESPANCA, Túlio, op. Cit., p. 242 e GUERREIRO, Hugo, op. Cit., p. 38. A lápide de fundação do chafariz com o escudo primitivo das armas da Casa de Bragança, diz o seguinte: ESTA OBRA MÃDOU FAZ: r FENAM ROIZ : OVIDOR D + DÕ FERNANDO : NETO DEL REY : E + FILHO DO CONDE : D : BARCELOS : E DO NACIMENTO + D + MIL : E + CCCCXXIII ANOS :

⁶¹ Vide PESTANA, Manuel Inácio, op. Cit., p. 69.

⁶² Vide MS. 2 / NG. 2, *Reforma setecentista do cartório da Casa de Bragança*, Livro de Doações, Tomo 1º, fls. 185v. a 190v.

⁶³ Vide PEREIRA, Paulo, op. Cit., p. 5.

esta entra assim para o rol de bens do Ducado⁶⁴. A partir deste momento os administradores municipais e judiciais de Évora-Monte passam a ser nomeados pelo administrador da Casa de Bragança⁶⁵.

No ano de 1483, o Duque de Bragança, D. Fernando, 2º Duque de Bragança, é executado em Évora na Praça do Giraldo, por ordem do rei D. João II, sendo acusado de conspiração contra o estado, honra e serviço do rei, em conluio com os reis católicos de Castela⁶⁶. Deste modo, todos os bens da Casa de Bragança reverteram para a coroa, incluindo Évora-Monte. Esta execução melindrou a nobreza, que entra em conflito com o rei, uma vez que a Casa de Bragança era já na altura a mais poderosa casa nobre do país. Uma das consequências deste evento foi o exílio de grande parte da alta nobreza portuguesa no reino de Castela.

Após a morte do rei D. João II, em 1495, sobe ao trono D. Manuel I, que toma como primeira medida a criação de condições para que a nobreza exilada retorne ao reino. Deste modo, estão criadas as condições para que, em 1496, o rei D. Manuel, em Setúbal, receba os nobres exilados em Castela. Neste seguimento é D. Jaime I, Duque de Bragança, filho de D. Fernando que reabilitada a nobre casa brigantina, tendo todos os bens confiscados sido não só restituídos, mas também acrescidos de mais cinquenta vilas, castelos e fortificações, benefícios eclesiásticos e importantes cargos civis⁶⁷, aumentando, deste modo, a importância do ducado brigantino no seio da monarquia portuguesa. Assim a vila de Évora-Monte volta a estar sob jurisdição da Casa de Bragança.

No ano de 1512, a 2 de Novembro, D. Jaime I, Duque de Bragança, num ataque de fúria e ciúmes, assassina a sua esposa, D. Leonor Gusmão e o seu presumível amante, o Pagem António Alcoforado, tendo-se de imediato dirigido a Évora-Monte para se refugiar na torre Medieval⁶⁸.

No ano 1516, a Misericórdia de Évora-Monte recebe o seu Compromisso⁶⁹, revelando-se uma instituição com muita importância, ainda actualmente junto da população da vila, desempenhando um forte papel social no apoio aos mais necessitados, e na área da

⁶⁴ Vide PEREIRA, Paulo, op. Cit., p. 5.

⁶⁵ Vide GUERREIRO, Hugo, op. Cit., p. 40.

⁶⁶ Vide MATTOSO, José (direcção), *História de Portugal*, volume 3, Editorial Estampa, 1993, pp. 25 – 29.

⁶⁷ Vide SARAIVA, José Hermano, «A Monarquia manuelina» In *História de Portugal 1245-1640*, volume 2, p. 432.

⁶⁸ Vide ESPANCA, Padre Joaquim, *Memórias de Vila Viçosa*, pp. 52 e sgts.

⁶⁹ Vide GUERREIRO, Hugo, op. Cit., p. 43.

saúde, pois, durante muitos anos, foi esta instituição que patrocinou o único hospital da vila, que hoje em dia se encontra desactivado.

O Foral de Leitura Nova⁷⁰ é atribuído à vila a 15 de Dezembro de 1516, pelo rei D. Manuel I; fazendo alusão aos forais anteriormente atribuídos, confirma-os e define novas formas de prestação de vassalagem dos habitantes da vila ao rei (Anexo 3).

Em Fevereiro de 1531, um sismo atinge Portugal, e durante oito dias as suas réplicas atormentam o país. Como resultado desta actividade sísmica, a vila de Évora-Monte ficou quase destruída⁷¹, sendo gravemente afectadas as estruturas da Torre de Menagem, da Igreja, da Cerca e das habitações da população. Este acontecimento irá reflectir-se na imagem urbana de Évora-Monte, visto que a sua reconstrução conduzirá ao nascimento de uma nova vila, envolvendo-se neste projecto o rei D. João III, D. Jaime I, 3º Duque de Bragança e o seu filho D. Teodósio, 4º Duque de Bragança, pois D. Jaime I faleceu em 1532, ficando a continuidade de condução das obras a cargo do novo Duque de Bragança. O Cabido da Sé e o prelado auxiliaram na recuperação dos edifícios religiosos⁷².

É no que concerne às reconstruções após a destruição, que surgem as divergências entre historiadores/investigadores sobre o actual Paço de Évora-Monte: terá sido construído antes ou depois do sismo de 1531?

No capítulo onde se descreve o Paço de Évora-Monte, esta questão será analisada com mais profundidade, por forma a procurarmos uma resposta. No entanto, é provável que o actual Paço tenha sido mandado erguer por D. Jaime, 4º Duque de Bragança, em 1531, tendo encarregue o arquitecto Francisco de Arruda da sua construção.

É também entre 1525 – 1531? que se enquadra a provável construção dos cinco torreões⁷³ que guarnecem a Cerca Medieval, sendo consensualmente apontado como autor do seu projecto, também o arquitecto Francisco de Arruda.

No decorrer dos tempos, Évora-Monte destaca-se por ser um local de passagem de algumas comitivas, no percurso das suas viagens. Assim, no ano de 1557, o Imperador de Castela, Carlos V, pediu a S. Francisco de Borja que viesse a Lisboa encontrar-se com a rainha D. Catarina, avó do rei D. Sebastião, para lhe propor a unificação dos dois reinos Castela e Portugal, ficando como herdeiro do trono o neto de D. Carlos V. Deste

⁷⁰ Vide Idem, p. 43 e MS. 5 / NG. 5, *Reforma setecentista do Cartório da Casa de Bragança*, Livro de forais, tomo 1º, fls. 187v. a 206.

⁷¹ Vide GUERREIRO, Hugo, op. Cit., p. 44 e ESPANCA, Túlio, op. Cit., p. 223.

⁷² Vide ESPANCA, Túlio, op. Cit., p. 223.

⁷³ Vide PEREIRA, Paulo, op. Cit., p. 12.

modo, parte de Castela, em direcção a Lisboa, a comitiva de S. Francisco de Borja, composta pelos padres Dionisio Vasques, Francisco Burtamante e o seu irmão Francisco Biornas. No seu trajecto, fazem uma paragem em Évora-Monte, tendo S. Francisco de Borja celebrado uma missa na igreja Matriz, juntamente com o padre Dionisio Vasques⁷⁴.

De particular relevância, merece aqui destacar-se a visita do Papa Pio V ao rei D. Sebastião, em 1571, tendo passado ao lado de Évora-Monte e parado para descansar um pouco mais à frente na estalagem Venda de Bruceiras, junto à actual aldeia de Azaruja⁷⁵.

Em 1580, o reino de Castela toma o reino de Portugal, ficando a ele subordinado, situação que se prolonga até 1640, aquando da Restauração da Independência. Durante este período, existe uma grande lacuna documental da organização administrativa em Évora-Monte, não se conhecendo muitos factos ocorridos na vila neste hiato de tempo. No entanto, sabe-se que em termos de organização administrativa, a vila de Évora-Monte pertencia à Correição de Estremoz, da Comarca de Alentejo⁷⁶. A partir da segunda metade do século XVII, a vila de Évora-Monte pertence à Ouvidoria de Vila Viçosa⁷⁷.

Uma missiva, datada a 27 de Novembro de 1638, confirma a doação⁷⁸ do rei D. Filipe a D. João II, Duque de Bragança, futuro rei de Portugal, de diversas vilas portuguesas, de entre elas a de Évora-Monte.

A 1 de Dezembro de 1640, é concretizada a Restauração do reino de Portugal, face ao reino de Castela, subindo ao trono D. João II, Duque de Bragança, tornando-se o rei D. João IV. Deste modo, Évora-Monte mantém-se na alçada da Casa de Bragança e simultaneamente pertence ao rol de bens régios.

Após a Restauração de 1640, sucede-se a Guerra da Restauração, com o propósito de fortalecer a independência de Portugal face a Castela, campanha que se prolonga por longos anos, sendo o Alentejo uma das zonas do país mais afectadas, pelo que é

⁷⁴ Vide XAVIER, Bivar, «S. Francisco de Borja em Évoramonte» In *Almanach Evoramontense*, Minerva Comercial, Évora, 1917, pp. 55 – 57.

⁷⁵ Vide ESPANCA, Túlio, «Visitas de Embaixadores de Embaixadores Célebres, Reis, Príncipes e Arcebispos a Évora nos séculos XV – XVIII» In *Boletim A Cidade de Évora*, n.º 27-28, Évora, 1952, p. 146.

⁷⁶ Vide LEÃO, Duarte Nunes do, *Descrição do Reino de Portugal*, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, p. 140.

⁷⁷ Vide COSTA, Mário Nunes, «O promptuário das terras de Portugal», In *Boletim A Cidade de Évora*, n.º 33 – 34, Évora, 1953.

⁷⁸ Vide MS.1 / NG.1, *Reforma setecentista do cartório da Casa de Bragança*, Livro de Contratos, fls. 284 a 290.

possível destacar alguns movimentos militares pertinentes em Évora-Monte. Assim, a 10 de Setembro de 1644, o Conde de Alegrete, governador do Alentejo, envia uma missiva ao rei informando-o de que tem várias companhias prontas para a defesa da nação, destacando-se entre elas uma companhia em Évora-Monte⁷⁹, alguns dias mais tarde, a 17 de Setembro, o governador do Alentejo, informa o rei que, a 25 de Setembro, irá enviar várias companhias para Olivença, sendo uma delas de Évora-Monte⁸⁰. Uma outra missiva, de 10 de Junho de 1661, do Conde de Attouguia, governador do Alentejo, em resposta ao pedido do rei, confirma a saída de um trem de artilharia de Elvas para se alojar em Évora, Évora-Monte e Montemor-o-Novo⁸¹. A 13 de Maio de 1663, quando D. Juan de Áustria, a caminho da tomada de Évora, ao passar por Évora-Monte, ordenou que uma parcela do seu exército fizesse render a vila; mas, no seu interior, encontrava-se um regimento comandado pelo Mestre de Campo João Ferreira de Andrade, que recebeu a tiro o exército de Castela, pelo que estes não ripostaram, ficando impedidos de atingir os seus objectivos⁸². Uma outra carta de 7 de Junho de 1663, do Conde de Vilaflor de Évora, ao rei, informa-o de que o inimigo encontra-se de saída de Évora e aconselha-o a tomar o caminho mais seguro, o sentido Montemor – Arraiolos – Évora-Monte⁸³.

A fortificação de Évora-Monte, assim com todas as outras do Alentejo, foram bastantes fustigadas com ofensivas de Castela, mas conseguiram ir resistindo, afim de consolidar a Independência de Portugal.

Encontrando-se a meio caminho entre Évora e Estremoz, Évora-Monte destaca-se e continua a ser, como já referido, um local de passagem de diversas comitivas. No ano de 1669, o Príncipe Cosme de Médicis, Duque da Toscana, em visita ao reino de Portugal⁸⁴, passa por Évora-Monte e descansa um pouco depois da vila, na Venda de Bruceiras. Faz-se acompanhar pelo pintor e desenhador Pier Maria Baldi, que, no entanto apenas desenha a Venda de Bruceiras e não a vila de Évora-Monte.

⁷⁹ Vide LARANJO COELHO, Possidónio Mateus, op. Cit., volume II.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ Idem, p. 153.

⁸² Vide ESPANCA, Túlio, *Inventário artístico de Portugal*, Distrito de Évora, volume I, 1975, p. 223 e GUERREIRO, Hugo, op. Cit., pp. 46 e 47.

⁸³ Vide LARANJO COELHO, op. Cit., volume III, p. 285.

⁸⁴ Vide ESPANCA, Túlio, «Visitas de embaixadores célebres, reis, príncipes e arcebispos a Évora nos séculos XV – XVII» In *Boletim A Cidade de Évora*, n.º 27 – 28, Évora, 1952, p. 182.

No ano de 1678, a 4 de Abril, o rei D. Pedro II, nomeou Alcaide-mor de Évora-Monte Manuel da Costa Pessoa⁸⁵.

No início do século XVIII, Évora-Monte pertencia à comarca e ouvidoria de Vila Viçosa⁸⁶, encontrando-se a administração do seu governo civil a cargo de dois juizes ordinários, três vereadores, um procurador do Concelho, um escrivão, um juiz dos Órfãos, e respectivo escrivão, um tabelião do Judicial e Notas, e um escrivão do Judicial, Almotacaria e Órfãos.

O senhor Manuel Vidigal tornou-se o Alferes da Ordenança, da vila de Évora-Monte, por confirmação do rei D. João V, a 25 de Março de 1730⁸⁷.

É nomeado Juiz dos Orfãos, Contador, Inquiridor e Distribuidor de Évora-Monte, Martinho Felipe Migueis⁸⁸, a 16 de Fevereiro de 1739, pelo rei D. João V.

A 6 de Novembro de 1740, Bernabé Martins de Oliveira é conduzido no cargo de Capitão-mor da Ordenança de Évora-Monte⁸⁹, de acordo com a missiva do rei D. João V, sendo rendido no cargo por Francisco Martins Travelho, a 13 de Junho de 1741⁹⁰.

O regimento do Celeiro Comum de Évora-Monte é redigido no ano de 1741⁹¹.

Quanto à organização administrativa, em 1755, Évora-Monte pertencia à comarca de Vila Viçosa⁹².

Em 1758, a Igreja Católica Portuguesa requereu aos seus párocos um interrogatório sobre as paróquias do País. Cumprindo o requerido o Pároco de Évora-Monte, Padre Joam Rozado Adam, fez a caracterização do concelho de Évora-Monte, encontrando-se estes inquéritos registados nas Memórias Parochiais de 1758⁹³. Desta averiguação resultou uma caracterização da vila, destacando-se: a sua localização; o recenseamento da população; a delimitação do seu termo; a caracterização da paróquia e Igreja Matriz; a caracterização dos equipamentos existentes; descrição das muralhas e do Paço; e a descrição dos estragos ocorridos com o terramoto de 1755.

⁸⁵ Vide MS. 9 / NG. 9, *Reforma setecentista da Casa de Bragança*, Livro de Mistos, Tomo 3º, Maço 3º, fol. 1.

⁸⁶ Vide COSTA, Padre António Carvalho da, *Corografia Portuguesa e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal*, tomo II, Oficina Valentim da Costa Deslandes, Lisboa, 1708, pp. 515 e 516.

⁸⁷ Idem, fol. 21v.

⁸⁸ Idem, fol. 23.

⁸⁹ Idem, fol. 24v.

⁹⁰ Idem, fol. 26.

⁹¹ Vide PESTANA, Manuel Inácio, *A reforma setecentista do cartório da Casa de Bragança*, Fundação Casa de Bragança, Lisboa, 1985.

⁹² Vide COSTA, Américo, op. Cit.

⁹³ Vide ADAM, Prior Joam Rozado, «Memória sobre a freguesia de Santa Maria de Évoramonte» In *Memórias Parochiais de 1758*.

No dia 2 de Outubro de 1797⁹⁴ foi conferido o título nobiliárquico de conde de Évora-Monte, a D. Manuel de Godoy⁹⁵, pelo príncipe regente D. João, em nome da sua mãe a rainha D. Maria I. Esta atribuição de condado não é do agrado geral dos habitantes da vila, pois D. Manuel de Godoy estava em convivência com o imperador Napoleão I, para que depois da invasão francesa fosse possível as partilhas das terras lusas.

Aquando das invasões francesas no território nacional, em 1808, passa por Évora-Monte a Divisão Francesa Loison, liderada pelo afamado “Maneta”.

Évora-Monte torna-se o palco histórico do termo da Guerra Civil, em 1834, que opunha os Liberais, ao serviço de D. Pedro, e os Absolutistas, defensores de D. Miguel. A 23 de Maio de 1834, o exército seguidor de D. Miguel encontrava-se cercado no seu último bastião, em Évora, encontrando-se as forças militares liberais, em duas vertentes, Montemor-o-Novo e Estremoz, prestes a tomar de assalto Évora. Desta forma o General Azevedo e Lemos, que liderava as forças absolutistas, demandou o fim do conflito junto dos seus adversários, pois encontrava-se perante uma iminente derrota. Procedendo-se à escolha de um local neutro e de rápido acesso às duas facções em conflito, a 26 de Maio de 1834 foi assinado um documento que ficou conhecido nos anais da História como «*A Convenção de Évora-Monte*» (Anexo 4), sendo os signatários o General Azevedo e Lemos, em representação de D. Miguel, e o Conde de Saldanha e Duque de Terceira, em nome de D. Pedro⁹⁶, tendo o acto sido presenciado pelo secretário Grant, em representação da delegação Britânica em Lisboa.

Este tratado restabelece a paz em Portugal, e as suas condições forçam D. Miguel a sair de Portugal, no prazo de quinze dias, sendo proibido de regressar a Portugal Continental ou a qualquer território de domínio português, e a entregar as armas e munições e a dissolver o exército que o apoiava. A Convenção de Évora-Monte⁹⁷ foi assinada na casa

⁹⁴ Vide GUERRA, José, «O Conde de Évoramonte» In *Almanach Evoramontense*, op. Cit., p. 51.

⁹⁵ D. Manuel de Godoy Alvares de Faria Rios Sanches Sarçosa (1764-1851), sobrinho da arcebispo da Sé de Badajoz, D. Gabriel Alvares de Faria, foi um influente fidalgo na corte espanhola do rei D. Carlos IV, tendo mesmo sido designado de Príncipe da Paz, ficou, no entanto, historicamente mais conhecido pelo acordo que realizou com o Imperador Napoleão, que consistia em deixar passar as tropas napoleónicas pelo território espanhol rumo a Portugal, recebendo em troca o reino da Algarve, tratado que levou à desgraça o reino de Espanha, conduzindo a que mais tarde os reis espanhóis abdicassem do trono e a que Napoleão se convertesse no rei de Espanha.

⁹⁶ Vide PERES, Damião, *História de Portugal*, volume VII, Portucalense Editora, Barcelos, 1935.

⁹⁷ Vide GUERREIRO, Hugo, op. Cit., pp. 50 e sgs. O historiador Hugo Guerreiro aponta como provável escolha de Évora-Monte para a assinatura do tratado, o facto de esta ser um local de fácil defesa para as duas facções em caso de ataque surpresa e/ou o administrador do concelho, Joaquim António Saramago, ser da confiança de ambos, garantindo um local seguro, pois ofereceu a sua própria casa para palco da assinatura da Convenção.

de Joaquim António Saramago, na época o Juiz do Celeiro Comum de Évora-Monte, situada na actual Rua da Convenção, na altura designada de Rua Direita.

Este é, até ao momento, o acontecimento histórico mais importante que coloca Évora-Monte na História de Portugal, e, mais especificamente, no rumo ao Liberalismo em detrimento dos ideais Absolutistas.

Continuando a percorrer os acontecimentos emblemáticos relativos a Évora-Monte, a 6 de Novembro de 1836, esta perde o estatuto de sede de concelho⁹⁸, sendo as freguesias de Santa Maria do Castelo e São Pedro anexadas ao concelho do Vimieiro, da Comarca de Estremoz. Esta reorganização administrativa do território resulta do período conturbado politicamente vivido na Revolução de Setembro de 1836⁹⁹, cujos revoltosos defendiam a reposição da Constituição de 1822. Esta revolução, de cariz popular, foi rapidamente neutralizada. Contudo, reflectiu o descontentamento da população, emergindo a necessidade de novas reformas, seguindo-se um esforço para reformar a legislação existente.

Esta remodelação administrativa não correu pelo melhor em Évora-Monte, estando a população descontente com a extinção do seu concelho e anexação ao concelho do Vimieiro. Deste modo, o decreto de 9 de Novembro de 1846¹⁰⁰, reinstalou o concelho de Évora-Monte e extinguiu o concelho do Vimieiro, sendo esta freguesia agregada ao concelho de Estremoz. No ano de 1852, o concelho de Évora-Monte pertencia administrativamente à comarca de Montemor-o-Novo¹⁰¹.

A reinstalação do concelho de Évora-Monte pouco tempo demorou, sendo extinto¹⁰² a 24 de Outubro de 1855, situação que se mantém até aos nossos dias, sendo as duas freguesias Santa Maria do Castelo e São Pedro anexadas ao concelho de Estremoz¹⁰³.

O Celeiro Comum de Évora-Monte foi encerrado em 1915¹⁰⁴, movimento análogo ocorrido em todo o país, surgindo em sua substituição a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo.

Em 1934, inicia-se a primeira fase de obras de restauro do Paço e da Cerca de Évora-Monte, prolongando-se até 1986, sendo inicialmente a entidade responsável pelos trabalhos a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e, posteriormente, o

⁹⁸ Vide GUERREIRO, Hugo, op. Cit., p.55.

⁹⁹ Vide MATTOSO, José (direcção), *História de Portugal*, volume 5, Editorial Estampa, 1993, p. 158.

¹⁰⁰ Vide GUERREIRO, Hugo, op. Cit., p.55 e COSTA, Américo, op. Cit.

¹⁰¹ Vide COSTA, Américo, op. Cit, pp. 483 – 486.

¹⁰² Vide GUERREIRO, Hugo, op. Cit., p. 56.

¹⁰³ Vide COSTA, Américo, op. Cit.

¹⁰⁴ Vide GUERREIRO, Hugo, op. Cit., p. 56.

Instituto Português do Património Cultural e o Instituto Português do Património Arquitectónico, como melhor explanado no capítulo infra.

Ainda no ano de 1934, é descerrada a lápide que assinala a casa onde foi assinada a Convenção de Évora-Monte e realizam-se uma série de acontecimentos culturais para comemorar o centenário do tratado.

As duas freguesias de Évora-Monte, Santa Maria do Castelo e São Pedro, em 1936, são agrupadas numa só, dando origem à freguesia de Évora-Monte¹⁰⁵.

Os arqueólogos Georg e Vera Leisner iniciam as escavações e os seus estudos sobre as Antas de Évora-Monte em 1953¹⁰⁶.

Em 1971, acidentalmente, são descobertas as pinturas a fresco na Igreja Matriz de Santa Maria, pinturas datadas de 1540 e que se julgam ser do pintor Diogo Fernandes¹⁰⁷.

A 7 de Outubro de 1973, a vila de Évora-Monte e o seu Paço foram visitados pelo Presidente da República, o Almirante Américo Tomás¹⁰⁸.

Até ao 25 de Abril de 1974, não existia um órgão de gestão autárquico democrático a funcionar na vila; a partir de então, são eleitos, de quatro em quatro anos, os corpos para a gestão da Junta de Freguesia; funcionando inicialmente na Casa Mortuária, um anexo da Igreja de São Pedro, desde 15 de Agosto de 1987 a Junta de Freguesia de Évora-Monte funciona em sede própria.

Em Maio de 1995, foi elaborado o Plano Director Municipal de Estremoz, de competência da Câmara Municipal de Estremoz, no qual está regulamentado o desenvolvimento urbanístico desta localidade.

Em 1998, Évora-Monte recebe a visita oficial do Ministro do Trabalho e Segurança Social, para a inauguração das instalações do Centro de Dia e Lar para a 3ª Idade, sendo estes tutelados pela Santa Casa da Misericórdia de Évora-Monte.

2.3 - Evolução socioeconómica e cultural

A vila de Évora-Monte chega até nós como um pequeno aglomerado urbano, que através dos tempos foi perdendo importância estratégica-administrativa, restando apenas alguns elementos arquitectónicos que nos elucidam da sua importância ao longo da História.

¹⁰⁵ Vide Diário do Governo n.º 306, 1ª série, de 31 de Dezembro de 1936, p. 1849.

¹⁰⁶ Vide GUERREIRO, Hugo, op. Cit., p.57.

¹⁰⁷ Idem, p.58.

¹⁰⁸ Vide Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, *Processo Administrativo do Castelo de Évora-Monte* IPA n.º 0704040002.

De acordo com dados do Cadastro da população do Reino de 1527, e das obras de Américo Costa, do Padre António Costa, de Augusto Pinho Leal e do Prior Joam Rozado Adam¹⁰⁹, é possível traçar o seguinte quadro sobre o recenseamento da população de Évora-Monte entre o período de 1527-1900:

RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO DE ÉVORA-MONTE (1527 – 1900)					
Anos	N.º de Fogos		População		Total População
	Freguesia Santa Maria (centro histórico)	Freguesia São Pedro (arredores)	Freguesia Santa Maria (centro histórico)	Freguesia São Pedro (arredores)	
1527 ¹¹⁰	311		-	-	183 vizinhos
1708	-	-	-	-	500
1757	101	90	-	-	-
1758	-	-	408 hab.	529 hab.	937
1862	272		-	-	1017
1864	-	-	-	-	1181
1868	163	111	-	-	-
1874	174	106	-	-	-
1890	330		-	-	1224
1900	187	129	736 hab.	502 hab.	1238

Uma análise do quadro do recenseamento da população de Évora-Monte durante quase 400 anos (1527-1900), permite-nos concluir que embora não fosse um aglomerado muito grande, tinha condições para atrair e fixar população à vila, verificando-se um constante aumento populacional até 1900. No *numeramento* de 1527, Évora-Monte possuía mais moradores que localidades como Sines, Almada ou Ourique, podendo daí deduzirmos que a sua importância estratégica-administrativa no contexto nacional, foi-se reduzindo substancialmente com o passar dos séculos.

¹⁰⁹ Vide COSTA, Américo, op. cit., p. 483 - 486, LEAL, Augusto Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Livraria Editora de Mattos Moreira e companhia, Lisboa, 1874, p. 121, COSTA, Padre António Carvalho da, *Corografia Portuguesa e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal*, tomo II, Oficina Valentim da Costa Deslandes, Lisboa, 1708, p. 515 e ADAM, Prior Joam Rozado, op. Cit., p. 64.

¹¹⁰ Vide GALEGO, Júlia Costa Pereira, *A comarca damtre Tejo e Odiana no numeramento de 1527 – 1532*, Centro de Estudos Demográficos, Lisboa, 1982. No *numeramento* de 1527, Évoramonte ocupava a 49ª posição em população da província Entre o Tejo e o Guadiana.



Contrariamente ao que se verificou neste período em termos populacionais, o século XX vai demonstrar um aumento demográfico na primeira metade, e um decréscimo na segunda metade, como podemos constatar no quadro que se segue¹¹¹:

RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO DE ÉVORA-MONTE (1910 – 2001)		
Anos	N.º de Fogos	Total População
1911	340	1338
1920	358	1461
1930	471	1724
1940	-	1864
1950	-	1913
1960	-	1819
1970	-	1170
1981	493	984
1991	511	732
2001	476	724

A diminuição da população na freguesia de Évora-Monte, na segunda metade do século XX, ocorre em dois momentos distintos.

O primeiro momento compreende a década de 60, época em que o país mergulha numa guerra civil nas províncias ultramarinas, factor que irá ter duas consequências imediatas na diminuição da população: reduz o número de famílias a constituir, pois muitos jovens perecem na guerra; e aumenta substancialmente a emigração, não só devido à fuga ao serviço militar obrigatório, mas também na procura de melhores condições de trabalho e desenvolvimento humano.

O segundo momento, nas décadas de 70 e 80, com a Revolução de 25 de Abril, o país inicia um novo rumo; finda a guerra civil nas províncias ultramarinas e desenvolvem-se os grandes centros urbanos.

Em Évora-Monte, verifica-se que existem ainda poucas condições de fixação da população, de entre as quais se destaca a pouco diversificada e escassa oferta de

¹¹¹ Dados recolhidos do *Plano Director Municipal de Estremoz*, Câmara Municipal de Estremoz, Maio de 1995 e em www.ine.pt, Censos 2001.

emprego, existindo apenas actividades relacionadas com a agricultura. Perante tal situação, a população sente necessidade de procurar outras formas de emprego junto dos grandes centros urbanos, verificando-se, assim, uma intensa migração para as zonas litorais, até final da década de 80.

A acrescentar às condições atrás referidas para o decréscimo da população, contribui também a diminuição progressiva da taxa de natalidade.

Nos anos 90, aumenta o investimento público no interior do País, traduzindo-se este na melhoria das acessibilidades rodoviárias e na criação de formas de emprego alternativas. Estas condições não invertem a tendência de decréscimo da população em Évora-Monte, mas atenuam-na¹¹², pois a população, com a melhoria das acessibilidades, encontra-se mais “perto” dos centros urbanos envolventes e mais desenvolvidos, dos quais se destacam Évora e Estremoz; deste modo, a população trabalha nestes centros, mas mantém a sua residência em Évora-Monte: segundo os dados dos Censos 2001, existem na freguesia 294 famílias clássicas residentes e 3 famílias institucionais.

A única possibilidade de inverter o decréscimo da população em Évora-Monte talvez seja quando lhe for atribuída uma nova “função”, tornando-se mais atractiva e produtiva, pois a sua função primitiva, de defesa do território, perdeu totalmente o sentido.

Após analisarmos as oscilações de população em Évora-Monte, clarifica-se a análise da evolução socioeconómica da vila.

Pelo que foi analisado nos dados recolhidos, verifica-se que Évora-Monte sempre foi uma zona exclusivamente rural, dependendo as suas actividades económicas quase exclusivamente da agricultura. A superfície agrícola utilizada na freguesia é de 7713ha¹¹³; destes, 3579ha são utilizados por conta própria, e 4133ha por arrendamento; como terreno agrícola não utilizado restam 7ha. A exploração dos terrenos agrícolas é essencialmente feito com culturas de sequeiro, mas destacam-se também a pecuária e a silvicultura.

No que se refere às culturas de sequeiro, cultiva-se essencialmente o trigo, o milho, a aveia e a vinha, predominando as searas de trigo. Quanto à silvicultura, esta permite o desenvolvimento das seguintes actividades: a extracção da cortiça; a produção de carvão; a apanha da azeitona; a apanha da bolota; e a poda. Sendo maior a actividade

¹¹² De acordo com as previsões do *Plano Director Municipal de Estremoz*, Maio de 1995, estimava-se que a população de Évora-Monte em 2001 seria de 545 habitantes, no entanto verificou-se que tal não se confirmou, situando-se o número de habitantes, um pouco acima do esperado, nos 724.

¹¹³ Vide www.ine.pt

pecuária, esta assenta em três tipos de explorações de dimensão significativa, sendo elas de bovinos, suínos e ovinos, contribuindo para a existência das seguintes actividades: confecção de queijos, ordenha e tosquia.

Verifica-se também a existência de pequenas culturas de regadio, nas pequenas hortas junto às habitações, sendo culturas para a auto-subsistência.

Esta função agrícola da vila tem prevalecido ao longo dos tempos, mantendo-se ainda hoje, pois predomina o emprego da população activa no sector primário, mas verifica-se algum decréscimo, visto que dos actuais 724 habitantes, apenas 205 correspondem a população agrícola¹¹⁴.

Como já referimos anteriormente, é na década de 90 e princípio do século XXI, que, em grande parte devido ao investimento público no interior do país, se favorece o aparecimento de novas formas de emprego em Évora-Monte, sobretudo no sector terciário, de entre as quais se destacam: a criação do Centro de Dia e Lar para a 3ª Idade, a implementação de um Jardim de Infância, e o Posto de Turismo. É também nesta altura que ressurgiu, em 1996, uma instituição financeira - a Caixa de Crédito Agrícola¹¹⁵ - em Évora-Monte, encontrando-se também dotada de um terminal de multibanco, instalado mais recentemente, em 2000.

No que se refere a espaços comerciais e industriais existentes em Évora-Monte, no início do século XX, mais especificamente 1917-18¹¹⁶, sabe-se que existiam em Évora-Monte: duas lojas com venda de diferentes tipos de produtos, desde tecidos a ferragens, passando pelas mercearias; uma loja especializada na venda de artigos alimentares (padaria e talho); um lagar de azeite; duas alfaiatarias; um sapateiro; e, duas oficinas de ferreiro. Actualmente, os ramos que se destacam são: os bens alimentares; as roupas; o calçado; os electrodomésticos; e um posto de combustíveis.

Na área industrial encontram-se mais desenvolvidos os segmentos da panificação, da construção civil, e da reparação mecânica.

Embora já exista uma reduzida diversidade de oferta de serviços e comércio na vila, constata-se que esta é praticamente nula no centro histórico da vila, existindo apenas um

¹¹⁴ Vide www.ine.pt

¹¹⁵ Vide «O sindicato agrícola e a Caixa de Crédito Agrícola Mutuo d' Évoramonte» In *Almanach Evoramontense*, Minerva Comercial, Évora, 1918, neste artigo encontram-se descritos os estatutos da Caixa de Crédito Agrícola Mutuo de Évora-Monte e sabendo-se da sua existência desde 1915, no entanto não foi possível determinar quando esta foi encerrada.

¹¹⁶ Vide *Almanach Evoramontense - 1917*, Minerva Comercial, Évora, 1917 e *Almanach Evoramontense - 1918*, Minerva Comercial, Évora, 1918.

espaço comercial, do ramo alimentar e alojamento, e o Posto de Turismo, fundado em 1999. Este facto impede a fixação da população mais jovem da vila no centro histórico. Em termos de alojamento, em Évora-Monte existe uma pensão, um empreendimento de Turismo Rural e um outro de Turismo de Habitação.

Os cuidados de saúde primários são dados à população da vila no Posto Médico, que funciona duas vezes por semana, assim como num Posto de Venda de Medicamentos.

No respeitante ao saneamento básico¹¹⁷ da vila, verifica-se que o abastecimento de água canalizada iniciou-se em 1965, abrangendo actualmente cerca de 80% da população, e que a rede de esgotos serve 90% da população; mas a inexistência de uma Estação de Tratamento de Águas Residuais impede o eficiente tratamento dos efluentes, sendo estes tratados de um modo rudimentar, numa fossa asséptica, ou lançados numa ribeira.

Na vila de Évora-Monte faz-se a recolha de lixo duas vezes por semana, mas ainda não tem ecopontos, para a recolha de resíduos seleccionados.

O fornecimento de energia eléctrica à vila foi inaugurado em 1959¹¹⁸, facto que foi recebido pela população com muita alegria, pois contribuiu para o incremento da sua qualidade de vida; actualmente cerca de 81,61%¹¹⁹ da população usufrui nas suas habitações de electricidade.

Uma forma de comunicação que anteriormente já existia em Évora-Monte era a rede de telefones¹²⁰, que, segundo um periódico regional, foi instalada (inicialmente uma cabina pública) em 1951, e, posteriormente, em 1952, terá sido inaugurada a rede de telefones para a população em geral.

No que diz respeito a transportes públicos, Évora-Monte era servida por uma estação ferroviária desde o início do século XX, que há poucos anos atrás foi encerrada, aquando da extinção de grande parte da rede de estações ferroviárias no país, facto que entristeceu muito a população, pois, para alguns, aquele foi o principal meio de transporte que sempre utilizaram. Hoje em dia, as únicas formas de transporte público existentes em Évora-Monte, são os transportes rodoviários: através de autocarros, que começaram a sua função por volta de 1940, sendo inicialmente de uma vez por semana

¹¹⁷ Vide MINHATERRA, *Freguesias: Autarcas do século XXI*, vol. VII, Edições Asa, 2000, pp. 414 e 415.

¹¹⁸ Vide «A inauguração da luz eléctrica em Évoramonte» In *Brados do Alentejo*, n.º 1483, 29 de Junho de 1959, pp. 1, 4 e 5.

¹¹⁹ Vide *Habitação / Condições de Habitabilidade*, Plano Director Municipal de Estremoz, Maio 1995, p. 7.

¹²⁰ Vide «Évoramonte, Telefone» In *Brados do Alentejo*, n.º 1055, de 16 de Setembro de 1951, p. 6 e «A inauguração dos telefones em Évoramonte» In *Brados do Alentejo*, n.º 1083, de 30 de Março de 1952, p. 1.

e actualmente com serviços diários, que fazem a ligação com Estremoz e Évora; e também um serviço de táxi local, que preenche as necessidades da população em termos de mobilidade; pois sendo uma população envelhecida, a sua mobilidade depende essencialmente dos transportes públicos.

Em termos culturais verifica-se que existem algumas iniciativas nesta área, mas são escassas. Em 1991¹²¹, a taxa de analfabetismo da população de Évora-Monte era de 27,9% e verificava-se que apenas 10% possuía um curso do ensino superior, assim como no resto do país. A rede escolar¹²² da vila abrange o jardim de infância e o 1º ciclo, tendo as crianças que se deslocar à capital do concelho, Estremoz, para completar os restantes cinco anos de escolaridade obrigatória.

No campo desportivo¹²³, Évora-Monte, tem como infra-estruturas um campo de futebol, um campo de ténis e um pavilhão polidesportivo, no entanto constata-se que são poucas as iniciativas de exploração destes espaços, visto não existir nenhuma associação desportiva que os dinamize.

Anualmente, a 15 de Agosto, comemoram-se em Évora-Monte as festas locais, em honra de Santa Maria, sendo já uma tradição secular.

A Casa de Povo foi durante muito tempo o pólo de dinamismo cultural em Évora-Monte, sediada em boas instalações, onde os seus associados poderiam usufruir da biblioteca, de festas, bailes, sessões de cinema, espectáculos de teatro, etc., a sua iniciativa cultural cessou em 14 de Maio de 2002, aquando da doação de todo o seu património à Junta de Freguesia de Évora-Monte, encontrando-se esta actualmente a desempenhar esse mesmo papel de agente cultural.

A Junta de Freguesia de Évora-Monte, tem também, nos últimos anos, promovido as *Festas no Castelo*, servindo como actividade dinamizadora do centro histórico, tendo em vista a promoção do turismo cultural.

Existe igualmente, em Évora-Monte, a Liga dos Amigos do Castelo de Évora-Monte (LACE), que desenvolvem regularmente iniciativas de promoção do Paço, tais como conferências, concertos musicais, etc.

¹²¹ Vide MINHATERRA, op. Cit., pp. 414 e 415

¹²² Idem, ibidem.

¹²³ Idem, ibidem.

3. DESENVOLVIMENTO URBANO DE ÉVORA-MONTE

Para melhor compreender a identidade e imagem urbana de Évora-Monte, a par da sua história, há que identificar os diferentes períodos que contribuíram para definir o seu desenvolvimento urbano, deste modo destacamos como épocas de urbanização:

- o período da Idade de Ferro¹²⁴;
- o período romano¹²⁵;
- o período islâmico¹²⁶;
- o período após a reconquista cristã (séculos XVIII e XIV)¹²⁷;
- o período de reconstrução pós-terramoto de 1531, época marcada pela arquitectura de transição (séculos XV e XVI)¹²⁸; e
- o período da idade contemporânea (séculos XVII a XXI)¹²⁹.

Évoramonte, acima de tudo, distingue-se pela escolha da sua localização, por motivos de defesa, e pela proximidade de uma importante via de comunicação, entre Évora e Estremoz, bem como por uma adaptação ao sítio em que se encontra.

Quanto ao período da Idade do Ferro, verifica-se que os Celtas construíram um grandioso Império, que se estendeu até à Península Ibérica, cujos povos, ficaram conhecidos nesta zona geográfica por Lusitanos, sendo ainda hoje reconhecidos como soldados que combateram a ocupação romana.

Estes aglomerados urbanos da civilização Castreja, primeiros indícios do conceito de urbanismo, caracterizavam-se por optarem por uma implementação em zonas altaneiras, como estratégia defensiva, com boas condições naturais de defesa, o envolvimento dos aglomerados urbanos¹³⁰, por uma ou mais cintas de muralhas concêntricas, com uma considerável espessura, de terra e pedra; uma economia agro-pastoril, com uma organização socioeconómica assente na estrutura familiar; no interior, do aglomerado,

¹²⁴ Vide CALADO, Manuel e ROCHA, Leonor, op. Cit., pp. 102 e 103.

¹²⁵ Vide LEAL, Augusto Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Livraria Editora de Mattos Moreira e companhia, Lisboa, 1874, p. 121.

¹²⁶ Vide BARROCA, Mário Jorge, «Arquitectura Militar» In *Nova História Militar de Portugal*, volume I, Círculo de Leitores, 2003, p. 107.

¹²⁷ Vide LEAL, Augusto Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Livraria Editora de Mattos Moreira e companhia, Lisboa, 1874, p. 122, GUERREIRO, Hugo, op. Cit., pp. 33 – 34, ESPANCA, Túlio, *Inventário artístico de Portugal*, Distrito de Évora, volume I, 1975, p. 223 e TEIXEIRA, Manuel C., VALLA, Margarida, *O Urbanismo Português*, Livros Horizonte, Junho 1999, pp. 25 – 30.

¹²⁸ Vide ESPANCA, Túlio, op. Cit., p. 223, GUERREIRO, Hugo, op. Cit., pp. 61 – 78, PEREIRA, Paulo, op. Cit., pp. 7 – 13 e TEIXEIRA, Manuel C., VALLA, Margarida, op. Cit., pp. 83 – 87.

¹²⁹ Vide ALMEIDA, General João de, *Roteiro dos monumentos militares portugueses*, volume III, Edição do Autor, Lisboa, 1947, p. 231 e ADAM, Prior Joam Rozado, op. Cit. e TEIXEIRA, Manuel C., VALLA, Margarida, op. Cit., pp. 149 – 154.

¹³⁰ Vide NUNES, António Lopes Pires, *O castelo estratégico português e a estratégia do castelo em Portugal*, Estado Maior do Exército Português, Lisboa, 1988, p. 26.

surgiam as habitações de planta circular, sendo construídas com pedras, postes de madeira, cobertas de ramagens e revestidas de barro; e pela sistematização no uso e hierarquização dos espaços vivenciais, sendo de realçar a já existente rede de infra-estruturas, com ruas principais e secundárias, largos e esgotos.

Analisando a estrutura urbana de Évora-Monte, e tendo em conta os dados arqueológicos existentes, verificamos que é notório a existência destas características na sua malha urbana, “(...) grande povoado fortificado de cumeada com cerca de 8-10 há de área; (cujos) vestígios da muralha proto-histórica excedem o circuito do aro medieval”¹³¹.

O período romano foi um marco muito importante no desenvolvimento urbanístico da Península Ibérica, visto que introduziu as primeiras noções de planeamento urbano. As fortificações romanas designavam-se de *Castrum*¹³², e surgiram sobre as fortificações preexistentes, tinham como principais características:

- o perímetro urbano rodeado de muralhas;
- planta rectangular;
- torres de vigia; e
- quatro portas de entrada, opostas duas a duas e orientadas com os pontos cardeais, para que deste modo fosse possível o arejamento da povoação, sendo esta uma das principais medidas higienistas romana, perfazendo na malha urbana dois eixos principais, *cardo maximus* e *decumanos maximus*¹³³.

Em Évora-Monte, a povoação romana foi implantada na zona onde já existiam construções, tendo sido a malha urbana adaptada às novas exigências das características urbanísticas romanas, destacando-se então as quatro portas de acesso à vila, orientadas em função dos pontos cardeais (*cardo* e *decumanos*)¹³⁴, destacando-se com grande evidência o *decumanos*, enquanto que o *cardo* não se encontra tão bem definido. Pinho

¹³¹ Vide CALADO, Manuel e ROCHA, Leonor, «Povoamento do Bronze Final no Alentejo Central» In *A Cidade de Évora*, Boletim de Cultura da Câmara Municipal de Évora, Série n.º 2, 1996-1997, p. 36.

¹³² Vide NUNES, António Lopes Pires, op. Cit., p. 27 e BENEVOLO, Leonardo, *A cidade na história da Europa*, Editorial Presença, Lisboa, 1995, pp. 19 – 30.

¹³³ Vide BENEVOLO, Leonardo, *História da Cidade*, Editora Perspectiva, São Paulo, 1983, pp. 197 – 199. Segundo Leonardo Benevolo, os eixos *decumanus maximus* e *cardus maximus* são muito importantes na definição do espaço urbano e espaço agrícola de um aglomerado urbano, tendo este sistema antecedentes no urbanismo grego, como se pode verificar na cidade de Mileto que estava organizada em distintas zonas.

¹³⁴ O *cardo* era traçado no sentido Norte – Sul e o *decumanos* no sentido Este – Oeste. Em Évora-Monte é evidente a aplicação do sistema do *cardo* e *decumanus* num terreno inclinado, verificando-se que o *decumanus* está disposto horizontalmente e o *cardo* está implantado de acordo com as linhas de inclinação máxima. Vide BENEVOLO, Leonardo, op. Cit., p. 198.

Leal destaca também a existência de vestígios de fortificações¹³⁵ romanas na vila. A cerca de 5 km de Évora-Monte, encontram-se os vestígios de uma ponte romana sobre a ribeira de Tera¹³⁶.

Outra civilização que contribuiu estruturalmente para a definição da imagem urbanística do nosso território foi a islâmica. As suas fortificações, designadas de Alcáçovas, apresentam uma tipologia que irá inspirar o Castelo Medieval. Este tipo de fortificações¹³⁷ possui geralmente planta rectangular ou subrectangular, e são guarnecidas com torreões quadrangulares que protegem um pátio interior. Durante o período Almóada foram introduzidas novas inovações, tais como: as muralhas de taipa; as torres albarrãs; as torres octogonais; as portas em cotovelo; e as couraças (muros perpendiculares à muralha principal, para proteger o acesso a uma fonte de água). O domínio islâmico foi uma das fases que mais contribuiu para o desenvolvimento das aglomerações urbanas portuguesas¹³⁸.

A Alcáçova¹³⁹ é um desenvolvimento da fortificação romana, mais ampla, por forma a proteger a povoação, e com adição de novos elementos: na fortificação - couraças, barbacãs e entradas em cotovelo; no interior - a Mesquita, o Alcácer (casa do governador), e edifícios militares.

Os vestígios islâmicos em Évora-Monte não se encontram assinalados, tendo sido talvez arrasados ou completamente transformados, pois sabe-se que aí existia uma guarnição islâmica, dado que existem relatos de tal, aquando da tomada da vila pelo exército cristão, na segunda metade do século XII, e que possuíam um castelo muçulmano¹⁴⁰ operacional.

Contudo, na fortificação de Évora-Monte, não verificamos a existência de vestígios pertinentes que possam ser atribuídos a este período de desenvolvimento urbanístico.

Após a reconquista cristã (século XIII e XIV), a que pertence o reinado de D. Afonso III (1248 – 1279) e o reinado de D. Dinis (1279 - 1325), corresponde uma época de fundação de novas cidades, tendo como objectivo a promoção do poder real, visando assim a consolidação da sua autoridade.

¹³⁵ Vide LEAL, Augusto Pinho, op. cit., p. 121.

¹³⁶ Vide LOURO, Padre Henrique da Silva, “Évoramonte” In *Boletim da Junta Distrital de Évora*, n.º 8, Évora, 1967, p. 163.

¹³⁷ Vide BARROCA, Mário Jorge, op. cit., pp. 114 – 116.

¹³⁸ Vide GASPAR, Jorge, “Estudo geográfico das aglomerações urbanas em Portugal Continental” In *Finisterra*, vol. X, n.º 19, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, 1975, p. 124.

¹³⁹ Vide NUNES, António Lopes Pires, op. Cit., p. 32.

¹⁴⁰ Vide BARROCA, Mário Jorge, op. Cit., p. 107.

O surgimento de novos núcleos urbanos era sempre acompanhado de carta de foral, na qual se definiam os privilégios, os direitos e os deveres dos seus habitantes. A criação e a consolidação de novos aglomerados urbanos revelou-se crucial na defesa do território e na sua definição urbanística, onde se tornou pertinente o rigor e a regulamentação, podendo considerar-se o rei D. Dinis como o primeiro impulsionador do urbanismo português.

Na tipologia de vila medieval portuguesa, verifica-se o abandono dos elementos românicos e a sua substituição pelas novas formas do gótico¹⁴¹ e, no essencial esta caracteriza-se por:

- situar-se próxima da fronteira com Castela ou numa zona despovoada;
- ter uma dimensão populacional reduzida, cerca de 1 000 a 2 000 habitantes;
- apresentar um traçado geométrico, normalmente uma planta irregular, em função das necessidades de defesa, administração civil e religiosa;
- possuir um eixo central, mais ou menos rectilíneo, que estabelece a ligação entre duas portas principais, geralmente designada de Rua Direita;
- possuir um ou dois eixos secundários, que são paralelos ao eixo principal;
- possuir vários eixos transversais ao eixo principal;
- dispor de uma praça central, que se encontra a meio do eixo central e a delimita de um dos lados, nunca a atravessando, como no caso de Monsaraz;
- os eixos, são importantes meios de comunicação para a circulação de pessoas e animais de carga, que demarcam quarteirões;
- o castelo, apresentar uma defesa activa¹⁴², que consistia no flanqueamento da cerca com a colocação de torres em pontos estratégicos, surgindo deste modo as

¹⁴¹ Vide GASPAR, Jorge, «Morfologia de padrão geométrico na Idade Média» In *Revista Finisterra*, volume XV, n.º 8, 1969. Jorge Gaspar remete esta tipologia de planeamento de aglomerados medievais, nas suas precedentes francesas, designadas de «bastide», espaços urbanos fundados como suportes comerciais e militares. Nascendo de um plano geométrico, estas distinguem-se por: serem edificadas em locais de fácil defesa; os aglomerados são envolvidos por muralhas; possuem pelo menos duas portas, dependendo o seu número da importância do aglomerado; as ruas são rectilíneas, cujo cruzamento demarcam quarteirões edificados, mais ou menos rectangulares; as habitações surgem nos dois lados das ruas, sendo a altura máxima definida na carta de privilégios e deveres da população; no centro, uma praça central rectangular, com arcadas ou alpendres (zona comercial); a igreja, encontrava-se num largo, próximo da praça central; em termos, de espaços verdes, apenas existem os quintais das casas nas traseiras.

Esta tipologia base, apresenta variações nas diferentes zonas em que é implementada, nomeadamente na Inglaterra, Alemanha, Itália, Espanha e Portugal.

Vide LAMAS, José M. Ressano Garcia, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, 2ª Edição, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2000 e SILVA, José Custódio Vieira da, «Castelos e cercas medievais - séculos XIV e XV» In *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Publicações Alfa, 1989.

¹⁴² Vide SILVA, José Custódio Vieira da, op. cit.

torres albarrãs, é utilizado o sistema de matacões¹⁴³, são melhorados os caminhos de ronda, etc.;

- a implantação da torre de menagem é alterada, deixando de ser colocada num local isolada no interior da cerca, para ser agregada na própria cerca;
- a praça formal e o mercado, são elementos cruciais na dinamização dos espaços urbanos, o mercado pode desenvolver-se em vários espaços, nas ruas, no adro da igreja, ou junto a uma das portas de acesso ao núcleo urbano, a praça formal, apresenta uma forma geométrica irregular, na qual se desenrolam diariamente actividades comerciais e encontros sociais;
- a igreja, dedicada a Santa Maria, é também um elemento sempre dominante da imagem urbana medieval; e
- o aglomerado é envolvido por uma cerca, marco importante na definição da forma e imagem urbana, que apresenta uma função de defesa, uma função de barreira, nas entradas e saídas de pessoas e produtos, sendo aí cobrados as devidas portagens e uma função fronteira, separando o mundo urbano do mundo rural.

Fruto da necessidade de afirmação do poder real, de defesa do território nacional, da fixação e protecção de povoações, de facilitar a recolha dos impostos, de simplificar a comercialização de produtos, e de potencializar a administração civil, religiosa e militar, surge o modelo Fortificação Medieval Cristã¹⁴⁴.

Este modelo segue a linha orientadora da alcáçova árabe, com algumas inovações, mas, na generalidade, apenas são modificados os elementos existentes; deste modo por todo o território verifica-se que:

- a Mesquita é substituída pela Igreja, geralmente dedicada a Santa Maria;
- o Alcácer passa a Alcaidaria (casa do Alcaide);
- mantém-se a cerca ameada e as portas protegidas por torreões ameados; e
- a inovação cristã, é a Torre de Menagem, que servia como último instrumento de defesa do povoado.

¹⁴³ Vide NUNES, António Lopes Pires, *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*, Estado Maior do Exército, Lisboa, 1991, p. 143. O Tenente Coronel António Nunes define o sistema de matacões como “orifícios arredondados abertos no pavimento da varanda de uma torre, por onde se lançavam projecteis para bater a base dessa torre ou para fazer ricochete no talude”.

¹⁴⁴ Vide NUNES, António Lopes Pires, *O castelo estratégico português e a estratégia do castelo em Portugal*, Estado Maior do Exército, Lisboa, 1988, p. 35. e TEIXEIRA, Manuel C., e VALLA, Margarida, op. cit., pp. 25 - 30.

A Fortificação Medieval apresenta como principal material de construção a pedra típica de cada região, destacando-se no Alentejo a utilização do granito. Em termos de técnica construtiva, surge a aplicação do arco de volta inteira e o arco gótico, de volta quebrada. No que concerne a este período de ordenamento urbanístico do território, denota-se que, em Évora-Monte, a sua fundação é tipicamente medieval, embora existisse um aglomerado de origem islâmica, que deve ter sido destruído e/ou seriamente revolucionado, não subsistindo actualmente muitos vestígios.

Tendo sido reestruturada, a partir de anteriores vestígios civilizacionais, em Évora-Monte, a malha urbana medieval revela-se através de algumas características fundamentais: na vila, existem quatro portas de acesso à vila, Porta do Freixo, Porta do Sol, Porta de São Sebastião ou da Vila e Porta de São Brás, estando mais ou menos opostas duas a duas, orientadas em função dos pontos cardeais, e um postigo. As duas principais portas da vila, a Porta do Freixo e a Porta do Sol, são defendidas por torreões semicirculares de ambos os lados. A Porta do Freixo, orientada a sul, estabelecia a comunicação com o arrabalde.

A Cerca amuralhada da vila foi construída em granito, é ameada, com um caminho de ronda que percorre todo o perímetro e apresenta a forma de um triângulo isóceles, enquadrando-se esta na tipologia do terreno, facilitando assim a defesa do aglomerado urbano. Verifica-se também que a dimensão do perímetro da cerca é superior ao aglomerado, existindo entre eles vários espaços vazios, tal, talvez tenha acontecido propositadamente, para acautelar a expansão do aglomerado ou então em consequência de causas naturais, como o terramoto de 1531, no qual muitas habitações foram dizimadas.

A malha urbana, de Évora-Monte é definida pela rua principal, na época designada de Rua Direita, por outras duas ruas secundárias paralelas à principal, uma de cada lado, e por outros eixos perpendiculares aos acima referidos, todos eles delimitam quarteirões. Na zona mais altaneira da vila, terá sido edificada a primitiva Torre de Menagem, onde actualmente se encontra o Paço. Esta escolha de local parece ser do período românico e não da época gótica¹⁴⁵,

A Igreja Matriz, dedicada a inicialmente a Santa Maria, aquando da sua construção nos séculos XIII-XIV, ainda hoje dá nome a uma rua da vila.

¹⁴⁵ Durante o período românico, a torre de menagem encontrava-se implantada na zona central do aglomerado urbano, sendo esta uma herança da estrutura islâmica muçulmana. No período gótico, a torre de menagem é inserida na linha da muralha.

A zona central da vila não se encontra bem definida, contudo, seria provavelmente onde se encontra o resto do pelourinho, em frente aos Paços do Concelho, pois era na praça central que este normalmente se encontrava, sendo também este o local de convergência de todos os eixos existentes na vila. No entanto, em Évora-Monte não se encontra bem definida a praça formal, destaca-se antes o Largo junto à Igreja matriz, que ainda perdura, sendo este um provável local de encontro para trocas comerciais.

Uma outra acentuada característica, de uma malha típica de uma cidade de fundação medieval, são os conjuntos de quarteirões, que formam duas filas paralelas, com uma forma rectangular alongada, constituídos por uma sucessão de pequenos e estreitos lotes urbanos paralelos entre si, e orientados no mesmo sentido, sendo as fachadas orientadas para a rua principal. Os lotes eram preenchidos com as habitações e o respectivo logradouro, que contribuíam para uma imagem mais verde da vila.

Em 1516, na Rua do Postigo (actual Rua da Misericórdia), existia uma alcaçaria¹⁴⁶, cuja descrição informa que teria cerca de 15,95m de comprimento, por 5,50m de largura, sendo uma construção que provavelmente foi destruída com o terramoto de 1531, ou então foi totalmente alterada, pois actualmente não restam vestígios.

Com o terramoto de 1531, pelo qual Évora-Monte foi fortemente afectada, do que resultou vasta devastação da vila. A sua posterior recuperação irá implicar algumas alterações na morfologia urbana existente. Esta necessidade irá coincidir com o movimento nacional de reforma dos espaços urbanos, influenciados pelos ideais urbanistas dos renascentistas italianos¹⁴⁷, período que coincide com os reinados de D. Manuel (1495 – 1521) e D. João III (1521 – 1557). Viviam-se uma conjuntura propícia à modernização dos aglomerados urbanos existentes¹⁴⁸, quer ao nível funcional, quer ao nível estético, dado que se verificam: enorme expansão económica no reino, em virtude das receitas económicas, provenientes das descobertas marítimas; a utilização de outros recursos materiais, também devido ao intercâmbio através das novas rotas marítimas; e, o desenvolvimento de novos conceitos urbanísticos na Europa.

¹⁴⁶ Vide *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto Editora, Porto, 2002. Alcaçaria – poderá ser um arruamento de lojas; lugar onde os Judeus e os Mouros podiam negociar; paço; casa nobre. Neste caso verifica-se que esta dependência se destinava à curtição de peles.

A descrição desta alcaçaria encontra-se no Arquivo da Misericórdia de Estremoz, Tombo 9 A, *Transcrição de original de 1516*, fôlio 17v.

¹⁴⁷ Os tratados *De Re Aedificatoria* de Alberti, de 1450, e *Tratado de Arquitectura Civil e Militar* de Giorgio Martini, de 1495, eram no início do século XVI conhecidos e estudados em Portugal. Vide TEIXEIRA, Manuel C. e VALLA, Margarida, op. Cit., pp. 83 e 84.

¹⁴⁸ Vide TEIXEIRA, Manuel C. e VALLA, Margarida, op. Cit., p. 84.

Em Portugal, esta transformação ocorreu, essencialmente, na alteração dos espaços públicos e/ou no alargamento dos aglomerados urbanos, traduzindo-se eles na:

- alteração dos sistemas de fortificações, com construção de fossos, baluartes e rampas, que irá condicionar fortemente a forma do espaço urbano;
- utilização das ruas com delineamentos rectilíneo e regular, para responder às necessidades de mobilidade, pois aumenta a circulação de carruagens, e atendendo à inovação da perspectiva, tornando-se a rua um percurso “(...) *organizador de efeitos cénicos e estéticos*”¹⁴⁹;
- as praças organizam-se mais fechadas e com uma forma geométrica, bem definida;
- constroem-se novos equipamentos urbanos, tais como Paços do Concelho, Igrejas Matrizes e Misericórdias; e
- as malhas urbanas tornam-se mais ortogonais.

Em Évora-Monte, face ao cataclismo natural ocorrido em 1531 e às condicionantes acima referidas, das alterações urbanísticas executadas constata-se que a Torre de Menagem deu lugar ao actual Paço, sendo esta uma oportunidade para a Casa de Bragança afirmar o seu poder senhorial. Com esse objectivo, foram adicionados, à cerca dionisina, os cinco torreões, que reforçam a defesa do sistema militar; surge uma nova Igreja Matriz, da reconstrução da primitiva; algumas casas vernaculares são reconstruídas, no entanto não se alteram a forma dos quarteirões, nem o seu parcelamento, mantendo a estrutura medieval.

Importa ainda referir que - pelos espaços vazios e vestígios existentes de zonas edificadas na povoação - alguns dos conjuntos arquitectónicos, existentes antes do terramoto não foram reconstruídos, o que poderá ter conduzido ao início do processo de desertificação do centro histórico, conduzindo a população a instalar-se na zona extra-muros, no arrabalde.

Depois deste período e até à época contemporânea, afigura-se-nos que não houve profundas alterações urbanísticas no centro histórico de Évora-Monte, importando registar no entanto o acentuar do seu processo de desertificação.

Durante o século XVII, em Portugal, que compreende os reinados de D. Filipe II (1598 – 1621), de D. Filipe III (1621 – 1640), de D. João IV (1640 – 1656), D. Afonso VI (1656 – 1667) e D. Pedro II (1683 – 1706), verifica-se que no Alentejo se

¹⁴⁹ Vide LAMAS, José M. Ressano Garcia, op. Cit., p. 172.

desenvolveram intensamente alguns aglomerados urbanos, devido ao aumento populacional, ao acréscimo das trocas comerciais e à necessidade de reforçar as defesas do reino, particularmente sentido no decorrer das consequências de Guerra da Restauração. Estas transformações ocorriam essencialmente ao nível das fortificações, e traduziram-se na adaptação das cercas medievais às necessidades de defesa da época e, no alargamento do perímetro urbano, com a construção de nova cintura de muralhas¹⁵⁰. No entanto, em Évora-Monte, estas transformações não são expressivas, dado que não era um aglomerado urbano com grande peso geo-estratégico, visto que já se encontrava na segunda linha de defesa da fronteira com Castela. Mesmo assim a sua fortificação desempenhou um papel importante durante a Guerra da Restauração, servindo como fortaleza de apoio à primeira linha de defesa, possuindo forças militares – companhias de reforço - capazes de intervir quando necessárias.

Um desenho da fortificação de Évora-Monte, do século XVII, executado por Alain Mannesson Mallet¹⁵¹, permite-nos constatar que o núcleo urbano se centrava ainda exclusivamente no interior da cerca medieval, existindo no exterior habitações dispersas nos campos. Nesse desenho, dentro do recinto amuralhado destaca-se o volume do Paço já em ruína, sendo evidente a derrocada de dois dos seus torreões, e o casario envolvente.

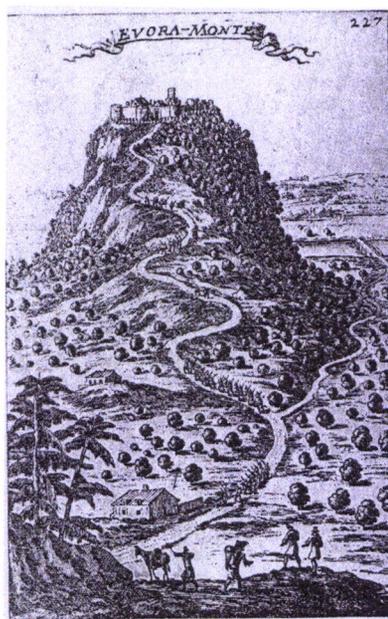


Fig. 3.1 - Vista geral de Évora-Monte no século XVII - Desenho de Alain Mannesson Mallet (ALMEIDA, General João de, *Roteiro dos monumentos militares portugueses*, volume III, Edição do Autor, Lisboa, 1947, p. 231)

¹⁵⁰Vide TEIXEIRA, Manuel C. e VALLA, Margarida, op. Cit., pp. 149 – 154.

¹⁵¹ Vide ALMEIDA, General João de, op. Cit., p. 231.

O século XVIII, também não traz transformações urbanas significativas a Évora-Monte; segundo o que é possível constatar pelo registo da *Memória sobre a freguesia de Santa Maria de Évora-Monte*, de 1758, verifica-se que no campo existiam quase tantos habitantes, perto de 529, como dentro do recinto das muralhas, cerca de 697, talvez seja possível deduzir que nesta época muitos habitantes se deslocavam já para a zona do Rossio, ou então que existiam muitos montes dispersos habitados.

De acordo com as referidas memórias, em Évora-Monte, existiriam os seguintes equipamentos: um hospício de Santa Rita, situado nos subúrbios da vila; a Igreja da Misericórdia; a Igreja Matriz; a ermida de São Sebastião, situada fora das muralhas, junto à Porta da Vila ou de São Sebastião; a ermida de Santa Margarida, localizada extra-muros, junto à Porta do Sol; várias outras ermidas dispersas pelos campos; possuía os Paços do Concelho; as muralhas dionisinas; o Paço, já em ruína, com dois torreões derrocados; um chafariz, situado extra-muros, na encosta Este; e, uma cisterna pública. Mais tarde, em 1787, foi construído ou reparado o edifício dos Paços do Concelho, tendo em conta a data de inscrição na fachada do mesmo, sendo este o edifício em Évora-Monte que apresenta uma decoração exterior mais significativa, embora muito simplista.

A partir dos finais do século XIX, com o cimentar dos ideais liberalistas, a venda de terrenos da Coroa a particulares¹⁵² – o que concentrou o acesso à terra em muitas menos mãos - a aplicação de novas técnicas agrícolas (tais como as sementeiras extensivas de trigo e o aumento da plantação de vinhas), e os tempos pacíficos com o reino de Espanha, os núcleos urbanos agrícolas sofrem um crescimento significativo.

Este período, em termos de urbanização¹⁵³, caracteriza-se, essencialmente, pela perda de significado estratégico das muralhas, sendo em alguns casos destruídas, dado que as tácticas de guerra alteram-se, as batalhas travam-se no campo, deixando de existir o cerco aos aglomerados urbanos, outra característica verificável é a construção de habitações fora do perímetro das muralhas, deixando de existir o limite da aglomerado urbano, emergindo o subúrbio.

Com o emergir da «burguesia agrária», surge também os estilos de vida burgueses, que se vão reflectir no urbanismo das cidades portuguesas. Assistimos assim, como refere

¹⁵² Vide FONSECA, Helder Adegar, *O Alentejo no século XIX – Economia e atitudes económicas*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996, pp. 188 – 200. As vendas de terras da Coroa a particulares veio criar os latifundiários, verificando-se que as terras são vendidas a uma percentagem da população portuguesa com mais posses, surgindo deste modo a «burguesia agrária».

¹⁵³ Vide LAMAS, José M. Ressano Garcia, op. Cit., pp. 203-212.

Helder Adegar Fonseca¹⁵⁴, ao aparecimento de «casas nobres» e «casa grandes» nas cidades e arredores.

É então, nesta época, que a população do centro histórico de Évora-Monte se começa a instalar, em larga escala, na zona do Rossio ou Corredoura, zona mais ampla que permite o aparecimento de «casas grandes». Para tal deslocalização contribuiu a perda da primeira função do aglomerado, o de defesa, e emerge a função comercial e social, surgindo nesta área alguns edifícios que visam o desenvolvimento humano da população, tais como a escola, instituições de auxílio à 1ª e 3ª idade, poços, instituições bancárias, comércio e, pequenas indústrias.

Embora também seja nesta altura que é inaugurado o caminho ferroviário, este não irá ter muita influência no desenvolvimento urbano de Évora-Monte, pois encontra-se a uma distância significativa do núcleo populacional.

Com o principiar do século XX, os equipamentos e serviços ainda existentes, no centro histórico de Évora-Monte, em 1915 eram o matadouro, uma repartição da fazenda, o solar do capitão-mor, o celeiro comum, o hospital da Misericórdia, o telégrafo de palhetas do serviço militar e, o curral do concelho. Todos estes equipamentos e serviços foram sendo extintos ou transferidos para a zona do Rossio, com o decorrer do século XX.

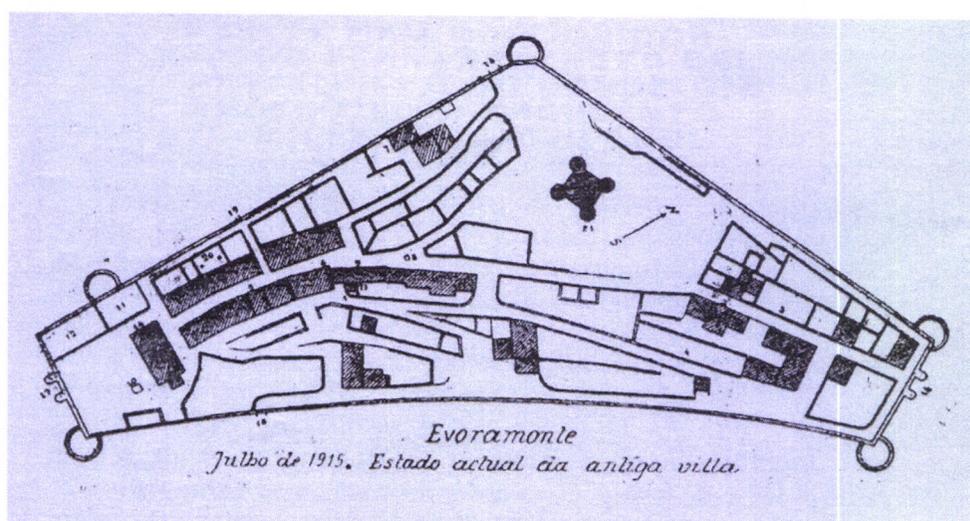


Fig. 3.2 - Planta do centro histórico de Évora-Monte em 1915 (CARMO, António Maria, *Apontamentos para a Monografia de Évora Monte*, Tipografia Meridional, Montemor-o-Novo, 1916, p. 26)

A década de 40, do século XX, proporciona um importante e dinâmico salto no desenvolvimento urbano.

¹⁵⁴ Vide FONSECA, Helder Adegar, op. Cit., p. 201.

A partir de então, com algumas oscilações, Évora-Monte tem registado algum crescimento urbano, não em termos populacionais, mas sim em construção de novos edifícios, verificando-se a existência de novos núcleos urbanos em expansão; tal incremento desenvolve-se em torno do Rossio.

Inversamente proporcional a este dinamismo urbano na zona do Rossio, neste período temporal, é o que acontece no centro histórico de Évora-Monte, destacando-se o intensificar da desertificação humana do mesmo, conduzindo à degradação dos edifícios existentes e posteriormente à sua ruína, desaparecendo pouco a pouco da silhueta da vila.

Em 1995, a Câmara Municipal de Estremoz, aprova o seu Plano Director Municipal (PDM), que abrange e contempla o centro histórico de Évora-Monte. Este é designado como área urbana de interesse cultural, propondo medidas de protecção. Neste sentido, condiciona as acções no centro histórico, da seguinte forma¹⁵⁵:

- as construções existentes só podem sofrer intervenções de conservação e restauro;
- apenas em casos excepcionais, será permitida a adaptação, remodelação ou reconstrução, dos edifícios existentes;
- na construção em parcelas livres ou na substituição de edificações, terão de ser respeitados os alinhamentos originais no plano marginal e do tardo, tendo em vista a manutenção da estabilidade estrutural dos edifícios;
- na construção em parcelas livres e na reconstrução, a altura dos edifícios não pode ser superior a dois pisos, ou deve manter a altura da edificação preexistente, ou a da cénica dominante;
- quando admissível, poderá ser alterado a função de habitação para comércio ou serviços, que se instalarão no rés-do-chão; e
- o pedido de licenciamento de obras deverá ser acompanhado do levantamento pormenorizado da situação existente, com fotografias e peças desenhadas.

No quadro do PDM de Estremoz de 95, foi elaborado o Plano de Ordenamento de Évora-Monte, que especifica as seguintes medidas condicionadoras:

- a) os espaços urbanizáveis, deverão ter uma densidade populacional entre 65 a 110 hab./ha.
- b) o índice de implantação deverá ser igual ou inferior a 0,30.

¹⁵⁵ Vide Câmara Municipal de Estremoz, *Plano Director Municipal de Estremoz*, Regulamento, p. 9.

- c) o índice de construção deverá ser igual ou inferior a 0,60.
- d) o número máximo de pisos serão dois.
- e) o campo visual e de tomada de vista que preservam o perfil e recorte das muralhas e do Paço de Évora-Monte, são Zonas Verdes de Protecção, que têm o estatuto de *non aedificandi*.

No início do século XXI, em Évora-Monte, embora continue a tendência para a desertificação humana da localidade, a par do que se passa em toda a região do Alentejo, esta tendência tende a dissimular-se, verificando-se que cada vez mais jovens se fixam na localidade, ao contrário do que se passou nas décadas anteriores.

O desenvolvimento urbano de Évora-Monte continua actualmente na zona do Rossio, com zonas de construção de habitações novas. No centro histórico o combate à deslocação da população para outros locais não é eficaz, verificando-se, em 2004, apenas 19 habitantes. Para contrariar esta tendência a Junta de Freguesia de Évora-Monte encontra-se a apostar em projectos de desenvolvimento turísticos no centro histórico, que conduzam à fixação da população neste local.

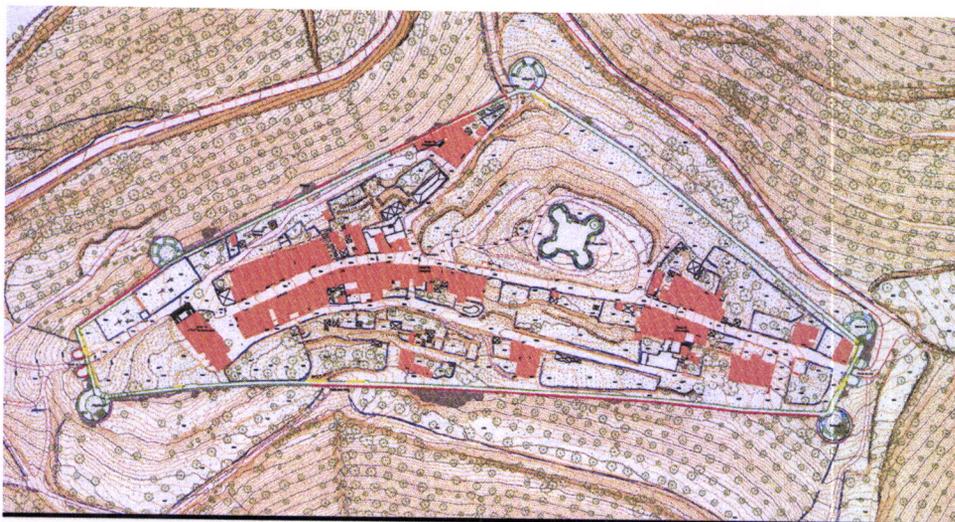


Fig. 3.3 - Planta actual do centro histórico de Évora-Monte, 2003 (Levantamento Arquitectónico de Alberto Martinez – IPPAR)

Analisados, sumariamente, os grandes momentos de transformação urbana em Évora-Monte, podemos concluir que, desde sempre, a não existência de leitos de água subterrâneos no centro histórico, os seus condicionalismos geográficos e a perda do sentido de defesa, condicionou fortemente o desenvolvimento urbano desta urbe. A sua população iniciou um processo – ainda irreversível – de progressiva deslocação para fora de muralhas, na zona da encosta sul da vila, o Rossio, onde era possível encontrar terrenos servidos por águas subterrâneas, maior desafogo de espaços, com menor

restrições à construção de edificações com características mais adaptadas a necessidades e usos contemporâneos.

4. CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO EDIFICADO

4.1 - Património Arqueológico

Se, no campo da arqueologia, são parcas as investigações executadas na vila de Évora-Monte e seus arredores, é contudo possível detectar a presença humana nesta área geográfica, em diferentes períodos, dos quais são de destacar o período Solutrense (do Paleolítico Superior), o período Neolítico, o período Calcolítico (do Bronze Final), o período Romano e o período Medieval.

Sobejamente relevante para o estudo do período Solutrense do Paleolítico Superior é a investigação levada a termo por Abbé Jean Roche, Luciano Ribeiro e Marine Vaultier¹⁵⁶, em Évora-Monte, que veio possibilitar um melhor conhecimento dos primeiros vestígios civilizacionais na zona. Os diversos achados no Monte da Fainha, a Sudoeste de Évora-Monte, foram encontrados de uma forma meramente casual, não tendo sido possível por essa razão determinar a que profundidade se encontravam e se estariam agrupados ou dispersos no terreno.

Estes achados consubstanciavam-se em peças bifaciais de indústria, apresentando na sua maioria, um fâcies mais ou menos assimétrico, o que permite atribuí-las ao acima referido período Solutrense.

As peças arqueológicas conhecidas da indústria de Évora-Monte estão actualmente dispersas por três colecções particulares: a Colecção Ribeiro; a Colecção Vaultier; e a Colecção Mendes Correia.

A Colecção Ribeiro, a maior e a de melhor qualidade das inventariadas, é composta por duas peças em sílex, cinco jaspes cinza-avermelhadas, uma jaspe cinza-azulada, cinco jaspes acinzentadas, e uma peça em xisto.

A Colecção Vaultier detém, na sua totalidade, seis peças, a saber: quatro peças em sílex: uma jaspe amarela; e uma jaspe azul-avermelhada.

A caracterização da Colecção Mendes Correia torna-se, ao momento, impossível de fazer, uma vez que das colecções apresentadas, é a única que não se encontra ainda devidamente inventariada.

Pelo exposto, e em relação ao Paleolítico Superior em Évora-Monte, os elementos que ao nosso conhecimento até ora chegaram da indústria de jazigo apresentam uma homogeneidade tipológica, homogeneidade esta que se pode dever ao reduzido número de peças encontradas. Os achados existentes foram, como acima referido, encontradas

¹⁵⁶ Vide ROCHE, Abbé Jean, RIBEIRO, Luciano e VAULTIER, Marine, «L'industrie du gisement d'Évoramonte» In *O Archeologo Português*, série III, volume II, 1968, pp. 7 – 14.

de forma casual e esporádica, portanto, desenquadradas de quaisquer contextos estratigráfico e arqueológico.

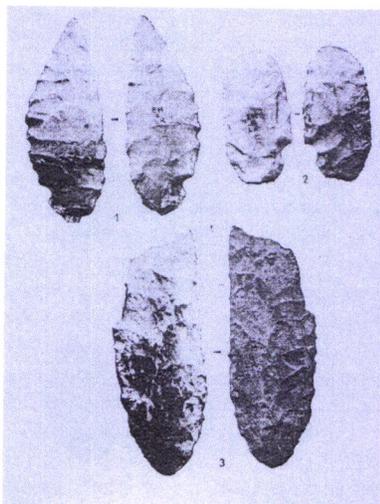


Fig. 4.1 - Alguns exemplares dos achados do Paleolítico Superior em Évora-Monte (ROCHE, J.; RIBEIRO, L.; VAULTIER, M., «L' Industrie du gisement d' Evoramonte» In *O Arqueólogo Português*, III – 2, Lisboa, 1968, PL. V)

O período Neolítico da vila legou-nos os vestígios de três antas, cujo levantamento foi concretizado pelos arqueólogos Vera e Georg Leisner¹⁵⁷. Segundo estes dois arqueólogos, “(...) em Novembro de 1953, na região de Évora Monte, na Herdade dos Alfaiates foram encontradas duas antas e o resto de uma terceira, não tendo sido concluídas as pesquisas nesta região (...)”¹⁵⁸.

As antas encontradas são de tamanho médio, em duas das quais, é possível perceber e definir a sua estrutura, pertencendo ao tipo desenvolvido de anta com corredor¹⁵⁹, a outra anta encontra-se quase que completamente destruída. Embora, os arqueólogos Vera e Georg Leisner, tenham feito o levantamento arqueológico das antas, as pesquisas não foram concluídas.

No que diz respeito à Anta 1 os arqueólogos referem que:

“300m a Leste – Nordeste do Monte dos Alfaiates, em campo raso, está a anta, alta e visível de todos os lados. Compõe-se de uma câmara poligonal de 2,60m de diâmetro, formada por 7 fortes esteios graníticos. Altura do terreno adjacente: 2,20m; a altura primitiva da câmara deve ter alcançado 3m, porquanto os esteios do corredor, dos quais se vêem os dois junto da câmara, ainda com uma laje de cobertura in situ, apenas afloram o terreno. A pedra de cobertura da câmara está partida; os seus fragmentos estão inclinados no interior. A mamoa não se conserva.

¹⁵⁷ Vide LEISNER, Georg, LEISNER, Vera, Op. Cit..

¹⁵⁸ Idem, p. 4.

¹⁵⁹ Idem, p. 18.

Orientação: Este

No espaço atingível fizemos uma sondagem, precursora de uma futura exploração integral que mostrou estar a câmara remexida até ao fundo. O corredor, porém, deve estar intacto.”¹⁶⁰

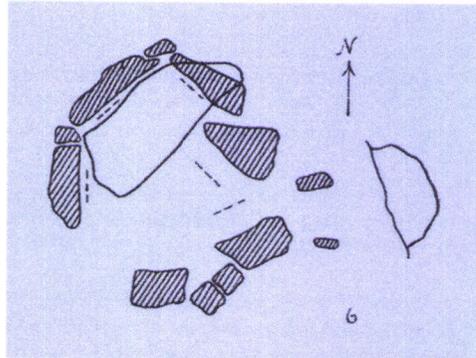


Fig. 4.2 - Planta da Anta 1 dos Alfaiates (LEISNER, Georg; LEISNER, Vera, *Antas nas Herdades da Casa de Bragança no concelho de Estremoz*, Fundação Casa de Bragança, Lisboa, 1955, Est. VII)

Sobre a Anta 2, Georg e Vera Leisner relatam que:

“A 200m a Leste do Monte dos Alfaiates está, numa elevação do terreno, em campo raso, um esteio de granito de 1,70m de altura, único resto desta anta.”¹⁶¹

Sobre a Anta 3, os arqueólogos aludem que:

“Fica num azinhal, cerca de 500m a Oeste do caminho dos Alfaiates à Venda do Duque, 300m a Leste 10° Norte do Monte da Trombeira. Os seus restos, já bastante descaídos e em parte desviados pelas árvores, indicam uma câmara poligonal relativamente baixa de, aproximadamente, 1,80m de diâmetro, à qual se junta um corredor de 3m de comprimento, composto de várias pedras pequenas. Altura actual da câmara: máx. 1,30m, do corredor, 0,55m. Largura do corredor: 0,70m à entrada da câmara, 0,40m ao fim.

Orientação: Este 10° Norte.”¹⁶²

No que concerne a investigações arqueológicas executadas em Évora-Monte e arredores, releva ainda o trabalho realizado por Manuel Calado e Leonor Rocha¹⁶³, que preconizam um estudo inédito sobre aglomerados urbanos, do Bronze Final do período Calcolítico, no Alentejo Central. Um dos sítios cartografados neste estudo foi um grande povoado em Évora-Monte, tendo sido encontrados vestígios da muralha proto-histórica, com uma dimensão aproximada de oito a dez hectares, consequentemente

¹⁶⁰ Idem, *ibidem*.

¹⁶¹ Idem, *ibidem*.

¹⁶² Idem, *ibidem*.

¹⁶³ Vide CALADO, Manuel, ROCHA, Leonor, «Povoamento do Bronze final no Alentejo Central» In *A Cidade de Évora* n.º 2, II série, Câmara Municipal de Évora, 1996 – 1997, pp. 35 – 42.

superior à dimensão ocupada pela actual Cerca Medieval. Este estudo salienta ainda a provável grande densidade populacional que existia na zona da Serra d' Ossa, durante o Bronze Final, pelo que podemos deduzir que Évora-Monte seria um povoado muito importante nesse período, visto que apresenta uma das maiores dimensões, de entre os povoados até ao momento cartografados.

O levantamento arqueológico realizado em 2004 à envolvente do Paço¹⁶⁴, permitiu encontrar uma peça de cerâmica grega de figuras vermelhas, possível de atribuir ao século V a.C.

Dos vestígios arqueológicos referentes ao período Romano há que conferir particular relevo à antiga ponte romana sobre a ribeira de Tera. Desta ponte, situada paralelamente à Estrada Nacional n.º 18 (que faz a ligação rodoviária entre Évora e Estremoz), restam apenas alguns vestígios das suas fundações, nas margens da ribeira.

Foi ainda descoberto o fragmento de uma lápide funerária Romana, de acordo com o artigo de José Leite de Vasconcelos, do qual se transcreve um excerto em seguida:

“(...) a cinco kilometros de Evora Monte, na margem direita da ribeira de Têr, appareceu ha tempo uma tosca lapide, de 1,67m de altura, 0,28m a 0,33m de largura e 0,15m a 0,33m de espessura, em que se lê o seguinte fragmento de inscripção romana:

ERBEID

BA_AV

F. H. S

(...)

È evidente que estamos deante de uma inscripção funerária (...)

O sentido é: F., filho (filha) de F., está aqui sepultado (sepultada).

*Apesar do seu laconismo enigmático, esta inscripção tem sua importancia, porque é um testemunho da dominação romana no local em que appareceu (...)*¹⁶⁵

O historiador Hugo Guerreiro refere a existência de uma outra lápide funerária Romana, que pelo conteúdo da sua inscrição, poderá ter sido de um soldado romano que, provavelmente morto em batalha, aqui foi sepultado¹⁶⁶.

Uma moeda cunhada em “Salacia”¹⁶⁷, um miliário, consagrado a Flavius Iulius Valerius Licinianus Junior¹⁶⁸, e, uma peça de cerâmica dos século I a. c.¹⁶⁹ encerram o espólio Romano encontrado na zona de Évora-Monte.

¹⁶⁴ Vide COSTA, Teresa, LIBERATO, Marco, *Torre de Évoramonte – sondagens de diagnóstico na envolvente*, IPPAR, Crivarque, Torres Novas, 2005.

¹⁶⁵ Vide VASCONCELOS, José Leite de, «Inscripção romana do concelho de Arraiolos» In *O Archeologo Português*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1905, pp. 198 – 199.

¹⁶⁶ Vide GUERREIRO, Hugo, op. Cit., p. 26.

Os parques vestígios romanos em Évora-Monte e suas proximidades deixam em aberto três possibilidades: pelos mais variados motivos, ainda não foram descobertos os vestígios aí eventualmente deixados pelo Império de Roma; a zona não era atractiva aos romanos, nem lhes satisfazia os seus objectivos; ou que, ainda como hipótese possível, tão válida como qualquer das anteriores pelos dados de que dispomos, existindo naquela zona um núcleo urbano muito forte na Idade de Ferro, a população aí existente conseguiu resistir de certo modo à romanização, impedindo-a ou amenizando-a, em comparação com outras zonas vizinhas.

Quanto ao período Medieval, aquando do levantamento arqueológico realizado à envolvente do Paço, em 2004, a arqueóloga Teresa Ramos Costa, responsável pela intervenção, refere¹⁷⁰ uma forte presença medieval, sobretudo na Alta Idade Média, na vila, tendo sido encontrados na zona diversos silos, vestígios de construções nas imediações do Paço e diversos achados que permitem atribuir ao povoado na época medieval um significativo poder económico.

De lamentar o facto de não terem sido desenvolvidas mais investigações arqueológicas documentadas em Évora-Monte, para além das supra citadas; releva, assim, e de uma forma assaz negativa, a insuficiente informação referente aos períodos Romano e Islâmico.

4.2 - Património Arquitectónico Intra-Muros

Quanto ao inventário do património arquitectónico, irá catalogar-se neste capítulo os edifícios que se encontram nos limites da zona especial de protecção dos monumentos nacionais (Paço e Cerca Medieval), criada pelo Diário do Governo, 2ª série, n.º 70 de 23 de Julho de 1948 (Anexo 5).

4.2.1 - Paço

Nos documentos existentes que referem Évora-Monte, frequentemente deparamos com a designação de castelo, e mais esporadicamente com o termo Paço, optamos por utilizar esta última denominação, visto ser o que mais se adequa a esta construção, que se encontra dentro da tipologia de residência sumptuosa.

¹⁶⁷ Vide ALARCÃO, Jorge, op. Cit., p. 80.

¹⁶⁸ Idem, p. 732.

¹⁶⁹ COSTA, Teresa, LIBERATO, Marco, op. Cit.

¹⁷⁰ Idem

O imponente Paço de Évora-Monte, cuja estrutura arquitectónica é invulgar e única em Portugal, enquadra-se na tipologia de palácio senhorial fortificado, da arquitectura militar de transição, seria provavelmente mais utilizado para actividades venatórias, que para defesa¹⁷¹.



Fig. 4.3 - Paço de Évora-Monte (Foto da autora)

Estabelecer uma data para a sua provável construção é um exercício não isento de controvérsia pois, segundo os historiadores Túlio Espanca, Paulo Pereira, Rafael Moreira e Pedro Dias, o Paço de Évora-Monte foi construído após o terramoto¹⁷² de 1531. Pressupõe-se que a torre de menagem medieval foi destruída com o sismo de 1531, iniciando-se em seguida a construção do novo paço, a mando do Duque de Bragança, D. Teodósio, tomando-se Francisco de Arruda como provável autor do projecto arquitectónico¹⁷³, sendo que Túlio Espanca¹⁷⁴ refere o ano de 1535, como sendo o de inauguração do Paço e dos Torreões na Cerca.

Sabe-se que em 1512, estava ainda edificada a torre de Menagem medieval, uma vez que existe uma referência ao isolamento do D. Jaime, 4º Duque de Bragança, na torre medieval, após a morte da sua esposa¹⁷⁵ no Paço Ducal de Vila Viçosa.

¹⁷¹ Vide PEREIRA, Paulo, op. Cit., pp. 10 – 28.

¹⁷² Vide ESPANCA, Túlio, op. Cit., p. 225, PEREIRA, Paulo, op. Cit., p. 5, DIAS, Pedro, «Os antecedentes da arquitectura manuelina» In *História da Arte em Portugal*, Publicações Alfa, 1986 e MOREIRA, Rafael, «A época manuelina» In *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Publicações Alfa, 1989, p. 139.

¹⁷³ Vide PEREIRA, Paulo, op. Cit., pp. 23 – 25.

¹⁷⁴ Vide ESPANCA, Túlio, «Miscelânea Alentejana – Évoramonte» In *A Cidade de Évora*, n.º 51 –52, Anos XXV – XXVI, Boletim da Comissão Municipal de Turismo, Janeiro – Dezembro, 1968, p. 105.

¹⁷⁵ D. Jaime, 4º Duque de Bragança, desconfiado da infidelidade de sua esposa D. Leonor de Gusmão Medina Sidónia, assassinou-a no Palácio Ducal de Vila Viçosa, tendo isolado-se posteriormente na torre Medieval de Évoramonte com receio de ser preso. Vide ESPANCA, Túlio, *Inventário artístico de Portugal*, Distrito de Évora, volume I, 1975, p. 223 e GUERREIRO, Hugo, op. Cit., p. 43.

Contrariando a datação acima mencionada, uma outra hipótese surge¹⁷⁶ para estabelecer a sabatina em torno do ano da provável construção do Paço, pela mão do historiador Hugo Guerreiro, defendendo que aquele se encontraria construído em 1531; edificado no início do século XVI, o edifício ficou assaz danificado após o mencionado sismo, não tendo sido recuperado. Assim, foi, à época, devotado ao abandono e sujeito a diversas acções de vandalismo. No ano de 1758, o seu estado de degradação é tal que suscita o lamento do Padre Joam Rozado Adam “(...) *mal empregado edificio estar tam aruinado (...)*”¹⁷⁷.

Esta hipótese apresentada, válida e fundamentada à semelhança da anterior, não deixa de ser ensombrada pela subsistência do porquê do abandono do Paço de Évora-Monte após o terramoto de 1531. A Casa de Bragança, representante à altura da mais elevada nobreza no reino de Portugal, que pretendia, por imperativos políticos, impor uma imagem de poder, iria permitir o abandono e degradação, fazendo por omissão a manutenção da situação criada pela derrocada do Paço? Dar-se-ia a família brigantina, deste modo, ao despudor de deixar passar uma imagem de família pouco poderosa e negligente face ao seu património, em plena época de expansão colonial - os melhores tempos económicos da nobre Casa até à altura? São estas as questões que estarão presentes como considerações a tecer acerca desta segunda hipótese de datação.

Não se pode deixar de referir que ambas as considerações formuladas em torno da datação do Paço de Évora-Monte carecem de provas documentadas, baseando-se, cada uma delas, na sua essência, em deduções que assentam em meros pressupostos históricos.

Ora, construindo um raciocínio edificado no encadeamento dos factos históricos verificados e pacíficos, é provável que o Paço de Évora-Monte tenha sido edificado após 1531, uma vez que, no início do século XVI, a Ilustre Casa de Bragança se encontra empenhada na construção do Palácio Ducal de Vila Viçosa, obra esta mandada edificar por D. Jaime, IV Duque de Bragança, habitável em 1502; mas as obras de ampliação prolongam-se por mais cem anos, consumindo grande parte do orçamento da família brigantina.

¹⁷⁶ Vide GUERREIRO, Hugo, op. Cit., pp. 68, 69 e 70.

¹⁷⁷ Vide ADAM, Joam Rozado, op. Cit., p. 74.

A conquista de Azamor¹⁷⁸, protagonizada em 1513, por D. Jaime, é emoldurada por uma conjuntura de expansão colonial que enaltecia na época todo o reino português, e é durante as décadas de vinte e trinta de 1500 que a Casa de Bragança, através de doações régias de açúcar e especiarias¹⁷⁹, consegue atingir e estabilizar um considerável rendimento económico; é este o contexto que torna a época tão propícia a novas manifestações de poder, tendo o IV Duque de Bragança mandado transformar o Castelo de Vila Viçosa em 1522 e, hipótese que perante estes factos certamente não causará estranheza, a nobre Casa ter encomendado a construção do Paço de Évora-Monte em 1531.

Destruída pelo sismo de 1531 a Torre de Menagem Medieval, surge, providencial, a oportunidade de exhibir o poder económico brigantino em Évora-Monte, demonstração essa consubstanciada na construção do Paço, obra essa entregue por D. Teodósio, a Francisco de Arruda era, por essa data, Mestre de Obras da Comarca do Alentejo¹⁸⁰, sendo o seu trabalho muito admirado pela Casa de Bragança. A escassez de provas documentais não nos permite atestar estes dados, mas são vários e mui ilustres os autores que atribuem a Francisco de Arruda a construção do Paço, dada a tipologia deste, que partilha inúmeras afinidades com outros projectos executados pelo referido arquitecto¹⁸¹.

Pugna por esta teoria o Tenente Coronel António Nunes, que refere que o Paço terá sido edificado entre 1531 e 1535, inserindo-se na tipologia de palácio senhorial fortificado

¹⁷⁸ Vide PERES, Damião, *Conquista de Azamor pelo Duque de Bragança D. Jaime em 1513*, Fundação da Casa de Bragança, 1951.

¹⁷⁹ Vide PESTANA, Manuel Inácio, *A reforma setecentista do cartório da Casa de Bragança*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 1985, p. 337.

¹⁸⁰ Vide VITERBO, Sousa, *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses ou ao serviço de Portugal*, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, Lisboa, 1899.

¹⁸¹ Os irmãos Arruda foram convidados por D. Jaime, 4º Duque de Bragança, em 1513, para fortificarem a praça de Azamor, no Norte de África. Posteriormente, em 1514, Francisco de Arruda retorna a Portugal, tendo lhe sido incumbido a construção da Torre de Bélem (1514-1521), e novamente por convite de D. Jaime, 4º Duque de Bragança, os irmãos Arruda são os técnicos responsáveis pela transformação do Castelo de Vila Viçosa, por volta de 1522?. Em 1531, após o terramoto, terá sido mandado erguer o Paço de Évoramonte, atribuindo-se a Francisco de Arruda, pois Diogo de Arruda morre em 1531, então Francisco de Arruda é nomeado o Responsável pelas obras a Sul do Tejo.

O Arquitecto Francisco de Arruda sempre demonstrou muito interesse nas inovações italianas de baluartes angulares e inspirou-se nos desenhos do italiano Francesco di Giorgio Montino, influências essas visíveis no Paço. Paulo Pereira destaca também as semelhanças com o Castelo de Chambord, iniciado em 1516, em França, caracterizando-se por ser uma residência de caça fortificada, com quatro torredões cilíndricos à volta de um salão central. De referir ainda que é característico das construções arquitectónicas dos irmãos Arrudas: as fortificações com baixa alimetria e volumetria, dotadas de baluartes; utilizam o tiro mergulhante, através de canhoieiras colocadas a vários níveis; utilização de torredões ultra-semicirculares; utilização de formas geométricas compactas; e o gosto pela decoração. Vide MOREIRA, Rafael, «A época manuelina» In *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Publicações Alfa, 1989, pp. 132 e sgts e PEREIRA, Paulo, op. Cit., pp. 18 e sgts.

de transição¹⁸², típica do século XVI que se caracteriza por não ser medieval nem abaluartada, mas sim uma fortificação renascentista, sendo o edifício sob apreço um dos raros exemplos existentes em Portugal de arquitectura militar de transição.

A este pretexto, e pela relevância na sustentação da teoria, salienta Paulo Pereira, o facto de “(...) *os dispositivos decorativos habituais dos Arrudas encontram-se aqui* (Paço de Évora-Monte) *apresentados de forma depurada, como sejam os eixos verticais das fachadas marcados por janelas debaixo das quais encontramos «nós»(...)*”¹⁸³; reiterando de forma veemente, surge ainda Rafael Moreira, que nos diz que a construção do Paço de Évora-Monte é “(...) *caso excepcional, em que a capacidade inovadora de Francisco (Arruda) conseguiu por um momento (...) libertar-se das limitações com que se debatia (...)*”¹⁸⁴.

Não assumindo o acima exposto como um facto historicamente comprovado, parece-nos, no entanto, ser de aceitar pacificamente o arquitecto Francisco de Arruda como o autor do projecto do Paço de Évora-Monte.

Resta, ainda, questão controversa, que decorre racionalmente da opção tomada acerca da datação da construção do Paço; partindo então do pressuposto de que foi construindo em 1531, oferece-nos saber, se a tal poderemos almejar, ou ao menos aflorar a razão de tamanha degradação do edifício, bem patente no testemunho que nos foi deixado pelo Padre Joam Rozado Adam, sobre o seu estado de conservação, datado de 1758. A esta constatação de Joam Rozado Adam, acrescem outros relatos, de António Caetano de Sousa¹⁸⁵, que referem o estado de degradação do Paço, no ano de 1738 – vinte anos antes, portanto, do agravado relato do clérigo.

Perante isto, poderemos com alguma justeza admitir que, no decorrer de alguma batalha, durante a pré e pós Restauração (1640), em Évora-Monte, o Paço possa ter sido danificado, com consequentes abalos de algumas estruturas do edifício, permitindo que este entrasse em ruína? Parece-nos que assiste alguma honestidade de raciocínio nesta questão, que poderá ser corroborada por uma missiva de 12 de Julho de 1664, enviada de Estremoz e remetida pelo Conde de Marialva, Governador do Alentejo ao Rei, na

¹⁸² Vide NUNES, António Lopes Pires, *O castelo estratégico português e a estratégia do castelo em Portugal*, Estado Maior do Exército, Lisboa, 1988, p. 22. e NUNES, António Lopes Pires, *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*, Estado Maior do Exército, Lisboa, 1991, pp. 199 e 200.

¹⁸³ Vide PEREIRA, Paulo, «A simbólica manuelina, razão, celebração, segredo» In *História da Arte Portuguesa*, volume 2, Círculo dos Leitores, 1995, p. 138.

¹⁸⁴ Vide MOREIRA, Rafael, op. Cit., p. 139.

¹⁸⁵ Vide SOUSA, D. António Caetano, *Historia Genealógica da Casa Real Portuguesa...*, tomo 5, Lisboa Occidental, Officina Sylviana, 1738, p. 585.

qual informa do estado das fortificações do Alentejo, destacando que “(...) a fortificação de Évoramonte se vai continuando, e brevemente estará toda acabada (...)”¹⁸⁶.

Nesta missiva constatasse que a obra da fortificação de Évora-Monte “se vai continuando”, remetendo contudo, o seu término para “brevemente”; não existe porém dados que nos confirmem a sua finalização; bem sabendo que este foi um ciclo conturbado da História de Portugal, com todas as vicissitudes da Guerra da Restauração, período durante o qual era premente a soberania face ao reino de Castela, talvez tenha sido imperativo maior reforçar outras fortalezas mais próximas da fronteira, em detrimento do Paço de Évora-Monte, ficando, ali, as obras inacabadas, tendo o edifício sucumbido à acção do tempo.

Poder-se-á ainda admitir que a obra tenha sido concluída em 1664, mas conhecendo-se igualmente o facto de que as incursões espanholas no nosso Reino continuavam, não será de descartar a hipotética destruição do Paço numa refrega posterior à conclusão das obras, tendo o Paço sido relegado para o esquecimento e assim consagrado ao abandono, arruinando-se nos passos do tempo, sendo certo que, no século XVII, se encontrava já em ruína.

Todas estas teorias são deduções assentes em pressupostos, carecendo, ao momento, de provas documentais e de sondagens arqueológicas.

De acordo com os registos gráficos de Alain Mannesson Mallet, em 1671, o Paço possuiria já os dois torreões, situados a Sul e Oeste em derrocada, situação que se manteve até à primeira metade do século XX, altura em que foi executada uma intervenção de conservação e restauro, como melhor explicado infra.

A 15 de Junho de 1937¹⁸⁷, o Paço de Évoramonte deixa de ser tutelado pelo Ministério de Guerra, sendo transferido para a alçada da Direcção Geral da Fazenda Pública.

Edificado sobre uma colina, tal permite seu acentuado destaque do Paço em relação aos demais edifícios envolventes, a que acrescem ainda os seus aproximados vinte metros de altura, que bem possibilitam a notoriedade da sua silhueta, assim anunciada a vários quilómetros de distância.

¹⁸⁶ Vide LARANJO COELHO, Possidónio Mateus, *Cartas dos governadores do Alentejo a El-Rey D. João IV*, volume III, Lisboa, 1940, p. 285. As obras a decorrer na fortificação de Évora-Monte não são especificadas, contudo alguns autores referem estas obras, de entre outras como as de construção dos torreões, que reforçam o sistema defensivo da cerca medieval.

¹⁸⁷ Vide Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, *Processo Administrativo Castelo Évora-Monte* IPA n.º 0704040002.

O seu projecto arquitectónico foi influenciado pela tipologia renascentista italiana¹⁸⁸, o que muito se deve à grata permeabilidade do seu suposto autor, o arquitecto Francisco de Arruda, à novidade da humanista Itália da época.

A este propósito, afirmam Maria João Vaz e Fernanda Mendes que o Paço de “(...) *Évoramonte é (...) a substituição consciente de um anterior «donjon», neste caso a Torre de Homenagem Medieval desaparecida com o terramoto*”¹⁸⁹.

No que diz respeito às suas fundações, é provável que estas correspondam aos restos da primitiva Torre de Menagem Medieval, uma vez que o Paço se encontra edificado no mesmo exacto local onde aparentemente aquela se erguia; no entanto, o levantamento arqueológico realizado em 2004¹⁹⁰, demonstrou que as paredes Noroeste e Sudeste do Paço estão directamente assentes na rocha, tendo as preexistências sido demolidas antes da edificação do edifício.

Contradizendo esta teoria, do Paço ter sido construído no local da primitiva Torre de Menagem, surge-nos como probabilidade, apontada por José Filipe Mendeiros¹⁹¹, de que a actual Igreja Matriz de Évora-Monte terá sido erguida sobre os destroços da primitiva torre de Menagem Medieval, facto que não está provado, devido à falta de sondagens arqueológicas, a questão, no entanto, ficará, por ora, em aberto.

O Paço, excelente exemplo da arquitectura militar de transição em Portugal, apresenta uma decoração naturalista, pouco consonante com os edifícios militares, surgindo a sua planta centrada quadrangular, bem característica das construções manuelinas e do reinado de D. João III.

Exteriormente, o edifício apresenta uma composição quadrada e robusta, destacando-se os quatro torreões cilíndricos de formato telescópico, cuja base é maior que a sua extremidade superior, sendo a variação de dimensão marcada com a distinção dos diferentes pisos do Paço, através de uma cercadura cilíndrica, que o envolve na totalidade, cujo remate é feito em *nó*¹⁹², símbolo da Casa Brigantina, aparecendo representado em todos os alçados do edifício.

¹⁸⁸ Vide ESPANCA, Túlio, op. Cit., p. 225.

¹⁸⁹ VAZ, Maria João Amaral, e MENDES, Fernanda Isabel Vaqueiro, *Évoramonte*, Seminário de Conservação e Reabilitação do Património Cultural – Património Classificado, Departamento de História, Universidade de Évora, Dezembro 2002, p. 17.

¹⁹⁰ Vide COSTA, Teresa, LIBERATO, Marco, op. Cit., p. 35.

¹⁹¹ Vide MENDEIROS, José Filipe, *Património Religioso de Estremoz*, Estremoz, 2001, p. 103.

¹⁹² Quando o rei D. Manuel I ordena o regresso do exílio de D. Jaime, Duque de Bragança, e o designa herdeiro presumível do reino de Portugal, o Duque começa a utilizar o *nó* como o seu símbolo, correspondendo este à sua expressão *Depois de Vós, Nós*, sendo este o motivo porque o *nó* surge em vários edifícios construídos pela Casa de Bragança. Vide PEREIRA, Paulo, *Évoramonte – a fortaleza*, Instituto Português do Património Cultural, 1989, p. 28.

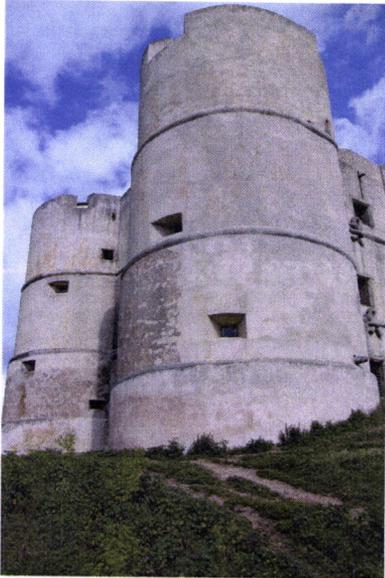


Fig. 4.4 - Pormenor dos torreões cilíndricos do Paço (Levantamento Arquitectónico de Alberto Martinez – IPPAR)

Fig. 4.5 – Pormenor do nó no exterior do Paço (Levantamento Arquitectónico de Alberto Martinez – IPPAR)

A fachada principal do Paço volta-se a Nordeste (Anexo 6) , e nela se encontra a porta principal de acesso, toda ela feita em madeira, de formato rectangular, com ombreiras chanfradas em granito. Nesta fachada, encontram-se ainda duas janelas, uma no primeiro piso e a outra no segundo.



Fig. 4.6 - Fachada principal do Paço (Levantamento Arquitectónico de Alberto Martinez – IPPAR)

O torreão voltado a Norte tem também uma porta de acesso ao Paço, mas esta é mais pequena e apresenta um arco gótico em granito, sendo à semelhança da porta principal, toda ela feita em madeira.

Todos os restantes alçados possuem uma janela em cada piso, sendo os torreões detentores de diversas frestas, que surgem nos diferentes pisos do Paço (Anexos 7, 8 e 9).

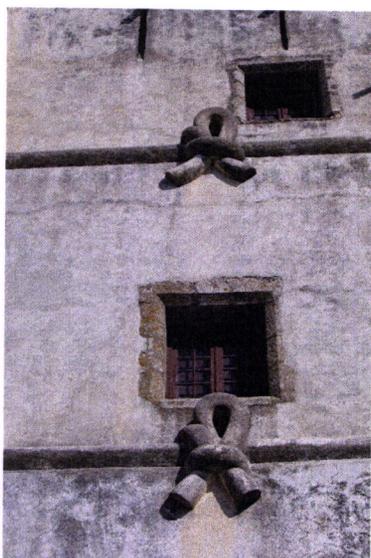


Fig. 4.7 - Pormenor das janelas do Paço (Levantamento Arquitectónico de Alberto Martinez – IPPAR)

Fig. 4.8 – Pormenor de frestas do Paço (Levantamento Arquitectónico de Alberto Martinez – IPPAR)

O piso térreo apresenta uma sala de planta quadrada, medindo esta, aproximadamente 11,40m x 11,20m; em altimetria, é o mais pequeno de todos os pisos (Anexo 10).

As quatro colunas presentes neste piso são todas em granito, tendo cada uma delas, uma base quadrada, e coluna e capitel redondos. Com elementos naturalistas, as suas decorações são tipicamente manuelinas; estas colunas suportam uma abóbada abatida, com nervuras arredondadas duplas, que demarcam a divisão da sala em três naves e dois tramos - tipo de cobertura idêntica à de muitas igrejas, construídas no reinado de D. Manuel.



Fig. 4.9 - Coluna do piso térreo do Paço (Levantamento Arquitectónico de Alberto Martinez – IPPAR)

Fig. 4.10 – Pormenor do capitel de uma das colunas, no piso térreo, do Paço (Levantamento Arquitectónico de Alberto Martinez – IPPAR)

Este compartimento tem uma lareira, com moldura em granito, de tubagem contínua para todos os pisos do Paço.

Das quatro paredes desta divisão, apenas a parede Nordeste não tem janela.

Existe, em cada canto da sala, uma porta, que possibilita o acesso às diferentes salas dos torreões.

O espaço do torreão Norte é constituído por uma pequena sala, com algumas frestas, onde se encontra a pequena porta que dá acesso para o exterior, e onde existe uma escada helicoidal, que nos conduz aos dois pisos superiores e ao terraço.

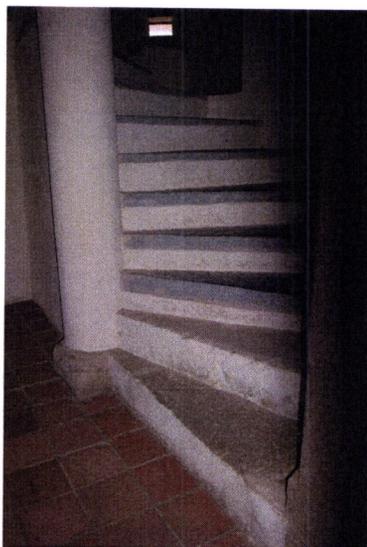


Fig. 4.11 - Principal escada helicoidal do Paço (Levantamento Arquitectónico de Alberto Martinez – IPPAR)

A Este, o torreão consubstancia-se numa sala rectangular, que tem uma pequena escada que permite o acesso ao piso inferior, onde se encontram as instalações sanitárias. De todos os existentes este é o único torreão que comporta um piso inferior (Anexo 11).

Ambas as salas dos torreões Sul e Oeste são de formato rectangular, estando na primeira presentes três frestas, e na última uma outra lareira, mais pequena que a do salão, também ela de tubagem contínua com os pisos superiores, e apresentando, ainda, o acesso a uma outra escada helicoidal mais estreita, que estabelece ligação aos dois pisos de cima.

A tipologia da cobertura de todas as alas dos torreões é idêntica, com abóbadas de berço, com arcos torais simples.

O primeiro piso (Anexo 12), com uma dimensão aproximada de 12m x 11,60m, tem uma estrutura semelhante à do piso térreo, diferindo na decoração das colunas, sendo a base destas quadrada, com a coluna paralelepípeda com os cantos chanfrados e o capitel quadrado; a sua decoração é mais singela que a do piso térreo, mas igualmente dentro do estilo manuelino; estas colunas suportam uma abóbada semi-circular com nervuras chanfradas.

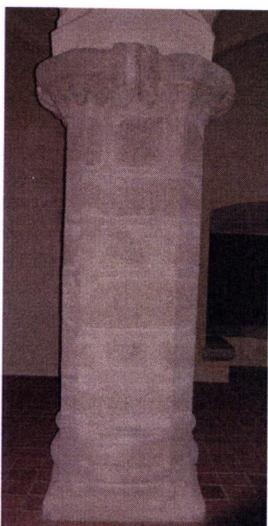


Fig. 4.12 - Coluna do primeiro piso do Paço (Levantamento Arquitectónico de Alberto Martinez – IPPAR)
Fig. 4.13 – Pormenor do capitel de uma das colunas, no primeiro piso, do Paço (Levantamento Arquitectónico de Alberto Martinez – IPPAR)

A iluminação desta sala é operada por quatro janelas de peitoril, com bancos de repouso em alvenaria com tampo de pedra - uma em cada parede.

Decorrendo da tubagem contínua acima referida, está uma lareira, também com moldura granítica.

Nos quatro cantos deste salão existem portas, que fazem o acesso às salas dos torreões. Estes compartimentos mantêm uma estrutura bastante similar à presente em todas as divisões dos torreões no piso inferior, com excepção do compartimento do torreão Este, que é formado por um recinto rectangular, no qual existe uma fresta para o exterior.

O segundo piso do Paço (Anexo 13), que mede aproximadamente 12,20m x 12,20m, é de todos o de maior altimetria, e apresenta uma tipologia semelhante à do primeiro piso, diferenciando-se apenas na decoração do sistema de colunas, que embora no mesmo estilo, são aqui mais estilizadas, apresentando os capitéis “(...) *duas golas, a maior das quais torsa ou «em turbante»; entre as golas, corre uma teoria de «bolas» ou botões ornamentais*”¹⁹³.

¹⁹³ Vide PEREIRA, Paulo, *Évoramonte – a fortaleza*, Instituto Português do Património Cultural, 1989, p. 11.



Fig. 4.14 - Coluna do segundo piso do Paço (Levantamento Arquitectónico de Alberto Martinez – IPPAR)

Fig. 4.15 – Pormenor de uma das colunas, no segundo piso, do Paço (Foto da autora)

Cobrindo toda a estrutura do Paço, eis que nos surge o terraço, com a sua cercadura em forma de largos merlões chanfrados e esquadriados; o acesso a este mirante faz-se através da escada helicoidal existente no acima referenciado torreão Norte. Neste sobrado, encontra-se sobre a abóbada da sua escada de acesso um marco geodésico (Anexo 14 e 15).

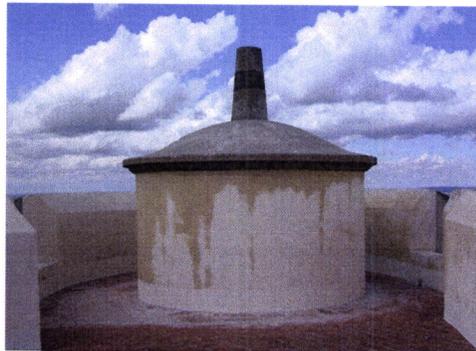


Fig. 4.16 - Marco Geodésico no terraço do Paço (Levantamento Arquitectónico de Alberto Martinez – IPPAR)

Na generalidade, os materiais e técnicas de construção deste edifício passam pela alvenaria de pedra mista, regional e irregular, com a presença de restos cerâmicos argamassados nas paredes. O material utilizado na construção das abóbadas foi a tijoleira, tão comum, ainda hoje, na região, sendo o seu revestimento com argamassa de cal e areia. Nas paredes exteriores o seu revestimento é de argamassa com cal de cimento cinzenta. A tijoleira está presente, de igual forma, nos pavimentos, dos quais nascem as colunas, estas em granito, material comum também às escadas, ombreiras das portas, janelas e frestas.

As portas são todas feitas em madeira, em ripado, sem decoração, sendo os batentes em ferro.

As janelas são de madeira e vidro, com gradeamento em ferro.

A decoração do Paço de Évora-Monte é, toda ela, manuelina, característica marcante no trabalho dos arquitectos Arruda. Não deixa de ser pertinente realçar, no Paço, a decoração das colunas nos diferentes pisos do edifício, que no piso térreo é mais elaborada que nos restantes; predominantes nesta decoração são os motivos militares¹⁹⁴, com perceptíveis elementos naturalistas, chamas, fivelas, meias-esferas, etc. Neste sentido, asseguram Maria João Vaz e Fernanda Mendes que “(...) no âmbito da iconologia da arquitectura do Paço de Évora-Monte, existem quatro traços fundamentais, que (...), repercutem as características ornamentalistas da arquitectura manuelina: as colunas torsas, da sala do primeiro piso; as labaredas servem de motivo decorativo na base destas colunas; as fivelas dos capitéis do primeiro piso; e os nós das fachadas do Paço”¹⁹⁵.

Pelas características arquitectónicas e históricas que enaltecem o edifício, valorando-o como excelso exemplo da arquitectura militar de transição, o Paço de Évora-Monte, está, como não poderia deixar de o ser, classificado como Monumento Nacional, classificação essa emergente do Decreto de 16 de Junho de 1910, estando inserido, também, em Zona Especial de Protecção definida na D. G., 2ª série, n.º 170 de 23 de Julho de 1948.

Periodicamente alvo de intervenções de conservação e restauro, o Paço encontra-se em bom estado de conservação, havendo, no entanto, de referir com particular destaque a existência de infiltrações de água nas paredes interiores de todos os pisos, sendo visível a humidade e a perda de tinta, que possibilita a existência de salitre. Não se pode, de igual forma, ignorar a arenização do reboco das paredes exteriores, nas quais se verifica, ainda, o crescimento de vegetação, junto às frestas, o que em muito favorece a infiltração de água e um maior desgaste das argamassas exteriores.



Fig. 4.17 - Arenização do reboco exterior do Paço (Foto da autora)

¹⁹⁴ Vide PEREIRA, Paulo, op. Cit., p. 25 e MOREIRA, Rafael, op. Cit., p. 142.

¹⁹⁵ Vide VAZ, Maria João Amaral, e MENDES, op. cit., p. 18.

4.2.2 - Igreja Matriz

A Igreja Matriz de Évora-Monte, também chamada “de Santa Maria”, desde 1646 orago de Nossa Senhora da Conceição, foi primitivamente consagrada à Rainha dos Anjos Maria Santíssima; integrada no património da Igreja Católica, ainda hoje serve a sua função de culto.

O primeiro templo medieval surge nos séculos XIII-XIV, mas foi estragado pelo terramoto de 1531¹⁹⁶; é nesse mesmo ano que o Bispo D. Afonso manda erigir a actual igreja, perto da Porta do Freixo, tendo as obras decorrido ao longo de algumas décadas. Não se sabe se o primitivo templo estaria construído no mesmo local onde se encontra a actual igreja, se noutra local diverso; no entanto José Filipe Mendeiros¹⁹⁷ refere que a actual igreja foi provavelmente erguida no local onde estaria a primitiva torre de menagem medieval.

A primeira alusão à Igreja de Santa Maria em Évora-Monte surge em 1271, no foral concedido à vila por D. Afonso III¹⁹⁸.

Uma outra referência documental¹⁹⁹ que existe sobre a Igreja de Évora-Monte, data de 1389, quando o bispo de Évora, D. Domingos Jardo, criou nesta igreja três benefícios, por ter em mais alta devoção a Nossa Senhora de Santa Maria de Évora-Monte, dedicada à Rainha dos Anjos Maria Santíssima.

O Cabido da Sé, no ano de 1540, adiantou ao pintor Diogo Fernandes dinheiro para a compra de ocre para a execução de um trabalho na Igreja Matriz de Évora-Monte²⁰⁰.

Existe também a referência a um retábulo executado pelo pintor Sebastião Lopes²⁰¹ para a Igreja Matriz de Évora-Monte, entre 1542 e 1545, no entanto desconhece-se o seu actual paradeiro, tendo sido provavelmente deslocado ou destruído pela acção do tempo. A imagem da padroeira, Santa Maria, foi, em 1758, substituída pela imagem de Nossa Senhora da Conceição²⁰².

As comemorações em honra de Santa Maria ocorrem anualmente a 15 de Agosto.

São quatro as irmandades da Igreja Matriz de Évora-Monte: o Santíssimo Sacramento; a Nossa Senhora do Rosário; o Santo António; e, a Ordem Terceira de São Francisco²⁰³.

¹⁹⁶ Vide ESPANCA, Túlio, *Inventário artístico de Portugal*, Distrito de Évora, volume I, 1975, p. 227.

¹⁹⁷ Vide MENDEIROS, José Filipe, op. Cit., p. 103.

¹⁹⁸ Idem, ibidem.

¹⁹⁹ Vide SANTA MARIA, Frei Agostinho de, *Santuário Mariano*, tomo VI, Lisboa Occidental, Évora, 1718, p.193 e *Livro da Junta de Parochia de 1844*, no Arquivo da Junta de Freguesia de Évora-Monte.

²⁰⁰ Vide ESPANCA, Túlio, «Dois Pintores do século XVI» In *A Cidade de Évora*, n.º 9 – 10, Ano III, Boletim da Câmara Municipal, Setembro – Dezembro, 1945, pp. 115 e 116.

²⁰¹ Vide ESPANCA, Túlio, op. Cit., pp. 116 – 120.

²⁰² Vide MENDEIROS, José Filipe, op. Cit., p. 104.

Este edifício apresenta características típicas renascentistas, de cariz ruralizante no Sul do País²⁰⁴. Estando implantada junto à Porta do Freixo, numa pequena elevação rochosa, possui planta rectangular, com nártex e campanário. A cobertura da igreja é em telhado de duas águas, no corpo do edifício, e em terraço sobre o nártex. A fachada principal é nitidamente demarcada pelo nártex, sendo formada por três arcos de volta perfeita (um frontal e dois laterais), que suportam uma abóbada de aresta, o seu peso é distribuído sobre dois contrafortes em granito, encimados por gárgulas de escoamento de águas pluviais.



Fig. 4.18 - Fachada da Igreja Matriz (Foto da autora)

O acesso ao nártex é feito através de vários degraus em granito, que permitem a entrada na igreja pela porta principal em ogiva, sendo esta em granito. O alçado lateral Norte da Igreja possui uma outra porta de acesso ao templo, que se caracteriza por ser também ogival e em granito. Os alçados laterais Norte e Sul são suportados por diversos contrafortes caiados e decoradas com a Via Sacra em azulejos policromos, avulsos, do século XVII.

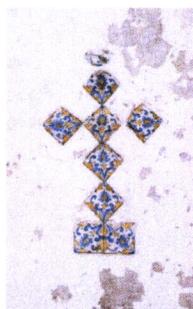


Fig. 4.19 - Exemplo dos azulejos policromos nos alçados da Igreja Matriz (Foto da autora)

²⁰³ Idem, *ibidem*.

²⁰⁴ Vide www.monumentos.pt. *Inventário do Património Arquitectónico - Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição*, N.º IPA 0704040033.

O campanário está por cima da galilé e possui dois olhais, cada um com um sino.

O interior da Igreja Matriz apresenta três naves e três tramos, demarcados por pilares, de granito chanfrados e base quadrada, e arcos, e não tem transepto. A planta possui abside quadrangular com cúpula a meia laranja, e um falso coro formado por quatro arcadas redondas, assentes por colunas em pedra e altares laterais. A cobertura do tecto é de caixotões em travejamento de madeira.

As paredes laterais estão decoradas com uma colecção de santos pintados a fresco²⁰⁵, sendo estas um dos elementos que enriquecem o interesse cultural deste templo. Na zona do evangelho estão representados São Gregório, Santa Maria Madalena e São João Baptista, no lado da epístola afiguram o Santo António e Santa Bárbara.

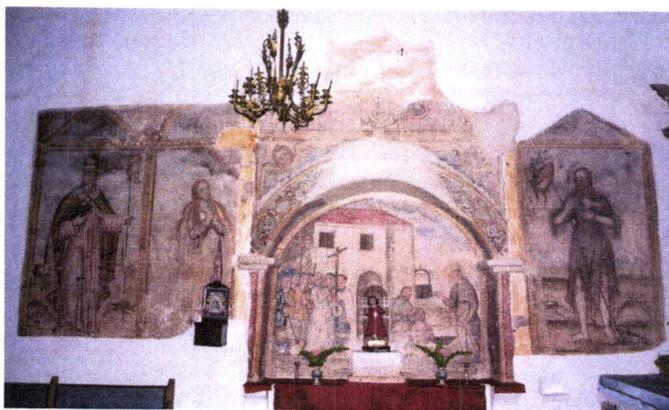


Fig. 4.20 - Pinturas representando São Gregório, Santa Maria Madalena e São João Baptista no interior da Igreja Matriz (Foto da autora)



Fig. 4.21 - Pinturas representando Santo António e Santa Bárbara no interior da Igreja Matriz (Foto da autora)

²⁰⁵ Vide ESPANCA, Túlio, «Notas sobre pintores em Évora nos séculos XVI e XVII» In *Boletim A Cidade de Évora*, n.º 13 e 14, Ano V, 1947, p. 186 e www.monumentos.pt, *Inventário do Património Arquitectónico - Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição*, N.º IPA 0704040033.

Túlio Espanca refere que estas pinturas são atribuídas a Diogo Fernandes, de acordo com os contratos celebrados entre o pintor e o Cabido da Sé, mas a Ficha Técnica da DGEMN, refere uma investigação de Vítor Serrão, que aponta a autoria das pinturas existentes a Pedro Escobar, nos séculos XVI e XVII, e alega que, provavelmente, as pinturas de Diogo Fernandes já terão desaparecido. Convém no entanto mencionar que as referidas pinturas se encontram assinadas com as iniciais V. D. C., não se conhecendo qual o seu significado.

Para além das pinturas a fresco, as paredes laterais possuem também alguns altares, sendo no lado do evangelho os altares dedicados a Nossa Senhora do Rosário e a Nossa Senhora como Rainha dos Anjos. No lado Sul, o da Epístola, encontram-se os altares devotados a Nosso Senhor dos Passos e às Almas.

Entre 1542 e 1545, o pintor Sebastião Lopes, elaborou um retábulo da Igreja Matriz, de acordo com um contrato celebrado entre o pintor e o Cabido da Sé²⁰⁶; mas em 1748, este foi substituído por um novo altar.

A capela-mor é quadrangular, sendo a sua cobertura em cúpula decorada com pinturas barrocas do século XVII. O altar-mor é em talha dourada do estilo barroco, com púlpito e trono, onde sob um arco triunfal se encontra a imagem de Nossa Senhora da Conceição, de 1758²⁰⁷, que substituiu a imagem existente alusiva a Santa Maria. Lateralmente, assente em mísulas, estão duas imagens em madeira, que representam Nossa Senhora do Carmo e Santa Ana, sendo ambas em madeira e estofadas.



Fig. 4.22 – Altar-mor da Igreja Matriz (Foto da autora)

A planta da sacristia da Igreja é quadrangular, com a sua cobertura em abóbada pintada com motivos naturalistas.



Fig. 4.23 – Pormenor de abóbada pintada com motivos naturalistas na capela-mor da Igreja Matriz (Foto da autora)

²⁰⁶ Vide ESPANCA, Túlio, op. Cit., pp.153, 197 e 198.

²⁰⁷ Vide MENDEIROS, José Filipe, op. Cit., p. 104.

Os pavimentos da Igreja são na generalidade em sobrado e tijoleira; no adro estes são em granito, possuindo, no entanto, uma lápide funerária em mármore.

O estado de conservação da Igreja Matriz é razoável, tendo sido sendo alvo de frequentes intervenções de manutenção por parte da Paróquia de Évora-Monte, contudo após ter sido classificado como imóvel de interesse as intervenções de conservação e restauro são asseguradas pelas instituições do Estado. Actualmente o edifício apresenta infiltrações de água pela cobertura que danifica o caixotão do tecto em madeira e as escorrências de água prejudicam gravemente as pinturas murais.



Fig. 4.24 – Infiltrações de água no interior da Igreja Matriz (Foto da autora)

4.2.3 - Igreja da Misericórdia

A presença da Santa Casa da Misericórdia, em Évora-Monte, data de 1527, tendo por regulamento o Compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1516²⁰⁸.

No ano de 1739, o rei D. João V aprova o Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Évora-Monte²⁰⁹, encontrando-se o exemplar guardado nos arquivos desta instituição.

A Igreja da Santa Casa da Misericórdia está situada na Rua da Misericórdia, zona Este da Vila, junto à Cerca Medieval, remontando a sua provável época de construção aos princípios do século XVI²¹⁰, no entanto, são também notórias marcas artísticas dos séculos XVIII e XIX²¹¹. Em anexo à Igreja encontra-se o edifício do antigo Hospital da

²⁰⁸ Vide ESPANCA, Túlio, *Inventário artístico de Portugal*, Distrito de Évora, volume I, 1975, p. 233 e VAZ, Maria João Amaral, e MENDES, Fernanda Isabel Vaqueiro, op. cit., p. 29.

²⁰⁹ Vide MENDEIROS, José Filipe, op. Cit., p. 104.

²¹⁰ Vide GUERREIRO, Hugo, op. Cit., p. 153.

²¹¹ Vide www.monumentos.pt, *Inventário do Património Arquitectónico - Igreja da Misericórdia de Évora-Monte*, N.º IPA 0704040035.

Misericórdia²¹², sendo ambos propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Évora-Monte.

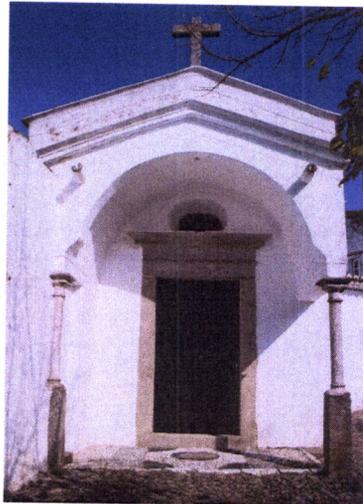


Fig. 4.25 - Fachada da Igreja da Misericórdia (Foto da autora)

Pelo exterior, é possível verificar que o edifício possui planta rectangular, orientada a Sul, com uma pequena galilé de arco de volta redonda, que é suportado por dois colunelos jónicos de mármore, assentes em pilares quadrangulares de granito; encimando a galilé, existe um pequeno frontão, onde na zona oriental se destaca o campanário, com um pequeno sino; ao centro está uma cruz em granito.

A rede de escoamento de águas da cobertura termina com duas gárgulas em granito no frontão da galilé; a porta de acesso à Igreja é rectangular, com cantarias em granito, sendo a porta em madeira; por fim, há a destacar a calçada de entrada na Igreja, em mármore e pedra ordinária. A estrutura do edifício foi executada em alvenaria ordinária, sendo revestida de argamassa caiada de branco²¹³.

No interior da pequena Igreja, constata-se que esta apresenta planta rectangular, cujas dimensões são diminutas, sendo constituída por capela-mor e uma nave de dois tramos, em abóbada nervurada, de arestas viva cruzadas, cada uma apoiada em mísulas cónicas. A nave é ricamente revestida de painéis historiados em azulejos monócromos azuis sobre fundo branco, dos meados do século XVIII²¹⁴, atribuídos à Oficina de Policarpo Oliveira Bernardes²¹⁵.

²¹² Idem, ibidem

²¹³ Idem, p. 154.

²¹⁴ Vide GUERREIRO, Hugo, op. Cit., p. 155.

²¹⁵ Vide www.monumentos.pt, *Inventário do Património Arquitectónico - Igreja da Misericórdia de Évora-Monte*, N.º IPA 0704040035.

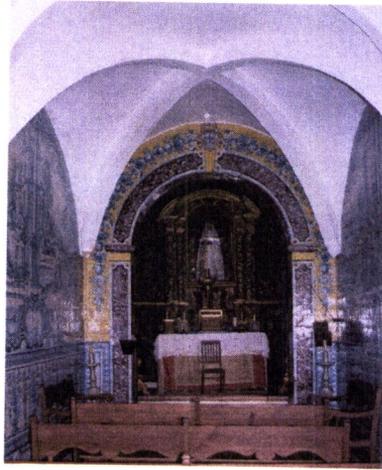


Fig. 4.26 – Interior da Igreja da Misericórdia (Foto da autora)

Estes painéis relatam as obras realizadas pela Misericórdia²¹⁶; deste modo encontramos no lado do Evangelho: *Ensinar os Ignorantes* e *Rogar a Deus por Vivos e Defuntos*; e *Libertar Captivos* e *Dar Pousada aos Peregrinos*. Na lado de Epístola estão relatadas, as seguintes acções: *Vestir os Nus* e *Consolar os Tristes*; e *Visitar os Enfermos* e *Sofrer com Paciência as Fraquezas do Nosso Próximo*. Na entrada, os topos colaterais, retratam as práticas: *Dar de Beber a Quem Tem Sede*; e *Dar de Comer a Quem Tem Fome*.



Fig. 4.27 – Pormenor dos painéis de azulejos na nave da Igreja da Misericórdia (Foto da autora)

Destaca-se, ainda, na nave, no lado do Evangelho, o púlpito em mármore, tendo esculpido o emblema dos hospícios²¹⁷.

²¹⁶ Vide ESPANCA, Túlio, op. Cit., p. 234.

²¹⁷ Idem, ibidem. O historiador Túlio Espanca refere que o emblema esculpido tem representado uma oliveira e uma espada ladeando um escudo cego, e que o original teria sido provavelmente pintado com as cinco chagas de Cristo, sendo estas o símbolo da Caridade.



Fig. 4.28 – Púlpito da Igreja da Misericórdia (Foto da autora)

O pavimento da nave é em mosaicos de mármore, o que pode indiciar uma intervenção de conservação recente²¹⁸.

A capela-mor é antecedida por um arco redondo revestido de azulejos, com vários tons de azul, roxo e amarelo. Ladeando o arco surge uma cercadura com temas vegetalistas.

A capela-mor possui planta rectangular, cujas paredes são adornadas com painéis de azulejos azuis e brancos historiados, dos quais se destacam: *O Casamento de Ester*; *A Decapitação de Holofernes*; *A Anunciação da Virgem*; *A Visitação de Santa Isabel*; e a *Fuga para o Egipto*.

O pavimento é uma composição geométrica com quadrados e triângulos em mármore preto e branco. O altar-mor é em talha dourada e policroma, com decoração no estilo joanino, e alberga a imagem de Nossa Senhora da Visitação, orago desta capela. Na capela-mor destaca-se, também, o acesso à sacristia, sendo esta coberta por azulejos decorados com temas vegetalistas.



Fig. 4.29 - Altar de Nossa Senhora da Visitação na Igreja da Misericórdia (Foto da autora)

²¹⁸ Vide GUERREIRO, Hugo, op. Cit., p. 155.

O estado de conservação da capela da Misericórdia revela-se bom, sendo alvo de intervenções de manutenção regulares, pela Santa Casa da Misericórdia de Évora-Monte. Contudo há que destacar uma intervenção de conservação e restauro, pouco correcta, realizada há alguns anos atrás num dos painéis de azulejos em que se verificava a desintegração das juntas, nas quais foi aplicado cimento.



Fig. 4.30 – Pormenor da aplicação de cimento nas juntas de um dos painéis de azulejos e estado de degradação do mesmo (Foto da autora)

4.2.4 – Edifício dos antigos Paços do Concelho

O edifício dos Paços do Concelho de Évora-Monte está situado na Rua da Convenção, antiga Rua Direita.

Até ao ano de 1855, aquando da extinção do Concelho de Évora-Monte, era neste local que se centrava o poder administrativo da vila; foi a partir desta data que funcionou no local a Junta de Paróquia de Santa Maria²¹⁹, até 1936, época em, que após a união da Junta de Paróquia de Santa Maria com a Junta de Paróquia de São Pedro, a sede da Junta de Freguesia de Évora-Monte passou a funcionar num anexo da Igreja de São Pedro.

No arquivo da Junta de Freguesia de Évora-Monte estão guardados os documentos relativos às duas Juntas de Paróquia, acima referidas, datando estes desde o século XVII até ao século XX.

Os primitivos Paços do Concelho medievais, *Domus Municipalis*, e segundo o historiador Túlio Espanca²²⁰, estariam edificados junto da actual Igreja Matriz; no entanto, a falta de investigação arqueológica não permite confirmar estes dados.

No que se refere ao edifício actualmente existente, não se sabe ao certo quando foi edificado, embora na sua fachada esteja inscrita a data de 1787, referindo-se esta data

²¹⁹ Idem, p. 93.

²²⁰ Vide ESPANCA, Túlio, op. Cit., p. 240

provavelmente à época de ampliação e restauro do edifício, e não à sua época de construção²²¹.

Segundo, Joam Rozado Adam, em 1758, a vila era governada por três vereadores e um procurador²²², estes nomeados pelo administrador da Casa de Bragança, funcionando os serviços administrativos da gestão do concelho no piso superior do edifício. Nas salas do rés-do-chão funcionavam a cadeia e a cavalaria.

Serviam a vila, para aplicar a justiça, dois juizes ordinários, um juiz de órfãos e um juiz de direitos reais²²³, cujas actividades eram desenvolvidas no piso superior dos Paços do Concelho. Actualmente o edifício pertence à Junta de Freguesia de Évora-Monte, e nele funciona o Posto de Turismo, na zona da antiga cavalaria.

O edifício tem planta rectangular, não linear, pois acompanha a curvatura da rua. A fachada, com dois pisos, possui duas portas, uma de acesso ao rés-do-chão e outra de acesso ao primeiro piso, e diversas janelas, sendo de destacar o brasão do reino em mármore, ornamentado com folhas de palmas em relevo. Bem como a inscrição da data de 1787, que encima a porta de acesso ao primeiro piso.

Na fachada, há que também destacar, a passagem em forma de túnel, para o outro lado da vila, em acesso à Rua da Carreira e à porta de São Brás. Com uma decoração discreta, a fachada apresenta-se caiada de branco, com o rodapé e a inscrição pintados em amarelo. A cobertura de quatro águas, é em telha, da qual sobressai a Torre do Relógio, de planta quadrangular, na qual está instalado o relógio e os dois sinos.



Fig. 4.31 – Edifício dos antigos Paços do Concelho (GUERREIRO, Hugo, *Évoramonte*, Junta de Freguesia de Évoramonte, 2001, p. 93)

No interior, o rés-do-chão, constitui-se por diferentes salas, uma destinada às cavalaria, e outra destinada à cadeia masculina. No piso superior, encontram-se a sala que servia para a cadeia feminina e as salas onde funcionava as administrações

²²¹ Vide GUERREIRO, Hugo, op. Cit., p. 94.

²²² Vide ADAM, Joam Rozado, op. Cit., p. 70.

²²³ Idem, *ibidem*.

concelhia; a do Despacho e a das Sessões, sendo estas as alas com melhores condições em todo o edifício, com boa iluminação e cobertura com caixotões de madeira.



Fig. 4.32 – Posto de Turismo que funciona no piso térreo do antigo edifício do Paços do Concelho (Foto da autora)

O estado de conservação geral do edifício é bom no piso térreo, no entanto, no primeiro piso verifica-se que devido ao abatimento de algumas vigas de madeira da cobertura, existe uma considerável infiltração de água no edifício, danificando o caixotão de madeira que cobre os tectos. A instituição responsável por este edifício é a Junta de Freguesia de Évora-Monte.

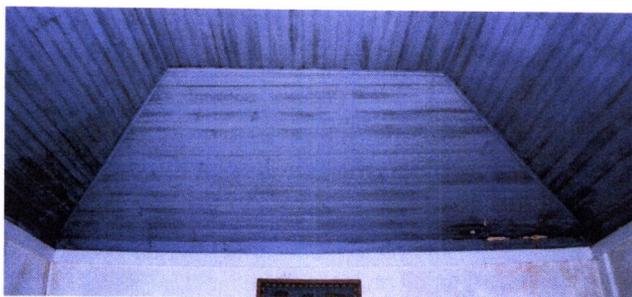


Fig. 4.33 – Infiltrações de água no tecto de madeira de uma das salas no primeiro andar do edifício dos antigos Paços do Concelho (Foto da autora)

4.2.5 - Pelourinho

Como um dos antigos símbolos da administração e aplicação da Justiça em Portugal, o Pelourinho surge um pouco por todos os concelhos do país.

Do Pelourinho de Évora-Monte, chega até aos nossos dias apenas um fragmento, não se sabendo a data em que foi delapidado, dele resta o basamento paralelepípedo de onde se demarca a base da coluna, esculpido em mármore de Estremoz. A ausência decorativa, não permite identificar com clareza a época em que foi cinzelado, contudo os indícios levam a considerar como período de construção a Época Moderna²²⁴.

²²⁴ Vide www.monumentos.pt, *Inventário do Património Arquitectónico - Pelourinho de Évora-Monte*, N.º IPA 0704040017.

Actualmente, o fragmento do Pelourinho de Évora-Monte encontra-se em frente ao edifício dos antigos Paços do Concelho, na antiga Rua Direita, actual Rua da Convenção, onde se pensa ter sido o seu primitivo lugar. É proprietário deste elemento de arquitectura civil pública a Junta de Freguesia de Évora-Monte.



Fig. 4.34 – Fragmento do Pelourinho de Évora-Monte (Foto da autora)

Porquanto indício histórico-cultural, encontra-se protegido legalmente pelo Decreto-Lei n.º 23 122 do Diário do Governo 231, de 11 de Outubro de 1933.

No que concerne ao estado de conservação do Pelourinho, verifica-se que estando este em ruína, o que resta apresenta um razoável estado de conservação.

4.2.6 - Edifício onde foi assinada a Convenção de Évora-Monte

Situada na Rua da Convenção n.º 41, a casa onde foi assinada a Convenção de Évora-Monte é um edifício singelo, pertencendo, em 1834, ao Dr. Joaquim António Saramago, na época administrador do concelho, tendo o seu domicílio servido de palco ao termo da Guerra Civil que opunha Liberais e Absolutistas.

Típica do modelo de construção rural, esta habitação apresenta uma planta rectangular, tendo uma fachada caiada de branco, com poucas aberturas, destacando-se a porta, uma fresta que a ladeia e uma janela no primeiro piso.



Fig. 4.35 – Edifício onde foi assinada a Convenção de Évora-Monte (Foto da autora)

Encimando a porta encontra-se uma lápide em mármore comemorativa, colocada durante a reparação do edifício no início do século XX²²⁵, que assinala tão importante acontecimento da história de Portugal. A inscrição na lápide diz o seguinte: *“EM 26 DE MAIO N’ESTA CASA DE JOAQUIM ANTONIO SARMAGO FOI ASSIGNADA A CONVENÇÃO DE EVORAMONTE QUE RESTABELECEU A PAZ EM PORTUGAL”*. O Dr. Joaquim António Dias Sarmago foi uma importante figura em Évora-Monte na época, tendo sido médico, administrador do concelho e posteriormente Juiz do Celeiro Comum²²⁶.

A cobertura do edifício tem duas águas e é revestido de telha, sobressaindo uma chaminé bem demarcada. Os materiais e sistema de construção são os tradicionais da zona.

O estado de conservação da Casa da Convenção é regular no exterior, não tendo sido possível verificar o seu interior.

4.2.7 – Edifício do antigo Celeiro Comum

O Celeiro Comum de Évora-Monte teve origem num depósito de pão, que foi criado em 21 de Janeiro de 1642, por alvará do rei D. João IV²²⁷, pertencendo a sua administração à Casa de Bragança; a sua gestão ficou a cargo da edilidade e posteriormente da Junta

²²⁵ Vide ASSUNÇÃO, J. F., «Évoramonte – A Torre de Menagem» In *Brados do Alentejo*, n.º 70, ano 2, de 29 de Maio de 1932, p. 4.

²²⁶ Vide GUERREIRO, Hugo, op. Cit., p.82.

²²⁷ Vide ESPANCA, Túlio, op. cit., p. 241 e GUERREIRO, Hugo, op. Cit., p. 83.

de Paróquia, até que, em 31 de Julho de 1915, foi extinto, assim como todos os outros celeiros comuns do país, surgindo em seu detrimento a Caixa de Crédito Agrícola.

O principal objectivo para a criação dos celeiros comuns foi a protecção dos agricultores, cuja principal actividade era a cultura cerealífera, auxiliando-os no empréstimo de cereais a crédito, no caso de existirem prejuízos que afectassem as suas explorações. Os lucros e os excedentes de cereais revertiam em prol da gestão concelhia, sendo empregues na execução de obras públicas no concelho.

Este espaço acabou por substituir os primitivos silos medievais que se encontravam escavados juntos às estradas de acesso ao centro histórico e em algumas das suas ruas, que, no início do século XX, ainda se encontravam doze relativamente conservados²²⁸. Actualmente ainda se encontram visíveis alguns destes silos medievais.

Os livros de registos dos depósitos, efectuados no Celeiro Comum de Évora-Monte, encontram-se guardados no arquivo da Junta de Freguesia.

Actualmente, o edifício pertence à Junta de Freguesia, que o adaptou a uma nova funcionalidade, tendo em vista a sua conservação; assim, foi instalado uma Oficina de Tecelagem, com três teares manuais, para a divulgação das tradicionais técnicas de tecelagem.

O edifício onde funcionou o Celeiro Comum de Évora-Monte situa-se na Rua de Santa Maria n.º 13, tendo sido inicialmente construído pela população local. Em 1743, foram realizadas obras de restauro do edifício, a cargo da Casa de Bragança, administradora e detentora do edifício. No que se refere aos aspectos arquitectónicos, é um edifício simples, com um piso, de planta rectangular, com uma fachada pouco decorada, na qual se abre uma porta, com ombreiras em mármore, onde está gravado *CELEIROS DO COMU*, e duas janelas.



Fig. 4.36 – Edifício onde funcionou o antigo Celeiro Comum; actualmente acolhe uma Oficina de Tecelagem (Foto da autora)

²²⁸ Idem, *ibidem*.

O estado de conservação do edifício do antigo celeiro comum é bom, pois sendo propriedade da Junta de Freguesia de Évora-Monte, beneficia de constantes obras de conservação.

4.2.8 – Cisterna Pública

A Cisterna Pública de Évora-Monte está situada na Rua da Misericórdia, junto ao postigo rasgado na cerca. A sua época de construção não está documentada, mas a sua tipologia construtiva aponta para o século XVI.

A necessidade da sua construção devem-se não só à necessidade de água durante um cerco, mas também ao facto de, na vila, não existirem na altura pontos de distribuição de água, visto que a zona do centro histórico não possui lençóis de água subterrâneos; deste modo, com uma cisterna as carências de água foram em parte suprimidas. No entanto, e uma vez que a água reservada era proveniente das chuvas, esta não se encontraria nas melhores condições para consumo humano.

A carência de água sempre foi um problema de viabilidade da vila de Évora-Monte, razão pela qual foi mandado erguer um chafariz, por D. Fernando, Conde de Arraiolos, em 1423²²⁹, na zona extra-muros, numa encosta onde existiam leitos de água subterrâneos, por forma a melhorar as condições de habitabilidade da vila, sendo que o acesso da vila ao chafariz se fazia por um túnel subterrâneo²³⁰, que ligava a Torre de Menagem ao chafariz, em caso de cerco.



Fig. 4.37 – Cisterna Pública de Évora-Monte (Foto da autora)

O sistema construtivo da Cisterna permitia a captação de águas pluviais a partir dos telhados das casa adjacentes, através um sistema de canalizações que ligava

²²⁹ Vide ESPANCA, Túlio, op. Cit., p. 242 e GUERREIRO, Hugo, op. Cit., p. 89.

²³⁰ Vide ADAM, Prior Joam Rozado, op. Cit., pp. 73 a 75.

directamente os telhados à cisterna, dos ralos abertos na zona superior da cisterna, e de dois bocais abertos, também na zona superior da cisterna.

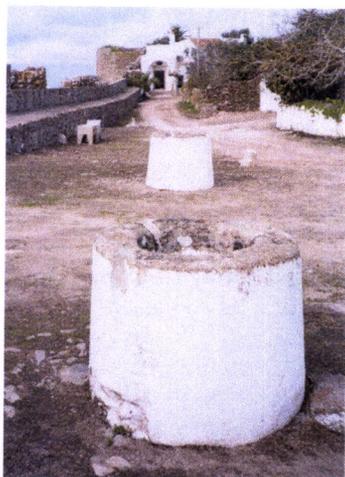


Fig. 4.38 – Bocais para captação de águas pluviais da Cisterna Pública (Foto da autora)

Fig. 4.39 – Pormenor de sistema de canalizações para recolha de águas pluviais dos telhados das habitações para a Cisterna Pública (Foto da autora)

De planta rectangular, o interior da cisterna tem uma área de 10mx2,5m, com uma altura aproximada de 5m. Todo o pavimento é revestido por tijoleira tradicional, com paredes em alvenaria grosseira; o tecto é constituído por uma abóbada, reforçada com arcos de volta inteira assentes em pilastras de granito.

O acesso ao interior da cisterna faz-se por uma rampa que se encontra com a porta de entrada para a cisterna, que no interior possui um pequeno patamar e dois lances de escadas laterais, que partem um de cada lado do patamar, e permitem o acesso ao fundo da cisterna; mas normalmente grande parte das escadas encontram-se submersas de água.

Durante alguns anos, o acesso à cisterna esteve vedado, encontrando-se a rampa coberta com terra, nivelado ao chão. Em 2001, a Junta de Freguesia de Évora-Monte desobstruiu a entrada da cisterna, tendo em vista uma intervenção de conservação e restauro.

O actual estado de conservação da cisterna é bom, visto a cisterna continuar a cumprir a sua inicial função, o armazenamento de água, deste modo o seu interior encontra-se bem preservado. Os bocais exteriores da cisterna são regularmente alvo de intervenções de conservação, pela Junta de Freguesia de Évora-Monte.

4.2.9 - Conjuntos arquitectónicos

Os quarteirões que compreendem os conjuntos arquitectónicos do centro histórico de Évora-Monte, são delimitados pelos seus eixos principais e secundários e pelas travessas transversais.

Os edificios compreendidos nos conjuntos arquitectónicos deste centro histórico, podem diferenciar-se em três tipologias distintas: casas tradicionais; casas de dois pisos; e casas senhoriais.

As casas tradicionais são as mais vulgares e mais antigas neste centro histórico, e correspondem ao modelo rural.

As suas formas são simples, com reduzidas dimensões e nelas são empregues técnicas de construção tradicionais, tais como a taipa e/ou paredes de pedra e materiais cerâmicos argamassados com cal e areia. Estes edificios possuem apenas um piso térreo, com uma ou duas aberturas, por vezes apenas uma porta e uma janela, e uma grande chaminé, que se demarca na fachada.

A decoração da fachada é quase nula; amiúde apenas caiada de branco ou, outras vezes, surge uma cor em contraste com a fachada, normalmente o amarelo ou o azul, no rodapé e nas ombreiras de portas e janelas.



Fig. 4.40 – Casa tradicional com apenas um piso e chaminé fortemente demarcada na fachada no centro histórico de Évora-Monte (Foto da autora)

Uma outra tipologia de casa mais recente também surge, mais escassamente, no centro histórico de Évora-Monte, caracteriza-se por apresentar dois pisos, em que no piso inferior se desenvolve a loja e no piso superior o sobrado, desempenhando este último a função de habitação. A fachada deste tipo de edificio é estreita e apresenta já mais aberturas, iluminando o piso inferior por uma janela pequena, e com uma porta, sendo

esta encimada por uma janela mais ampla do piso superior. Neste tipo de habitação a chaminé pode ou não surgir demarcada na fachada.



Fig. 4.41 - Casa tradicional com dois pisos no centro histórico de Évora-Monte (Foto da autora)

No que diz respeito a casa senhoriais, verifica-se que estas não existem no centro histórico de Évora-Monte, destacando-se apenas a casa dos Duques de Bragança, situada na Rua da Carreira, junto à Porta do Sol, que possui dimensões superiores aos restantes edifícios do centro histórico, embora de discrição arquitectónica, para uma casa nobre.



Fig. 4.42 – Casa dos Duques de Bragança, no centro histórico de Évora-Monte (Foto da autora)

No que se refere ao estado de conservação dos conjuntos arquitectónicos, verifica-se que os edifícios ainda habitados estão relativamente bem conservados; no entanto, existem outros edifícios que devotaram ao total abandono, encontrando-se em iminente

ruína. Como exemplo, destaca-se o edifício no início da Rua da Convenção, uma construção típica da arquitectura popular rural.



Fig. 4.43 – Edifício em ruína no centro histórico de Évora-Monte (Foto da autora)

Dos quarenta e cinco edifícios que constituem os conjuntos arquitectónicos, do centro histórico de Évora-Monte, oito estão em ruína, um apresenta um estado de conservação mau, sete possuem um estado de conservação regular, e os restantes encontram-se bem conservados (Anexo 16) .

4.2.10 - Cerca Medieval

De acordo com a lápide em mármore inserida por cima da Porta do Freixo, a Cerca Medieval foi mandada erguer pelo rei D. Dinis²³¹, a 17 de Janeiro 1306, afim de proteger a vila dos ataques inimigos e incentivar a fixação da população.



Fig. 4.44 – Lápide de fundação de D. Dinis (Levantamento Arquitectónico de Alberto Martinez – IPPAR)

²³¹ Vide PINA, Ruy, *Chronica D' El – Rei D. Diniz*, volume LXXI, capítulo XXXII, Biblioteca de Clássicos Portuguezes, Escripório, Lisboa, 1912, p. 160.

A planta da Cerca afigura um triângulo isósceles, e está orientada pela configuração geográfica do outeiro, apresentando características de um sistema defensivo tipicamente gótico. É constituída por uma muralha ameada, que contorna a vila, quatro portas, um postigo, quatro torres semicirculares medievais, e cinco torreões de transição circulares (acrescidos entre 1525 e 1531?).

A muralha da vila, típica do período de fortificação medieval do século XIV, foi construída em alvenaria de pedra (granito, xisto e mármore) irregular argamassada. Caracteriza-se, essencialmente, pelo seu ameado, de ameias de corpo largo, e pelo adarve, que estabelecia a ligação entre todas as portas da vila e torres e torreões da muralha.

As fundações dos panos de muralha foram executadas com pedra argamassada em três degraus, sendo visíveis em alguns locais, pois encontram-se a descoberto; noutras zonas verifica-se que a muralha se encontra implantada directamente na rocha.



Fig. 4.45 – Pormenor das fundações em degrau da Cerca Medieval de Évora-Monte (Foto da autora)

O sistema construtivo da muralha é tipicamente medieval, sendo constituído por duas paredes em pedra argamassada, com enchimento de terra no interior, e encimados os panos de muralha por um sistema de ameias.

As portas da cerca²³² são também elementos específicos da fortificação Medieval, e apresentam uma estrutura marcadamente gótica, encontrando-se duas delas rodeadas por duas torres medievais.

São quatro, estas portas da cerca, cada uma com uma denominação específica.

²³² Vide ESPANCA, Túlio, op. Cit., p. 224 e GUERREIRO, Hugo, op. Cit., p. 61.

A Porta do Freixo, que no seu arco gótico se vira a Sul, é encimada pela lápide de fundação de D. Dinis, em mármore, e encontra-se ladeada por dois torreões (Anexo 17).

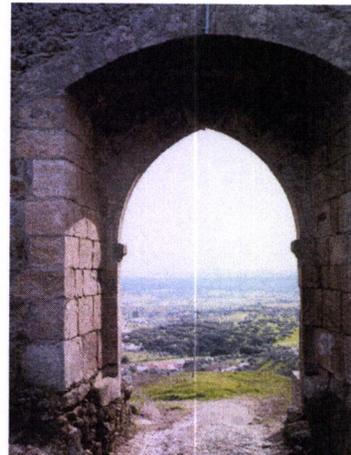


Fig. 4.46 – Porta do Freixo da Cerca Medieval de Évora-Monte – vista exterior (Foto da autora)

Fig. 4.47 - Porta do Freixo da Cerca Medieval de Évora-Monte – vista interior (Foto da autora)

A Porta de São Sebastião – também conhecida como Porta da Vila²³³ - é a porta que está mais próxima do Paço e da Igreja da Misericórdia, e permitia o acesso da vila à Ermida de São Sebastião e à estrada do Vimieiro e de Arraiolos. Esta porta é, também ela, de estilo gótico, e foi alargada no século XV (presume-se que para facilitar o acesso de carroças e animais de carga e/ou instrumentos bélicos²³⁴).

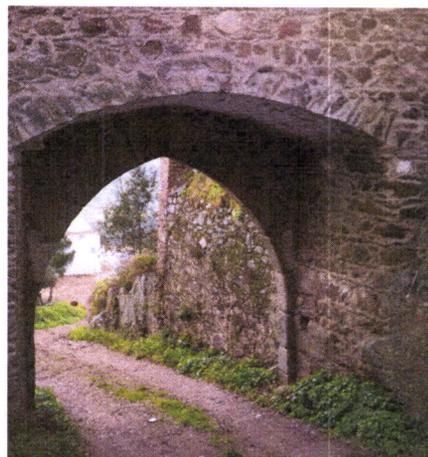


Fig. 4.48 - Porta de São Sebastião ou da Vila da Cerca Medieval de Évora-Monte – vista exterior (Foto da autora)

Fig. 4.49 - Porta de São Sebastião ou da Vila da Cerca Medieval de Évora-Monte – vista interior (Foto da autora)

Virada a Este encontramos a Porta do Sol (Anexo 18), que contempla a rota do Sol Nascente. Esta porta, gótica, está, à semelhança da Porta do Freixo, defendida por duas torres medievais.

²³³ Vide GUERREIRO, Hugo, op. Cit., p. 65. O autor refere que durante alguns séculos esta foi a denominação desta Porta, mais tarde foi então renomeada de Porta de São Sebastião, devido à sua proximidade com a Ermida de São Sebastião.

²³⁴ Vide ESPANCA, op. Cit., p. 225.

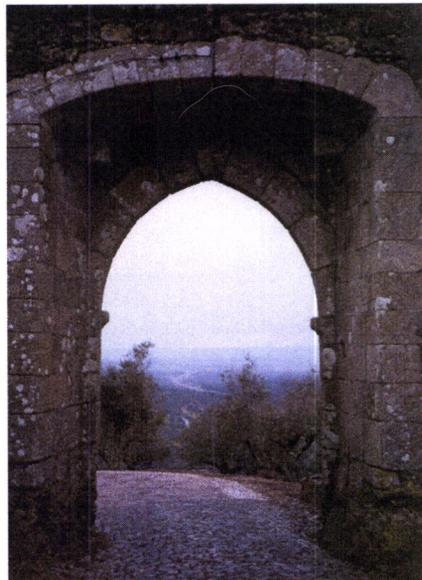
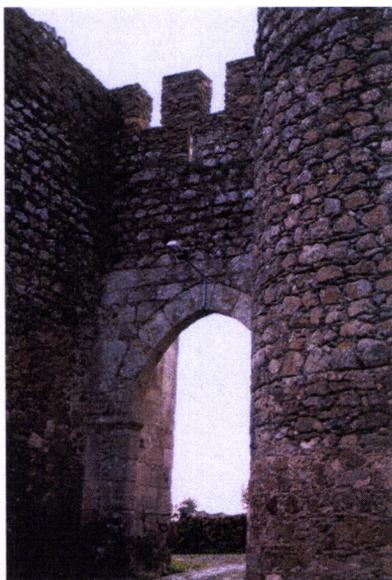


Fig. 4.50 - Porta do Sol da Cerca Medieval de Évora-Monte – vista exterior (Foto da autora)

Fig. 4.51 - Porta do Sol da Cerca Medieval de Évora-Monte – vista interior (Foto da autora)

Construída na mesma época das suas congéneres, a Porta de São Brás, é constituída por um “(...) *arco interno rebaixado (...) e ogiva exterior, sem chanfros nem impostas, assente em rudes bases de granito trabalhado*”²³⁵. É esta a porta que se encontra orientada para Sudeste.

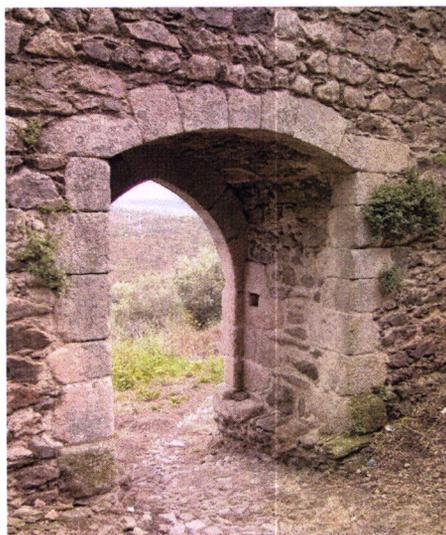


Fig. 4.52 - Porta de São Brás da Cerca Medieval de Évora-Monte – vista exterior (Foto da autora)

Fig. 4.53 - Porta de São Brás da Cerca Medieval de Évora-Monte – vista interior (Levantamento Arquitectónico de Alberto Martínez – IPPAR)

Tendo sido edificadas no século XIV, as Portas da Vila de Évora-Monte são, como anteriormente referido, do estilo militar gótico, e em arco ogival. Estas Portas foram construídas com pedra argamassada, sendo a sua função de superfície de desgaste (revestimento de pedra à vista).

²³⁵ Idem, p. 224.

O Postigo da vila encontra-se na muralha, a meio caminho entre a Porta do Freixo e a Porta de São Sebastião, junto à cisterna pública, e é uma pequena e estreita porta que permitia o acesso de pessoas à vila, sem necessidade de abrir a Porta Principal²³⁶.



Fig. 4.54 – Postigo da Cerca Medieval de Évora-Monte, cujas escadas de acesso estão cheias de entulho – vista interior (Foto da autora)

Fig. 4.55 – Postigo de Cerca Medieval de Évora-Monte – vista exterior (Levantamento Arquitectónico de Alberto Martinez – IPPAR)

As quatro torres medievais, características do período da fortificação daquela época, ladeiam as Portas do Freixo e do Sol, o que facilita as suas defesas; possuem forma semicircular, assente num basamento quadrangular, sendo ameadas com um sistema de ameias de corpo largo, pelo que a sua técnica construtiva é semelhante à da muralha.



Fig. 4.56 – Perfil de uma das torres medievais que ladeiam a Porta do Freixo da Cerca Medieval de Évora-Monte (Levantamento Arquitectónico de Alberto Martinez – IPPAR)

²³⁶ Vide NUNES, António Lopes Pires, *Dicionário temático de arquitectura militar e arte de fortificar*, Estado Maior do Exército, Lisboa, 1991, p. 172.

Aos torreões circulares da cerca de Évora-Monte, cuja época de construção terá sido provavelmente entre 1525-1531²³⁷, e à semelhança do que acontece com o Paço, também se lhe atribui o projecto a Francisco de Arruda. No entanto, o General João de Almeida aponta como data para a construção dos torreões o ano de 1664, durante, portanto, o período em que decorre a Guerra da Restauração²³⁸; esta datação parece pouco provável, se atendermos a que, já em 1758, o prior Joam Rozado Adam, afirma que os torreões foram mandados construir pelo Duque de Bragança, D. Jaime²³⁹. As obras que decorreram na fortificação de Évora-Monte, em 1644, não se encontram especificadas, podendo ser intervenções de recuperação e conservação, ou construções novas, contudo não existe documentação que confirme qualquer das hipóteses.

Os torreões são característicos do período da Fortificação de Transição, o qual consiste “(...) na adaptação da fortaleza medieval ao grande desenvolvimento da artilharia pirobalística no século XVI e o caminhar gradual do medieval para o abaluartado (...)”²⁴⁰. Estes torreões de transição são cinco, encontrando-se dispersos por vários pontos estratégicos da cerca: um deles encontra-se junto à Porta do Freixo; outro entre a porta do Freixo e o Postigo; outro anexo à Porta de São Sebastião; e os outros dois ladeiam a Porta do Sol.

Todos eles, caracterizam-se por apresentarem uma forma cilíndrica, cuja base é mais larga que o topo, sendo bem visível no seu perfil, são detentores de pouca altimetria. A sua principal função era a utilização de armas ligeiras, pelo que possuem canhoiras a dois níveis: ao nível alto, surgem nos intervalos dos merlões; no nível baixo aparecem no corpo do torreão, sendo revestidas de tijolo, foi este o material de revestimento escolhido, para minimizar as consequências do impacto dos estilhaços nos atiradores.

²³⁷ Vide NUNES, António Lopes Pires, *O castelo estratégico português e a estratégia do castelo em Portugal*, Estado Maior do Exército, Lisboa, 1988, p. 55 e PEREIRA, Paulo, op. Cit., pp. 12 – 13.

²³⁸ Vide ALMEIDA, General João de, op. Cit., p. 233 e LARANJO COELHO, Possidónio Mateus, op. Cit., p. 285.

²³⁹ Vide ADAM, Prior Joam Rozado, op. Cit., p. 73.

²⁴⁰ Vide NUNES, António Lopes Pires, op. Cit., p. 55.



Fig. 4.57 – Torreão da Cerca Medieval de Évora-Monte (Levantamento Arquitectónico de Alberto Martinez - IPPAR)

Fig. 4.58 – Pormenor de uma canhoeira de um torreão (Levantamento Arquitectónico de Alberto Martinez - IPPAR)

Segundo Paulo Pereira, estes torreões possuíam no seu interior sobrados e terraço de madeira, com chaminé para escoamento de fumos. No entanto, não são visíveis no interior das suas paredes marcas do encaixe da estrutura em madeira.

Em termos de técnica construtiva, estes torreões de transição são erigidos com paredes de alvenaria de pedra (xisto e granito) irregular argamassada, apresentam no interior das paredes enchimento de terra batida, vulgo taipa, servindo as paredes exteriores de cofragem. As canhoieras ao nível mais baixo são revestidas de material cerâmico.

A Cerca de Évora-Monte está classificada como monumento nacional, à semelhança do Paço, pelo mesmo Decreto 136 de 23 de Junho de 1910 e possui Zona Especial de Protecção definida na D. G., 2^a série, n.º 70 de 23 de Julho de 1948.

No que diz respeito ao estado de conservação da cerca e torreões de Évora-Monte é, no geral, mau, encontrando-se algumas zonas da muralha em risco de derrocada, pelo que seguidamente se faz um levantamento das patologias existentes.

As rochas em que foram construídas as Portas da Vila de Évora-Monte são de origem granítica da série gnaisso-migmatítica, caracterizando-se por ser uma rocha cristalina formada pela aglomeração do quartzo ou sílica, feldspato e mica, por isso uma rocha siliciosa.



Fig. 4.59 – Tipologia de rochas que fazem parte da alvenaria da Cerca Medieval de Évora-Monte – xistos, granitos e calcários (Foto da autora)

O gneisse apresenta predominância de mica, que se pode observar pelas lâminas colocadas paralelamente, manifestando uma textura xistóide, com cores predominantes entre o cinzento e o vermelho. Este tipo de rocha é de origem metamórfica, não sendo tão resistente como o granito, por ser formada a uma temperatura mais baixa e a menor pressão, deste modo os seus elementos não possuem uma estrutura tão compacta como o granito, estando por isso sujeita ao maior fenómeno da degradação, apresentando uma estrutura mineral mais fissurada, o que permite facilmente a entrada de água na pedra. As outras rochas que fazem parte do sistema construtivo da muralha (os xistos e calcários) são também de origem metamórfica, constituídas essencialmente por carbonatos.

Uma análise visual realizada às rochas da Cerca Medieval de Évora-Monte permite-nos identificar algumas alterações, quer devido a factores intrínsecos, quer devido a factores extrínsecos.

Em relação aos factores intrínsecos, podemos observar que devido à natureza da rocha - ser fissurada - esta apresenta arenização e perda de relevo, provocada pela pouca coesão dos minerais que a compõem, no caso das rochas das Portas da Cerca. Nos xistos é visível, em algumas partes da cerca, alguma esfoliação.

Quanto à degradação em virtude dos factores extrínsecos, é visível que esta é originada por acções mecânicas, por colonizações biológicas e por agentes meteorológicos.

Nas Portas da Cerca, verifica-se que, em virtude de serem um lugar de entrada e saída de veículos, algumas das pedras se encontram desgastadas, evidenciando perda de relevo. No que diz respeito às colonizações biológicas é notória a existência de líquenes e fungos de cor acinzentada clara e escura e amarelada; podemos também ver que existem plantas superiores a emergir por entre as juntas das pedras.



Fig. 4.60 – Colonizações microbiológicas na Porta do Sol da Cerca Medieval de Évora-Monte (Foto da autora)

Fig. 4.61 – Crescimento de plantas superiores nas juntas das pedras da Cerca Medieval de Évora-Monte (Foto da autora)

É de interesse referir que, desde há trinta anos até hoje, anualmente durante o Verão, com os ventos do Sul, a Cerca é atacada por uma praga de insectos, mais especificamente por *Insecta* de ordem *Diptera*, que se alojam nas pedras, acelerando o seu processo de degradação²⁴¹.

Quanto às acções de degradação provocadas por agentes de meteorização, verificamos que a acção mecânica do vento acelera o processo de arenização, e o efeito da água, que por acção química, ao infiltrar-se nas fissuras da rocha, provoca a oxidação da rocha, conferindo-lhe um tom vermelho, devido à presença de hidróxido de ferro na pedra.

Em algumas zonas de algumas das Portas da Cerca verificamos ainda a fracturação, a descoloração, o crescimento de vegetação entre as juntas e o preenchimento de juntas e lacunas com cimento.

A zona da Cerca, que compreende a área entre a Porta do Sol e a Porta do Freixo (Anexo 19), é a que está menos degradada, tendo sofrido obras de conservação e restauro nas décadas de 30 e 40, do século XX, enquanto que as restantes pouco ou nada foram intervencionadas.

As principais patologias²⁴² que a Cerca apresenta são:

- a falta de argamassa nas juntas superficialmente e em profundidade;
- a queda de pedras da alvenaria, provocando a erosão da terra de enchimento interior das alvenarias;
- o crescimento de vegetação parasitária, arbustiva e arbórea nas juntas;
- a colonização microbiológica nas rochas;
- fendilhações;
- lacunas de cantaria;
- gárgulas entupidas, dificultando o escoamento de água;
- a existência de zonas de entulhos;
- a acção dos agentes meteorológicos (vento, água, etc.); e
- a acção vandálica do Homem.

A zona da Cerca mais danificada, entre a Porta do Sol e a Porta de São Sebastião (Anexo 20), encontra-se em elevado estado de degradação, dado que as pedras que compõem a alvenaria da cerca se encontram soltas, pelo que se vão desagregando, provocando o desaparecimento, pouco a pouco, de panos da Cerca.

²⁴¹ Vide IPPAR, *Dossier Administrativo do Castelo de Évora-Monte*, Processo n.º 2.04.016.Loc.1

²⁴² Idem.

As torres que ladeiam a Porta do Sol e o torreão que lhes está adjacente, já não possuem ameias e o crescimento da vegetação existente aumenta o seu processo de degradação. A perda de material das alvenarias provoca a erosão da terra de enchimento, tanto que o actual caminho de ronda em algumas partes da cerca é em terra, pois a pedra já desapareceu, colocando em causa a própria estabilidade de algumas zonas da Cerca. No torreão junto à Porta do Sol é visível o desabamento de uma parte da sua parede interna.

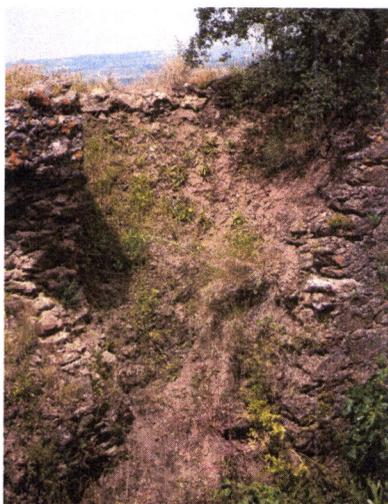


Fig. 4.62 – Derrocada de uma parte da parede interna do Torreão junto à Porta do Sol (Foto da autora)

Na zona de maior degradação da cerca, o seu desgaste é tão elevado que existem zonas em que o pano interior da cerca possui pouco mais de 50 cm de altura. Nesta mesma zona, mas do lado exterior da cerca releva a inexistência de algumas ameias, e o crescimento de vegetação nas juntas das pedras.

Na zona da Cerca onde se verifica degradação intermédia, entre a Porta de São Sebastião e a Porta do Freixo (Anexo 21), as estruturas em alvenaria estão consolidadas, sem grande perda de material, estando, deste modo, assegurada a estabilidade da cerca; no entanto existe um grande crescimento de vegetação, que a longo prazo irá contribuir para a degradação da estrutura.



Fig. 4.63 – Pano da Cerca entre a Porta de São Sebastião e o Postigo na qual são visíveis o desaparecimento progressivo das ameias (Foto da autora)

A zona da Cerca que apresenta uma degradação menor, apenas se assinala o crescimento esporádico de algumas formas de vegetação arbustiva.

No que se refere a colonizações microbiológicas, estas são visíveis por toda a Cerca e torreões, incidindo mais nas zonas voltadas a Norte que nas outras, apresentando uma cor acinzentada (umas mais claras, quase brancas e outras mais escuras), ou uma cor amarelada.

Por fim, uma outra patologia evidente na Cerca de Évora-Monte é a acção vandálica do Homem, estando esta bem visível num *graffiti* inscrito na Porta do Freixo.



Fig. 4.64 – *Graffiti* na Porta do Freixo da Cerca Medieval de Évora-Monte (Foto da autora)

No geral, podemos constatar que é urgente uma intervenção de conservação da cerca e torreões de Évora-Monte, embora algumas zonas estejam em relativo bom estado de conservação, existem outras zonas que apresentam riscos estruturais, que podem por em causa o comportamento da estrutura no seu todo.

4.2.11 - Ermida de Santa Margarida

As ermidas surgem como elementos que estabelecem as fronteiras entre o espaço urbano e o espaço rural, sendo alvo de peregrinações sazonais pelas populações urbanas e rurais.

A ermida de Santa Margarida está situada no exterior da Cerca Medieval, no declive Oeste da Porta do Sol, junto aos restos de um muro, situando-se a sua provável data de construção entre o fim do século XVI e o princípio do século XVII.



Fig. 4.65 – Ermida de Santa Margarida em Évora-Monte (Foto da autora)

Em termos construtivos, a Ermida apresenta características do último período filipino²⁴³; deste modo, possui planta quadrangular, com um telhado de duas águas encimado por uma cúpula em meia laranja, ladeando a ermida temos bancos em alvenaria, para descanso dos peregrinos. A porta de entrada é encimada por um crucifixo em mosaico, que se destaca no seu lado direito o púlpito, no exterior, em alvenaria caiada de branco, e do seu lado esquerdo uma pequena janela com grades.

No interior, surge o altar onde outrora esteve a imagem de Santa Margarida, mas que, por razões de segurança, se encontra guardada na Igreja de São Pedro; em sua substituição encontra-se um Crucifixo. Todo o interior é caiado de branco, com rodapé demarcado a azul.

O estado de conservação da Ermida de Santa Margarida é bom, visto ser alvo de intervenções de conservação e restauro regularmente, por parte da Paróquia de Évora-Monte.

4.2.12 - Ermida de São Sebastião

Cumprindo a mesma função da ermida de Santa Margarida, junto à Porta de São Sebastião surge a ermida de São Sebastião, que atribuiu o nome à Porta da Vila.

Esta Ermida era tutelada pelo Senado da Vila²⁴⁴, já no século XVII até à extinção do concelho de Évora-Monte, na qual a edilidade financiava a realização de rituais católicos para a protecção da vila e seus habitantes²⁴⁵.

Em 1779, o estado de conservação da Ermida era tão mau que a conduziu à ruína total; foi então, nessa altura, que o mestre Bento José Brochado²⁴⁶ executou uma intervenção de restauro na ermida.

²⁴³ Vide ESPANCA, Túlio, op. Cit., p. 235.

²⁴⁴ Vide ADAM, Padre Joam Rozado, op. Cit., p. 68.

²⁴⁵ Vide GUERREIRO, Hugo, op. Cit., p. 129.

Alguns anos mais tarde, em 1804, a Câmara de Évora-Monte decretou a reparação da cobertura da Ermida²⁴⁷.

Em 1911, foi inventariado na Ermida uma imagem de São Sebastião, uma lâmpada de estanho e uma cortina de chita, que cobria o altar²⁴⁸.

A Ermida de São Sebastião é, desde 1938, tutelada pela Paróquia de Évora-Monte²⁴⁹.

No que se refere às suas características arquitectónicas, verifica-se que esta Ermida se enquadra na tipologia regional de arquitectura barroca de transição, dos séculos XVI – XVII²⁵⁰. Esta Ermida, originalmente, deveria ser igual à Ermida de Santa Margarida, mas as sua proximidade com a Porta da Vila conduziu a que mais tarde fosse ampliada, por forma a satisfazer as necessidades da população local.



Fig. 4.66 – Ermida de São Sebastião em Évora-Monte (Foto da autora)

O alçado principal, com empena triangular encimada com uma cruz em pedra, possui uma porta de acesso à Ermida, em madeira, ladeada de bancos em alvenaria, que acompanham a quase totalidade dos restantes alçados da Ermida. A decoração dos alçados é praticamente inexistente.

O seu interior comporta uma nave, com planta rectangular, dividida em dois tramos, com arcos de volta inteira, assentes sobre duas escoras. A nave terá sido acrescentada posteriormente à capela-mor. A cobertura da nave é feita com travejamento em madeira, no qual assentam as telhas, sendo o telhado de duas águas.

²⁴⁶ Vide LOURO, Padre Henrique da Silva, op. Cit., p. 166.

²⁴⁷ Vide GUERREIRO, Hugo, op. Cit., p. 129.

²⁴⁸ Idem, ibidem.

²⁴⁹ Idem, ibidem.

²⁵⁰ Vide ESPANCA, Túlio, op. Cit., p. 235.

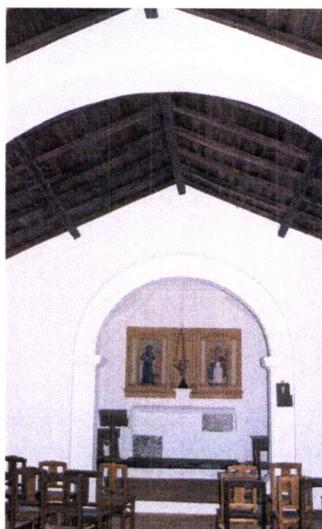


Fig. 4.67 – Interior da Ermida de São Sebastião em Évora-Monte (Foto da autora)

A capela-mor tem planta rectangular, é antecedida por um arco de volta redonda e possui uma cúpula de meia esfera, sendo provável que esta estrutura seja a mais antiga do edifício, pois verifica-se algumas semelhanças com a Ermida de Santa Margarida. O altar-mor é em alvenaria, com um pedestal, onde actualmente se encontra um crucifixo, onde outrora existia uma imagem de São Sebastião, que por razões de segurança não se encontra na Ermida. Por cima do altar-mor, encontram-se pintados na parede as imagens de São Roque e São Brás.



Fig. 4.68 – Pinturas das imagens de São Roque e São Brás no altar-mor da Ermida de São Sebastião em Évora-Monte (Foto da autora)

A cobertura exterior da cúpula é exclusivamente em reboco, possuindo um beirado em telha, ao longo de toda a estrutura.

Os materiais e técnicas de construção da ermida são os tradicionais da região; deste modo, é utilizada nas paredes alvenaria de pedra argamassada rebocada, sendo o seu revestimento de superfície, cal branca, quer no interior, como no exterior.

O estado de conservação da Ermida de São Sebastião é bom, sendo alvo de intervenções de conservação frequentes, pela Paróquia de Évora-Monte.

5. LEITURA DA IMAGEM URBANA DE ÉVORA-MONTE

De silhueta bem definida é como surge Évora-Monte nos campos do Alentejo Central, junto à zona raiana.



Fig. 5.1 – Silhueta de Évora-Monte (Foto da autora)

Edificada num local naturalmente privilegiado, o seu campo de visão estende-se desde Castelo de Vide até Monsaraz, torna-se evidente a génese da sua funcionalidade – a defesa do território e a proximidade com um importante eixo de comunicação (Estremoz – Évora).



Fig. 5.2 – Parte do sistema de vistas que é possível vislumbrar do centro histórico de Évora-Monte (Foto da autora)

Esta silhueta é facilmente perceptível pela definição das suas formas; uma aproximação à vila permite verificar que aquelas definem o seu contorno e são modeladas pelo conjunto do seu património edificado, cuja descrição foi efectuada no capítulo anterior. Para uma boa leitura da imagem urbana de Évora-Monte é necessário conhecer o seu crescimento urbano, a tipologia do seu património edificado, o seu desenho urbano e a morfologia dos seus espaços.

O seu processo de crescimento e transformação urbano foi já analisado no capítulo *Desenvolvimento Urbano de Évora-Monte*, e a tipologia do seu património edificado foi diferenciada no capítulo *Caracterização do Património Edificado*.

Quanto à estrutura urbana do centro histórico de Évora-Monte, deriva de um lento e escasso processo de desenvolvimento, para a melhor compreender, em seguida faz-se uma análise do seu desenho urbano e da morfologia dos seus espaços.

No que se refere ao desenho urbano, o centro histórico apresenta a forma de um triângulo isóceles, que acompanha as curvas de nível da elevação em que se encontra implantado, sendo a sua área urbana²⁵¹ aproximadamente de 32 869 m² (Anexo 22).

O seu sistema defensivo tipicamente medieval, possui quatro portas, mais ou menos colocadas em frente uma da outra, duas a duas, e um postigo.

A estrutura urbana é definida pelas seguintes vias de comunicação:

- as principais, a Rua da Convenção (antiga Rua Direita), que surge como motor de desenvolvimento do traçado urbano, e Rua de Santa Maria, com o sentido Nordeste - Sul, que no prolongamento uma da outra, fazem a ligação entre a Porta do Sol e a Igreja Matriz, dividindo o aglomerado urbano, quase que simetricamente, em dois, a largura deste eixo varia entre os 3,20 m e os 6,40 m, em todo o seu comprimento, sendo a sua largura máxima junto ao edifício dos Paços do Concelho;
- as secundárias, as Ruas da Misericórdia e da Carreira, que sendo mais ou menos paralelas ao principal eixo da vila, encontram-se uma de cada um dos seus lados. a diferentes níveis, a Rua da Carreira, com o sentido Nordeste – Sul, estabelece a ligação entre o Largo da Igreja de Santa Maria e a Casa dos Duques de Bragança (junto à Porta do Sol), a sua largura varia entre os 2,40 m e os 4,80 m, e a Rua da Misericórdia, no sentido Nordeste – Sul, liga o Edifício da Santa Casa da Misericórdia de Évora-Monte (junto à Porta de São Sebastião) à Porta do Freixo, a largura desta via situa-se entre os 3,20 m e os 4,80 m; o eixo, no sentido Oeste – Este, que une a porta de São Sebastião à Rua da Convenção, que sob a forma de travessa se prolonga, na perpendicular ao eixo principal, até à Porta de São Brás, a largura deste eixo varia entre os 1,90 m e os 4,80 m; e
- uma série de travessas, que estabelecem a ligação entre os diferentes eixos viários.

Na execução do traçado destes veios comunicacionais, é notória a existência de uma concepção propositada, pois verifica-se que o seu delineamento é praticamente paralelo.

²⁵¹ Vide ABEL, António Borges, *Vilas de fundação medieval no Alentejo – contributos para o estudo da morfologia urbana*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora, 1995.

Estes eixos principais, secundários e terciários, definem o tecido urbano do centro histórico, sendo este constituído por pequenos quarteirões, ocupados por edifícios com um ou dois pisos, sendo uma parte da sua área preenchida com edifícios e a restante por quintais.

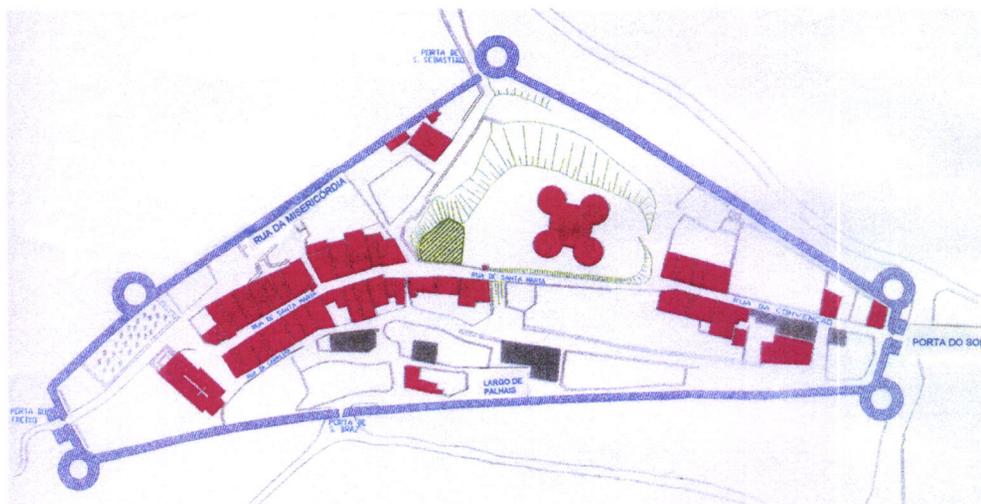


Fig. 5.3 – Planta do centro histórico de Évora-Monte com a designação dos eixos principais e secundários (Câmara Municipal de Estremoz)

A morfologia dos espaços do centro histórico está definida pelos diferentes elementos que a compõem, em seguida iremos analisá-los, para compreender a sua inserção no meio e a sua contribuição para o delineamento da imagem urbana de Évora-Monte.

O arrabalde, também conhecido por Corredoura, formou-se a partir da Porta do Freixo, em função do Rossio, servindo de conexão entre o aglomerado urbano e a estrada de Estremoz – Évora, sendo também esta uma zona com curvas de nível menos acentuadas. O rossio, é um “*espaço urbano de transição para o meio rural envolvente*”²⁵², no qual se desenrolam uma série de actividades sazonais, sendo elas desde os mercados mensais, às feiras anuais, o acantonamento de tropas, etc., surge na zona do arrabalde, tendo como limite a Igreja de São Pedro, é a partir desta zona que, nos finais do século XIX, se desenvolve a nova centralidade da vila, surgindo neste espaço novos edifícios essenciais ao desenvolvimento humano da vila, tais como escolas, comércio, etc.

Este desenvolvimento urbano apresenta um delineamento autónomo, muito diferente da estrutura urbana original do centro histórico.

²⁵² CAEIRO, Elsa Maria Moreira, *Estudo comparativo de conjuntos urbanos situados na área de influência de Évora*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora, 1995, p. 1.50.

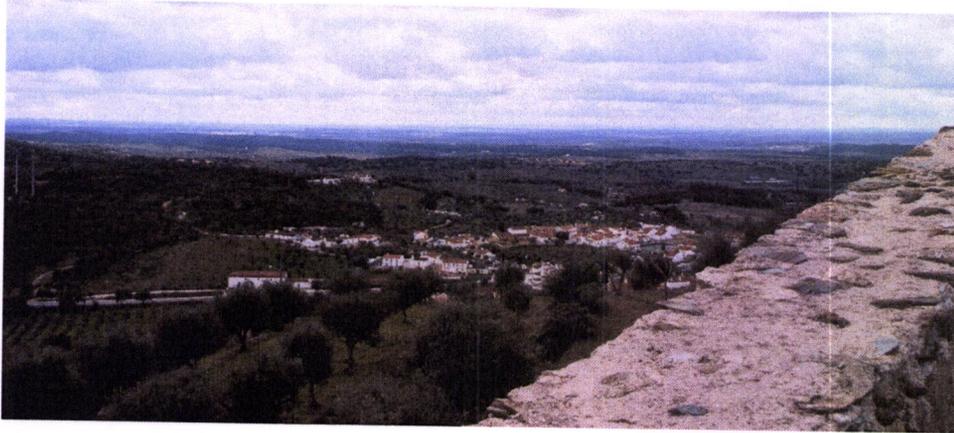


Fig. 5.4 – Rossio de Évora-Monte (Foto da autora)

Caminhando em direção à Cerca Medieval, surgem as Ermidas de São Sebastião e Santa Margarida, do século XVI, caiadas de branco, que situadas nas imediações do espaço urbano, surgem como territórios paroquiais, que definem a fronteira entre o espaço urbano e o espaço rural, sendo alvo de diferentes peregrinações anuais.

A cerca, com a textura do granito e xisto, e em tons de cinza, é o elemento defensivo que protege o aglomerado urbano que se encontra no seu interior, prevalecendo através dela o domínio da paisagem. O acesso ao centro histórico é feito pelas quatro portas de entrada e por um postigo; as portas são então um elemento fundamental de comunicação do aglomerado urbano, pois através delas todos entram e saem, sem exceção, desde “*o Rei, ao mendigo*”, representando portanto um pólo da vitalidade urbana.

A Igreja Matriz de Santa Maria, de cor da cal, foi construída junta à Porta do Freixo, no interior da Cerca, foi a sede da Paróquia, na qual diariamente se fazia o culto religioso. A dimensão da igreja é proporcional ao número de população da vila e ao seu poder económico.

O cemitério está situado em frente à Igreja de Santa Maria, também dentro da Cerca, delimitado por um muro caiado, sendo um local de culto aos mortos, contribui actualmente para algum dinamismo do centro histórico, visto as pessoas aí se deslocarem esporadicamente para prestar a sua homenagem aos familiares falecidos.



Fig. 5.5 – Cemitério do centro histórico de Évora-Monte (Foto da autora)

A Praça da Vila, com cerca de 580 m², encontra-se junto à Igreja de Santa Maria, onde, no século XIII se encontravam provavelmente os medievais Paços do Concelho²⁵³, e situa-se relativamente perto da Porta do Freixo, que estabelece a ligação com o Rossio.



Fig. 5.6 – Praça da Vila no centro histórico de Évora-Monte (Foto da autora)

Os Paços do Concelho encontram-se desactivados, estando actualmente aí instalado o Posto de Turismo. Encontra-se situado na Rua da Convenção, demarcando-se facilmente do restante casario pela sua Torre do Relógio. No edifício funcionou no primeiro andar os serviços administrativos do concelho, e no rés-do-chão a cadeia.

O Pelourinho, em ruína, encontra-se em frente ao edifício dos antigos Paços do Concelho.

O Paço Ducal da Casa de Bragança, é o marco arquitectónico mais importante do centro histórico, edificado na zona mais elevada do recinto amuralhado, com as suas formas robustas e os seus tons ocre e acinzentados, conferidos pelo reboco, atribuem-lhe uma impressionante imponência, sendo visível a sua silhueta a quilómetros de distância.

O edifício da Santa Casa da Misericórdia de Évora-Monte, está situada junto à Porta de São Sebastião, dentro da Cerca Medieval; tendo surgido no século XVI, por iniciativa régia, permitiu organizar e estruturar as albergarias e confrarias existentes, o edifício foi construído de raiz e possui condições para albergar uma capela e um hospital adequados às necessidades da época.

Os quarteirões, do centro histórico de Évora-Monte, possuem uma divisão parcelar regular e simétrica, encontrando-se no seu interior edifícios, os seus quintais e ruínas (Anexo 23). O seu aspecto geral apresenta um casario caiado de branco, com chaminés

²⁵³ Vide ESPANCA, Túlio, op. Cit., p. 240.

que se distinguem bem nos edifícios, vegetação arbórea dos quintais, e vestígios de construções outrora aí existentes.

Os quarteirões existentes são cerca de onze, mas apenas sete apresentam construções, os outros quarteirões são espaços vazios deixados pelas ruínas de antigos edifícios aí existentes, sendo actualmente aproveitados pela população local para quintais.

O quarteirão formado pela Rua de Santa Maria – Rua da Misericórdia – Largo da Igreja Matriz – Escadaria de acesso ao Postigo, tem cerca de 784 m², dos quais estão construídos 722,56 m², encontrando-se livres 61,44 m². Este quarteirão encontra-se dividido em nove lotes, cujas dimensões variam entre os 12,80 m² e os 170,24 m². A significativa diferença de dimensão de lotes, deve-se ao facto de ao longo do tempo terem existido alterações nas construções com a divisão ou união de lotes. A dimensão média, verificada na maior parte destes lotes, é de cerca de 102,40 m² (16m x 6,4 m).

O quarteirão definido pela Rua de Santa Maria – Escadaria de acesso ao Postigo – Rua da Misericórdia – Rua de acesso à Porta de São Sebastião, tem 1 295 m², tendo construídos 834,20 m² e livres 460,80 m². Este quarteirão comporta quatro lotes, tendo o mais pequeno 128 m² e o maior 249,60 m², também aqui se verificam alterações ao loteamento original, devido à união de lotes.

A Rua de Santa Maria – Rua da Carreira – Largo de Igreja Matriz – Passagem Pedonal junto aos Paços do Concelho, definem outro quarteirão do centro histórico de Évora-Monte, cujas dimensões são 1221 m², encontrando-se com construção 1 093 m², e livres 128 m². Neste quarteirão distinguimos doze lotes, cujas dimensões variam entre os 71,68 m² e os 140,80 m².

O quarteirão delimitado pela Rua da Convenção – Rua da Carreira – Acesso Pedonal junto aos Paços do Concelho – Travessa junto à Casa dos Duques de Bragança, tem cerca de 3 440,64 m², dos quais são área construída 783,36 m² e área livre 2657,28 m². Este quarteirão encontra-se dividido em nove lotes, com construção, variando as suas áreas entre os 140,80 m² e os 409,60 m².

A Rua da Convenção – Rua de acesso ao Paço – Troço de Muralha entre a Porta do Sol e a Porta de São Sebastião – Troço de Muralha anexo à Porta do Sol, perfazem um outro quarteirão, do centro histórico de Évora-Monte, este possui cerca de 2 862,72 m² de área, sendo que 710,56 m² é área construída e os restantes 2 125,16 m² é área livre de construção. Este quarteirão constitui-se por seis lotes, cujas áreas se situam no intervalo entre 122,88 m² e os 358,40 m².

Na zona Sudoeste do centro histórico de Évora-Monte, denominada de Palhais, constata-se que é onde existem mais quarteirões isentos de qualquer construção ou então as construções existentes estão à beira da ruína, sendo esta a zona mais afectada com a desertificação humana do centro histórico. Destaca-se contudo um quarteirão entre o Largo de Palhais e a Rua de acesso à Porta de São Brás, cuja área total é cerca de 261 m², encontrando-se construída 140,80 m², o que corresponde a um lote de terreno, os restantes 120,20 m² estão livres.

No centro histórico de Évora-Monte encontram-se muito bem demarcadas as ruas das fachadas principais e as ruas das traseiras, na definição dos quarteirões, mais uma vincada característica do urbanismo medieval.

As vivências nestes quarteirões são marcadas pela quase inexistente população residente, das 48 pessoas que aí residiam em 2001, depois ter sido transferido o Lar da Terceira Idade da Santa Casa da Misericórdia para a zona do Rossio, verifica-se que actualmente restam 19 pessoas. Deste modo, das 41 casas de habitação existentes no centro histórico de Évora-Monte, apenas 9, cerca de 3,69%, se encontram habitadas permanentemente, as restantes, 96,31%, os seus proprietários estão no Lar ou são casas de permanência sazonal.

A arquitectura civil é constituída essencialmente por edifícios com funções de habitação e comércio (Anexo 24). No centro histórico de Évora-Monte não existem casas apalaçadas, destaca-se apenas a Casa do Duques de Bragança, mas que apresenta uma arquitectura discreta, embora de dimensões superiores a todos os outros edifícios. As casas tradicionais no centro histórico derivam de um modelo rural de construção. Os edifícios no geral apresentam um a dois pisos de construção (Anexo 25), com algumas aberturas, em forma de portas ou janelas, mas de dimensão reduzida, como cor dominante surge a caiação a branco, e o amarelo ou azul na decoração dos aros de portas e janelas, e ainda os tons cinzas de algumas ombreiras de portas e janelas.

No que diz respeito às ruas, a Rua da Convenção e Rua de Santa Maria estão delimitadas por fachadas contínuas de casas, de ambos os lados, destacando-se alguns espaços vazios, criados com as ruínas de edifícios, a sua morfologia permite um bom sistema de vistas do Paço e restante vila. Em termos cromáticos sobressaem as cores das casas, essencialmente o branco, e os tons cinzentos da calçada.



Fig. 5.7 – Perspectiva da Rua de Santa Maria, no sentido Norte – Sul (Foto da autora)

Fig. 5.8 – Perspectiva da Rua de Santa Maria, no sentido Sul – Norte (Foto da autora)



Fig. 5.9 – Perspectiva da Rua da Convenção, no sentido Noroeste – Sudeste (Foto da autora)

Fig. 5.10 - Perspectiva da Rua da Convenção, no sentido Sudeste – Noroeste (Foto da autora)

As Ruas da Misericórdia e Rua da Carreira, sendo eixos secundários, e simultaneamente ruas das traseiras, possuem apenas uma fachada contínua de casas de um dos lados e do outro espaços vazios deixados em ruínas, que actualmente servem como hortas, nestas ruas a calçada não cobre a área total e nem é contínua, sendo em algumas zonas em terra batida.

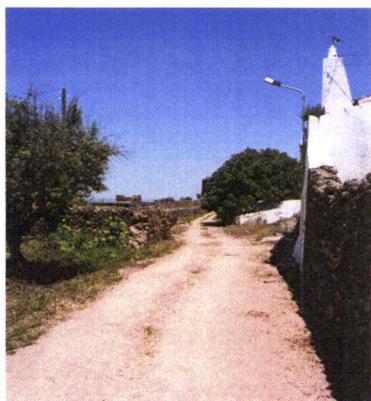


Fig. 5.11 – Perspectiva da Rua da Misericórdia, no sentido Sul – Norte (Foto da autora)

Fig. 5.12 - Perspectiva da Rua da Misericórdia, no sentido Norte – Sul (Foto da autora)



Fig. 5.13 – Perspectiva da Rua da Carreira, no sentido Sul – Nordeste (Foto da autora)
Fig. 5.14 - Perspectiva da Rua da Carreira, no sentido Nordeste – Sul (Foto da autora)

A Rua da Muralha encontra-se definida por uma série de espaços vazios, encontrando-se apenas um edifício em condições razoáveis de habitabilidade, pois o outro está em iminente ruína; esta rua delimita de um dos lados o Largo de Palhais.



Fig. 5.15 – Perspectiva da Rua da Muralha, no sentido Nordeste – Sudoeste (Foto da autora)
Fig. 5.16 – Largo de Palhais (Foto da autora)

Em relação à calçada no centro histórico, verifica-se que foi colocada nos principais eixos do centro histórico em 1972, no entanto surgem algumas zonas com calçada tipicamente Medieval, destacando-se a zona junto ao edifício da Santa Casa da Misericórdia e a zona junto à Porta de São Brás.



Fig. 5.17 – Pormenor de calçada contemporânea junto à Igreja de Santa Maria, no centro histórico de Évora-Monte (Foto da autora)

Fig. 5.18 - Pormenor de calçada contemporânea junto à Casa dos Duques de Bragança, no centro histórico de Évora-Monte (Foto da autora)



Fig. 5.19 – Pormenor de calçada medieval junto ao Largo de Palhais, no centro histórico de Évora-Monte (Foto da autora)

Fig. 5.20 - Pormenor de calçada medieval junto à Porta de São Brás, no centro histórico de Évora-Monte (Foto da autora)



Fig. 5.21 – Tipos de mobiliário urbano luminotécnico existentes no centro histórico de Évora-Monte (Fotos da autora)

Para completar a leitura da imagem urbana do centro histórico de Évora-Monte é importante seguir a metodologia apresentada por Gordon Cullen em *Paisagem Urbana*, segundo o qual existem três considerações extremamente importantes, são elas:

- a óptica, na qual “(...) a paisagem urbana surge na maioria das vezes como uma sucessão de surpresas ou revelações súbita.”²⁵⁴;
- o local, que corresponde “(...) às nossas reacções perante a nossa posição no espaço”²⁵⁵; e

²⁵⁴ Vide CULLEN, Gordon, *Paisagem Urbana*, Edições 70, 1996, p. 11.

- o conteúdo, que se traduz na “(...) *própria constituição da cidade: a sua cor, textura, escala, o seu estilo, a sua natureza, a sua personalidade e tudo o que a individualiza*”²⁵⁶.

Neste sentido, a primeira análise a realizar ao centro histórico de Évora-Monte é ao nível da óptica, a *visão serial*; deste modo fez-se um percurso ao longo do centro histórico que nos permitiu obter esta visão.

Este percurso inicia-se do lado de fora da Porta do Freixo e prossegue em direcção ao centro histórico, pela Rua de Santa Maria e Rua da Convenção, até à Porta do Sol - a «linha de força» do centro histórico.

O percurso está registado em dez pontos de vista sequenciais, que caracterizam uma parte do centro histórico. Estes pontos de vista serão analisados, de acordo com a metodologia de Gordon Cullen, ao nível da óptica e do local.

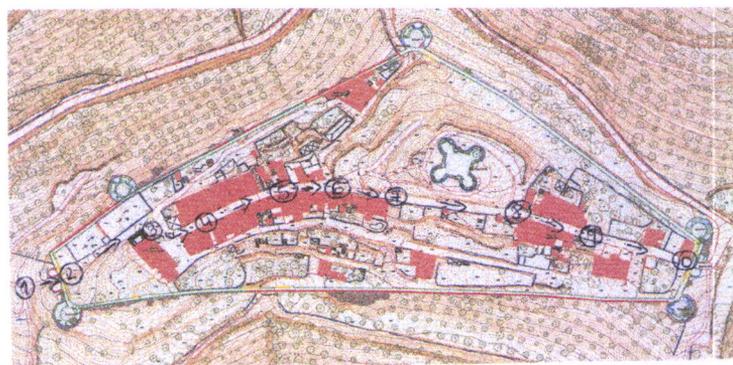


Fig. 5.22 – Planta do percurso pela «linha de força» do centro histórico de Évora-Monte

No primeiro ponto de vista, do lado de fora da Porta do Freixo surge-nos uma porta de entrada que separa o interior do exterior, como Gordon Cullen refere o «Aqui e o Além», onde estamos e para onde vamos.



Fig. 5.23 – Primeiro ponto de vista do percurso pela «linha de força» do centro histórico de Évora-Monte (Foto da autora)

²⁵⁵ Idem, *ibidem*

²⁵⁶ Idem, p. 13.

O segundo ponto de vista, já no interior do centro histórico, junto à Porta do Freixo, surge um plano definido por um desnível, abaixo do nível médio do terreno, uma «ascensão ao desconhecido», surgindo as formas da Igreja de Santa Maria, à direita, e o muro do cemitério à esquerda.



Fig. 5.24 – Segundo ponto de vista do percurso pela «linha de força» do centro histórico de Évora-Monte, uma «ascensão ao desconhecido» (Foto da autora)

O plano seguinte, tirado junto à escadaria da Igreja de Santa Maria, mostra-nos uma perspectiva cortada por um edifício-barreira, uma parte do Largo da Igreja e a entrada na Rua de Santa Maria, cujos alçados principais dos edifícios delimita o espaço.



Fig. 5.25 - Terceiro ponto de vista do percurso pela «linha de força» do centro histórico de Évora-Monte, uma perspectiva cortada por um edifício-barreira (Foto da autora)

O quarto ponto de vista, desta visão serial, mostra-nos a perspectiva da Rua de Santa Maria, definida pelas fachadas de edifícios, sendo bloqueada pela inflexão da rua para a direita. Neste plano assistimos a mais um desnível, abaixo do nível médio do terreno.



Fig. 5.26 - Quarto ponto de vista do percurso pela «linha de força» do centro histórico de Évora-Monte, perspectiva marcada por um desnível abaixo do nível médio do terreno (Foto da autora)

No quinto ponto de vista, a perspectiva da Rua de Santa Maria é subitamente travada pela forma do Paço, que se ergue no cimo da rua, marcando fortemente este plano.



Fig. 5.27 - Quinto ponto de vista do percurso pela «linha de força» do centro histórico de Évora-Monte, perspectiva marcada pela forma do Paço (Foto da autora)

O seguinte ponto de vista, retirado junto ao antigo edifício dos Paços do Concelho, mostra um plano em que o Paço domina o espaço e impõe a sua robusta presença.



Fig. 5.28 – Sexto ponto de vista do percurso pela «linha de força» do centro histórico de Évora-Monte, predomina a forma do Paço (Foto da autora)

O sétimo ponto de vista, revela-nos um espaço definido do lado direito por um muro de contenção de terras, e pelo lado esquerdo também por outro muro e por uma fracção do Paço, sendo a perspectiva demarcada pelos postes de electricidade e respectivos cabo eléctricos. Neste plano encontra-se marcado um desnível, acima do nível médio do terreno, que induz a uma sensação de domínio.



Fig. 5.29 - Sétimo ponto de vista do percurso pela «linha de força» do centro histórico de Évora-Monte, plano marcado por um desnível acima do nível médio do terreno, induzindo a uma sensação de domínio (Foto da autora)

No oitavo ponto de vista, a perspectiva da Rua da Convenção está definida pelas fachadas dos edifícios dos dois lados da rua, terminando na Porta do Sol.

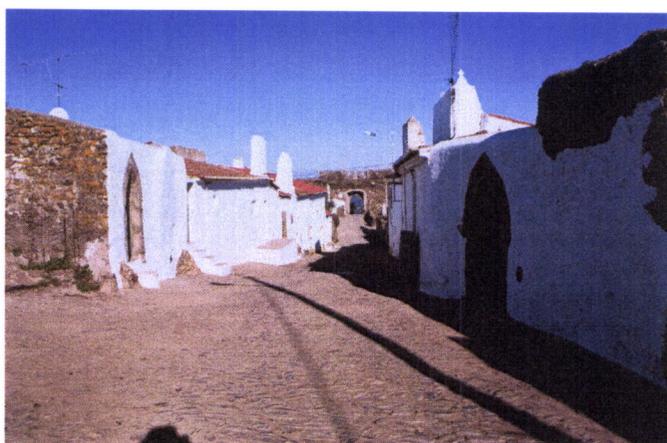


Fig. 5.30 - Oitavo ponto de vista do percurso pela «linha de força» do centro histórico de Évora-Monte, plano definido pelas fachadas dos edifícios (Foto da autora)

O ponto de vista seguinte, apresenta uma pequena perspectiva da Rua da Convenção definida pelos muros que delimitam os quintais, por algumas casas em ruína e por espaços vazios.



Fig. 5.31 – Nono ponto de vista do percurso pela «linha de força» do centro histórico de Évora-Monte, perspectiva fortemente marcada pelos muros dos quintais e edifícios em ruína (Foto da autora)

O décimo e último ponto de vista é essencialmente definido pela Porta do Sol, que nos remete novamente para o «Aqui e o Além», Aqui o espaço interior do centro histórico e o Além o desconhecido que nos desperta a curiosidade.



Fig. 5.32 - Décimo ponto de vista do percurso pela «linha de força» do centro histórico de Évora-Monte, perspectiva que nos conduz para o «Aqui e o Além», Aqui o espaço interior do centro histórico e o Além o desconhecido que nos desperta a curiosidade (Foto da autora)

Esta visão serial da «linha de força» do centro histórico de Évora-Monte, permite conhecer e caracterizar os principais elementos que compõem a sua imagem urbana, ao nível da óptica e ao nível do local.

Acompanhando a metodologia de Gordon Cullen na caracterização da imagem do centro histórico de Évora-Monte, segue-se uma análise ao seu conteúdo, mais especificamente às suas formas, aos seus materiais, às suas texturas e às suas cores.

Quanto às formas do centro histórico de Évora-Monte, estas são essencialmente definidas pela Cerca Medieval e pelo Paço, demarcando-se também o aspecto geral do casario que existe no interior da cerca.

O granito e o xisto da Cerca Medieval e o reboco do Paço, fornecem as principais texturas ao primitivo núcleo urbano de Évora-Monte. São de salientar também as texturas dos diferentes tipos de calçada existentes e as texturas das paredes dos edifícios e muros, quer rebocados e caiados ou só com a pedra à vista.

Os tons cromáticos de Évora-Monte variam entre os cinzentos, os ocres do granito, do xisto e do reboco do Paço, e os brancos dos restantes edifícios do centro histórico. Como refere, o Arq. José Aguiar, “(...) a cor faz parte integrante dos elementos que caracterizam e humanizam o espaço urbano, tornando-o reconhecível e identificável”²⁵⁷ e “(...) torna-se num dos factores constitutivos mais importantes para a identidade da arquitectura local e da imagem urbana (...)”²⁵⁸, neste sentido é impossível realizar uma leitura da imagem urbana do centro histórico de Évora-Monte sem analisar as cores que o caracterizam.

De acordo com Jean-Philippe Lenclos em *The Geography of colour*, as cores de um determinado local estão dependentes de diferentes factores locais, tais como as características climáticas e geológicas, os materiais de construção, os costumes tradicionais, etc.²⁵⁹, deste modo verifica-se uma “(...) estreita interacção contextual entre território e linguagem arquitectónica”²⁶⁰. Segundo esta teoria, referenciada pelo Arq. José Aguiar, “(...) todos os lugares possuem cores permanentes e cores não permanentes. As cores permanentes são as fornecidas por elementos estáveis com um carácter visual durável, portanto susceptíveis de levantamento, ou registo, tais como: os materiais de construção, a pedra, as cerâmicas do lugar, mas também os minerais dos solos que serviram de pigmentos até ontem. As cores não permanentes são as que dependem de factores variáveis, como a infinita mudança da luz e do clima, a vegetação ao longo do ano, a luz do céu ou dos lagos, a poluição cromática das colagens, etc.”²⁶¹

Numa análise às cores do centro histórico de Évora-Monte será realizado um levantamento fotográfico das principais cores permanentes.

²⁵⁷ Vide AGUIAR, José, *Estudos cromáticos nas intervenções de conservação em centros históricos*, Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, 1999, p. 432.

²⁵⁸ Idem, p. 490.

²⁵⁹ Idem, ibidem.

²⁶⁰ Idem, ibidem.

²⁶¹ Idem, p. 491.

Foram identificadas como cores permanentes: as cores minerais²⁶² dos materiais de construção, utilizados nos edifícios; e, as cores artificiais²⁶³ utilizadas nas superfícies de desgaste das construções.

Como cores minerais, retemos a presença dos ocre e cinzentos, conferidos pelo granito e xisto utilizados na Cerca Medieval, nos muros de contenção de terras e na calçada. As coberturas dos edifícios do centro histórico têm tons cromáticos que variam entre os vermelhos e os castanhos.



Fig. 5.33 – Cores e texturas de algumas coberturas de edifícios do centro histórico de Évora-Monte (Fotos da autora)

De entre as cores artificiais, constatamos que a maior parte dos edifícios do centro histórico são rebocados e protegidos com cal ou tinta, verificando-se a predominância do branco nas paredes, e os tons de amarelo e azul nos rodapés e ombreiras de portas e janelas. No que se refere a portas e janelas, verificamos que as cores variam entre os castanhos da madeira, os verdes e os brancos pintados nos caixilhos das janelas.

No centro histórico de Évora-Monte são também visíveis ao longo do ano cores não permanentes, conferidas pelas cores vegetais das hortas nos quintais.



Fig. 5.34 – Paleta de cromatismos e texturas da Rua de Santa Maria no centro histórico de Évoramonte (Fotos da autora)

²⁶² Vide LANCASTER, Michael, *Britain in view*, Sandtex Book, London, 1984, p. 6.

²⁶³ Idem, *ibidem*.



Fig. 5.35 – Paleta de cromatismos e texturas da Rua da Convenção no centro histórico de Évora-Monte (Fotos da autora)



Fig. 5.36 - Paleta de cromatismos e texturas da Rua da Carreira no centro histórico de Évora-Monte (Fotos da autora)



Fig. 5.37 - Paleta de cromatismos e texturas da Rua da Misericórdia no centro histórico de Évora-Monte (Fotos da autora)

Esta primeira análise às cores do centro histórico é contudo relativa, pois como refere Michael Lancaster, em *Britain in view*, a cor “(...) it varies according to the nature of the light source, the distance from which it is reflected; it varies also in our perceptions (...)”²⁶⁴.

Nesta leitura da imagem urbana do centro histórico de Évora-Monte pretende-se contribuir para a preservação da sua autenticidade.

²⁶⁴ Idem, *ibidem*.

6. AVALIAÇÃO CRÍTICA DO QUE SE FEZ E RECOMENDAÇÕES PARA A SALVAGUARDA DA IMAGEM URBANA DE ÉVORA-MONTE

6.1 – Registo de intervenções de conservação e restauro em Évora-Monte

6.1.1 – Intervenções no Paço e Cerca Medieval

As intervenções de conservação e restauro documentadas, do Paço e da Cerca medieval de Évora-Monte, foram executadas pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), no período entre 1937 a 1986. No período de 1986 a 1992, a entidade responsável, pelas intervenções, foi o Instituto Português do Património Construído (IPPC), após a afectação do Paço e Cerca Medieval ao Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), operado pelo decreto-lei n.º 106F/92 de 1 de Junho, esta tornou-se a principal instituição responsável pela gestão deste património. Até 1937, o Paço de Évora-Monte encontrava-se em estado de ruína; os torreões Sul e Este estavam praticamente destruídos, remontando esta situação a vários séculos atrás. No interior, dos três pisos anteriormente existentes, restavam as colunas, alguns arcos das abóbadas e algumas paredes, sendo de salientar a utilização do primeiro piso do edifício pela população como curral para animais²⁶⁵. No exterior, as paredes apresentavam inúmeras fendas e fissuras, restando poucos revestimentos, nomeadamente algumas argamassas de rebocos antigos, no torreão Norte.

Quanto à Cerca Medieval, esta também não se encontrava nas melhores condições, estando a maior parte dos paramentos já sem ameias. Algumas zonas das torres e torreões já estavam muito afectadas ou ameaçavam derrocada, situações que foram apenas parcialmente corrigidas, até hoje.



Fig. 6.1 – Vista geral do centro histórico de Évora-Monte, por volta de 1937, encontrando-se o Paço em iminente ruína (DGEMN/ DREMSul/ DM, N.º IPA 0704040002, foto n.º 1570)

Fig. 6.2 - Vista geral do centro histórico de Évora-Monte, em 2001, comparando estas duas imagens verificamos que as intervenções realizadas no Paço e Cerca Medieval foram muito significativas para a sua imagem. Quanto aos restantes edifícios constata-se que como consequência do seu abandono, alguns desapareceram (Foto da autora)

²⁶⁵ Vide RATÃO, João, «Carta a D. Rita Procopia» In *Almanach Evoramontense*, dirigido por António Maria do Carmo, Minerva Comercial, Évora, 1917, pp. 49 e 50.

Nos finais da década de 30, a DGEMN iniciou uma campanha de intervenções de conservação e restauro pelos castelos portugueses, designadas de *reintegrações*, como contributo para a comemoração, em 1940, dos centenários da Independência e Restauração de Portugal. Foi nesta conjuntura que se iniciam as intervenções no Paço e Cerca medieval de Évora-Monte.

Das campanhas de obras de conservação e restauro, executadas no Paço e Cerca de Évora-Monte, destacam-se:

- entre 1937 e 1948²⁶⁶, a reconstrução do Paço, mais especificamente a reconstrução dos dois torreões destruídos, a reconstrução de abóbadas, segundo o preexistente, a consolidação geral das paredes e a reparação dos pavimentos;
- em 1964²⁶⁷, foi instalado o sistema eléctrico no Paço;
- em 1969²⁶⁸, foi reconstruído um baluarte da muralha, virado a nascente, e reparados os panos de muralha;
- entre 1971/72²⁶⁹, foram efectuadas obras de consolidação geral no Paço e na Cerca medieval;
- em 1979²⁷⁰, foi reparada a cobertura do terraço, dado que permitia o escoamento de água para o interior do Paço;
- em 1980²⁷¹, foram consolidados os panos de muralha;
- em 1982²⁷², foram construídas duas instalações sanitárias no Paço;
- em 1984²⁷³, foram realizadas várias obras de reparação nos panos das muralhas;
- em 1986²⁷⁴, foi recuperado o Paço, tendo sido reparado o pavimento de tijoleira do terraço, o Paço foi totalmente rebocado no exterior, tendo em conta o reboco preexistente no torreão Norte, e foram também rebocadas parte das muralhas;
- em 1989²⁷⁵, foi instalado um guarda-vento, na entrada lateral do Paço, foi criada a recepção ao visitante, para tal foi necessário instalar material de apoio, contratar um funcionário, estabelecer um horário fixo de abertura e introduzir um ingresso de entrada;

²⁶⁶ Vide DGEMN, *Dossier Administrativo e Obras do Castelo e Muralhas de Évora-Monte*, IPA n.º 0704040002, 1937-1986.

²⁶⁷ Idem.

²⁶⁸ Idem.

²⁶⁹ Idem.

²⁷⁰ Idem.

²⁷¹ Idem.

²⁷² Idem.

²⁷³ Idem.

²⁷⁴ Vide IPPAR, *Dossier Administrativo e Obras de Évora-Monte*, Processo n.º 2.04.016.Loc.1

²⁷⁵ Idem.

- em 1996²⁷⁶, foram executadas obras de conservação no terraço do Paço, que consistiram na impermeabilização, na reposição de tijoleira e no preenchimento de juntas; foram também realizadas intervenções pontuais de conservação no Paço, tais como pinturas de grades e vãos de portas e janelas, tendo sido também reparados os caixilhos em ferro;
- em 2001²⁷⁷, foi reparada a bomba de água, os rebocos interiores do Paço, pintadas as paredes interiores, substituídas tomadas e interruptores, e executadas obras de carpintaria e serralharia;
- em 2002, foram executadas reparações na rede eléctrica do Paço;
- em 2003, foi feita uma desmatação da zona envolvente às muralhas; e
- em 2004, foi iniciado o projecto de recuperação da envolvente paisagística do Paço (Anexo 26).

Das intervenções de conservação e restauro realizadas no Paço e Cerca Medieval de Évora-Monte, destacam-se pela sua amplitude as intervenções realizadas entre 1937-1948, a intervenção de 1986, e a valorização paisagística do Paço em 2004-2005, apresentando-se como as mais significativas da história conhecida das preocupações havidas com este património edificado.

Na campanha de obras realizadas entre 1937-1948, as intervenções mais relevantes, foram:

- a reconstrução total, dos dois torreões do Paço que se encontravam em ruína – os torreões Sul e Este;
- a consolidação geral das paredes com alvenaria argamassada;
- foram construídas abóbadas de tijolo, de acordo com as existentes;
- foi reconstruída a escada helicoidal maior;
- foi coroado com ameias todo o perímetro do Paço;
- foi feito o revestimento geral da cobertura;
- foram colocados os pavimentos, em todos os pisos;
- foi reposto o reboco interior; foi reconstruída a rede de aproveitamento de águas, ligada à cisterna adjacente ao Paço;
- foram consolidados, em geral, os panos de muralhas; e
- foram colocadas novas janelas e portas, em madeira e ferro.

²⁷⁶ Idem.

²⁷⁷ Idem.



Fig. 6.3 – Paço de Évora-Monte em ruína, 1940 (DGEMN/ DREMSul/ DM, N.º IPA 0704040002, foto n.º 157872)

Fig. 6.4 – Pormenor de um torreão derrocado do Paço, 1940 (DGEMN/ DREMSul/ DM, N.º IPA 0704040002, foto n.º 157864)

O arquitecto que dirigiu este projecto foi o Humberto Reis²⁷⁸ (1907-1969), natural do Porto, foi durante alguns anos director dos Monumentos Nacionais do Sul e arquitecto na Câmara Municipal de Évora.

O arquitecto Humberto Reis revelou sensibilidade na questão da preservação dos monumentos, verificando-se que – enquanto autor dos projectos e condutor das obras - tem preocupação em restaurar e preservar o monumento como ele se apresentava, respeitando-o, procedendo à anastilose das ruínas, visto que há a preocupação em reutilizar a alvenaria original do edifício, que se encontrava em ruína.

É de particular interesse referir que o Arq. Humberto Reis, embora não fizesse parte do seu projecto repor o reboco exterior do Paço, recriando a imagem original - pela continuidade dos vestígios de argamassa que ainda hoje se encontram no torreão Norte - teve o cuidado de não mandar retirar estes vestígios.

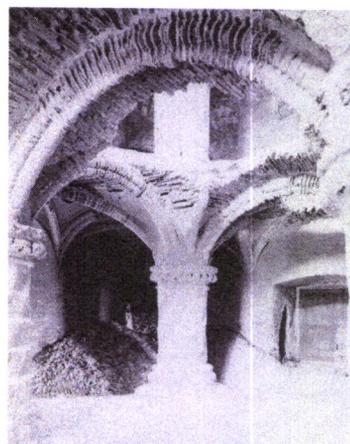


Fig. 6.5 – O Paço durante as intervenções de recuperação, 1945 (DGEMN/ DREMSul/ DM N.º IPA 0704040002, foto n.º 157898)

Fig. 6.6 – O interior do Paço no início das intervenções, 1942 (DGEMN/ DREMSul/ DM N.º IPA 0704040002, foto n.º 157884)

²⁷⁸ Vide MONTE, Gil do, *Dicionário(sic) Histórico e Biográfico de Artistas Amadores e Técnicos Radicados em Évora*, Gráfica Eborense, Évora, 1976.

Quanto a intervenções nos panos de muralha da Cerca Medieval, verifica-se que, nos anos 30 e 40, apenas foi feita uma consolidação geral; as ameias foram depois refeitas em intervenções posteriores, na década de 80.



Fig. 6.7 – Avançado estado de degradação das torres e torreões da Cerca Medieval de Évora-Monte, 1942 (DGEMN/ DREMSul/ DM N.º IPA 0704040002, foto n.º 157766)

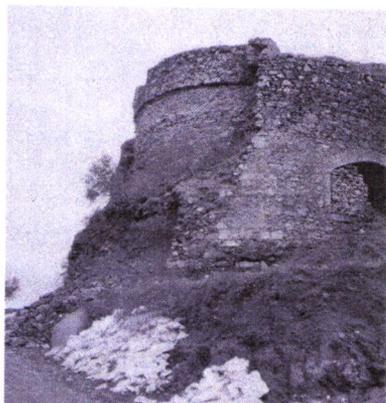


Fig. 6.8 – Reconstrução da parede externa do torreão nascente da Cerca Medieval, 1969 (DGEMN/ DREMSul/ DM N.º IPA 0704040002, foto n.º 157814)

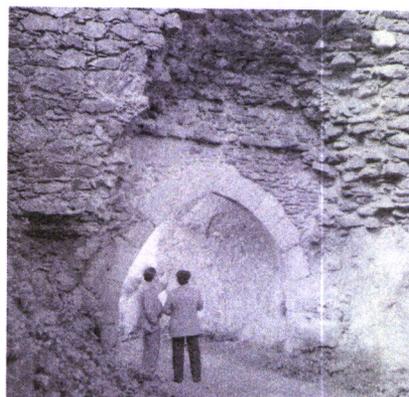


Fig. 6.9 – Porta de S. Sebastião da Cerca Medieval antes das intervenções, 1984 (DGEMN/ DREMSul/ DM N.º IPA 0704040002, foto n.º 157840)

No que se refere à intervenção de conservação e restauro de 1986, não é claro qual a entidade responsável pelas intervenções havidas! Não nos foi possível localizar e consultar o processo destas obras.

Responsáveis do IPPAR, afirmam que foi esta a entidade responsável pela condução do processo, embora hoje se desconheça onde se encontram arquivados os projectos elaborados. Paulo Pereira, na sua monografia sobre Évora-Monte, refere que a aplicação da cal exterior no Paço foi da responsabilidade da DGEMN²⁷⁹. Consultados responsáveis desta entidade, alegaram não disporem, em tempo útil, de informações sobre esta intervenção. No entanto uma notícia publicada no Jornal Expresso de 28 de

²⁷⁹ Vide PEREIRA, Paulo, op. Cit., p. 7.

Março de 1987, refere que a entidade responsável pela intervenção foi o IPPC, sendo o autor do projecto o Arq. Rui Couto, e o responsável que autorizou a execução da intervenção o Dr. Pestana Vasconcelos.

O objectivo da intervenção dos anos 80 foi essencialmente a reposição do reboco exterior no Paço, baseando-se nos vestígios do torreão Norte de uma argamassa cinzenta (cal parda?); neste sentido foi rebocado todo o Paço com uma argamassa de cal e areia, com cor acinzentada. Esta intervenção contribuiu também para a redução de infiltrações nas paredes do Paço.

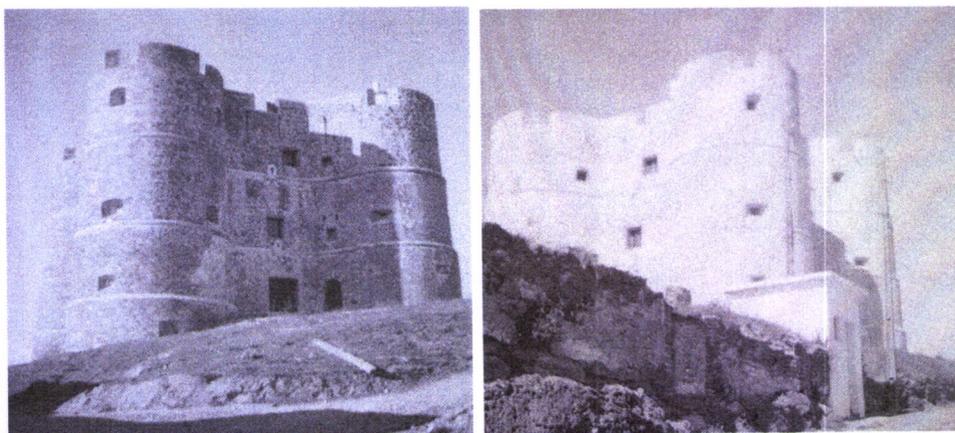


Fig. 6.10 – O Paço antes da reposição do reboco, 1975 (DGEMN/ DREMSul/ DM N.º IPA 0704040002, foto n.º 157829)

Fig. 6.11 – O Paço após a intervenção de reposição do reboco, 1987 (DGEMN/ DREMSul/ DM N.º IPA 0704040002, foto n.º 157859)

A intervenção que visava a recuperação da envolvente paisagística do Paço foi iniciada em 2004. Esta campanha de obras teve uma fase inicial que consistiu num levantamento arqueológico da envolvente ao edifício, que imensamente contribuiu para ampliar os conhecimentos sobre a história da vila. A segunda fase do projecto de valorização da envolvente do Paço resumiu-se ao seu arranjo paisagístico, à execução de percursos pedonais, e à construção de um anfiteatro.

No actual processo do IPPAR, relativo ao Paço e Cerca de Évora-Monte, encontram-se alguns projectos para a sua valorização, que ainda não foram concretizados, os quais são:

- de 2003, um projecto de luminotécnica, para o Paço e Cerca Medieval;
- de 2004, (i) um projecto para a produção e instalação de sinalética no centro histórico, (ii) um projecto para a recuperação do caminho de ronda da cerca medieval, (iii) um projecto de iluminação da envolvente ao Paço e (iv) um projecto para a drenagem pluvial da envolvente às muralhas.

O projecto para a drenagem pluvial da envolvente às muralhas, está aprovado e em fase iminente de arranque de obras; quanto aos restantes projectos, não existe ainda uma calendarização muito precisa.

6.1.2 – Intervenções no núcleo urbano histórico

A Igreja Matriz de Évora-Monte, em 2001/2002, sofreu intervenções de conservação e restauro no campanário e no sino, obras estas da responsabilidade da Paróquia de Évora-Monte.

O edifício dos antigos Paços do Concelho foi alvo de intervenções de renovação e adaptação, nos finais da década de 1980, obras promovidas pela Junta de Freguesia de Évora-Monte. Estes trabalhos consistiram no seguinte: substituição do chão em madeira do primeiro andar; colocação de ladrilhos cerâmicos; foi ainda tapado o acesso da cozinha para a sala da prisão e aberto um acesso da sala da cavalaria para a sala da prisão.

Uma parte do edifício - a sala da cavalaria - foi adaptada a uma nova função, inaugurado-se nesta ala dos antigos Paços do Concelho de Évora-Monte, em Julho de 1999, o novo Posto de Turismo.

Em 2001, a Junta de Freguesia responsabilizou-se, no edifício dos Paços do Concelho, pelas seguintes intervenções de renovação: a substituição do reboco das paredes interiores; e a substituição do chão em calçada, da sala da cavalaria, por mosaicos cerâmicos.

A mesma Junta de Freguesia, em 2001, na casa do antigo Celeiro Comum de Évoramonte, desenvolveu intervenções de renovação: a substituição dos rebocos das paredes interiores; a reparação das coberturas, sendo a estrutura em madeira e telha; e o chão foi pavimentado com cimento. Esta campanha de obras teve como principal objectivo a conservação geral do edifício, para ser adaptado a uma nova função, após longos anos a ser utilizado como habitação; foi aí instalado uma Oficina de Teares Manuais, que funciona com o apoio da Junta de Freguesia de Évora-Monte.

Na cisterna pública, em 2001, a Junta de Freguesia de Évora-Monte promoveu os seguintes trabalhos: avaliação do estado de conservação da cisterna; estudo das obras necessárias de conservação e restauro; e na valorização a cisterna. Como consequência procedeu-se à desobstrução da rampa de acesso à cisterna, e foi retirada a água aí existente, para avaliar o estado de conservação geral.

No que se refere à valorização da Cisterna Pública e sua envolvente, a Junta de Freguesia veicula que se encontra em fase de execução o projecto, que denomina de “O Jardim da Água”, com as seguintes finalidades: a recuperar a cisterna, de modo a manter a sua função original; a iluminar o seu espaço interior (para que os visitantes possam ver); e o tratamento da envolvente, com a criação de um espaço de lazer.

A ermida de São Sebastião, com obras a cargo da Paróquia de Évora-Monte, em 2002, também sofreu diversas intervenções: consolidação geral da estrutura; substituição dos rebocos; reparação das coberturas; e substituição da porta de entrada.

A renovação da calçada urbana das principais artérias, do Centro Histórico de Évora-Monte, foi concluída a 1 de Setembro de 1972, pela Câmara Municipal de Estremoz²⁸⁰, sendo substituída a primitiva calçada medieval por calçada entrançada, tendo esta intervenção como objectivos o melhoramento das condições de mobilidade e a colocação de instalação eléctrica subterrânea. Esta intervenção na imagem urbana de Évora-Monte foi aprovada pela Direcção Geral do Ensino Superior e Belas Artes, a 4 de Novembro de 1969²⁸¹.

A Junta de Freguesia de Évora-Monte pretende continuar a promover projectos para a valorização do centro histórico de Évora-Monte, visando: a reabilitação de espaços urbanos e a promoção do turismo cultural.

Neste momento, ao abrigo do Programa de Valorização Territorial, os projectos que se consideram estratégicos são:

- a valorização da envolvente da cisterna, “*O Jardim da Água*”;
- o Projecto de Sistema de Ordenamento de Trânsito e Estacionamento no Centro Histórico de Évora-Monte, datado de 2004, que visa a criação de cinco parques de estacionamento de apoio ao centro histórico de Évora-Monte, prevendo a construção de dois deles no interior do centro histórico, e os restantes três na zona periférica da Cerca Medieval (Anexo 27); e
- o projecto de luminotécnica de todo o centro histórico.

De todos os projectos referidos, apenas foi possível consultar o projecto relativo à criação dos parques de estacionamento, visto ser o único cujo projecto que já se encontra finalizado. Os restantes encontram-se em fase inicial, não se encontrando ainda disponíveis os respectivos projectos.

²⁸⁰ Vide Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, *Processo de obras do Castelo e Muralhas de Évora-Monte*, IPA n.º 0704040002.

²⁸¹ Idem.

Paralelamente a estes projectos, Évora-Monte aderiu à “*Rede Europeia de Aldeias Turísticas*”, cuja principal missão é estabelecer um intercâmbio entre diversas aldeias da União Europeia. No seu âmbito, prevêem-se construções de unidades hoteleiras no centro histórico, nas zonas em que existem edifícios em ruína. Esta construção/reconstrução será realizada respeitando a divisão de lotes existentes e a tipologia das habitações existentes.

6.2 – Parâmetros de referência e avaliação crítica às intervenções efectuadas face a códigos ético-doutrinários de referência

Para uma análise crítica às intervenções de conservação e restauro efectuadas nos monumentos de Évora-Monte, é necessário efectuar o enquadramento teórico das políticas de conservação e restauro; neste sentido sucede-se uma sùmula destas e, simultaneamente, em termos cronológicos, uma análise crítica de algumas das intervenções de conservação e restauro executadas no património edificado do centro histórico de Évora-Monte.

Os códigos ético-doutrinários a abordar foram seleccionados pela sua importância ao nível do desenvolvimento dos conceitos de recuperação do património arquitectónico e na preservação dos centros históricos. Assim, precedendo o parecer crítico às intervenções analisadas, será feita uma sùmula dos seguintes códigos ético-doutrinários:

- contributo teórico de Luís Mouzinho de Albuquerque;
- contributo da Escola Francesa de Restauro;
- contributo da Escola Inglesa da Conservação;
- contributo teórico de Camilo Boito;
- orientações técnicas no restauro da DGEMN em 1935;
- contributo teórico de Gustavo Giovannoni;
- Carta de Restauro de Atenas de 1931;
- Carta de Veneza de 1964;
- Carta de Restauro de Itália de 1972;
- Contributo teórico de Cesare Brandi;
- contributo teórico de Françoise Choay;
- Carta de Washington de 1987;
- contributo teórico de Fernando Henriques;
- contributo teórico de Virgolino Jorge;
- contributo teórico de José Aguiar;

- Conferência Internacional de Conservação de Cracovia, em 2000; e
- 14ª Assembleia Geral do ICOMOS de 2003.

a) Até aos anos 40

É uma crescente preocupação das sociedades ocidentais a conservação do seu património edificado, pois só deste modo é possível preservar as raízes culturais destas mesmas sociedades, tal como referiu Luís Mouzinho de Albuquerque (1792 – 1849) “(...) *uma nação que não conservasse os seus monumentos estava próxima de se extinguir.*”²⁸²

Até ao século XIX, o conceito de restauro consistia essencialmente numa renovação com actualização estética, tendo surgindo, no início do século XVIII, os primeiros conceitos de apreço pelas ruínas e pelo “ruinismo”.

Durante o século XIX, o restauro é considerado como a reconstrução estilística do edifício, assente nas doutrinas de Viollet Le Duc (1814 – 1879), que, por sua vez, estavam influenciadas pelos ideais nacionalistas, marcadamente imperiais, de Napoleão Bonaparte. Viollet Le Duc apreciava particularmente a arquitectura gótica, tomando-a como a arquitectura por excelência, desenvolvendo um conjunto de regras que interpretavam a lógica dos edifícios góticos, teorias essas sobejamente conhecidas e transcritas no *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle*. É neste contexto que surgem os ideais de restauro de restituição à forma prístina, uma *autenticidade arquitectónica* fundada na recriação de um “estilo original”, e coerentemente com a explosão nos nacionalismos propondo a recriação de edifícios ao modo gótico²⁸³. Viollet Le Duc preconiza os ideais da primeira grande escola de restauro na Europa de matriz Francesa, cujos princípios assentavam na definição da época em que o edifício é construído, para então se saber a que período da História da Arte “deve” pertencer; depois, na posse de tais dados, o edifício seria “restaurado” restituindo-lhe a sua “traça primitiva”, tanto o seu aspecto arquitectónico, como na sua estrutura, em suma reconstituindo o estilo, e se necessário introduzindo novos elementos arquitectónicos com o estilo primitivo e/ ou retirando elementos arquitectónicos que se julgassem não pertencer à expressão inicial do edifício; procurava-se conferir uma nova homogeneidade estética ao edifício.

²⁸² Vide PINHEIRO, Magda, *Luís Mouzinho de Albuquerque*, Quetzal Editores, Lisboa, 1992.

²⁸³ Vide CAPITEL, Antón, *Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración*, Alianza Editorial, Madrid, 1988, pp. 17 - 21.

Para seguir estes princípios, o arquitecto deveria ser um exímio conhecedor de História de Arte e ser dotado de um elevado grau de expressividade e criatividade, para conseguir executar a reconstituição imaginária, emergindo deste modo o conceito de *restauro estilístico*²⁸⁴, por vezes também designado *restauro fantasioso*, enquanto resultado da genialidade interpretativa do arquitecto.

Nos finais do século XIX e no princípio do século XX, o conceito de restauro altera-se²⁸⁵, aceitando a condenação “britânica” do restauro estilístico, advindo daí o apelo a uma nova noção de autenticidade e, em vez do restauro, da conservação dos edifícios e da sua recuperação com precisa referência histórica.

Nesta conjuntura surgem as teorias de John Ruskin (1819-1900), definindo o que, historicamente, se chamou de “*Escola Inglesa da Conservação*”. Teoricamente, contestam-se as práticas e conceitos de restauro vigentes, defendendo o movimento anti-restauro. Ruskin entende a arte como um reflexo da cultura das sociedades e sua transcrição produtiva; como tal, a Arte nasce, vive e morre, numa consequência natural do tempo e evolução. Para John Ruskin, o restauro não deve existir, uma vez que adultera a ideia e matéria original que é impossível de refazer porque desapareceram os originais produtores, sugere que o edifício apenas deve sofrer acções de conservação, ser cautelosamente vigiado e respeitado. Todos estes princípios perfilhados por Ruskin, são por vezes designados como Teoria Naturalista; segundo a mesma, o edifício deve viver o que tiver para viver e sofrer as acções naturais do tempo. Pode considerar-se que parte desta teoria foi antecipadamente praticada em Portugal durante vários séculos, pelo estado de degradação a que a maior parte dos nossos monumentos chegou ao século XX.

Uma outra ideologia, de grande vulto, que irá influenciar fortemente os conceitos de restauro no princípio do século XX, na Europa, foi a de Camilo Boito (1836-1914), de matriz Italiana, procurando conciliar a ideia de autenticidade de John Ruskin com os conceitos de restauro, e preterindo as reconstruções criativas em estilo, de Viollet Le Duc, defende a nova ideia de Restauro Científico. Esta é sintetizada na proposta que apresenta em 1883, no III Congresso de Arquitectos e Engenheiros Civis em Roma, dando origem à primeira Carta Italiana de Restauro. Os princípios desta missiva são:

- a diferenciação dos estilos antigos, dos mais recentes;
- a distinção dos materiais nas novas acções de conservação e restauro;

²⁸⁴ Idem, ibidem.

²⁸⁵ Idem, pp. 23 – 29.

- a eliminação de molduras e decorações nas partes novas;
- a exibição dos elementos retirados do edifício, num local próximo do monumento restaurado;
- a identificação das zonas restauradas com data ou sinal;
- a colocação de uma epígrafe descritiva da intervenção no monumento;
- a descrição das diferentes fases da intervenção, através de memória descritiva e fotografias, num catálogo ou publicação que se encontre no monumento; e
- a marcação visual de todas as intervenções de conservação e restauro realizadas²⁸⁶.

Camilo Boito, defende, deste modo, o restauro e conservação do edifício, mantendo os acrescentos, e recusando a reconstrução em estilo. No restauro, Camilo Boito, admite três formulações²⁸⁷:

- o restauro arqueológico, que consiste na consolidação das ruínas da antiguidade clássica;
- o restauro pictórico, o qual respeita a evolução histórica dos edifícios, mais especificamente no caso dos monumentos medievais; e, por último
- o restauro arquitectónico, que se destina a todos os edifícios considerados clássicos.

A obra teórica sobre o restauro, de Camilo Boito, é introduzida em Portugal por Gabriel Pereira²⁸⁸, na conferência *Monumentos Nacionais*, que realiza em Maio de 1909, influenciado a formação dos arquitectos portugueses durante a I República.

Em 1929, é criada, em Portugal, a primeira instituição para a conservação e restauro dos Monumentos Nacionais, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), sendo o seu Director Geral, até à década de 60, o Eng. Henrique Gomes da Silva, que foi responsável pela criação de uma política que condicionou fortemente as formas de intervenções em monumentos, tomando como seu principal objectivo a *reintegração de monumentos*, cujas bases teóricas assentavam na Escola Francesa do restauro, acompanhadas de uma forte motivação política e nacionalista. Como refere Domingos Bucho “(...) a palavra de ordem era reconstruir os monumentos e a História,

²⁸⁶ Vide CAPITEL, Antón, op. Cit., p. 32.

²⁸⁷ Idem, p. 34.

²⁸⁸ Vide BUCHO, Domingos José Caldeira Almeida, *Herança Cultural e Práticas do Restauro Arquitectónico em Portugal durante o Estado Novo*, Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, Évora, 2000, pp. 131 – 133.

tendo em vista uma conformação de mentalidades que legitimasse um poder antiliberal e antidemocrático assente nos dogmas: Deus, Pátria e Família”²⁸⁹.

As primeiras orientações técnicas no restauro da DGEMN²⁹⁰, eram as seguintes:

- 1- *“Importa restaurar e conservar, com verdadeira devoção patriótica, os nossos monumentos nacionais, de modo que, quer como padrões imorredouros das glórias pátrias que a maioria deles atesta, quer como opulentos mananciais de beleza artística, eles possam influir na educação das gerações futuras, no duplo e alevantado culto da religião da pátria e da arte”;*
- 2- *“O critério a presidir a essas delicadas obras de restauro não poderá desviar-se do seguido com assinalado êxito, nos últimos tempos, de modo a integrar-se o monumento na sua beleza primitiva, expurgando-o de excrescências posteriores e reparando as mutilações sofridas, quer pela acção do tempo, quer por vandalismo dos Homens”;*
- 3- *“Serão mantidas e reparadas as construções de valor artístico existentes, nitidamente definidas dentro de um estilo qualquer, embora se encontrem ligadas a monumentos de caracteres absolutamente opostos”.*

O conceito de *ambiente urbano* será introduzido, em termos operativos e do pensamento urbanístico nas comunidades intelectuais, por Gustavo Giovannoni (1873-1947). Pertencendo à Escola Italiana, e inspirado nas teorias da conservação e restauro de Camilo Boito, Giovannoni preconiza a ideia de que o monumento não deve funcionar isoladamente, mas sim em conjunto com a sua envolvente²⁹¹.

Influenciada pelas teorias de alguns dos pensadores do restauro, anteriormente referidos, e mais especificamente pelos princípios de Gustavo Giovannoni, é publicada, em 1931, a Carta de Restauro de Atenas, cujas ideias principais são:

- manter a utilização dos monumentos, para prolongar a vida dos mesmos;
- valorizar os monumentos, respeitando a sua envolvente;
- os materiais de construção a utilizar poderão ser os tecnologicamente mais avançados, inclusive o betão armado, mas a sua aplicação deverá ser dissimulada, por forma a não alterar a alma do edifício;

²⁸⁹ Vide BUCHO, Domingos, op. Cit., p. 20.

²⁹⁰ Vide *Monumentos - Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Setembro de 1935, pp. 18 e 19.

²⁹¹ Vide CAPITEL, Antón, op. Cit., p. 39.

- evitar a deterioração dos monumentos, promovendo a investigação científica em várias áreas;
- possibilitar, como técnicas de conservação, a anastilose, a consolidação e o restauro, sendo que cada caso é um caso especial, deste modo a técnica a aplicar deverá ser bem estudada; e
- a conservação dos monumentos deverá ser realizada com uma estreita colaboração internacional, ao nível técnico e moral, no âmbito educativo e de respeito pelos edifícios, e na área da divulgação de documentos internacionais.

A intervenção de conservação e restauro realizada, entre 1937 – 1948, no Paço de Évora-Monte não parece muito polémica, comparada com os padrões estabelecidos pela Carta de Atenas de 1931, embora se possam apontar algumas discordâncias importantes. O autor do projecto procurou respeitar o edifício, reconstruindo o que estava em ruína de acordo com o preexistente, não se verificando uma reconstituição integral, dado que provavelmente o edifício ao longo do tempo não havia sofrido intervenções significativas, encontrando-se a ruína original da época de construção, e em virtude de o edifício ser simétrico, tornou-se mais simples a sua reconstrução, respeitando o existente, atribuindo novamente vigor a este belo exemplo de arquitectura militar de transição portuguesa.

No entanto, após análise do traçado regulador do edifício, verificam-se claras modificações introduzidas no torreão Oeste; ora tendo sido este um dos torreões totalmente reconstruído nesta fase, deduz-se que: ou o arquitecto não conhecia o traçado regulador do edifício, e como consequência constata-se este desvio; ou, por outro lado, existiu uma certa negligência na execução técnica de reconstrução do torreão, não sendo respeitado o projecto de reintegração.

Quanto aos pormenores descuidados, verifica-se que a essência do edifício não foi totalmente respeitada, pois nos torreões reconstruídos, no segundo piso as frestas dos cubelos não se encontram rente ao chão, como deveriam ser para a execução de disparos, mas a uma altura que não permitia a utilização de armas de fogo, sendo necessário um suporte adicional.

É de salientar, também, que na envolvente do Paço, foram executadas demolições de construções que se encontravam nas imediações deste. Estas deveriam ter sido estudadas com cuidado, nomeadamente através de um levantamento arqueológico, para que o estudo sobre a vila fosse suficientemente enquadrado.

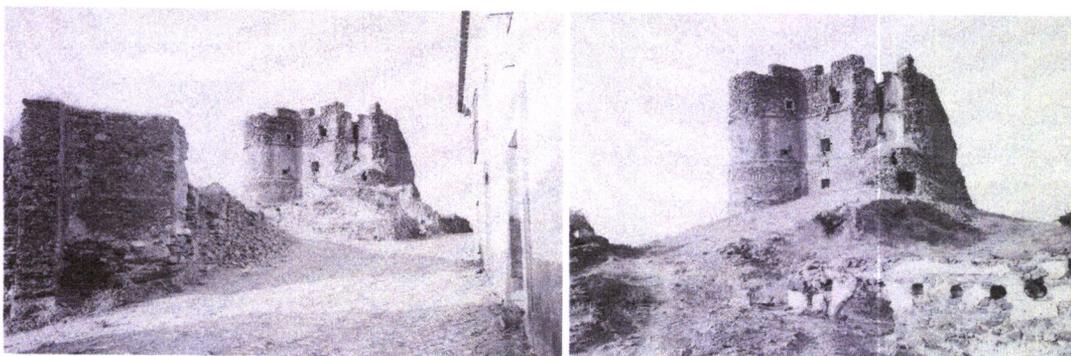


Fig. 6.12 – O Paço e a sua envolvente antes das intervenções, sendo visíveis preexistências de edifícios, 1942 (DGEMN/ DREMSul/ DM N.º IPA 0704040002, foto n.º 157886)

Fig. 6.13 - O Paço e a sua envolvente antes das intervenções, sendo visíveis preexistências de edifícios, 1942 (DGEMN/ DREMSul/ DM N.º IPA 0704040002, foto n.º 157878)

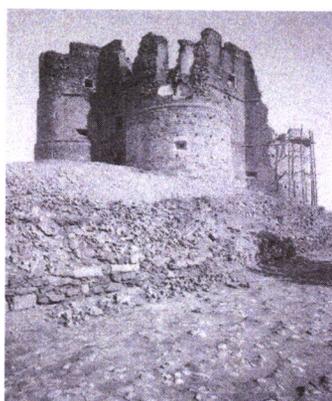


Fig. 6.14 – O Paço durante a intervenção de recuperação, as preexistências de edifícios na sua envolvente foram removidas, 1944 (DGEMN/ DREMSul/ DM N.º IPA 0704040002, foto n.º 157876)

Analisando esta intervenção, de 1937-1948, à luz da carta de restauro vigente, a Carta de Atenas de 1931 - pode verificar-se que no item que refere o tratamento de ruínas, é permitida a anastilose, mas os materiais utilizados não deverão ser dissimulados, facto que não se verifica nesta intervenção, pois foi realizada uma reintegração, que neste caso se traduz na remontagem dos materiais, e o Paço ficou com um aspecto homogéneo, sendo particularmente difícil distinguir a reconstrução realizada (o que é novo) do preexistente.

A intervenção de conservação e restauro realizada deveria estar bem documentada e acessível no local.

No que se refere à atribuição de uma função que permita a continuidade e uso da edificação, verifica-se que tal não aconteceu, pois após terminado o restauro o edifício ficou fechado, como que novamente entregue a novos anos de solidão, quando deveria ter ficado com um acesso permanente ao público.

Numa perspectiva cultural, esta intervenção de restauro era necessária, dado que no estado em que se encontrava o Paço, se este não tivesse sido intervencionado,

provavelmente hoje não existiria ou estaria ainda mais degradado, facto que seria uma grande perda para a história da arquitectura militar de transição portuguesa, e também para a população local, visto que estaria implícito um sentimento de abandono e perda de identidade. No entanto, esta intervenção surge como um restauro estilístico, ou seja, segundo Domingos Bucho, “(...) *uma reconstrução estilística, apesar de documentar historicamente uma determinada maneira de pensar e de agir no tempo, elimina a autenticidade do monumento, exactamente porque não actua no seu tempo, violando uma dimensão histórica intransponível, dando origem a um falso histórico*”²⁹².

Neste caso, estamos então perante um falso histórico? Talvez sim, mas se no local onde se encontra o monumento estivesse patente uma explicação sobre as intervenções de conservação e restauro realizadas, não existiria tão fortemente a criação do falso histórico, seria apenas colocado o problema de autenticidade, mas que também seria minimizado se os novos materiais e técnicas de construção fossem diferenciados dos originais.

Nesta intervenção 1937 - 1948, é também de lamentar:

- a ausência de estudos histórico – arquitectónicos, preliminares à sua execução;
- a falta de precisão do levantamento gráfico e fotográfico do preexistente; e
- a inexistência de equipas multidisciplinares no projecto e execução das intervenções de restauro, sendo que as decisões tomadas dependiam quase exclusivamente de uma pessoa, o Director dos Monumentos Nacionais.

b) Entre os anos 40 e os anos 80

No princípio da década de 60, inicia-se um processo de alteração das políticas de intervenção, de conservação e restauro nos Monumentos Nacionais, na DGEMN, surgindo uma progressiva adaptação às novas normas internacionais de intervenções no património edificado.

Avançando no desenvolvimento dos conceitos teóricos relacionados com a conservação e restauro de edifícios, alguns anos mais tarde, no II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, em Maio de 1964, surge uma nova listagem de princípios orientadores para as intervenções de conservação e restauro em monumentos e sítios, a Carta de Veneza²⁹³, segundo a qual se:

²⁹² Vide BUCHO, Domingos, op. Cit., p. 23.

²⁹³ Vide LOPES, Flávio (Coordenador), *Cartas e Convenções Internacionais*, Ministério da Cultura – Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, 1996, pp. 41 – 43.

- define o monumento histórico, como toda a obra que com o desenrolar do tempo tenha alcançado um significado cultural;
- apela à intervenção dos diferentes ramos das ciências, no desenvolvimento da investigação científica visando a conservação e restauro de edifícios; e
- a conservação e restauro deve promover a salvaguarda de obras de arte e o seu testemunho histórico.

Em termos de conservação, dos monumentos, esta deve visar:

- a manutenção permanente;
- a não alteração da forma e/ou decoração do edifício, sendo proibidas a construção nova, a destruição e a alteração de volumes e cores;
- não é permitido o deslocamento do edifício, excepto se tal for para salvaguarda do mesmo; e
- não deverão ser retirados ao edifício os seus componentes de escultura, pintura e/ou decoração, salvo quando esteja em causa a sua conservação.

No que se refere ao restauro, a Carta de Veneza, considera que:

- o restauro é uma acção com carácter excepcional, cuja finalidade é a conservação e valorização dos aspectos estéticos e históricos dos edifícios, mantendo o respeito pelo material original e documentos genuínos, terminando quando entra no campo das reconstituições estilísticas;
- no caso de as técnicas tradicionais não serem adequadas ao restauro a realizar, poderão ser aplicadas técnicas modernas de conservação e construção;
- deve ser respeitado no edifício todos os elementos de estilos arquitectónicos de diferentes épocas nele integrado, pois não é objectivo do restauro a unidade de estilo, só podendo ser removido alguma adição se se verificar a sua insignificância em comparação com os elementos revelados com a sua supressão do edifício, mas em todo o caso a decisão deverá ser tomada por uma equipa multidisciplinar de estudo do edifício, e não tão somente pelo autor do projecto;
- quando for necessário substituir partes de elementos em falta, esta deverá ser realizada de modo a que fique integrada harmoniosamente no todo, no entanto distinguindo-se das partes originais, para que o restauro não adultere o monumento; e
- os acréscimos só poderão ser admitidos se respeitarem todo o edifício e a sua envolvente.

Ainda, de acordo com os princípios da Carta de Veneza, os sítios monumentais devem ser alvo de cautelas essenciais, permitindo salvaguardar a sua integridade, a sua manutenção e conseqüente valorização. Quanto a escavações arqueológicas, estas deverão:

- ser executadas em conformidade com as emanações da UNESCO, em 1956;
- permitir a manutenção das ruínas, e as medidas fundamentais à sua conservação e protecção permanente dos elementos colocados a descoberto;
- acompanhar as ruínas de documentação interpretativa do local, sem alterar o seu sentido; e
- excluir a possibilidade de reconstrução de formas, apenas permitindo a anastilose e/ou recomposição de partes efectivas, mas desagregadas, contudo as técnicas de agregação deverão ser perceptíveis e reduzidas ao indispensável.

Todas estas acções de conservação, restauro e escavações deverão ser acompanhadas de documentos e publicações sobre todas as fases de intervenção nos monumentos, devendo a mesma ficar depositada nos arquivos de gestão de instituições públicas para acesso geral.

Em 1972, surge a Carta de Restauro de Itália²⁹⁴, documento que faz a distinção entre salvaguarda e restauro, considerando a primeira como qualquer atitude de conservação, que não inclua a intervenção directa na obra, e a segunda cada intervenção que vise manter em funcionamento, a auxiliar a percepção, e a assegurar a integridade dos bens culturais.

Nesta missiva, as linhas orientadoras consistem no seguinte:

- proibição das adições de estilo, mesmo que existam provas documentais de como eram as obras originalmente;
- proibição das remoções ou demolições que destruam a evolução histórica da obra, exceptuando-se casos em que se verifique serem falsificações ou pequenos pormenores que alterem o valor histórico e estético da obra;
- proibição das transladações de monumentos, só podendo tal verificar-se por motivos de conservação e/ou segurança;
- proíbe a adulteração do envolvimento ambiental e/ou decorativo;
- proibição da alteração ou eliminação das patinas;

²⁹⁴ Vide BUCHO, Domingos, op. Cit., pp. 51 – 53.

- admite a inserção ou modificação de partes acessórias com função estrutural e a reintegração de pequenas partes, desde que historicamente provadas pertencerem à obra, sendo a reintegração executada através de material diferenciado, distinguível à vista desarmada, mas incluído na obra de um modo harmónico;
- permite a anastilose, desde que bem documentada;
- admite modificações ou adições de elementos essenciais que visem a consolidação estrutural do edifício, desde que não altere o aspecto estético do edifício;
- permite a redefinição do envolvente do monumentos, desde que se verifique terem sido destruídas e envolvente anterior e/ou as condições de conservação assim o exijam;
- qualquer intervenção executada deverá ser realizada com técnicas e materiais que não inviabilizem intervenções futuras, devendo toda a intervenção ser alvo de projecto e de argumentação, ficando todos os dados quer documentais, quer fotográficos, de todo o processo de intervenção guardados num processo, que ficará num arquivo de acesso público;
- se forem realizadas remoções de elementos, estes deverão conservados e/ou documentados, ficando, de preferência, junto ao local intervencionado;
- as técnicas utilizadas na preservação dos efeitos provocados pelos agentes meteorológicos, não deverão alterar o aspecto dos materiais e cores das formas a tratar, exceptuando-se no caso de tal ser inevitável para a preservação do edifício, no entanto deverá ser demarcado a época de intervenção;
- os imóveis deverão ser alvo de vigilância permanente, para evitar intervenções mais profundas;
- deverão ser evitadas as intervenções de renovação e reconstituição;
- os edifícios, tendo em vista a sua sobrevivência, poderão ser adaptados a novas funções, mas estas alterações deverão ser mínimas, para evitar desvirtuar o edifício;
- as intervenções de conservação e restauro deverão ser executadas por empresas especializadas;
- o processo de conservação e restauro deve ser acompanhado continuamente, para uma rápida actuação no caso de surgirem circunstâncias inesperadas, para evitar o desaparecimento de elementos desconhecidos;

- a substituição de pedras degradadas só deverá acontecer se não for possível a reabilitação da pedra original;
- a substituição de muros, no caso de ser necessário, deverá ser executada de forma a que os novos elementos se distingam dos originais;
- as consolidações de pedras só deverá ser realizada com métodos cientificamente testados e autorizados pelas entidades competentes; e
- as pátinas das pedras deverão ser sempre conservadas, por razões de conservação, estéticas e de preservação da sua evolução histórica, desaconselhando-se as lavagens, de quaisquer tipo.

Quanto à tutela de centros históricos, a Carta de Restauro, de 1972, define centro histórico como todo o centro urbano que tenha adquirido um valor como testemunho histórico ou possua características urbanísticas ou arquitectónicas especiais. As intervenções de conservação e restauro nos centro históricos devem garantir a continuidade temporal dos valores que o caracterizam; deste modo, para a sua salvaguarda, devem ser reorganizados, tendo em vista o seu futuro desenvolvimento, contemplando desde a qualidade de vida para os seus habitantes, até à criação de condições para a sua promoção turística.

O centro histórico caracteriza-se pelos seus elementos individuais, idílicos e naturais, devendo cada um deles ser preservado por forma a assegurar a sua perpetuação, pelo que se deverá efectuar:

- uma reestruturação urbanística, para consolidar e corrigir as relações do centro histórico;
- um reordenamento viário, compatível com as necessidades do centro histórico;
- uma revisão dos equipamentos urbanos, para criar uma ligação análoga entre os edifícios e a envolvente;
- um saneamento dos edifícios, para otimizar a sua utilização; e
- uma renovação funcional dos elementos internos dos edifícios, para efeitos de manutenção da sua utilização.

Todas estas intervenções deverão ser coordenadas por instrumentos adequados, tais como: planos de desenvolvimento geral; planos parciais; e, planos de execução sectorial.

A *Teoria del restauro* é publicada por Cesare Brandi, em 1977, segundo a qual o restauro consiste num conjunto de intervenções num objecto de valor patrimonial, que

restabeçam a sua funcionalidade e que têm por finalidade a perpetuação do mesmo. De acordo com C. Brandi, existem dois princípios do restauro:

- o primeiro, diz que *“o restauro constitui um momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dupla polaridade estética e histórica, em ordem à sua transmissão ao futuro”*; e
- no segundo princípio, *“o restauro deve ser direccionado ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, sempre que seja possível sem cometer uma falsificação artística ou uma falsificação histórica, e sem apagar nada do percurso do monumento ao longo do tempo”*²⁹⁵.

Cesare Brandi, no que se refere ao seu contributo teórico sobre restauro de monumentos arquitectónicos, preconiza a ideia de que este deve reger-se pelas instâncias histórica e estética do monumento, tendo sempre presente em primeiro lugar a estrutura formal da sua arquitectura. O monumento é indissociável do espaço envolvente em que foi construído, assim qualquer intervenção de conservação e restauro no monumento implica necessariamente a conservação da sua envolvente, tornando-se esta também um ambiente monumental.

Em 1982, Françoise Choay publica *L' Allégorie du Patrimoine*, na qual *“(…)o património arquitectónico e urbano, figurado por um labirinto que dissimula a superfície cativante de um espelho, acompanhado pelos comportamentos conservadores que o rodeiam, pode ser decifrado como uma alegoria do homem na alvorada do século XX.”*²⁹⁶. Ao longo desta dissertação teórica, F. Choay evidencia claramente a emergência do valor económico da património histórico, que irá condicionar fortemente as atitudes de conservação e restauro do património edificado, surgindo como um comportamento narcísico, na procura da manutenção de uma identidade, conduzindo à excessiva museologização de diferentes áreas de actividades humanas. A conservação do património edificado não deve ser limitado apenas a esta condição, mas sim encarado como a manutenção da nossa capacidade de o perpetuar e de o comutar.

A intervenção de conservação e restauro realizada no Paço, em 1986, consistiu na reposição do reboco original nas paredes exteriores. A entidade responsável por esta intervenção não se encontra clarificada, ficando a dúvida se seria intervenção da DGEMN, ou do IPPC ou do IPPAR.

²⁹⁵ Vide BRANDI, Cesare, *Teoria de la restauracion*, Alianza Forma, Madrid, 1992, pp. 15 – 17.

²⁹⁶ Vide CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património*, Edições 70, Lisboa, 2000, p. 225.

Atendendo ao enquadramento teórico vigente, pode considerar-se a intervenção havida como bem enquadrada criticamente e positiva para o futuro do monumento. Verificava-se que ainda restavam vestígios do reboco original no torreão Norte, e era evidente que todo o edifício estaria rebocado; a reposição do reboco em todas as paredes exteriores do edifício contribuiu para uma melhor conservação de toda a estrutura, pois o edifício apresentava muitas fissuras nas paredes, que permitiam muito facilmente as infiltrações de água.

Com esta intervenção não foi criado nenhum falso histórico, visto verificar-se a preexistência do reboco original. No entanto, esta não deixou de ser bastante polémica na altura, tendo sido bastante criticada negativamente em diferentes órgãos de comunicação social. O Grupo de Amigos de Évora-Monte, num órgão de comunicação social²⁹⁷, afirmou que “*parece um depósito de água, um ‘bunker’ ou uma lamentável construção de Disneyland*”, o Arq. Rui do Couto, autor do projecto ripostou que “*realmente, não é bonito no início, mas, com os anos, a ‘patine’ resolve o problema*”.

É neste ponto, que aquela intervenção fugiu às metodologias vigentes na conservação e restauro de monumentos, dado que, atendendo a esses princípios, era uma intervenção que antes de realizada deveria ter sido explicada à população local, para que se tomasse conhecimento de como e porquê a necessidade desta intervenção de conservação e restauro. Se tal tivesse sido executado muito provavelmente não teria surgido tanta polémica à volta desta intervenção, e a comunidade seria envolvida no processo de conservação e restauro do seu património.

Nesta época, em Portugal, as intervenções de conservação e restauro em monumentos ou não eram concretizadas, ou então quando realizadas eram feitas com toda a descrição, como que com medo das reacções exteriores.

As intervenções de conservação e restauro, quando bem fundamentadas teórica e tecnicamente e explicadas à população, não são de recluir, mas de concretizar para que seja possível recuperar os nossos monumentos históricos.

No ano de 1987, surge a Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas ou Carta de Washington²⁹⁸, do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), para a salvaguarda das cidades históricas. São objectivos deste plano a preservação de núcleos urbanos históricos. Deste modo é fundamental proteger:

²⁹⁷ Vide Jornal Expresso de 28 de Março de 1987.

²⁹⁸ Vide LOPES, Flávio (Coordenador), *Cartas e Convenções Internacionais*, Ministério da Cultura – Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, 1996, pp. 91 e 92.

- a forma urbana definida pelo traçado e pelo parcelamento;
- as relações entre os diversos espaços urbanos (edifícios, ruas, praças, zonas verdes);
- a forma e o aspecto das edificações, no seu interior e exterior;
- as relações do núcleo urbano com o seu envolvimento natural ou construído pelo homem; e
- as diferentes aptidões do centro histórico adquiridas ao longo do tempo.

No sentido de alcançar a preservação destes valores, no centro histórico, a Carta de Washington, recomenda a execução de um Plano de Salvaguarda, visando a utilização e aplicação dos seguintes métodos e instrumentos:

- uma análise dos dados arqueológicos, históricos, arquitectónicos, sociológicos e económicos relativos ao centro histórico;
- definição de uma articulação agradável entre o centro histórico e os restantes núcleos urbanos adjacentes;
- a especificação de quais os edifícios ou espaços que devem possuir condições especiais de protecção, dos que poderão ser demolidos em condições excepcionais;
- previamente a qualquer intervenção de conservação e restauro, as condições existentes deverão ser pormenorizadamente documentadas;
- os habitantes do núcleo histórico deverão conhecer e colaborar na execução do plano de salvaguarda, devendo a formação dos habitantes ser realizado através de um programa educativo, a iniciar desde a idade escolar;
- as zonas edificadas deverão ter uma manutenção permanente;
- a adaptação do centro histórico às actuais condições de vida, implicam muitos cuidados na instalação de redes de infra-estruturas;
- a melhoria das condições de habitabilidade das populações no centro histórico, deverá ser um dos principais objectivos do plano de salvaguarda, quer na melhoria dos serviços públicos prestados através de dotação de diferentes infra-estruturas, assim como na criação de um plano preventivo contra catástrofes naturais;
- a construção de novos edifícios ou acrescentos deverão ser realizados sem interferir com a organização espacial existente, respeitando o parcelamento, o volume e a escala, em termos morfológicos, deve-se ter em atenção a harmonia do conjunto, para não se correr o risco de desvalorizar o centro histórico;

- a circulação automóvel e o estacionamento no centro histórico, implica um regulamento próprio, atendendo à não degradação da sua imagem;
- os grandes eixos rodoviários não deverão penetrar o centro histórico, sendo conveniente o seu desvio para a periferia; e
- que todos os elementos envolvidos na execução do plano de salvaguarda possuam formação técnica especializada.

c) Dos anos 90 à contemporaneidade

Na década de 90, Fernando Henriques, através de *A conservação do Património Histórico Edificado* e de *Algumas reflexões sobre a conservação do património histórico edificado em Portugal*, contribui com um documento teórico decisivo para a conservação e restauro do nosso património arquitectónico. Sobretudo porque define os principais conceitos relacionados com as intervenções no património edificado, reforçando a importância vital da autenticidade dos materiais de construção e dos processos construtivos, da componente estética, da componente histórica, e do espaço envolvente do património arquitectónico, defendendo a importância da constituição de equipas multidisciplinares para a execução de projectos de conservação e restauro, e, quanto ao aspecto do edifício, inviabiliza a remoção do reboco e quanto à pintura dos rebocos, esta só deverá ser realizada depois de uma investigação sobre a cor preexistente.

Em 1992, Virgolino Jorge, nos *Princípios de salvaguarda do Património Monumental*, enunciou os conceitos de conservar, restaurar e renovar. Segundo V. Jorge, conservar é sempre fundamental, restaurar é sustentável em condições particulares e renovar é antagónico aos princípios essenciais na protecção do património arquitectónico.

Em 1999, José Aguiar, em *Estudos cromáticos nas intervenções de conservação em centros históricos*, desenvolve a definição do conceito de identidade urbana, que segundo o qual esta surge como:

- acto formal difundido por formas e elementos físicos que definem a sua arquitectura;
- expressão do carácter do lugar;
- emergente de um sistema produtivo;
- declaração de um destino ou de uma vocação;
- reconhecimento cultural das suas formas arquitectónicas mais arcaicas;
- reconhecimento da comunidade local do seu espaço;

- expressão de ideias políticas, culturais, sociais e económicas distintas; e
- a identidade urbana como um estilo, definido pelos seus habitantes.

Na conservação do *ambiente urbano*, é imperativo perpetuar a identidade da comunidade, e não somente os edifícios históricos.

Durante a *Conferência Internacional de Conservação*, em Cracovia, no ano de 2000²⁹⁹, foram enunciados os seguintes princípios no restauro arquitectónico:

- a conservação dos edifícios compreende o restauro e a manutenção;
- deve existir sempre um projecto de restauro, que contemple uma intervenção mínima e inevitável, sendo este um acto crítico e de resumo das investigações prévias;
- o projecto deve compreender todas as fases de intervenção, desde os estudos preliminares, às indicações gráficas e literárias;
- as operações necessárias de prevenção, reparação e manutenção, devem ser integradas no mesmo projecto de restauro, sendo supervisionadas sucessivamente, devendo contemplar também as previsões de degradação;
- devem fomentar-se os estudos e as investigações sobre o património, e posteriormente divulgá-los a toda a comunidade, de modo a melhorar a qualidade das intervenções;
- as estratégias de formação e sensibilização devem ser especificados para cada um dos diferentes agentes que intervêm na conservação e restauro;
- a comunidade é responsável pela conservação e restauro do seu património arquitectónico;
- devem ser cuidadas as relações entre a cidade, o seu conjunto e o ambiente, com a arqueologia, e a conservação de habitantes nos centros históricos;
- devem ser protegidas as paisagens culturais, através de um controlo contínuo, da prevenção e do planeamento, visando um desenvolvimento sustentável com o económico e social;
- na Europa deve impor-se a obrigatoriedade de intercâmbio de informações referentes às metodologias adoptadas na conservação e restauro do património, devendo ser clarificados os métodos de conservação utilizados, os conceitos, e a distinção entre técnicas tradicionais e a sua compatibilidade com as novas tecnologias, quando empregues;

²⁹⁹ Vide RIVERA, Javier (dir.), *Conferencia Internacional del Patrimonio*, Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León, Valladolid, 2000, pp. 403 - 405.

- deve fomentar-se a comunicação, o intercâmbio, a coordenação, a melhoria e ampliação das aprendizagens nas profissões dos diferentes sectores da conservação, as formas de gestão política e cultural do património e a sua influência e co-responsabilização dos cidadãos; e, por fim
- deve desenvolver-se e planificar-se o turismo cultural, contra o turismo de massas, para favorecer o desenvolvimento de ideias e pensamentos do diferentes povos.

Em 2003, na 14ª Assembleia Geral do ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios), foram definidos os princípios para a análise, conservação e restauro estrutural do património arquitectónico, de entre os quais se destacam:

- a necessidade de uma aproximação multidisciplinar na conservação e restauro do património arquitectónico;
- a valorização e preservação da autenticidade do património arquitectónico não se deve basear em critérios fixos, mas sim no respeito pelo contexto cultural a que o património arquitectónico pertence;
- o valor do património arquitectónico não reside apenas na sua aparência, mas também se prende com a integridade de todos os seus componentes, como um produto único da especificidade das técnicas de construção da época em que foi construído. A remoção de estruturas do edifício e a manutenção apenas da sua fachada, não corresponde ao critérios de conservação;
- quando qualquer alteração de uso ou função for proposta, devem ser consideradas cuidadosamente todas as condições de segurança e requisitos da conservação;
- o restauro de estruturas do património arquitectónico não é um fim, mas um meio para alcançar um objectivo, que será o edifício como um todo;
- a peculiaridade das estruturas patrimoniais, com a sua complexa História, requer a organização de estudos e propostas em passos muito precisos, como na Medicina. O historial do edifício, os diagnósticos, as terapias e os controlos, correspondem respectivamente na procura de datas e informações precisas sobre as causas dos estragos e decaimentos, e na escolha de medidas terapêuticas e controlo da eficiência das intervenções; e
- nenhuma acção deve ser executada sem se ter a certeza do seu benefício para o património arquitectónico, excepto em casos da necessidade de aplicar medidas urgentes, para evitar o colapso iminente das estruturas, no entanto essas medidas

devem, quando possível, evitar modificar os materiais e estruturas de um modo irreversível.

Em 2004, foi iniciado o projecto de arranjo paisagístico da envolvente ao Paço, que se considera extremamente positivo para a valorização do edifício, indo de encontro à necessidade de considerar não só o monumento, mas também a sua envolvente, pois um não subsiste sem o outro. Este projecto contemplou, também, um prévio levantamento arqueológico, o que contribuiu para clarificar e enriquecer os estudos históricos sobre a vila

O arranjo paisagístico da envolvente do Paço, consiste na criação de um acesso principal ao edifício, na criação de percursos pedonais à volta do edifício, na criação de um anfiteatro, e na criação de um espaço verde com espécies arbóreas e arbustivas, típicas da região.

Analisando esta intervenção à luz dos conceitos teóricos vigentes, verifica-se que corresponde à necessidade de preservar não só o monumento, mas também o ambiente urbano em que se insere.

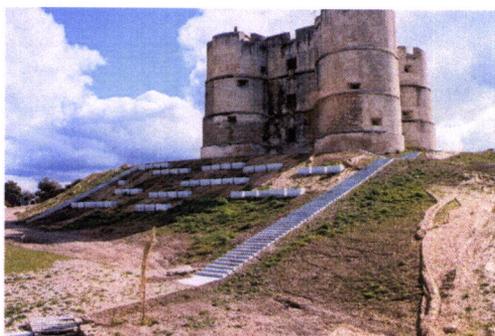


Fig. 6.15 – Arranjo paisagístico da envolvente ao Paço – construção do anfiteatro (Foto da autora)

Fig. 6.16 – Arranjo paisagístico da envolvente ao Paço – construção dos percursos pedonais para acesso à entrada (Foto da autora)

No entanto, parece óbvio que esta intervenção não é suficiente para a valorização de todo o ambiente urbano do Paço e Cerca Medieval; antes é um passo necessário nesse sentido, visto que aquando da intervenção realizada nos anos 30, a envolvente do Paço foi completamente descurada, sendo de lamentar que apenas agora ela seja tida em conta.

Sendo esta uma intervenção desenvolvida e implementada pelo IPPAR, foi concebido com equipas multidisciplinares que basearam as suas propostas em estudos técnicos prévios.

Há que destacar nesta intervenção a criação do anfiteatro, que sendo a adição de um elemento novo no ambiente urbano do centro histórico de Évora-Monte, este é

dissimulado pelas curvas de nível do terreno, não interferindo com o sistema de vistas do Paço e Cerca Medieval. No entanto, há que questionar a sua funcionalidade, pois desconhece-se qualquer planeamento de actividades por parte do IPPAR e / ou da Junta de Freguesia de Évoramonte para este equipamento, pressupondo-se que se destina ao acolhimento de visitantes e desenvolvimento de diversas actividades culturais.

Não existindo mais intervenções de conservação e restauro pertinentes realizadas no centro histórico de Évora-Monte, passíveis de análise crítica, resta apreciar os seguintes projectos que se encontram no IPPAR e na Câmara Municipal de Estremoz: o projecto de drenagem pluvial da Cerca Medieval, e o projecto de sistema de ordenamento de trânsito e estacionamento no centro histórico de Évora-Monte.

O projecto de drenagem pluvial da Cerca Medieval parece respeitar as normas vigentes na preservação de edifícios históricos, e, mais que tudo, é um projecto urgente que já deveria ter sido realizado há muito tempo, tendo como finalidade garantir a segurança estrutural da construção.

O projecto de sistema de ordenamento de trânsito e estacionamento no centro histórico de Évora-Monte, promovido pela Junta de Freguesia, é nos merecedor de concordância, tendo em conta a necessidade de regular a mobilidade no centro histórico. Das propostas do projecto destacam-se:

- tornar a Porta de S. Sebastião a entrada principal para o centro histórico, com a pavimentação e tratamento da envolvente à ermida, arranjo do acesso pedonal e inserção de um elemento de água ao lado do aceso à Porta de S. Sebastião;
- impedir o acesso de veículos de não residentes ao centro histórico;
- ordenar os estacionamento intra e extra-muros, criando dois parques no interior e três no exterior;
- criar percursos pedonais entre os parques de estacionamento e as portas de acesso ao centro histórico;
- criar um parque de merendas num dos parques extra-muros; e
- criar instalações sanitárias de apoio aos parques de estacionamento extra-muros.

Os principais objectivos de um projecto desta natureza deveriam ser a preservação do património edificado, a valorização do ambiente urbano do centro histórico e a racionalização da mobilidade no centro histórico, por forma a incrementar a qualidade de vida do seus habitantes e a assegurar condições aos visitantes.

No entanto, este projecto, embora seja um estudo prévio, deveria desde já ser alterado, pois verifica-se que em algumas situações não corresponde aos objectivos pretendidos,

porquanto se destaca a criação de tão elevado número de lugares de estacionamento, o que pressupõe que em seguida se fomente o turismo de massas. Ora atendendo aos conceitos actuais na conservação do património arquitectónico este tipo de turismo deve ser combatido, pois auxilia a degradação dos edifícios e contribui para musealização do centro histórico, que irá conduzir à perda de identidade urbana.

Nestes e outros aspectos a implementação deste projecto deve ser reajustada e adaptada ao desenvolvimento sustentável do centro histórico.

No que se refere às alterações a realizar, surgem algumas reservas quanto à implementação de um elemento de água junto ao acesso pedonal à Porta de S. Sebastião, visto que provavelmente este irá interferir com o sistema de vistas Ermida de S. Sebastião – Cerca Medieval / Paço.

Quanto às propostas de materiais a utilizar, importa reparar que as lajes de granito, a aplicar nos acessos pedonais e parques de estacionamento, deveriam ser repensadas, e antes aplicar o xisto da região, que se encontra marcadamente em todo o centro histórico, de modo a manter a mesma linguagem, a mesma textura e a mesma cor, para que um novo material não interfira com a imagem urbana do centro histórico de Évora-Monte.

No que concerne à concepção deste projecto, desconhece-se se foi elaborado por uma equipa multidisciplinar, ou apenas por arquitectos.

6.3 - Contributos para uma salvaguarda atempada da imagem urbana

Os contributos para a promoção e divulgação da imagem de Évora-Monte, concorrendo para a salvaguarda da sua imagem urbana, assentam na revitalização do centro histórico. Tal como F. Choay afirma é necessário “(...) a sua integração na vida contemporânea (...)”³⁰⁰, tendo em vista a sua continuidade no tempo, contemplando uma parte de lazer, para os habitantes e visitantes, e a integração e o apoio à vida efectiva da população local no centro histórico, visando contrariar a constante erosão de habitantes, que se tem verificado nas últimas décadas, pois um centro histórico não subsiste apenas dos visitantes, tem que ser um centro histórico vivo, para que continue a fazer história.

Pelo exposto, e na procura de não realizar um tratamento meramente museológico do centro histórico de Évora-Monte, os principais objectivos das recomendações propostas são:

³⁰⁰ Vide CHOAY, Françoise, ob. Cit., p. 194.

- a valorização da qualidade de vida dos habitantes do centro histórico;
- a revitalização da presença humana, no centro histórico;
- a valorização do meio ambiente;
- a reabilitação dos edifícios e do espaço urbano;
- a promoção do turismo cultural; e
- a promoção de um desenvolvimento económico e social sustentável.

Para conseguir alcançar estes objectivos, recomenda-se:

- revisão / produção de um Plano de Salvaguarda geral de todo o centro histórico;
- produção de um Plano de Salvaguarda da Paisagem Rural envolvente, garantindo as linhas de vista essenciais a este conjunto e preservando as suas relações com a paisagem geral, que constitui um recurso fulcral para o futuro da comunidade;
- a criação de percursos pedonais, no centro histórico e nas suas imediações, com áreas de paragem e de estar;
- a implementação de visitas orientadas, especialmente para a população estudantil;
- o projecto e a colocação de sinalética, nos percursos pedonais e no centro histórico;
- a instalação de pequenos painéis interpretativos, ao longo dos percursos;
- a promoção de acções educacionais, para os habitantes, no sentido da preservação do seu património cultural;
- a criação de um site na Internet, para a promoção do centro histórico;
- a interdição de circulação automóvel, no centro histórico, exceptuando-se a residentes e a cargas e descargas;
- a criação de parques de estacionamento, exteriores à muralha, com bons acessos aos percursos pedonais;
- a valorização da área pedonal, entre o centro histórico e o actual centro comercial e social da vila, o Rossio;
- a implementação diária de um meio de transporte público rodoviário, que estabeleça a comunicação entre o centro histórico e a zona central da vila;
- a execução dos projectos de luminotécnica e o reforço da iluminação pública;
- a realização de uma Carta Cromática para controlo mais efectivo da imagem do centro histórico;
- a remoção das antenas de telecomunicações do Paço e suas imediações;

- a possibilidade de existir construção nova no centro histórico, nas zonas onde se encontram espaços vazios deixados por edifícios arruinados, desde que seja produzido um Plano de Pormenor bem detalhado que respeite as dimensões dos loteamentos e volumetrias existentes e que garanta o respeito envolvente do centro histórico, não interferindo com o actual sistema de vistas; e
- incentivar uma economia assente nos três sectores de actividades, não menosprezando o primário e fomentando apenas o terciário.

Paralelamente, importa resolver algumas necessidades particulares e pontuais específicas, as quais se destacam a seguir.

Particularmente premente, é a urgente conservação e restauro na Cerca Medieval de Évora-Monte. As operações de limpeza e manutenção de edifícios e estruturas em pedra, de acordo com os italianos Lazzarini & Tabasso (1981), devem ser controlados em todas as etapas, permitindo uma adaptação ao decorrer da limpeza, não devem ser utilizados materiais prejudiciais para a pedra, e não se devem modificar as superfícies, de modo a não acelerar o processo de degradação.

Neste caso, tratando-se de uma cerca, cuja utilização da pedra é para fins estruturais, sem grandes pormenores ornamentais, esta superfície poderá ser tratada com métodos industriais, devendo ser uma intervenção que assegure a estabilidade da estrutura, afim de evitar possíveis derrocadas. Tendo em conta as patologias detectadas, parece fulcral recomendar-se:

- proceder à desinfestação de plantas superiores, com compostos neutros de triazina com baixa solubilidade de água;
- desinfestação de musgos e líquenes com biocidas;
- limpeza de *graffiti*, através do ensaio de dispersantes e de dissolventes, recorrendo se necessário ao jacto de partículas moderadamente abrasivas;
- consolidação de juntas, com argamassa de cal e areia;
- reconstrução de algumas zonas desabadas, mas apenas aquelas que impliquem a estabilização da estrutura;
- requalificação dos caminhos de ronda, por forma a garantir a utilização em segurança por parte dos turistas; e
- pontualmente surgem alguns casos de arenização no granito e esfoliação no xisto, mas dado que não são situações muito acentuadas, não parece ser justificativo a aplicação de consolidantes.

Importa estabelecer mecanismos de manutenção, elaborando um Programa de Manutenção aplicável a Évora-Monte, onde se prevejam obras pontuais de rotina, com intervenções de conservação geral de 5 em 5 anos.

Outra recomendação importante é a necessidade de projectar o arranjo da envolvente da cisterna pública. Embora exista da parte da Junta de Freguesia de Évora-Monte a intenção de execução de um projecto, espera-se que este seja rapidamente concretizado.

A Casa da Convenção poderia ser transformada num pequeno Centro Museológico explicando o seu significado histórico, sobretudo no quadro da Guerra Civil, que se viveu em Portugal até à assinatura da Convenção, interpretação esta, acompanhadas por diferentes actividades pedagógicas, direccionadas para as diversas faixas etárias estudantis.

A criação um Centro Interpretativo de Évora-Monte, onde se arquivaria e divulgaria o conhecimento disponível sobre os valores históricos e artísticos da região, que poderia ser assegurado nas instalações dos antigos Paços do Concelho. Um outro tipo de turista, curioso de saberes e da fruição dos valores históricos e estéticos, poderia ser aqui recebido e orientado.

CONCLUSÕES

Após uma análise aprofundada sobre os dados recolhidos, foi possível realizar uma síntese que visa contribuir para a preservação e promoção da imagem urbana do centro histórico de Évora-Monte.

No primeiro capítulo desta dissertação, *Estado actual da investigação*, constatou-se que já existem alguns estudos muito interessantes sobre Évora-Monte, dos quais se destacam os trabalhos realizados por Túlio Espanca, Paulo Pereira, Abel Borges e Hugo Guerreiro, que contribuíram bastante para o conhecimento sobre Évora-Monte aos níveis histórico e arquitectónico.

O capítulo *Cultura de Lugar*, no qual se estudam a situação e sítio, a história e a evolução socioeconómica e cultural de Évora-Monte, pretende demonstrar-se que esta ocupa destacada posição geográfica no Alto Alentejo, situada no extremo ocidental da Serra d'Ossa, possui um amplo domínio sobre a paisagem. A sua época de desenvolvimento de terrenos remonta ao mais antigo período de formação terrestre, o Precâmbrico polimetamórfico, com peneplanícies a diferentes altitudes, sendo o seu maciço geológico essencialmente composto por rochas granitóides e xistosas. O seu clima é tipicamente pré-mediterrâneo interior, constituindo os alicerces para o desenvolvimento de uma zona ecológica submediterrânea.

O desenvolvimento da presença humana nesta área faz-se desde o período Solutrense do Paleolítico Superior, apresentando grandes oscilações no número de população e de poder económico ao longo da sua história, verificando-se o seu apogeu no século XVI, pois sendo um ponto estratégico militar e administrativo, é nesta época que se verificam os maiores investimentos na localidade, com a construção do Paço e dos torreões para reforçar a Cerca Medieval; é de salientar que tal investimento é realizado pela casa nobre mais influente do reino, a Casa de Bragança, proprietária dos direitos da vila de Évora-Monte.

No seu percurso histórico destaca-se um marco de extrema importância para o rumo a seguir no país: a assinatura da Convenção, em 1834, que pôs termo à Guerra Civil que opunha liberais e absolutistas. Assim, Évora-Monte ficará sempre associada ao triunfo do liberalismo em Portugal.

O desenvolvimento socioeconómico e cultural de Évora-Monte é indissociável da sua história, mas, progressivamente a vila vai perdendo importância demográfica, facto que se irá determinar a degradação socioeconómica e cultural; no entanto, no princípio do século XXI, em virtude dos contínuos investimentos públicos realizados na localidade,

espera-se que Évora-Monte cresça em termos populacionais, ultrapassando a densidade populacional de 7,3 habitantes por km², e assim se promova uma maior diversidade cultural.

O terceiro capítulo, *Desenvolvimento urbano de Évora-Monte*, reporta-se à análise dos principais momentos de transformação urbana ocorrida, sendo mais significativo o século XIV, aquando da organização defensiva do reino executada pelo rei D. Dinis, que ordenou a construção do castelo de Évora-Monte, advindo daí a organização urbana tipicamente medieval que ainda hoje é notória no centro histórico de Évora-Monte. Mais tarde, nos finais do século XIX, e após a consolidação do liberalismo no reino, surge um renovar de ideias e uma introdução de novas práticas de agricultura, bem como uma necessidade de criar equipamentos que visem o desenvolvimento urbano das populações, etc., factores que irão conduzir a um crescimento urbano, que, no caso de Évora-Monte, verificou-se na zona do Rossio, desenvolvendo-se a partir daí a sua nova centralidade.

Através do capítulo *Caracterização do Património Edificado*, foi possível conhecer melhor as mais valias do centro histórico de Évora-Monte, avaliando a história, o sistema construtivo e o estado de conservação do seu património edificado; torna-se, assim, mais vasto o leque de interesses a preservar, sendo de especial interesse o Paço e a Cerca medieval, sendo fundamental contribuir para a continuidade dos outros elementos que compõem o centro histórico.

O capítulo *Leitura da Imagem Urbana de Évora-Monte* faz uma análise do seu desenho e morfologia urbana, onde se caracterizaram as formas, os materiais, as cores e as texturas do seu centro histórico. Aí destacam-se as formas do Paço, da Cerca Medieval e do casario envolvente, as texturas dos granitos e xistos e as cores aczentadas ocre e os brancos, sendo imperativo que se preserve esta memória colectiva, tanto nas populações locais, como nos seus visitantes.

Esta imagem urbana deriva da interacção entre diferentes elementos arquitectónicos que a integram, afigurando-se necessário a sua continuação no todo, e não apenas a procura da preservação apenas de algumas das suas partes. Para que tal aconteça, é necessário uma enorme vontade da população local, dos órgãos administrativos locais e dos órgãos tutelares de alguns dos seus elementos, para que o tempo não apague e deixe morrer esta imagem ou que o turismo de massa conduzam à sua museolização e perda de identidade.

Para o enriquecimento desta leitura da imagem urbana do centro histórico de Évora-Monte foram utilizados alguns métodos propostos por: Gordon Cullen em *Paisagem Urbana*; Jean-Philippe Lenclos em *The Geography of colour*; e Michael Lancaster em *Britain en view*.

Quanto ao capítulo *Avaliação crítica do que se fez e recomendações para a salvaguarda da imagem urbana de Évora-Monte*, foi necessário efectuar uma análise às intervenções de conservação e restauro executadas em Évora-Monte nos seus monumentos nacionais: o Paço e a Cerca Medieval; a restrição aos monumentos nacionais acontece porque estes são os elementos mais significativos da imagem urbana de Évora-Monte. Após esta análise tornou-se imperativo a sua crítica face ao código ético-doutrinário. Para fundamentar esta apreciação, foi necessário conhecer as evoluções histórica e teórica dos conceitos de conservação e restauro.

As intervenções de conservação e restauro realizadas em Évora-Monte, nos meados do século XX, pela Direcção Geral do Edifícios e Monumentos Nacionais, permitiram recuperar o Paço, que se encontrava em ruína; lamentavelmente, a envolvente do Paço foi descurada, não tendo existido qualquer vontade na sua preservação para a respectiva valorização, verificando-se mesmo a destruição de preexistências. Sendo intervenções de reintegração, movidas por fortes convicções políticas, eram executadas sem terem em conta o próprio monumento, apenas realizadas em função de um rol de medidas que se aplicavam a todos os monumentos nacionais.

Alguns anos mais tarde, em 1986, o Paço sofre uma outra intervenção de conservação e restauro, que surge mais ponderada, após uma compreensão do monumento. Nestes termos é reposto o reboco nas suas paredes exteriores, tendo em vista a reposição ao seu estado original, e a melhor preservação das paredes e estrutura do edifício.

Em 2004 é finalmente iniciada uma intervenção de valorização da envolvente do Paço, pelo IPPAR, tendo sido realizado um levantamento arqueológico da zona e um arranjo paisagístico.

As intervenções de conservação e restauro no centro histórico de Évora-Monte pecam essencialmente pela sua não existência: embora existam alguns projectos com interesse, estes ainda não foram colocados em prática. Contudo, verifica-se uma crescente acção por parte da Junta de Freguesia de Évora-Monte e do IPPAR, no sentido de colmatar estas deficiências.

No que se refere às recomendações para a salvaguarda da imagem urbana, é vital a integração do centro histórico de Évora-Monte na vida contemporânea, pois este só

poderá ser conservado se for vivo, não devendo tornar-se num museu para visitantes. A sua revitalização também passa pelo turismo, mas este deverá ser cultural e não de massas.

A identidade do centro histórico deverá ser preservada, por forma a manter a autenticidade da sua imagem; contudo, não deve ser estagnada ou adaptada aos interesses dos visitantes, mas sim adequada às novas necessidades dos seus habitantes, tendo em vista o aumento da sua qualidade de vida, contribuindo, de igual modo para atrair a população mais jovem.

Estas adaptações deverão ter em consideração a actual imagem urbana do centro histórico, não a alterando na sua essência. É, no entanto, possível o surgimento de construção nova no centro histórico, desde que seja respeitada a divisão fundiária e volumetrias preexistentes. Também se deve privilegiar a utilização de cores, materiais e técnicas de construção tradicionais, bem como as tipologias arquitectónicas existentes, mas sem nunca cair na tentação da cópia, para não criar falsos históricos.

Este processo deverá ser planeado e projectado de forma a que não surjam elementos arquitectónicos colocados no centro histórico apenas para satisfazer determinadas exigências político-económicas, contrariando o que se passa por tantos aglomerados urbanos no nosso país, mas não em excesso, adoptado a teoria da *collage* defendida por Colin Rowe e Fred Koetter, em *Collage City*, “(...) *collage is a method deriving its virtue from its irony, because it seems to be a technique for using things and simultaneously disbelieving in them, it is also a strategy which can allow utopia to be dealt with as image (...), by supporting the utopian illusion of changelessness and finality, might even fuel a reality of change, motion, action and history*”³⁰¹, visando um desenvolvimento natural do centro histórico onde possam surgir pequenas utopias.

Quanto à integração de Évora-Monte no projecto “Rede Europeia de Aldeias Turísticas”, parece ser uma boa iniciativa para a divulgação do seu centro histórico; eis, contudo, que as medidas a tomar para a implementação do projecto devem ser elaboradas por uma equipa multidisciplinar, para que se não comentam erros e se converta o centro histórico de Évora-Monte num local museolizado, com «actividades fictícias».

³⁰¹ Vide ROWE, Colin e KOETTER, Fred, *Collage City*, The MIT Press, Massachussetts, p.149.

O centro histórico de Évora-Monte deve ser promovido tal como é, e não como um local somente para turismo; as suas identidade e imagem urbana devem ser preservadas a todo o custo, e não sacrificadas em função do poder económico.

Como refere Kevin Lynch em *A Imagem da Cidade* “(...) a forma de (...) uma área metropolitana (...) tem de ser elástica aos hábitos (...) de cidadãos, aberta a mudanças de função e significado, receptiva à formação de novas imagens. (...) Precisamos de um meio ambiente que não seja simplesmente bem organizado, mas também poético e simbólico.”³⁰²

Para que as identidade e imagem urbana continuem autênticas é muito importante a educação da população local para a sua preservação, pois é a partir delas que a sua cultura é preservada e imposta numa sociedade, deste modo, a autoridades locais deveriam promover junto das escolas e associações locais, projectos educativos para a preservação da sua identidade e da imagem urbana.

Deste contributo, espera-se que auxilie a preservar e promover as identidade e imagem urbana do centro histórico de Évora-Monte, de modo a assegurar a sua autenticidade. O seu “*genius loci*”, como refere Christian Norberg-Schulz; para esse efeito nesta dissertação procurou-se uma análise da sua paisagem, do seu ambiente e da sua arquitectura, visto esta só poder ser compreendida depois de analisadas as transformações ocorridas.

Esta investigação é apenas uma abordagem inicial ao património arquitectónico do centro histórico de Évora-Monte e da sua imagem, sendo necessário aprofundar mais o estudo na sua caracterização, sobretudo nas áreas da arqueologia e na morfologia dos edifícios. Permanecendo ainda por responder algumas questões fundamentais sobre a caracterização do centro histórico de Évora-Monte.

Quanto ao Paço é fundamental o surgimento de uma monografia exclusiva que permita um conhecimento alargado do edifício, para incrementar as suas protecção e valorização.

³⁰² Vide LYNCH, Kevin, *A Imagem da Cidade*, Edições 70, Lisboa, 1999, p. 132.

GLOSSÁRIO

Este glossário pretende concretizar alguns conceitos fundamentais na recuperação do património arquitectónico.

ANASTILOSE – repor no local original peças desagregadas de uma construção.

CONSERVAR – manter intacta ou não deixar arruinar uma construção, através de intervenções reduzidas.

CONSOLIDAR – conferir estabilidade a uma estrutura construtiva.

MANUTENÇÃO – conjunto de intervenções indispensáveis à salvaguarda da construção.

PRESERVAR – assegurar a continuidade da construção, através de intervenções que visem a sua protecção de factores agressivos.

REABILITAR – adaptar a construção a novas funções, o que poderá implicar acções de ampliações e/ou reestruturação de algumas partes construtivas.

RECONSTRUIR – reedificar o todo ou parte de uma construção, com a possibilidade de utilização de novos materiais.

REPARAR – consertar anomalias, tendo em vista a reposição da funcionalidade.

RESTAURO – acções aplicadas a uma construção, com a finalidade de a repor em bom estado, para permitir a sua continuidade temporal. Deve ter por fundamento uma boa investigação técnica multidisciplinar. A aplicação de novos materiais deve ser feita de modo a permitir uma evidente distinção entre o original.

VALORIZAR – conjunto de intervenções na construção que visem ampliar o valor da construção.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

- Bibliografia Impressa

ABEL, António Borges, *Vilas de fundação medieval no Alentejo – contributos para o estudo da morfologia urbana*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora, Évora, 1995.

ADAM, Prior Joam Rozado, «Memória sobre a freguesia de Santa Maria de Évoramonte» In *Memórias Paroquiais de 1758*, volume XIV.

AGUIAR, José, «Dificuldades na conservação e reabilitação do património urbano português» In *Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, n.º 21, Edições Afrontamento, Março de 1995.

AGUIAR, José, *Estudos cromáticos nas intervenções de conservação em centros históricos*, Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, 1999.

AIRES-BARROS, Luís, *As rochas dos monumentos portugueses – tipologias e patologias*, IPPAR, Lisboa, 2001.

ALARCÃO, Jorge, *Roman Portugal*, volume II, Aris and Phillips Ltd., England, 1988.

ALMEIDA, General João de, *Roteiro dos monumentos militares portugueses*, volume III, Edição do Autor, Lisboa, 1947.

ATLAS DO AMBIENTE, *Carta de Acidez e Alcalinidade dos Solos*, Secretaria de Estado do Ambiente, 1980.

Idem - *Carta Agrícola e Florestal*, Secretaria de estado do Ambiente, 1980.

Idem - *Carta Arqueológica de Portugal*, Direcção Geral de Geologia e Minas, 1986.

Idem - *Carta de Capacidade de Uso do Solo*, Secretaria de Estado do Ambiente, 1982.

Idem - *Carta de Declives*, Secretaria de Estado do Ambiente, 1987.

Idem - *Carta de Densidade da População*, Secretaria de Estado do Ambiente, 1981.

Idem - *Carta de Distribuição de Azinheira e Sobreiro*, Secretaria de Estado do Ambiente, 1978.

Idem - *Carta de Distribuição de Culturas Arvenses e Sequeiro*, Secretaria de Estado do Ambiente, 1985.

Idem - *Carta Ecológica de Portugal*, Secretaria de Estado do Ambiente, 1984.

Idem - *Carta de Escoamento de Água*, Secretaria de Estado do Ambiente, 1975.

Idem - *Carta de Evapotranspiração Real*, Secretaria de Estado do Ambiente, 1975.

Idem - *Carta de Insolação de Portugal*, Secretaria de Estado do Ambiente, 1975.

Idem - *Carta de Precipitação*, Secretaria de Estado do Ambiente, 1975.

Idem - *Carta de Solos*, Secretaria de Estado do Ambiente, 1978.

Idem - *Carta de Temperatura*, Secretaria de Estado do Ambiente, 1975.

BARROCA, Mário Jorge, «Arquitectura Militar» In *Nova História Militar de Portugal*, volume 1, Círculo de Leitores, 2003.

Idem - «História das Campanhas» In *Nova História Militar de Portugal*, volume 1, Círculo dos Leitores, 2003.

BENEVOLO, Leonardo, *História da Cidade*, Editora Perspectiva, São Paulo, 1983.

Idem - *A cidade na história da Europa*, Editorial Presença, Lisboa, 1995.

- BRANDI, Cesare, *Teoria de la restauracion*, Alianza Forma, Madrid, 1992.
- BRITO, Raquel Soeiro de, *Portugal – perfil geográfico*, Editorial Estampa, Lisboa, 1997.
- BÚCHO, Domingos José Caldeira Almeida, *Herança Cultural e Práticas do Restauo Arquitectónico em Portugal durante o Estado Novo*, Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, Évora, 2000.
- CAEIRO, Elsa Maria Moreira, *Estudo comparativo de conjuntos urbanos situados na área de influência de Évora*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora, 1995.
- CALADO, Manuel, ROCHA, Leonor, «Povoamento da Idade do Ferro no Alentejo Central» In *Boletim Cultural do Município – História e Património*, n.º 1, Reguengos de Monsaraz, Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, 1997.
- CALADO, Manuel, ROCHA, Leonor, «Povoamento do Bronze Final no Alentejo Central» In *A Cidade de Évora*, Boletim de Cultura da Câmara Municipal de Évora, n.º 2, II Série, Câmara Municipal de Évora, Évora, 1996-1997.
- CAPITEL, Antón, *Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración*, Alianza Editorial, Madrid.
- CARMO, António Maria, *Apointamentos para a Monografia de Évora Monte*, Tipografia Meridional, Montemor-o-Novo, 1916.
- CARVALHO, J. Vaz, «As viagens de S. Francisco de Borga...» In *Boletim A cidade de Évora* n.º 55, 1972.
- CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património*, Edições 70, Lisboa, 2000.
- COELHO, António Baptista, «Qualidade do espaço público e imagem urbana» In *Urbanismo*, n.º 5, Revista da Associação dos urbanistas Portugueses, Ano 2, 2000.

COSTA, Américo, *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*, Edição de autor, volume VI, 1936.

COSTA, Padre António Carvalho da, *Corografia Portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal*, tomo II, Oficina Valentim da Costa Deslandes, Lisboa, 1708.

COSTA, Mário Nunes, «O promptuário das terras de Portugal» In *Boletim A Cidade de Évora*, n.º 33 – 34, Évora, 1953.

COSTA, Teresa, LIBERATO, Marco, *Torre de Évoramonte – sondagens de diagnóstico na envolvente*, IPPAR, Crivarque, Torres Novas, 2005.

CULLEN, Gordon, *Paisagem Urbana*, Edições 70, 1996.

CUNHA, Mafalda Soares da, *A casa de Bragança 1560-1640. Linhagem, parentesco e poder*, Editorial Estampa, Lisboa, 2000.

DIAS, Luiz Fernando de Carvalho, *Forais Manuelinos – Entre Tejo e Guadiana*, Edição do Autor, Fundão, 1965.

DIAS, Pedro, «Os antecedentes da arquitectura manuelina» In *História da Arte em Portugal*, volume , Publicações Alfa, 1986.

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, *Inventário do Património - Castelo e Muralhas de Évora-Monte*, N.º IPA 0704040002.

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, *Inventário do Património Arquitectónico - Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição*, N.º IPA 0704040033.

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, *Inventário do Património Arquitectónico - Igreja da Misericórdia de Évora-Monte*, N.º IPA 0704040035.

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, *Inventário do Património Arquitectónico - Pelourinho de Évora-Monte*, N.º IPA 0704040017.

ESPANCA, Padre Joaquim, *Memórias de Vila Viçosa*,

ESPANCA, Túlio, «Dois Pintores do século XVI» In *A Cidade de Évora*, n.º 9 – 10, Ano III, Boletim da Câmara Municipal, Setembro – Dezembro, Évora, 1945.

Idem - «Notas sobre pintores em Évora nos séculos XVI e XVII», In *A Cidade de Évora*, n.º 13 e 14, Ano V, Boletim da Câmara Municipal, 1947.

Idem - «Visitas de Embaixadores de Embaixadores Célebres, Reis, Príncipes e Arcebispos nos séculos XV – XVII» In *A Cidade de Évora*, n.º 27-28, Boletim da Câmara Municipal, Évora, 1952.

Idem - «Miscelânea Alentejana – Évoramonte» In *A Cidade de Évora*, n.º 51 –52, Anos XXV – XXVI, Boletim da Comissão Municipal de Turismo, Janeiro – Dezembro, 1968.

Idem - *Inventário artístico de Portugal*, Distrito de Évora, volume I, Sociedade Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1975.

FONSECA, Helder Adegar, *O Alentejo no século XIX – Economia e atitudes económicas*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996.

GALEGO, Júlia Costa Pereira, *A comarca damtre Tejo e Odiana no numeramento de 1527-1532*, Centro de Estudos Demográficos, Lisboa, 1982.

GASPAR, Jorge, «Estudo Geográfico das aglomerações urbanas em Portugal Continental» In *Revista Finisterra*, volume X, n.º 19, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, 1975.

Idem - «Morfologia de padrão geométrico na Idade Média» In *Revista Finisterra*, volume XV, n.º 8, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, 1969.

GUERREIRO, Hugo A. Nunes, *Évoramonte – um contributo para a sua história e património cultural edificado*, Junta de Freguesia de Évoramonte, Évoramonte, 2001.

HENRIQUES, Fernando, *A conservação do Património Histórico Edificado*, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1991.

Idem – *Algumas reflexões sobre a conservação do património histórico edificado em Portugal*, 2º ENCORE, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1994.

HERCULANO, Alexandre, *Portugaliae monvmenta historica leges et constvetudines*, vol. I, Typis Academius, Lisboa, 1856.

Instituto Português do Património Arquitectónico, *Dossier administrativo e Dossier de Obras de Évoramonte*, Processo n.º 2.04.016.Loc.1

JORGE, Virgolino Ferreira, «Princípios de Salvaguarda do Património Monumental» In *Correio da Natureza*, n.º 17, 1º trimestre, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, Lisboa, 1992.

Idem - «Conservação do Património e política cultural portuguesa» In *Anais da Universidade de Évora*, n.º 3, Universidade de Évora, Évora, 1993.

LAMAS, António Ressano Garcia, «Salvaguarda e valorização do património construído» In *Revista de estudos urbanos e regionais*, n.º 21, Edições Afrontamento, Março de 1995.

LAMAS, José M. Ressano Garcia, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, 2ª Edição, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2000.

LANCASTER, Michael, *Britain in view*, Sandtex Book, London, 1984.

LARANJO COELHO, Possidónio Mateus, *Cartas dos governadores do Alentejo a el-rei D. João IV*, volumes I – III, Lisboa, 1940.

LEAL, Augusto Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Livraria Editora de Mattos Moreira e companhia, Lisboa, 1874.

LEÃO, Duarte Nunes do, *Descrição do Reino de Portugal*, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002.

LEISNER, Georg., «Antas nos arredores de Évora» In *Boletim A Cidade de Évora*, n.º 15-16 e 17-18, Boletim de Cultura da Câmara Municipal de Évora, 1949.

LEISNER, Georg; LEISNER, Vera, *Antas nas Herdades da Casa de Bragança no concelho de Estremoz*, Fundação Casa de Bragança, Lisboa, 1955.

LYNCH, Kevin, *A Imagem da Cidade*, Edições 70, Lisboa, 1999.

LOPES, Flávio (Coordenador), *Cartas e Convenções Internacionais*, Ministério da Cultura – Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1996.

LOURO, Padre Henrique Silva, «Évoramonte» In *Boletim Junta Distrital de Évora*, n.º 8, 1967.

MATTOSO, José (direcção), *História de Portugal*, Editorial Estampa, 1993.

MENDEIROS, José Filipe, *Património Religioso de Estremoz*, Estremoz, 2001.

MINHATERRA, *Freguesias: Autarcas do século XXI*, volume VII, Edições Asa, 2000.

MONTE, Gil do, *Dicionário(sic) Histórico e Biográfico de Artistas Amadores e Técnicos Radicados em Évora*, Gráfica Eborenses, Évora, 1976.

MONTEIRO, João Gouveia, «As campanhas que fizeram a história» In *Nova História Militar de Portugal*, Círculo de Leitores, 2003.

Monumentos - Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Setembro de 1935.

MOREIRA, Rafael, «A época manuelina» In *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Publicações Alfa, 1989.

NORBERG-SCHULZ, Christian, *Genius Loci*, Pierre Mardaga editeur, Bruxelles, 1981.

NUNES, António Lopes Pires, *O castelo estratégico português e a estratégia do castelo em Portugal*, Estado Maior do Exército, Lisboa, 1988.

Idem - *Dicionário temático de arquitectura militar e arte de fortificar*, Estado Maior do Exército, Lisboa, 1991.

PEREIRA, Luz Valente, *A leitura da imagem de uma área urbana como preparação para o planeamento / acção da sua reabilitação*, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1999.

PEREIRA, Paulo, «A simbólica manuelina, razão, celebração, segredo» In *História da Arte Portuguesa*, volume 2, Círculo dos Leitores, 1995.

Idem - *Évoramonte – a fortaleza*, Instituto Português do Património Cultural, 1989.

PERES, Damião, *História de Portugal*, volume VII, Portucalense Editora, Barcelos, 1935.

Idem - *Conquista de Azamor pelo Duque de Bragança D. Jaime em 1513*, Fundação da Casa de Bragança, 1951.

PESTANA, Manuel Inácio, *A reforma setecentista do Cartório da Casa de Bragança*, Fundação Casa de Bragança, Lisboa, 1985.

PIEL, Joseph M., «Aspectos da toponímia pré-árabe ao Sul do Tejo» In *Boletim A Cidade de Évora*, n.º 59, Câmara Municipal de Turismo, Évora, 1976.

PINA, Ruy, *Chronica D' El – Rei D. Diniz*, volume LXXI, capítulo XXXII, Biblioteca de Clássicos Portuguezes, Escripório, Lisboa, 1912.

PINHEIRO, Magda, *Luís Mouzinho de Albuquerque*, Quetzal Editores, Lisboa, 1992.

Plano Director Municipal da Câmara Municipal de Estremoz, 1995.

RATÃO, João, «Carta a D. Rita Procopia» In *Almanach Evoramontense*, dirigido por António Maria do Carmo, Minerva Comercial, Évora, 1917.

RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann, *Geografia de Portugal – O ritmo climático e a paisagem*, volume II, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 1987.

RIVERA, Javier (dir.), *Conferencia Internacional del Patrimonio*, Funadación del Patrimonio Histórico de Castilla y León, Valladolid, 2000.

ROCHE, J.; RIBEIRO, L.; VAULTIER, M., «L' Industrie du gisement d' Evoramonte» In *O Arqueólogo Português*, III – 2, Lisboa, 1968.

SALGUEIRO, Teresa Barata, *A cidade em Portugal – uma geografia urbana*, Afrontamento, 1992.

SANTA MARIA, Frei Agostinho de, *Santuário Mariano*, tomo VI, Lisboa Occidental, Évora, 1718.

SARAIVA, José Hermano, «A Monarquia manuelina» In *História de Portugal 1245-1640*, volume 2, Publicações Alfa, 1983.

SELVAGEM, Carlos, *Portugal Militar*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1999.

SILVA, António Carlos, PERDIGÃO, José, *Contributo para a Carta Arqueológica de Arraiolos*, Câmara Municipal de Arraiolos, 1998.

SILVA, José Custódio Vieira da, «Castelos e cercas medievais – séculos XIV e XV» In *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Publicações Alfa, 1989.

SOUSA, D. António Caetano, *Historia Genealógica da Casa Real Portuguesa...*, tomo 5, Lisboa Occidental, Officina Sylviana, 1738.

TAVARES, Maria José P. F., «Judeus e mouros no Portugal dos séculos XIV e XV» In *Revista de História Económica e Social*, 9, 1982.

TEIXEIRA, Manuel C., e VALLA, Margarida, *O Urbanismo Português*, Livros Horizonte, 1999.

VASCONCELOS, José Leite de, «Inscrição romana do concelho de Arraiolos» In *O Archeologo Português*, volume X, Imprensa Nacional, Lisboa, 1905.

VAZ, Maria João Amaral, e MENDES, Fernanda Isabel Vaqueiro, *Évoramonte*, Seminário de Conservação e Reabilitação do Património Cultural – Património Classificado, Departamento de História, Universidade de Évora, Dezembro 2002.

VITERBO, Sousa, *Diccionario histórico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portugueses ou ao serviço de Portugal*, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, Lisboa, 1899.

FONTES

Arquivo da Misericórdia de Estremoz, Tombo 9 A, *Transcrição de original de 1516*.

Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa, MS.1 / NG.1, *Reforma setecentista do cartório da Casa de Bragança*, Livro de Contratos.

Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa, MS. 2 / NG. 2, *Reforma setecentista do cartório da Casa de Bragança*, Livro de Doações.

Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa, MS. 5 / NG. 5, *Reforma setecentista do cartório da Casa de Bragança*, Livro de Forais.

Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa, MS. 7 / NG. 7, *Reforma setecentista do cartório da Casa de Bragança*, Livro de Mistos.

Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa, MS. 9 / NG. 9, *Reforma setecentista da Casa de Bragança*, Livro de Mistos.

FONTES DA INTERNET

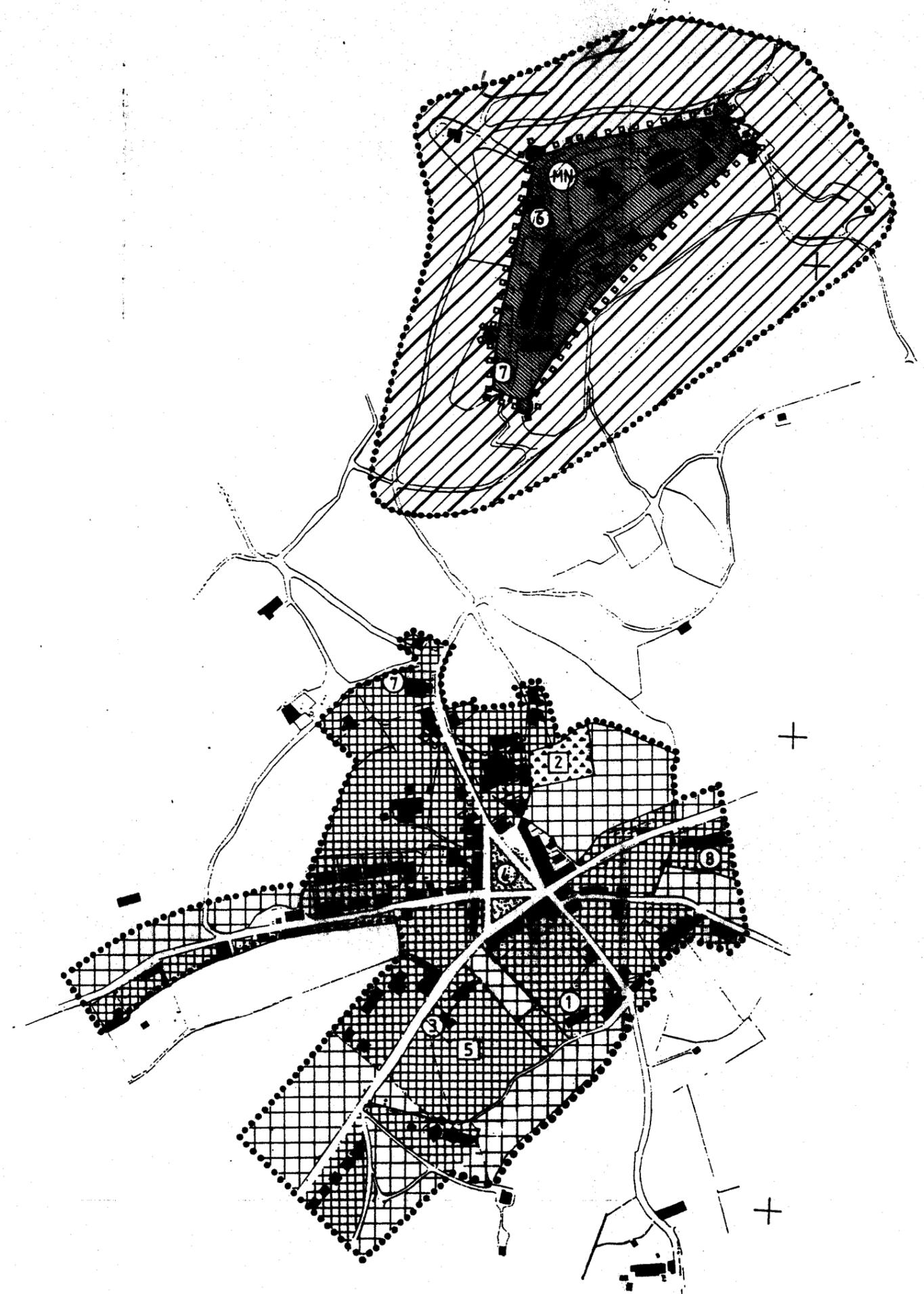
www.ine.pt

www.ippar.pt

www.monumentos.pt

www.terravista.pt/meiapraia/1027/fauna1.html

ANEXOS



Delimitações

- PERÍMETRO URBANO
- Espaço Cultural
- Espaços Urbanos
- ZONA VERDE DE RECREIO E LAZER
- Espaços Urbanizáveis**
- ZONA DE EXPANSÃO HABITACIONAL
- ZONA VERDE DE PROTECÇÃO
- Equipamentos Colectivos**
- EXISTENTE ○
- PROPOSTO □

- 1 - ESCOLA EB1
- 2 - LAR + CENTRO DE DIA
- 3 - JUNTA DE FREGUESIA + JARDIM DE INFÂNCIA
- 4 - PARQUE INFANTIL
- 6 - POLIDESPORTIVO DESCOBERTO
- 6 - LAR DE 3ª IDADE
- 7 - CEMITÉRIO
- 8 - CASA DO POVO + CENTRO DE SAÚDE

CÂMARA MUNICIPAL DE ESTREMOZ
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL

ELEMENTOS FUNDAMENTAIS

PLANTA DE ORDENAMENTO
ÉVORAMONTE



Foral de Évora-Monte de 1271¹

EVORAMONTE

1271

Forale de Evoramonte, *quod hic edimus, in Lib. I Donationum Aphonsi III invenimus. Apographum authenticum ejusdem foralis quod in Archivo Publico servatur, ex ipso codice decerptum fuisse noscitor. Ex quo, lectiones varias, quas suppeditabat, omisimus.*

In nomine patris et filii et spiritus sancti. Amen. Nouerint uniuersi presentem Cartam inspecturi, Quod ego Alfonsus dei gratia Rex Port. Et Algarbii vna cum vxore mea Regina domna Beatrice illustris Regis Castelle et Legionis filia, et filiis et filiabus nostris Infantibus donno Dionisio, domno Alfonso, domna Blanca et domna Sancia, facio Cartam de foro vobis omnibus populatoribus de mea villa que uocatur Evoramonte, et eidem ville pro terminis confero et assigno, videlicet quomodo partitur ex una parte cum Estremoz per Teram, deinde cum Alandroal, et per Aluiciues, deinde quomodo diuidit cum termino de Terena, et cum Monsaraz, per aquam de Alcoruisca, quomodo intrat ipsa aqua in paredeelas, et de Paredeelas ad infestum per aquam de Alarucha, et deinde quomodo uadit ad fontem de figueyra, et de ipso fonte quomodo uadit ad aquam de Carualio, et deinde quomodo uadit ad aquam de Çafargela, quomodo uadit ad Teram. Do et concedo uobis predictam villam ad habitadum iure hereditario per forum per quod iura regalia inferius plenarie scripta michi et successoribus meis, a uobis et a successoribus uestris persoluantur. Do itaque uobis pro foro ut qui publice coram bonis hominibus casam uiolenter com armis ruperit, pectet quingentos solidos, et hoc sit sine uozeyro : et si infra domum ruptor occissus fuerit, occisor uel dominus domus pectet unum morabatinum, et si ibi uulneratus fuerit, pectet pro eo medium morabatinum. Similiter pro homicidio et rauso publice facto, pectet quingentos solidos :

¹ Transcrito de Alexandre Herculano em *Portugaliae Monumenta Historica – leges et constuetudines*, vol. 1, fascículos 4, 5 e 6, Typis Academius, Lisboa, pp. 721 – 723.

pro merda in bucca sexaginta solidos pectet testimonio bonorum hominum. Furtum cognitum testimonio bonorum hominum, nouies componatur. Qui relegum vini Regis ruperit et in relego uinum uendiderit et inuentum fuerit testimonio bonorum hominum primo pectet quinque solidos, et secundo quinque solidos : Et si tercio inuentum fuerit testimonium bonorum hominum, uinum totum effundatur et arcus cuparum inscindantur. De uino de fora unaquaque carrega unum almude, et uendatur aliud in relego. De iugada uero hoc mando, ut usque ad Nathalem domini trahatur : et unoquoque iugo bouum dent unum modium milii uel tritici quale laborauerint : et si de utroque laborauerint, de utroque dent per alqueire directum ville : et sit quartarius de quatuordecim alqueiriis, et meciatur sine brachio curuato, et tabula supraposita. Et parceyro de caualeyro qui boues non habuerit non det iugatam. Et habitatores de Evoramonte habeant libere tendas furnos panis scilicet et ollarum : et de furnis de telia, dent decimam. Qui hominem extra cautum occiderit, pectet sexaginta solidos : et qui uulnerauerit hominem extra cautum, pectet triginta solidos. Qui in platea aliquem armis uulnerauerit, pectet medietatem homicidii. Qui arma per iram denudauerit uel a domo ea extraxerit per iram et non percusserit, pectet sexaginta solidos. Et homines de Evoramonte habeant hereditates suas populatas : et illi qui in eis habitauerint pectent pro homicidio et rauso noto et pro merda in buca sexaginta solidos, medietatem scilicet Regi, et medietatem domino hereditatis : et eant in apolidum Regis et nullum aliud forum faciant Regi. Et almotaçaria sit de Concilio, et mittatur almotace per pretorem et Concilium ville : et dent de foro vacca unum denarium, et de zeuro, unum denarium, et de ceruo, unum denarium, et de bestia de piscato, unum denarium, et de iudicato similiter, et de alcauala, tres denarios : de ceruo et de zeuro et de vacca et de porco, unum denarium, et de carneyro unum denarium. De equo uel de mula uel de mulo quem uendiderint uel emerint homines de fora a decem morabitanis et supra, dent unum morabitinum, et a decem morabitanis et infra, dent medium morabitinum : De equa ueudita uel de capra, unum denarium : De carrega de azeyte uel de coriis bouum uel zeurorum uel ceruorum dent medium morabitinum : De carrega de cera, medium morabitinum : De carrega de anil uel de pannis uel de pellibus coniliorum uel de coriis uermeliis uel albis uel de pipere uel de grana, unum morabitinum : de bracali duos denarios : De uestitu de pellibus, tres denarios : De lino uel alliis uel de cepis, decimam : De piscato de fora decimam : de concas uel de uasis ligneis, decimam : et pro omnibus hiis carrigis quas uendiderint homines de fora et portagium : de carrega de piscato quam

inde homines de fora leuauerint, dent sex denarios. Cauon si laborauerit triticum, det unam talegam, et si laborauerit milium, similiter : et de geyras de bobus, unum quartarium de tritico uel de milio quod laborauerit. Pedites dent octauam vini et lini. Balistarii habeant forum militum. Mulier militis que uidauerit, habeat honorem militis usque nubat, et si nupserit pediti, faciat forum peditis. Miles qui senuerit uel ita debilitauerit quod exercitum facere non possit, stet in honore suo : si autem mulier peditis uiduata talem filium habuerit qui cum ea in domo contineatur et caualariam facere potuerit faciat eam pro matre. Almocreue qui per almocrauariam uixerit faciat suum forum semel in anno. Miles uero qui equum suum bestias suas ad almoquauariam miserit, nullum forum de almoquauaria faciat. Coniliarius qui fuerit ad sogeyram illuc manserit, det unam pellem conelii : et qui illuc moratus fuerit octo diebus et amplius, det unum conelium cum sua pelle. Conilarius de fora det decimam quociens uenit. Moratores de Euoramonte qui suum panem uinum uel ficus uel oleum in aliis locis habuerint et ad Euoramonte illud ad opus suum duxerint et non ad reuendendum, non dent inde portagium. Qui cum aliquo rixauerit et post rixam domum suam intrauerit ibi inuito consilio acceperit fustem uel porrinam et eum percusserit pectet triginta solidos : si autem inconsulte et casu accidente percusserit, nichil pectet. Inimicus de fora non intret uillam super inimicum suum nisi per treugas uel pro dare illi directum. Si equus alicuius aliquem occiderit dominus equi pectet aut equum aut homicidium quod horum domino equi placuerit. Clericus habeat forum militis per totum : et si cum muliere inuentus turpiter fuerit, non mittat Maiordomus in eum manus nec aliquo modo capiat eum, sed capiat mulierem si uoluerit. De atalaya de villa debet rex tenere medietatem et milites medietatem suis corporibus. Militem de Euoramonte cui meus Riquis homo benefecerit de terra sua uel de suo habere per quod eum habeat, ego eum recipiam meo Riquo homini in numero suorum militum. Maiordomus uel eius sagio non uadant ad domum militis sine portario pretoris : et meus nobilis homo qui Euoramonte de me tenuerit, non mittat ibi alium pretorem nisi de Euoramonte. De casis quas mei nobiles homines aut freyres aut hospitalarii uel monasteria in Euoramonte habuerint, faciant forum ville sicut ceteri milites de Euoramonte. Ganatum perditicium quod Maiordomus inuenerit, teneat illud usque ad tres menses, et per singulos menses faciat de eo preconem dari ut si dominus eius uenerit, detur ei : si autem dominus eius dato preconem usque ad tres menses (*sic*) tunc Maiordomus faciat de eo suum commodum. De caualgada pretoris nichil per uim pretor accipiat, nisi quod milites ei amore suo dare milites uoluerint : de

caualgada sexaginta militum et supra, diuidant mecum in campo. Faber aut çapatarius uel pelitarius qui in Euoramonte casam habuerit et in ea laborauerit, non det de ea ullum forum : et qui maurum fabrum aut çapatarium habuerit et in domo sua laborauerit, non det pro eo forum. Qui autem ministeriales, ferrarii uel çapatarii fuerint et per officium istud uixerint et casas non habuerint, ueniant ad meas tendas et faciant michi meum forum. Qui equum uendiderit uel comparauerit uel maurum extra villam ubi eum uendiderit uel comparauerit, ibi det portagium. Et pedites quibus dare debuerint suum habere, dent inde decimam maiordomo, et maiordomus det sibi directum pro decima : et si pro ea noluerit sibi dare directum, tunc pretor faciat eis dari directum per suum portarium. Et homines qui habitauerint in hereditatibus de Euoramonte, si fecerit furtum ut supradictum est, componatur, scilicet medietas regi et medietas domino hereditatis. Moratores de Euoramonte non dent luytosam. Adayles de ipsa villa non dent quintam de quinionibus suorum corporum. Milites ipsius ville non teneant çagam, sed teneant deante yram in exercitu Regis. Panetarie dent pro foro de triginta panibus unum. Portagia uero et forum et quinte sarracenorum et aliorum ita persoluantur sicut consuetudo est, exceptis his que supra scripta sunt, et uobis relinquo : et pro alcaydaria de una bestia que uenerit de fora, dent duos denarios. Hec itaque omnia prescripta uobis do pro foro et concedo : et ad hec uadat Maiordomus testimonio bonorum hominum, et non ad alia. Milites de euoramonte testificentur cum infantionibus de portugalia. Quis eciam aliquem calcaribus percusserit et testimonio bonorum hominum conuictus fuerit, pectet v° solidos. Do itaque uobis ut nostram almotaçariam habeatis et eam pro uoluntate uestra disponatis. Mando etiam quod nec meus pretor ville nec maiordomus nec aluaçiles nec aliquis alius audeat forciare nullum hominem de Euoramonte nec de fora de suo uino, nec de suo pane, nec de suo piscato, nec de suis carnibus, nec de aliis rebus suis. Adhuc mando quod mei maiordomi non uadant extra villam prenderé homines nec roubare, nec forciare : sed si fecerint calumpnias, faciant eos uocari per portarium pretoris, coram pretore et aluazilibus, et sanent eis quod fecerint sicut mandauerint pretor et aluaziles. Et concilium cambiet suos aluaziles annuatim. Preterea mando ut pater non pectet calumpniam pro filio suo, sed filius pectet eam si illam fecerit : et si non habuerit per quod sanet eam, sanet illam per suum hábeas. Mando etiam quod de mauris et iudeis

percussis ueniant se conqueri pretori et aluazilibus sicut fuit consuetudo patris mei. Adhuc mando quod maiordomi non pignorent ullum hominem de Euoramonte donec uocent eum ad concilium coram pretore et aluazilibus. Addo etiam adhuc amore uestro ut si aliquis pignorauerit sine meo Maiordomo aut sine suo sagione aut sine portario pretoris, pectet tantum pro quanto pignorauerit, et non plus. Siquis igitur hoc meum factum uobis firmiter seruauerit benedictionem dei et meam habeat in eternum : Qui uero illud frangere uoluerit maledictionem dei et meam in perpetuum consequatur. Datum Vlixbone, XXIII.^a die Maii, Rege mandante. Era M.^a CCC.^a IX.^a Domnus Gonsaluus garsie alferaz, domnus Jo. De auoyno maiordomus curie, Alfonsus suerii superiudex, conf. Rodericus garsie de pauia, Jo. Suerii conelius, Fernandus fernandi cogominus, test. Martinus iohannis de vinali, Petrus martini petarinus, Petrus martini caseual, testl. Domnus S. iohannis Cancellarius conf. Martinus iohannis notarius cancellarie notuit.

Foral de Évora-Monte de 1516¹FORAL DA VILLA DE EVORA MONTE
dado per El Rey dom afomssso comde de bollonha

Dom Manuel ect.

JUGADA

Mostrasse pollo dito forall seer Imposta Jugada na dita villa a pagarsse por ella de cada hum Jugo de boys hum moyo de trjgo ou de milho se dambos lavrassem ect. E o mais deste capitollo com as adiçoens. a saber. do cavam E dos seareiros E dos mancebos de soldada que fazem seara com os bois de seu senhor E o capitollo segujnte que começa E decramos que cada huma das ditas cantidades se pagarão ect. em tudo sara taes sem acrecentar nem demjnuyr como em viana ficam decrarados ut supra E assy ho oytavo do vinho e linho somente na tinta he deferente este capitollo. a saber. em viana se paga a tinta na vinha E em esta villa devora monte ha pagam em suas casas. porem em todo ho al he como viana E o capitollo do tempo a que hynam partir as novjdades E o capitollo que começa E decramos que a Jugada do pam E assy ho oytavo do vinho e linho ect. E assy tambem os capitollos da portaJem em que entre dizima em tudo sam taaes todos como em viana ut supra Tirando esta adiçam da telha abaixo que he em esta villa desvayrada de viana. a saber.

TELHA

E da telha que se fizer na dita villa se pagara dizima E da que se tirar a dez villa se pagara dizima E da que se tirar a dez Reaaes por mjlheiro.

¹ Transcrito da obra de DIAS, Luiz Fernando de Carvalho, *Forais Manuelinos – Entre Tejo e Guadiana*, Edição do Autor, Fundão, 1965, pp. 143 – 145.

ENTREGA DE JUGADA

E o capitollo da entrega da Jugada que começa A qual Jugada seram obrigados os Jugadeiros a levarem a qual quer Celleiro ect. em tudo he tal em esta villa como fica em alvjto Inteiramente.

REGUEMGOS

E tem mais a coroa Real na dita villa e termo Reguemgos e terras foreyras Açenhas e moendas. a saber. o Reguemgo das herdades E outro das valladas de vynhas E outro da vidigueira de vinhas E huum pedaço de terra ao pee da villa das quaaes cousas se pagara o qujnto sem njnhuma deferença E assy ha hy casas na dita villa foreiras.

MOENDAS

E tem yssso mesmo as moendas na Rybeira de tera e na Rybeira de ÇafareJa As quaaes pagarão seus foros segundo antigamente (103. v.) amdaram aforadas ou ao diante se aforaram a prazer das partes E quando cada huma das ditas cousas se venderem pagarão a quorenta do dinheiro ou preço por que se venderem a custa do vendedor.

MONTADOS

Os montados sam do comçelho livremente E usarão com seus comarcaaons per suas posturas huns com os outros.

MANJNHOS

E assy dos manjnhos fora dos Reguemgos pagando soamente o foro da terra nam se tomando em lugar danoso *aos vezinhos*.

TABALLIAAES

Na dita villa soya daver tres taballiaaes e pagava cada huum delles mjil e oytenta Reaaes E agora sam dous e pagam ambos a dita soma. a saber. cada hum mjil e seis çentos e vinte Reaaes E decramos que se ao diante mais taballiaaes forem ou menos que nam pagarão mais poucos ou mujtos que tres mil e duzentos e quorenta Reaaes que se montam nas ditas pensoens.

ALMOCREVARIA

Os almocreves cadimos ou as outras pessoas que per seus mançosos continuamente ou ha mayor parte do anno trouxerem bestas ao ganho dalmocrevaria pagarão em cada huum anno por bestas mayores poucas ou muytas que ao dito ganho trouxerem çemto e oyto Reaes por tanto se montar em tres livras que amtijamente por este direito se soya de pagar E por bestas menores çinquenta e quatro Reaes E se de humas e outras trouxer pagara a mayor comthia e mais nam da qual paga e trebuto nam seram escusos njnhuuns privjlligiados salvo os cavalleiros e pessoas que tiverem cavallo de marca.

ÇALLAYO

De todo pam cozido que se vender na dita villa se pagara de trinta paaes huum e do mais e do menos per esse Respeito E isto se emtendera das pessoas que vemderem o dito pam per suas vontades porem se per mandado ou constrangimento dalguns offiçiaaens ou pessoas que pera isso tenham poder o tal pam amassarem e vemderem nam pagarão o dito direito Nem outrossy se pagara do pam que se vender das poyas dos fornos Nem das obradas E ofertas dos clerigos e Igrejas E no termo nam se pagara o dito direito.

E o capitollo da dizima das sentenças E o Rellego E o gado do vento E a pena darma e sangue sam taaes em tudo em esta villa como em beJa ut supra. Tirando estas tres capitollos segujntes que esta villa tem os quaaes começam na fim da pena darma Comvem a saber.

COUSAS DA SENTENÇA

E por quanto em nossa Rollaçam foram determjnadas çertas cousas açerqua das ditas armas e doutras pollos desembargadores ordenados aos feitos dos foraaes as mandamos aquy poer pera assy se guardarem com as outras cousas deste foral. a saber. que os alcaydes nem outros offiçiaaes do senhorio nam levem por perdidas as armas que acharem emcostadas aas paredes e casas Nem as armas que acharem aos lavradores guardamdo gaado nem lhes levarem por isso pena alguma Nem as armas que acharem aos que forem aas vodas e vigillias nem lhe levem por isso pena Nem tomarão as armas aos que se acoutarem aas Igrejas se com ellas nam fizerem mal Nem seram as armas emcoymadas na dita villa e termo salvo quando per nossas ordenaçooens devam se seer

perdidas e nam doutra maneira.

SENTENÇA

E o senhorio nam leve o dito oytavo de vinho e linho na dita villa e termo aos que nam forem paaens E o alcaide pequeno da dita villa nem outro offiçial do senhorio nam levara dos lavradores agora nem em nynhum tempo o pam que lhe levavam de bolo nem njnhuma outra Impossiçam nem lhe faram seara sob as penas da ordenaçam e mais as deste foral.

E assy nam se levara Coyma de qual quer homem ou molher besta ou outra qual quer alimaria que for achada no Reguemgo Dos quaaes porem se levara ho estimo do dano que lhe couber soldo aa livra com ho lavrador segundo as posturas do comçelho nas outras cousas E assy nam se levara pena nem coyma das bestas gaados e de quaaes quer alymarias que passarem pollos açudes dos moynhos e açenhas das Ribeyras da dita villa e termo E seram soamente obrigados a pagar ho estimo soamente do dano que fizerem nas taaes cousas e mais nam O qual pagarão aas pessoas que aa sua custa os açudes e levadas das ditas moendas (*sic*) tiverem.

E a portaJem per cargas com todollos capitollos e adiçooens atee affym da pena do foral he esta villa devora monte tal sem acreçemtar nem demynuyr em todallas cousas como beJa ut supra tirando esta capitollo segujnte que evora monte tem e beJa nam. O qual capitollo estaa na fym do capitollo dos privjlligiados que começa As pessoas eclesiasticas de todallas Igrejas ect. e acaba Casas e famjlias honde começa ho seguinte. a saber.

E assy ho seram todollos moradores da dita villa e termo no dito termo e villa de todo o direito de portaJem nem usaJem nem pasajem nem costumaJem por hum soldo que antiçamente se mandou pagar pollo quall pagara ora toda pessoa omze çetijs dagora Os quaaes pagarão atee sam Joham em qualquer tempo do anno atras que qujserem pera gouvjrem do dito privjlligio E se atee sam Joham nam pagarem dy por diante nam escusarão Salvo se primeiro soldarem.

Dada em a nossa muy noble e sempre leal Çidade de lixboa aos quinze dias do mês de dezembro Anno de nosso senhor Jesu Cristo de mjl e quynhemtos e dezaseis E vay escripto ho original em vynte e quatro folhas sobescripto e comçertado pollo dito Fernam de pina.

CONVENÇÃO de ÉVORA – MONTE de 1834¹

“Sua Majestade Imperial o Senhor D. Pedro, Duque de Bragança, Regente em Nome da Rainha a Senhora D. Maria II, movido do desejo de que, quanto antes, termine a effusão de sangue portuguez, e se pacifique completamente o reino, Outorga às forças reunidas em Évora, e em todos os demais pontos da Monarquia, assim como a todos os indivíduos que se submeteram à obediência da Rainha, em nome da mesma Senhora, o seguinte:

Art. 1º - Concede-se amnistia geral de todos os delictos políticos commetidos desde o dia 31 de Julho de 1826. Para os amnistiados ficará suspensa a execução do Decreto de 31 de Agosto de 1833, até que as Côrtes decidam acerca do seu objecto. – Os amnistiados entrarão na posse dos seus bens mas não poderão aliena los até à decisão da Côrte. – A amnistia não envolve restituição, em empregos eclesiásticos, políticos, civis, nem os bens da Corôa e Ordens, Commendas, ou Pensões, nem comprehende delictos contra particulares, assim como não exime de responsabilidades pelo prejuízo de terceiro.

Art. 2º - Quaesquer amnistiados nacionaes ou estrangeiros poderão livremente sahir de Portugal e dispor de seus bens contanto que fiquem salvas as restrições do artigo antecedente e que deem a sua palavra de não tomarem parte de qualquer modo nos objectos politicos d'estes reinos.

Art. 3º - Os officiaes militares amnistiados conservarão seus postos legitimamente conferidos; e o governo se obriga a prover a sua subsistência, na proporção das suas graduações.

Art. 4º - Haverá com os empregados eclesiasticos e civis a contemplação de que elles por seus serviços e qualidades se tornaram dignos.

Art. 5º - Assegura o Senhor D. Miguel a pensão annual de 60 000\$00 réis, attendendo à elevada categoria em que nasceu, e se lhe permite dispor da sua propriedade particular e pessoal, devendo restituir as joias e quaesquer artigos pertencentes à corôa e a particulares.

¹ Transcrito do artigo «A Convenção de Évora-Monte» In *Almanach Evoramontense*, Minerva Comercial, Évora, 1917, pp. 68 e sgts.

Art. 6º - Poderá embarcar em um navio de Guerra de qualquer das potencias aliadas pelo tractado de Londres de 22 de Abril d'este anno, o qual se lhe promptificará no porto que lhe approuver, affiançando se-lhe toda a segurança para a sua pessoa e comitiva bem como todo o decoro devido ao seu alto merecimento.

Art. 7º - O Senhor D. Miguel se obrigará a sair de Portugal no prazo de quinze dias, com a declaração de que nunca mais voltará a parte alguma da Península das Hespanhas ou dos domínios portuguezes, nem por modo algum concorrerá para perturbar a tranquilidade d'estes reinos; em caso contrario, perderá o direito à pensão estabelecida, e ficaria sujeito às demais consequencias do seu procedimento.

Art. 8º - As tropas que se acharem ao serviço do Senhor D. Miguel entregarão as armas no deposito que for indicado.

Art. 9º - Todos os regimentos e corpos que se acharem ao seu serviço depois da entrega das armas, cavalos e munições, se dissolverão pacificamente voltando todos aos seus domicilios sob pena de perderem os beneficios da presente amnistia.”

Este foi o documento proposto pelos procuradores de D. Pedro, e aceite pelos mandatários de D. Miguel, em seguida transcreve-se o documento que o comandante-chefe das tropas miguelistas emanou por forma a concretizar o disposto no documento aceite.

“Art. 1º - Expedir se-hão immediatamente ordens a todos os commandantes de praças e forças em campanha, e a todas as auctoridades que ainda reconhecem o Governo do Senhor D. Miguel para immediatamente fazerem a sua submissão ao Governo de S. M. F. A Senhora D. Maria II, com a fruição das condições acima declaradas.

Art. 2º - O disposto no artigo antecedente será extensivo a todas as auctoridades eclesiasticas, civis e militares dos domínios ultramarinos da monarchia.

Art. 3º - O Senhor D. Miguel sahirá da cidade d'Evora no dia 30 do corrente mez de maio, para a vila de Sines, ou (segundo a sua escolha) terá logar o seu embarque, acompanhado no seu transito pelas pessoas da sua comitiva pessoal, por vinte cavallos, dos que antes serviam no seu exercito, e por dois esquadrões de cavalaria dos exercitos da rainha. O comandante das forças reunidas em Evora mandará uma relação nominal das pessoas da comitiva do Senhor D. Miguel aos marechaes commandantes dos exercitos

da rainha.

Art. 4º - No dia 31 de maio corrente as tropas reunidas em Evora largarão as armas no edificio da Seminário d'aquella cidade, e dividir-se hão, segundo a nacionalidade das praças, em tropas que debaixo da responsabilidade dos seus antigos officiais marcharão para as localidades abaixo designadas, recebendo na marcha pão e etape, e chegados aos seus destinos receberão guias para os seus domicilios:

Naturaes da Beira Baixa – Abra.ntes.

Naturaes da Beira Alta – Vizeu.

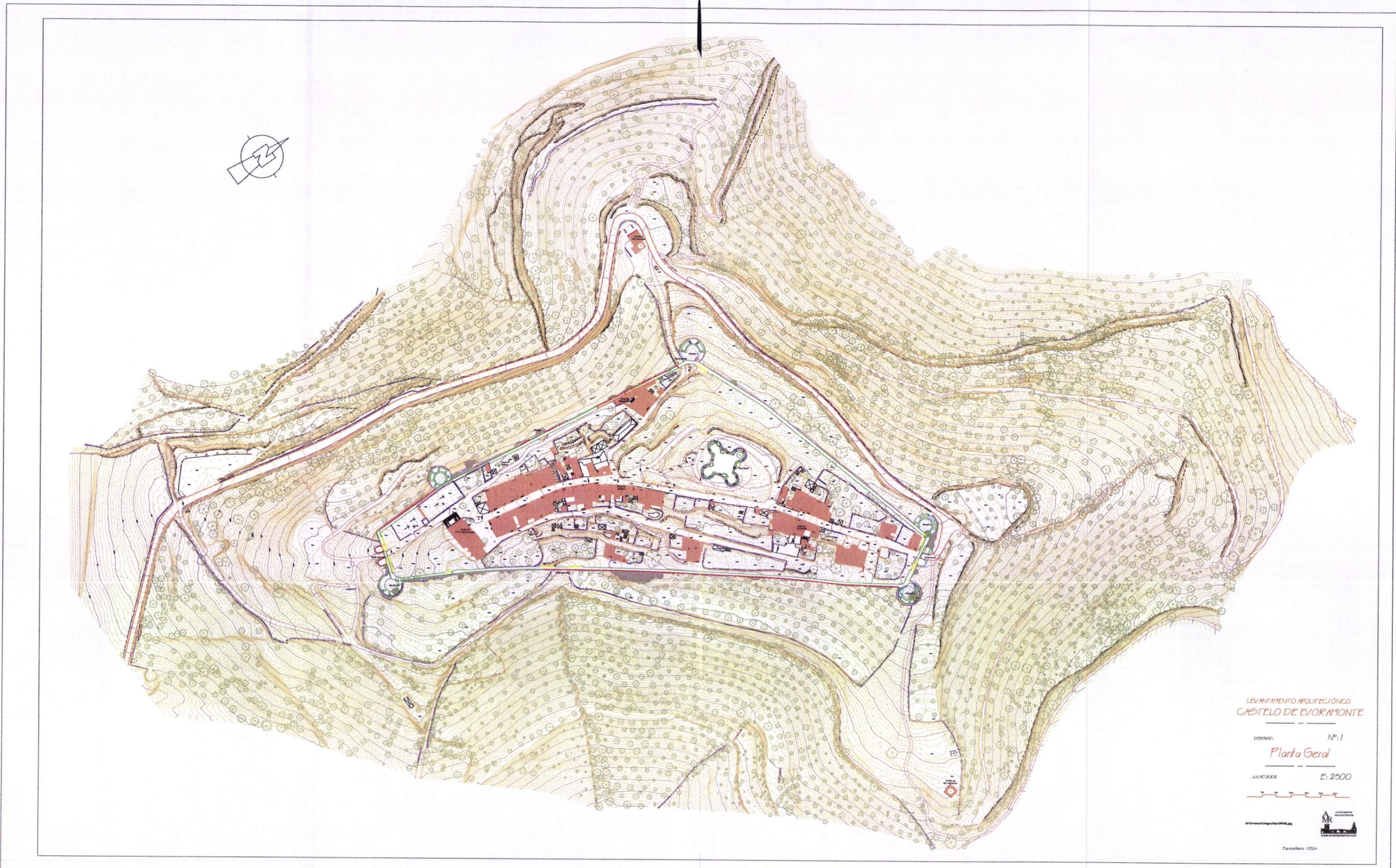
Naturaes de Traz-os-Montes – Vila Real.

Naturaes de Entre Douro e Minho – Porto.

Naturaes do Alemtejo – Guias immediatamente.

Naturaes do Algarve – Faro.

Os milicianos, ordenanças e eclesiasticos de qualquer denominação que sejam, receberão immediatamente guias para os seus domicilios, E por se terem assim definitivamente concertado, os marchaes commandantes dos exercitos da rainha; e o commandante das forças reunidas em Evora, José Antonio d'Azevedo Lemos, a assignarem em duplicado. Evoramonte, 26 de maio de 1834 – Duque da Terceira, marechal do exercito, José António de Azevedo Lemos, tenente-general graduado.”



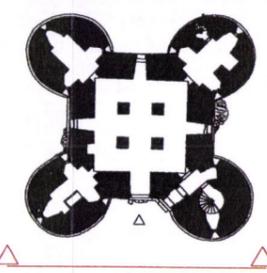
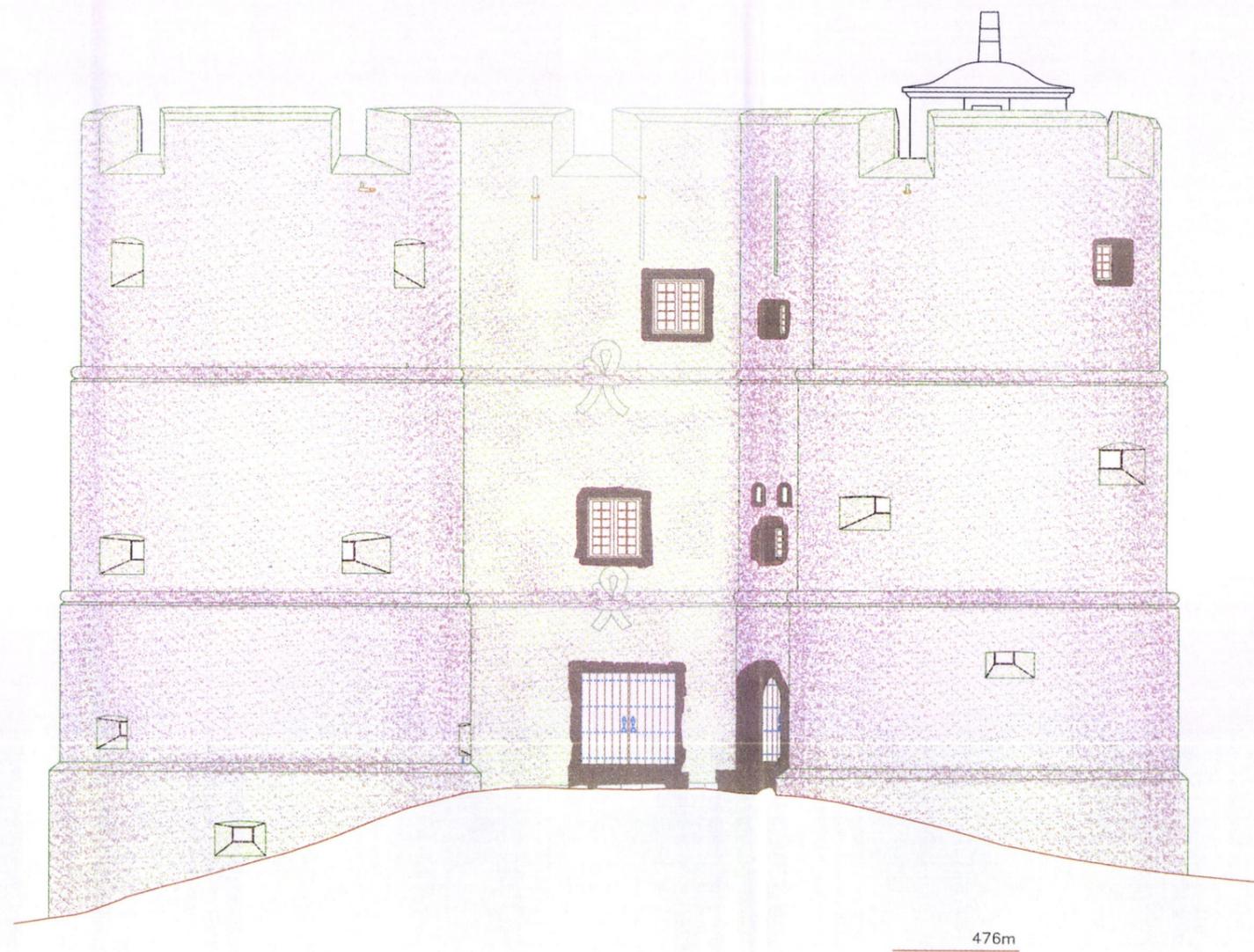
LEVANTAMENTO ARQUITECTÓNICO
CASTELO DE EVORAMONTE

DISENHO: Nº: 1
Planta Geral

JULHO 2002 E: 2500



David Beltrão (CD)



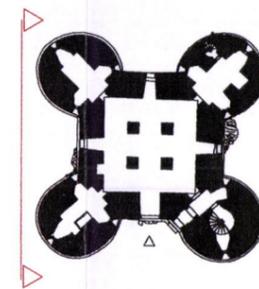
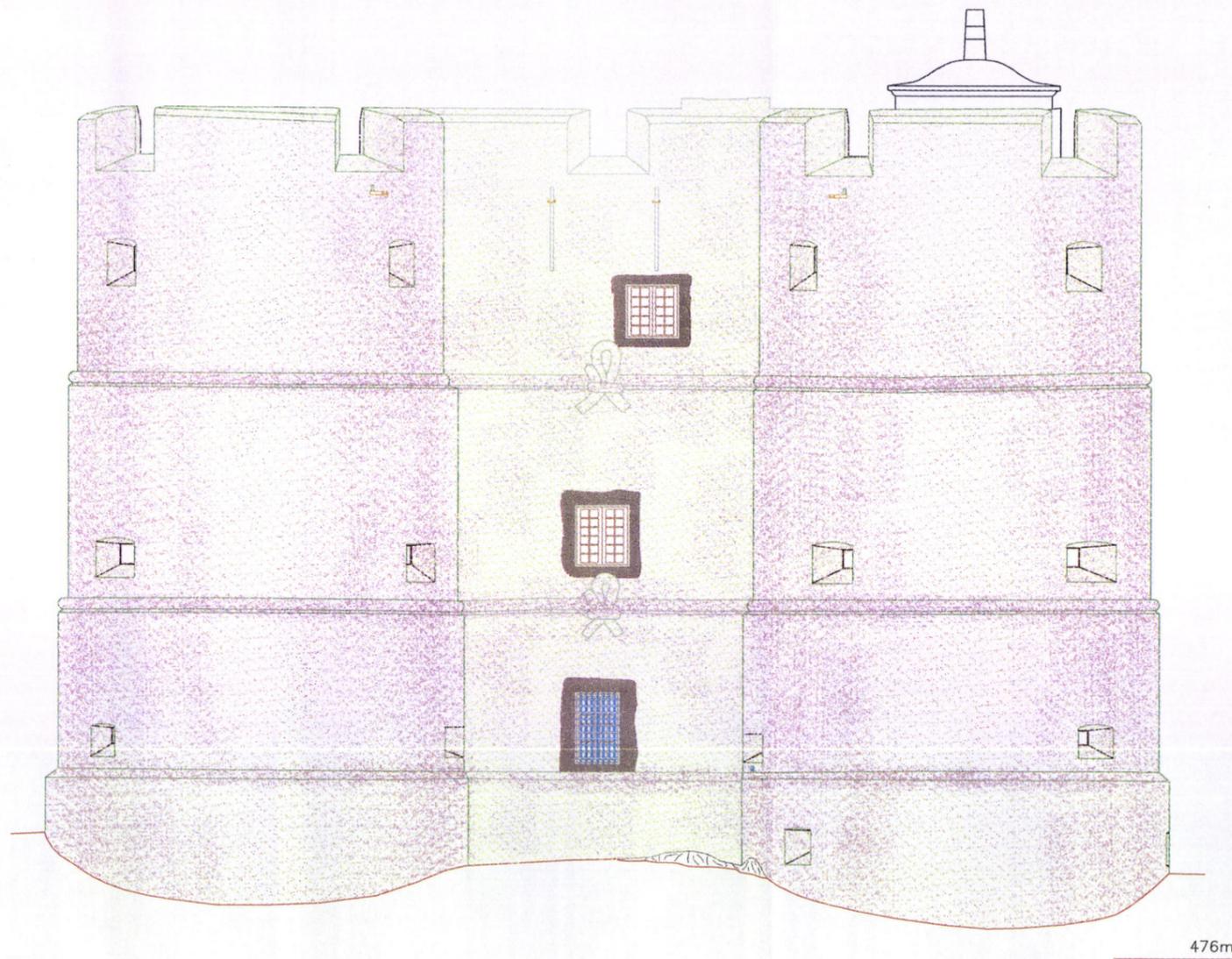
LEVANTAMENTO ARQUITECTÓNICO
CASTELO DE ÉVORAMONTE

DESENHO: Nº: 15

ALÇADO NOR-ESTE

ABRIL 2002 E:1/150



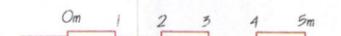


LEVANTAMENTO ARQUITECTÓNICO
CASTELO DE ÉVORAMONTE

DESENHO: Nº: 18

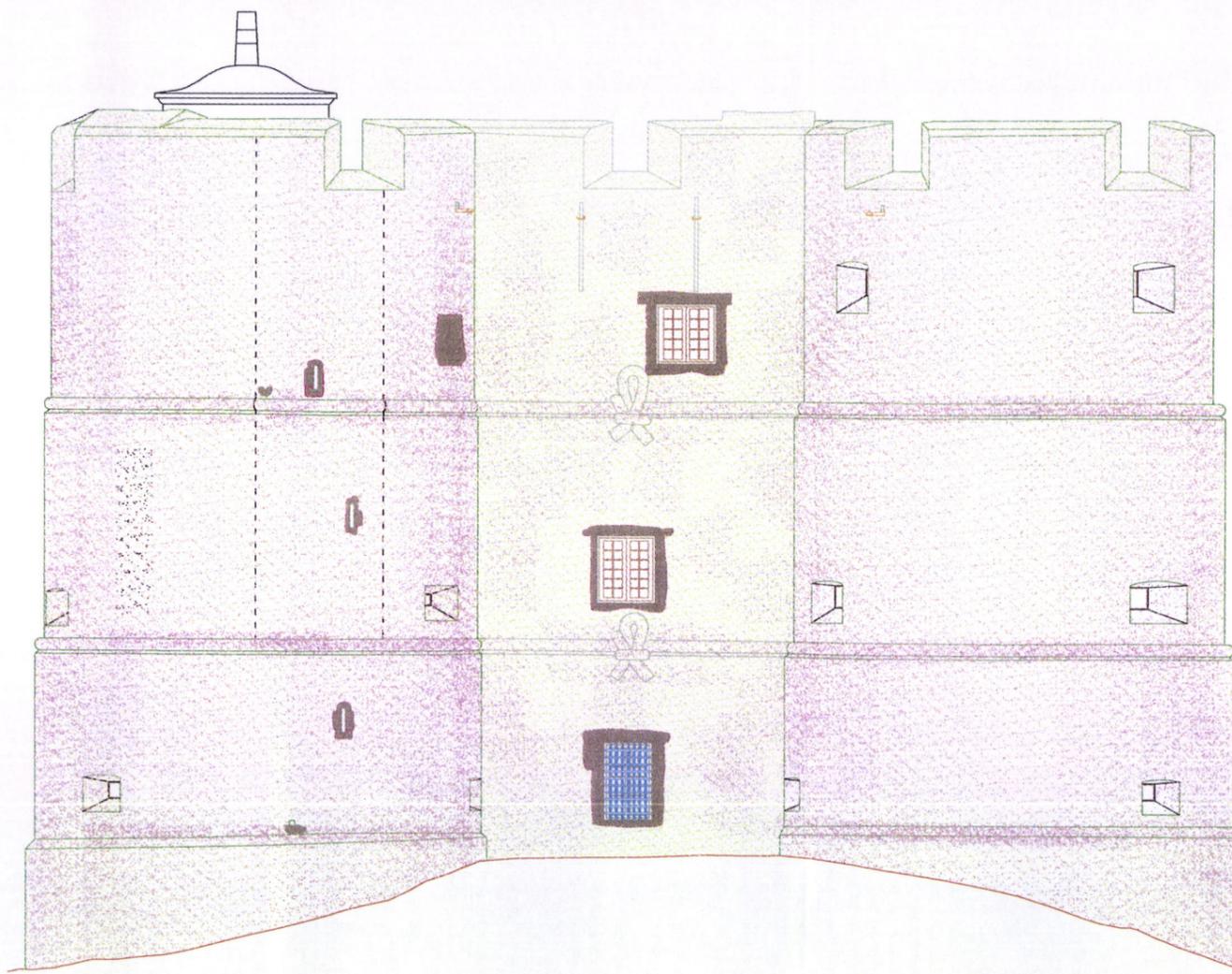
ALÇADO SUL-ESTE

ABRIL 2002 E:1/150

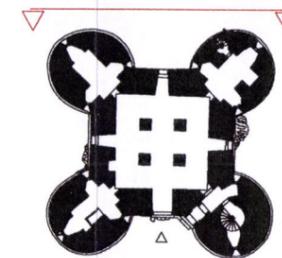


© 2002 Levantamentos





476m

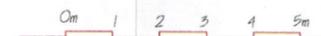


LEVANTAMENTO ARQUITECTÓNICO
 CASTELO DE ÉVORAMONTE

DESENHO: Nº: 17

ALÇADO SUL-OESTE

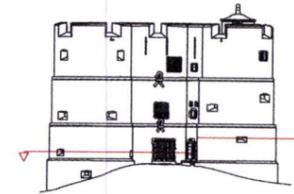
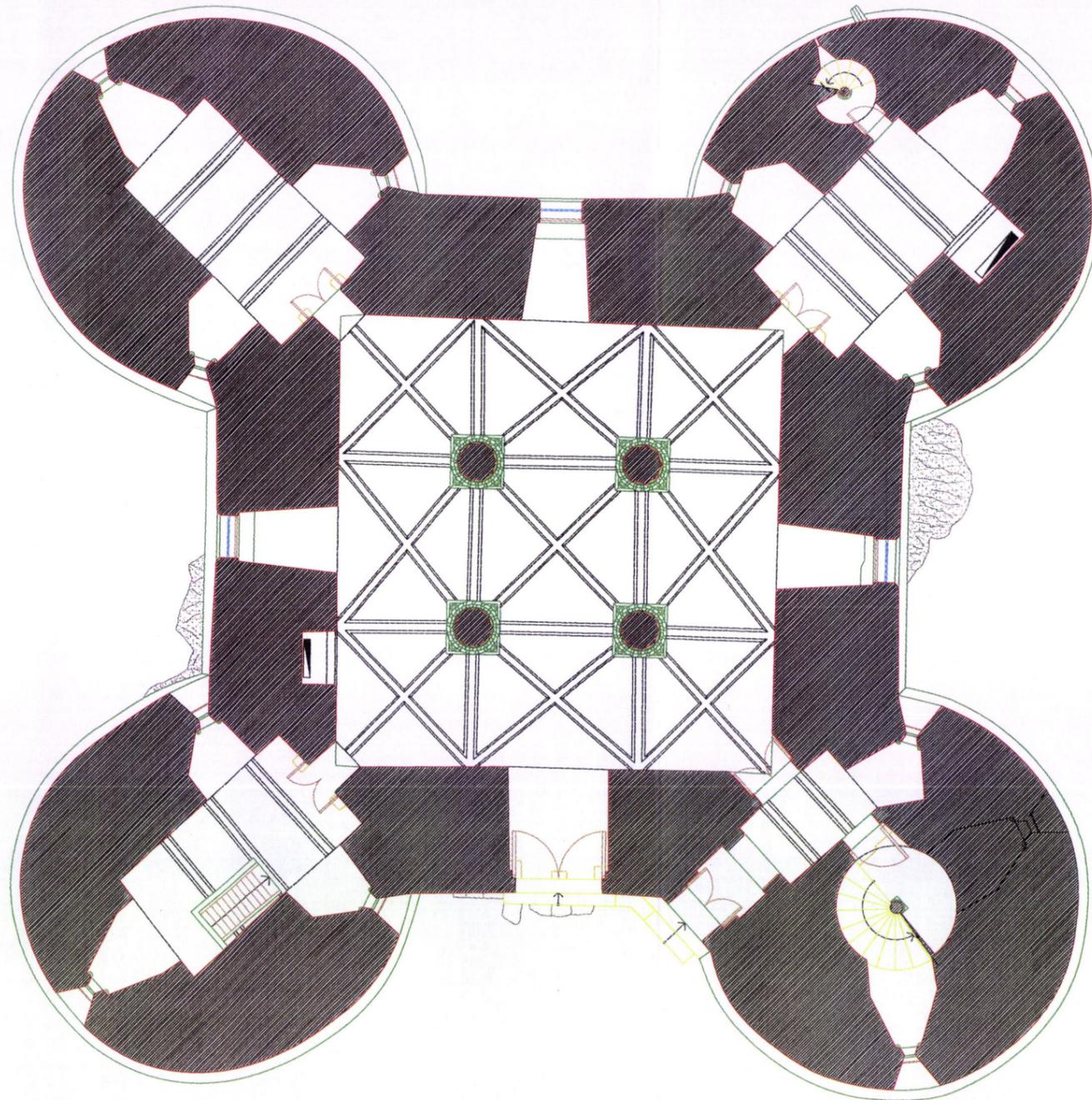
ABRIL 2002 E.1/150



© Levantamentos e IPAR







LEVANTAMENTO ARQUITECTÓNICO
CASTELO DE ÉVORAMONTE

DESENHO: Nº: 10

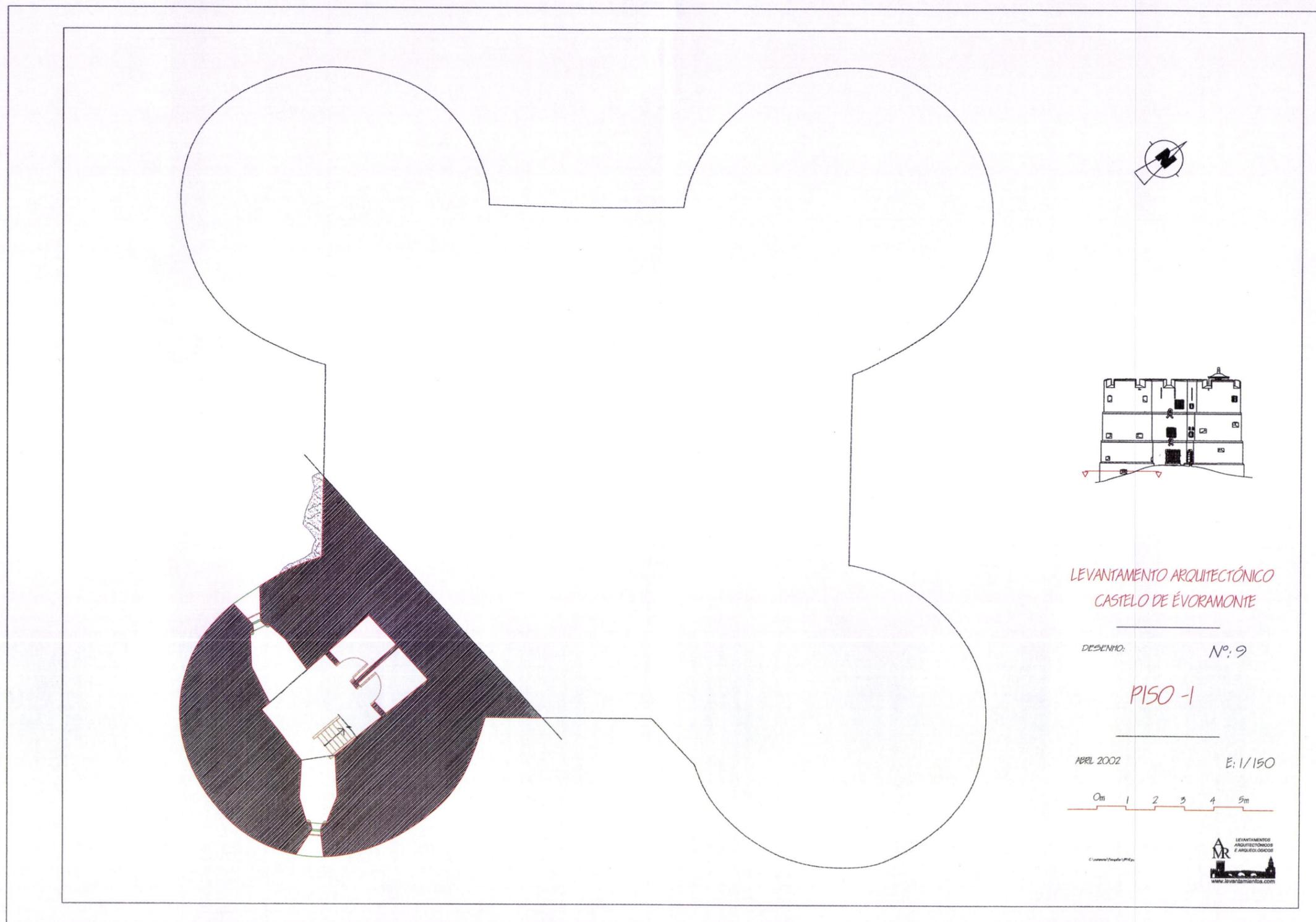
PISO TÉRREO

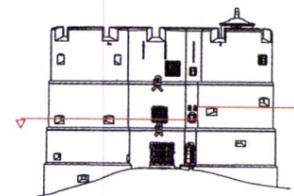
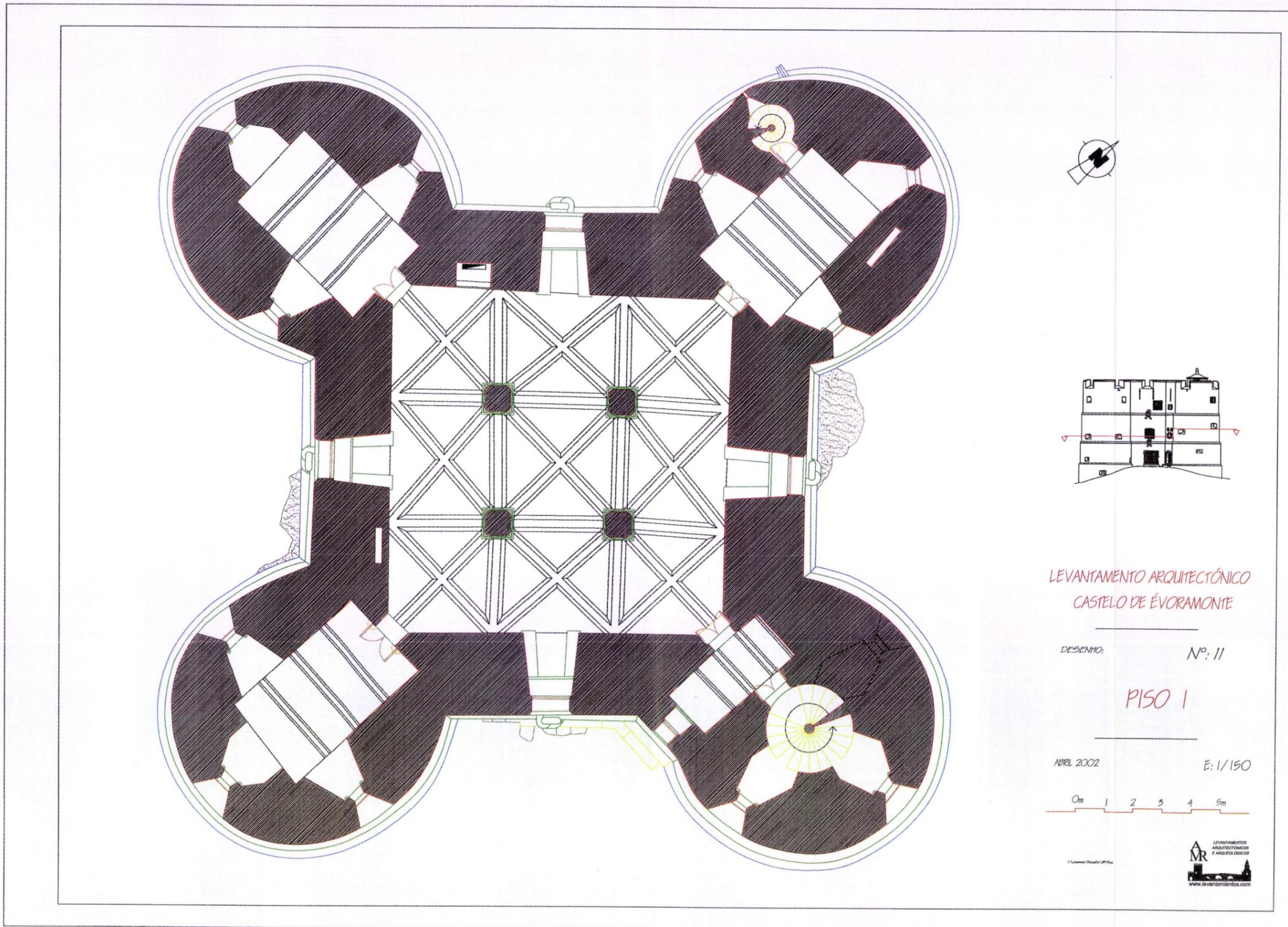
ABRIL 2002 E: 1/150



© Universidad de Sevilla - IPAR





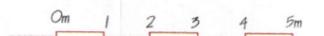


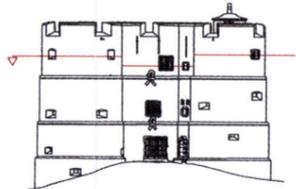
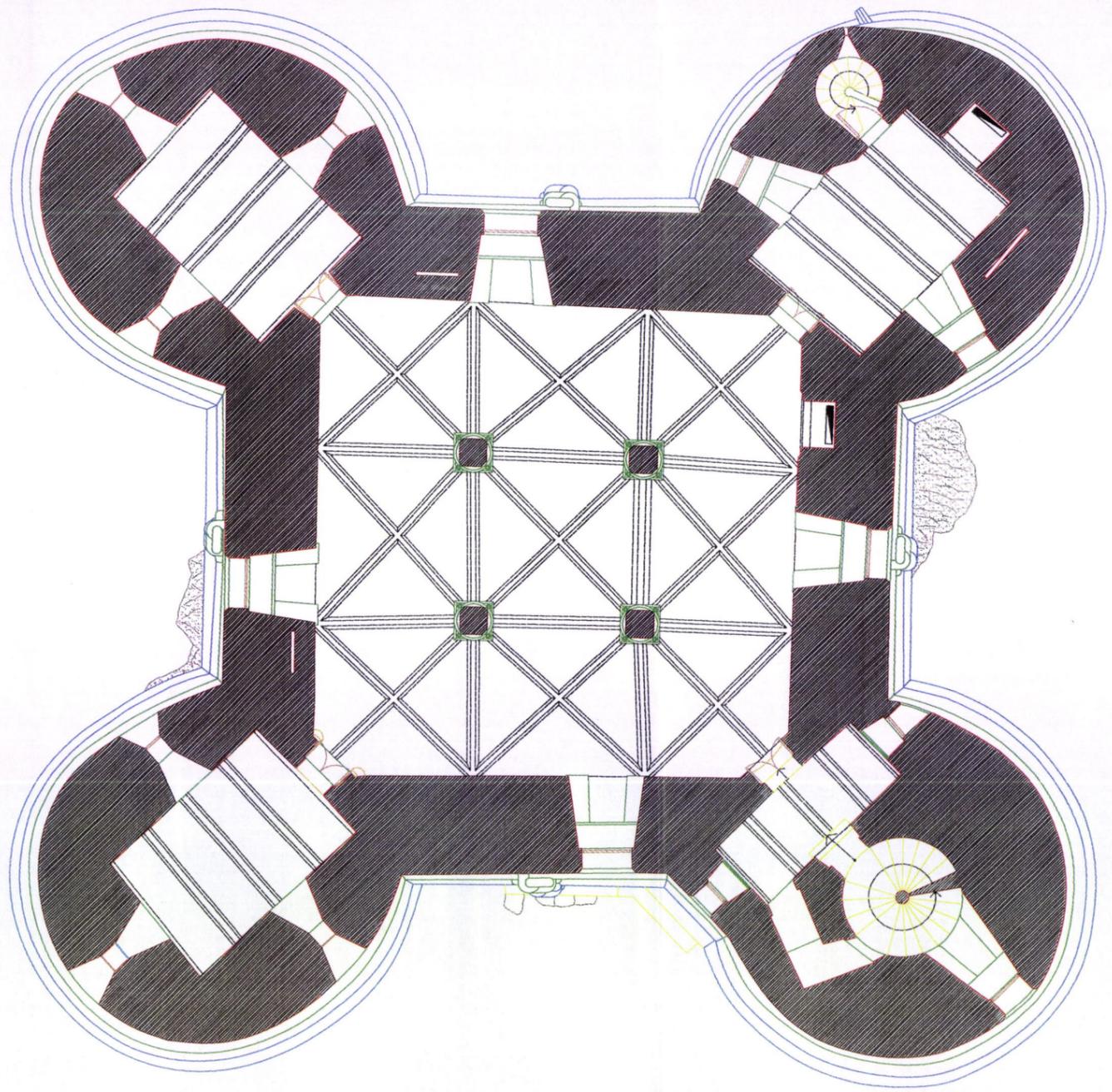
LEVANTAMENTO ARQUITECTÓNICO
CASTELO DE ÉVORA MONTE

DESENHO: Nº: 11

PISO 1

ABRIL 2002 E: 1/150





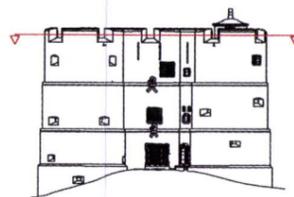
LEVANTAMENTO ARQUITECTÓNICO
CASTELO DE ÉVORAMONTE

DESENHO: Nº: 12

PISO 2

ABRIL 2002 E: 1/150



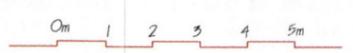


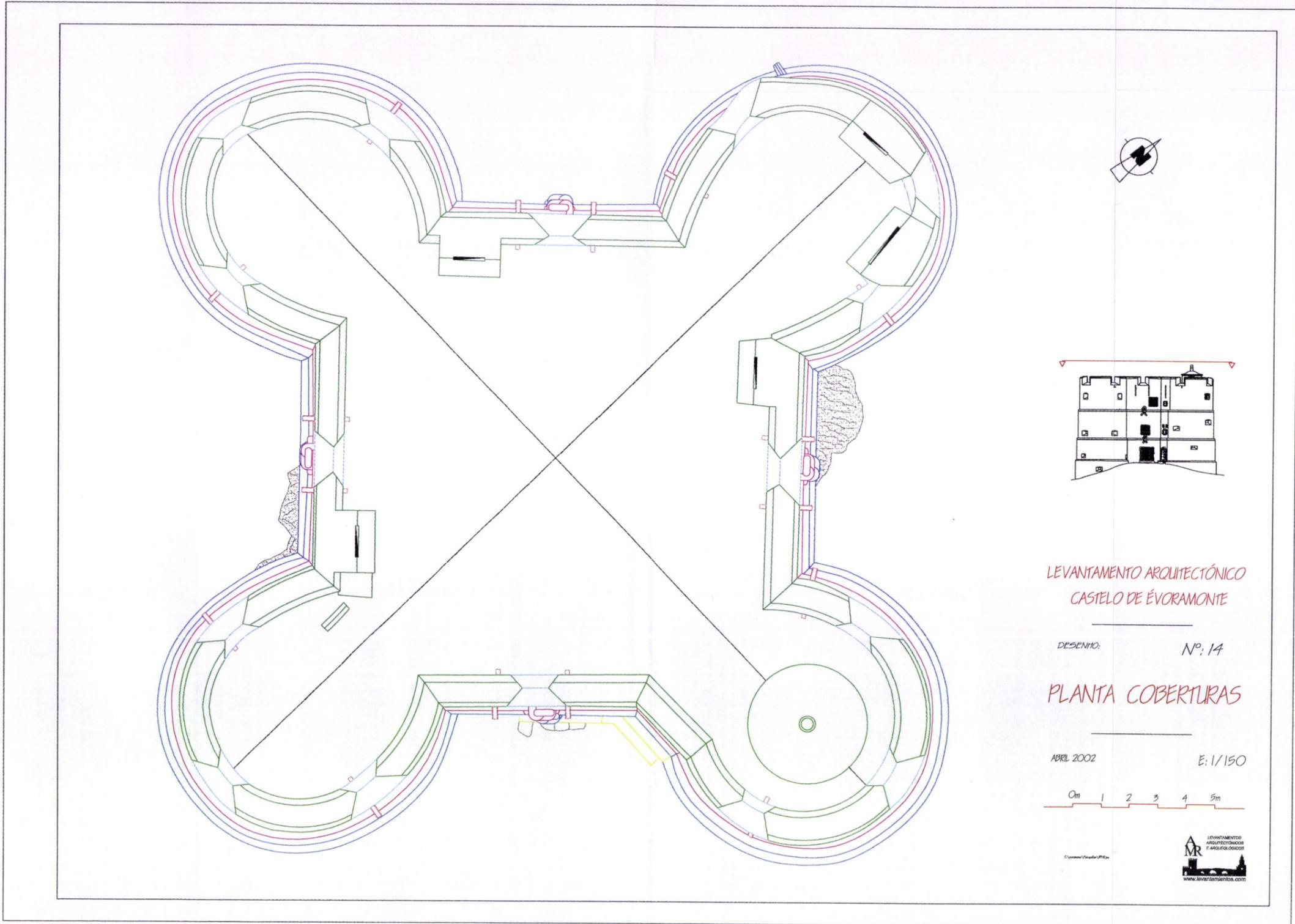
LEVANTAMENTO ARQUITECTÓNICO
CASTELO DE ÉVORAMONTE

DESENHO: Nº. 13

PISO DO TERRAÇO

ABRIL 2002 E: 1/150



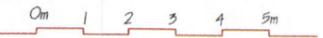


LEVANTAMENTO ARQUITECTÓNICO
 CASTELO DE ÉVORAMONTE

DESENHO: Nº: 14

PLANTA COBERTURAS

ABRIL 2002 E: 1/150





- LEGENDA:
- bom
 - regular
 - mau
 - ruina

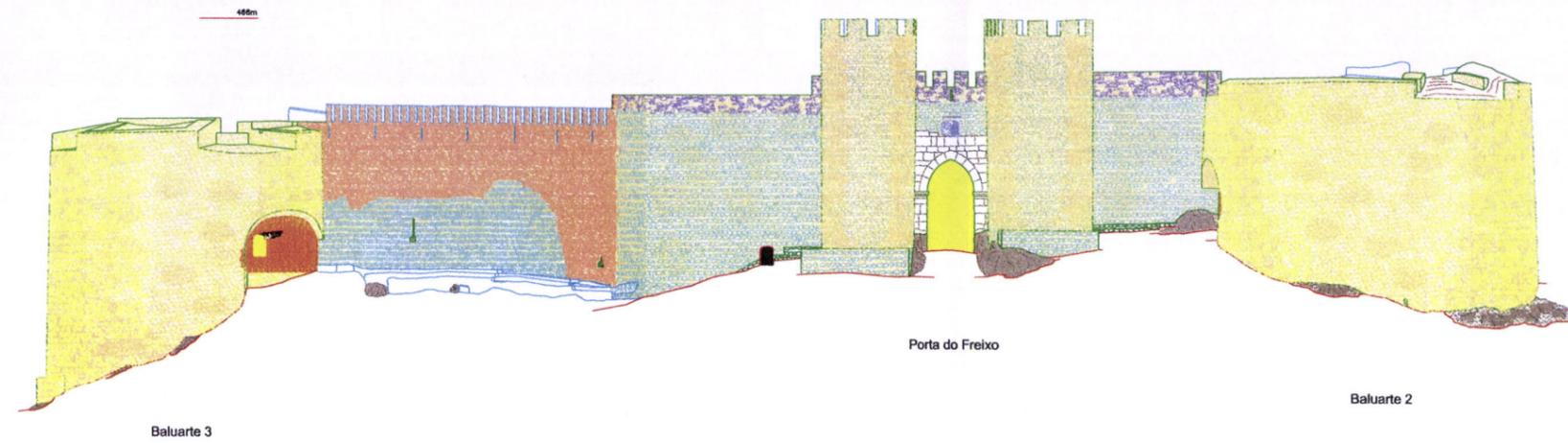
ARQUITECTOS DO "MENINO JESUS"
 PAGEM - Plano de Acção de Evoramonte
 Rua do Menino Jesus, 11 - A Évora tel 066 706582

RESP JOSÉ GARRETT, arquitecto	Nº TRABº 011P 7/99	DATA 15 Agosto 1999	Escala	4
-------------------------------	--------------------	---------------------	--------	---

CÂMARA MUNICIPAL DE ESTREMOZ
 PLANO DE ACÇÃO DE EVORAMONTE - Aldeias e Vilas Históricas
 PLANTA DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO - existente

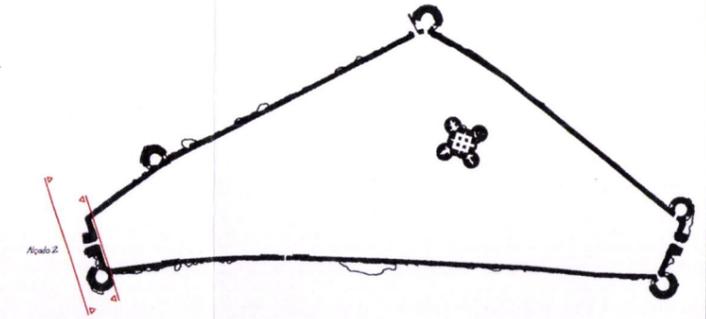
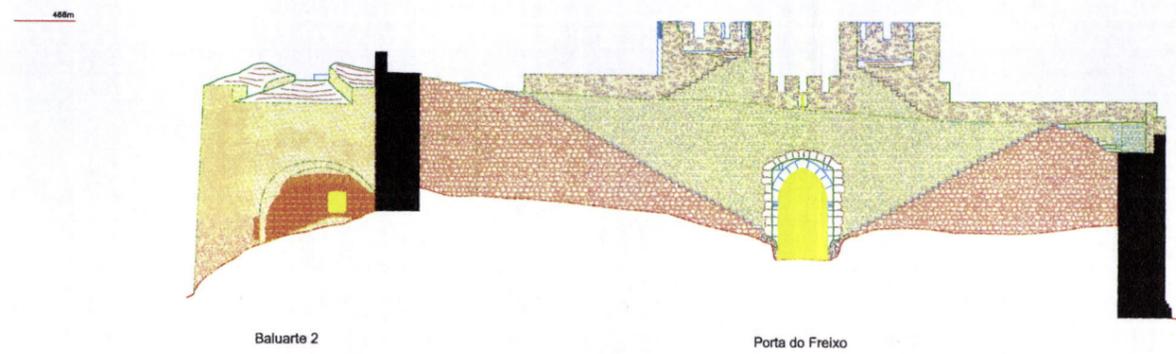
PROJECTO

Exterior



- Tipo1
- Tipo2
- Tipo3
- Tipo4
- Tipo5

Interior

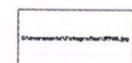


LEVANTAMENTO ARQUITECTÓNICO
CASTELO DE EVORAMONTE

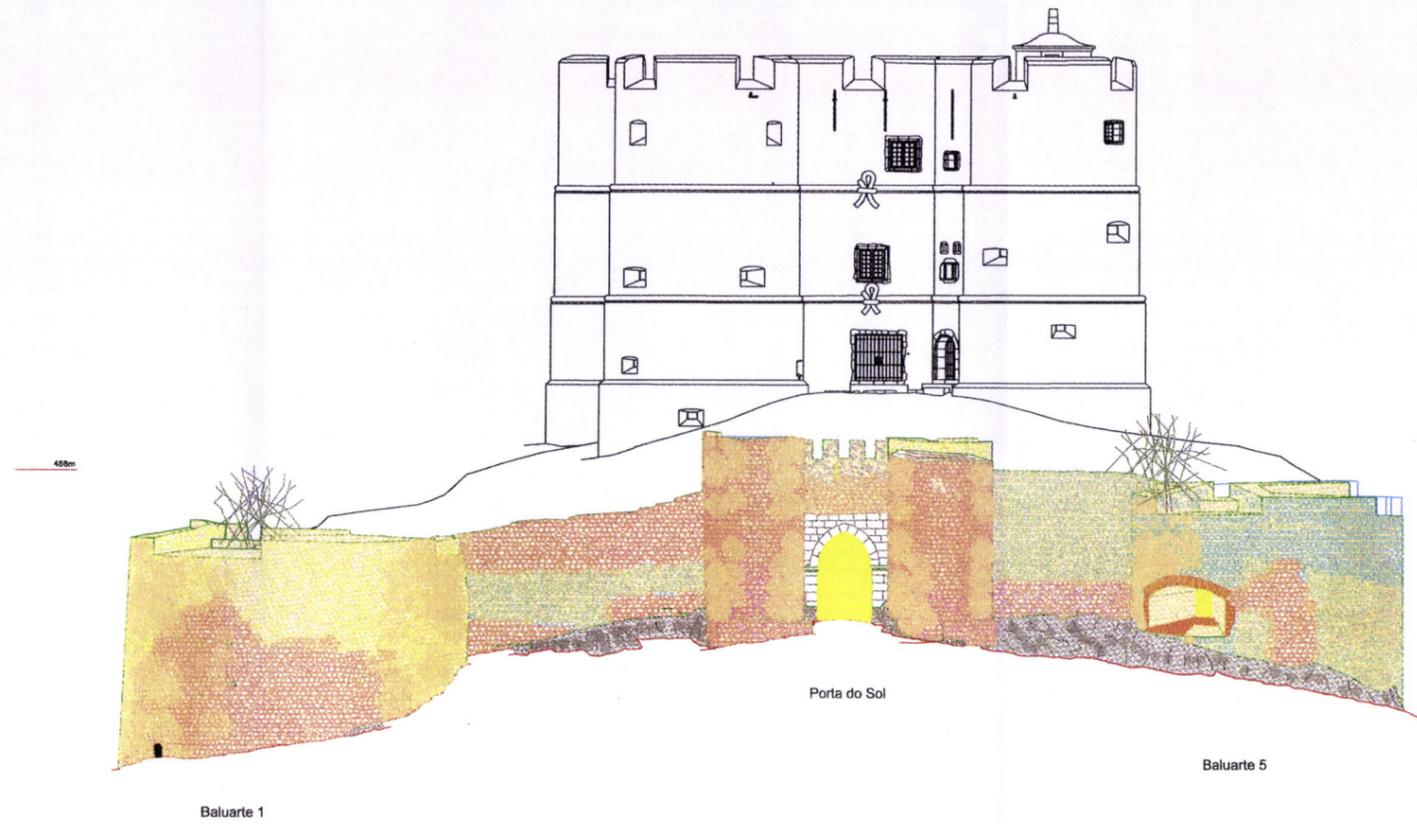
DESENHO Nº: 5

ALÇADO 2

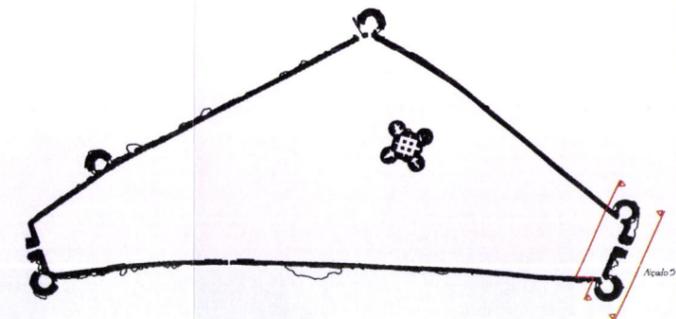
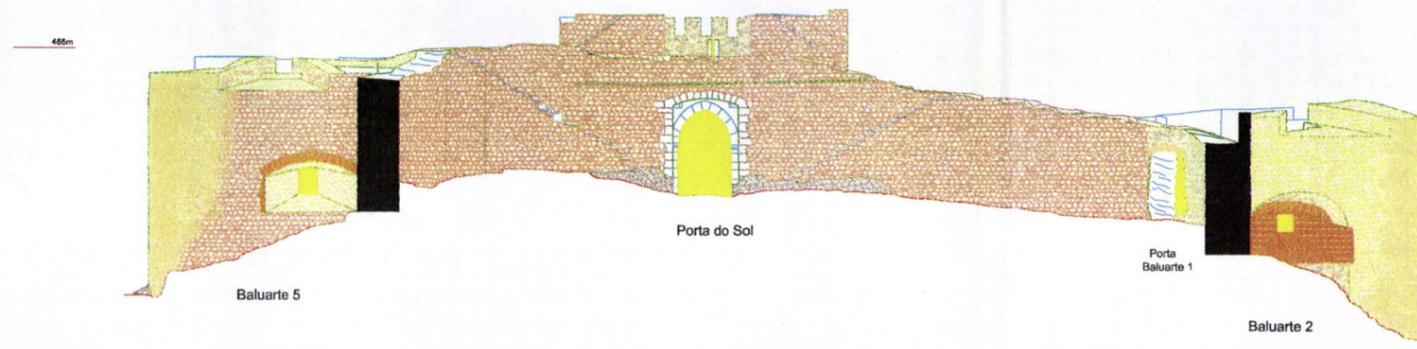
JULHO 2002 E: 350



Exterior



Interior



- Tipo1
- Tipo2
- Tipo3
- Tipo4
- Tipo5

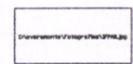
LEVANTAMENTO ARQUITECTÓNICO
CASTELO DE EVORAMONTE

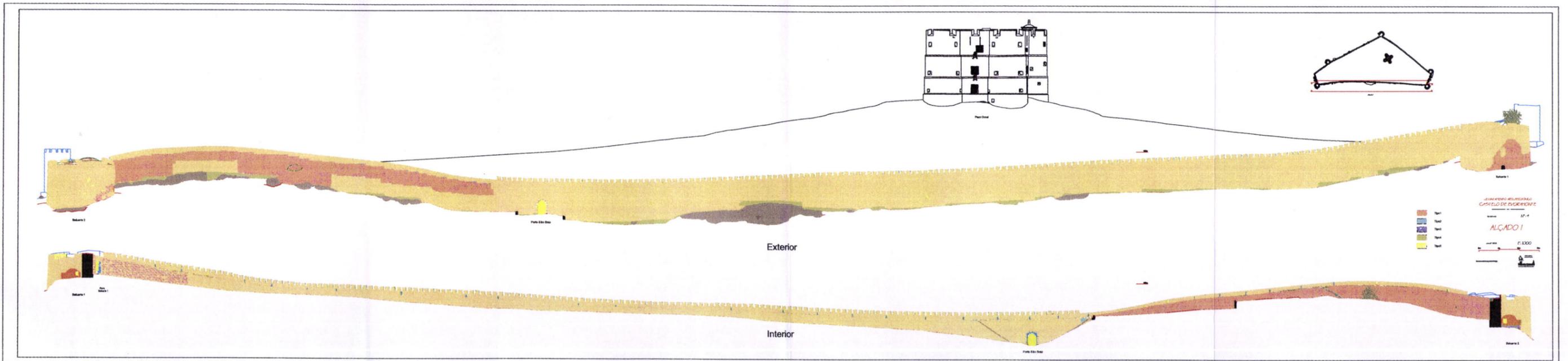
DESENHO: Nº: 8

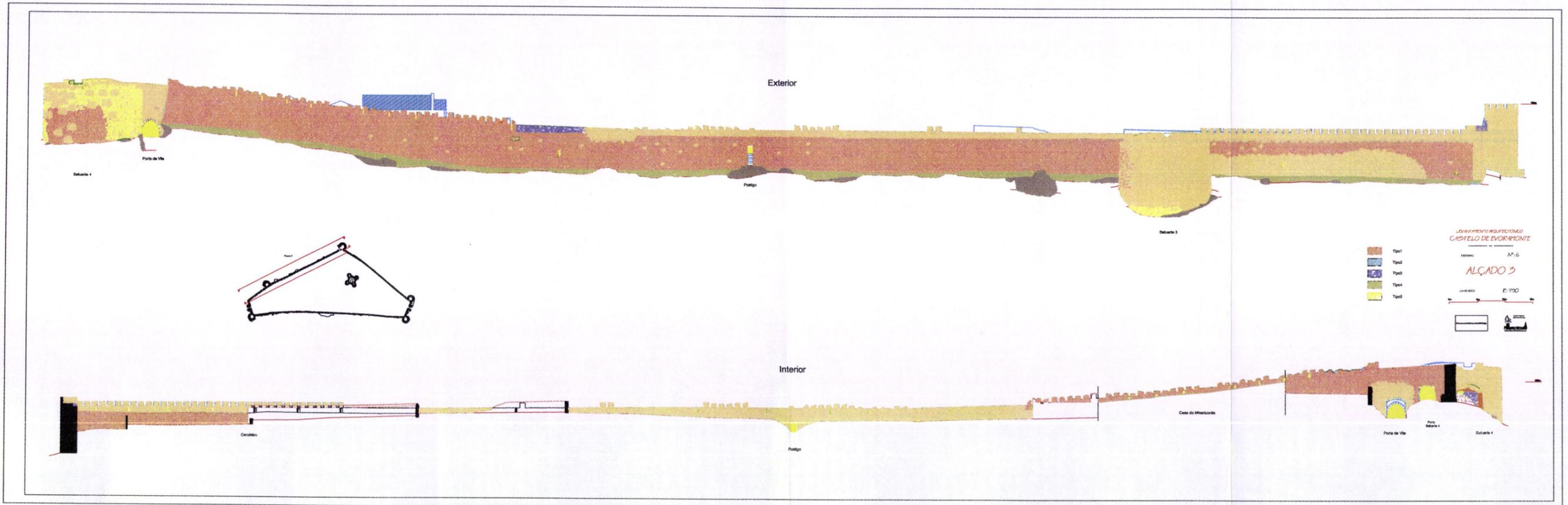
ALÇADO 5

JULHO 2002 E: 350

0m 5m 10m 15m









LEVANTAMENTO ARQUITECTÓNICO
CASTELO DE EVORAMONTE

desenho Nº: 5
Planta Coberturas

Junho 2002 E: 1/100

Escala: 0/0/0



LEGENDA:

- edificado
- ruínas
- estacionamento

ARQUITECTOS DO "MENINO JESUS"
 PAGEM - Plano de Acção de Evoramonte
 Rua do Menino Jesus, 11 - A Évora - tel 066 706582

RESP JOSÉ GARRETT, arquitecto	Nº TRABO 011P 7/99	DATA 15 Agosto 1999	Escala	2
-------------------------------	--------------------	---------------------	--------	---

CÂMARA MUNICIPAL DE ESTREMOZ
 PLANO DE ACÇÃO DE EVORAMONTE - Aldeias e Vilas Históricas
 PLANTA DO EDIFICADO - existente

PROJECTO

LEGENDA:

- habitação
1 - Antiga "Casa da Vila"
- arrumos
- restauração
- equipamentos
2 - Lar
3 - Posto de Turismo (Antiga Câmara de Évoramonte)
4 - Igreja Matriz
5 - Igreja da Misericórdia
- sanitário público
- ruínas
- monumentos
- estacionamento



ARQUITECTOS DO "MENINO JESUS"
 PAGEM - Plano de Acção de Évoramonte
 Rua do Menino Jesus, 11 - A Évora - tel. 066 706582

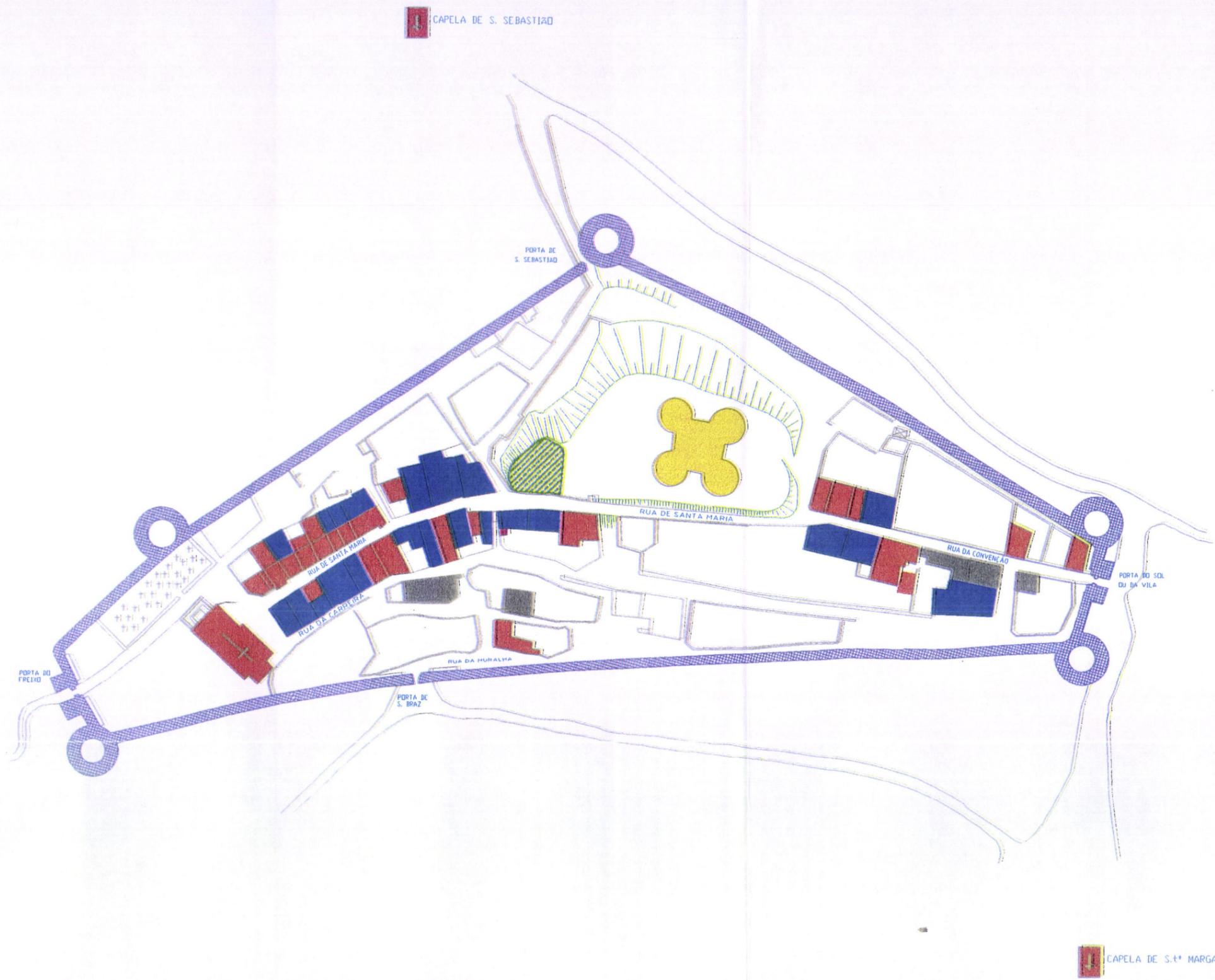
RESP. JOSÉ GARPETT, arquitecto Nº TRABº 011P 7/99 DATA 15 Agosto 1999 Escala 1:3

CÂMARA MUNICIPAL DE ESTREMOZ
 PLANO DE ACÇÃO DE EVORAMONTE - Aldeias e Vilas Históricas
 PLANTA FUNCIONAL - existente

FONTE: Câmara Municipal de Estremoz

LEGENDA:

- 1 piso
- 2 pisos
- 3 pisos
- ruina
- estacionamento



ARQUITECTOS DO "MENINO JESUS"
 PAGEM - Plano de Acção de Evoramonte
 Rua do Menino Jesus, 11 - Évora - tel 066 706582

RESP. JOSÉ GARRETT, arquitecto | Nº TRABº 011P 7/99 | DATA 15 Agosto 1999 | Escala 5

CÂMARA MUNICIPAL DE ESTREMOZ | PROJECTO
 PLANO DE ACÇÃO DE EVORAMONTE - Aldeias e Vilas Históricas
 PLANTA DE ALTIMETRIA - existente



LEGENDA FUNCIONAL

- 1 LARGO DO PELOURINHO
- 2 TRILHO INFORMAL
- 3 PRAÇA DA TORRE
- 4 LARGO DO CIMO
- 5 PRAÇA DO TERREIRO
- 6 ANFITEATRO-BANCADA
- 7 ESTADIA INFORMAL
- 8 ACESSOS INFORMAIS

	Pavimento em cubos de granito
	Pavimento em cubos de granito
	Arruamentos em cubo de granito
	Pavimento em lages de granito flamejado
	Grelha de enrelvamento
	Caminho em esteios de granito flamejado
	Muros em esteios de granito flamejado
	Muros em pedra seca
	Bancos em bloco de granito flamejado
	Ciprestes
	Oliveiras
	Maços arbustivos
	Área de Herbáceas
	Área de Prado
	Área de talude
	Limite de intervenção

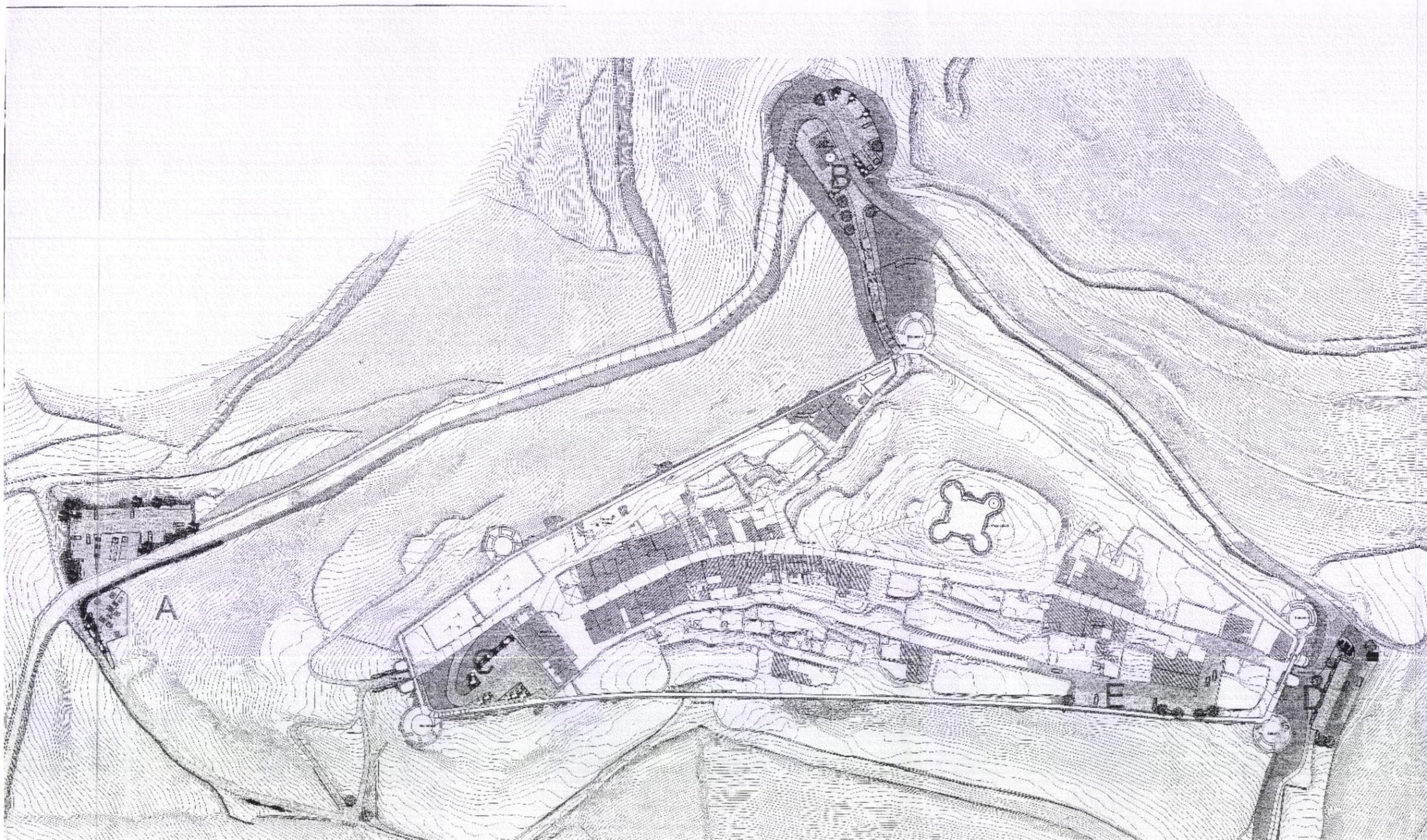
PROJECTO DE RECUPERAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PAISAGÍSTICA DA ENVOLVENTE À TORRE/PAÇO DE ÉVORAMONTE

Plano Geral

Esc. 1/200 Março 2003

Estudos e Projectos de Arquitectura Paisagista - Cta. do Lameiro 2775 Cercavejos





- A PARQUE DE ALPEDRICHES E CAMINHO DE ACESSO À PORTA DO FREIXO - Des. n.º 2a,2b e 3
- B PARQUE DE SÃO SEBASTIÃO E CAMINHO DE ACESSO À PORTA DE S. SEBASTIÃO- Des. n.º 4 e 5
- C PARQUE DO FREIXO - Des.nº 7
- D PARQUE DE STA MARGARIDA E SOL - Des.nº 6
- E PARQUE DA RUA DA CARREIRA - Des.n.º 8

REVISÃO / DEGRADAÇÃO	DATA	APROVAÇÃO
PROJECTISTAS:	REQUERENTE:	
	JUNTA DE FREGUESIA DE EVORAMONTE (SANTA MARIA)	
	LOCAL: TIPOLOGIA	SOTECHÉ
	Descrição do Trânsito e Estacionamentos no Centro Histórico de Evoramonte	
	DESIGNAÇÃO	PLANTA GERAL
<small> Tel: 216 318360 / 2275 0214 600 Fax: 226 324 404 Email: proengel@proengel.pt Avenida R.ª da República, 111 - 1.º Andar - 4700-003 Evoramonte </small>	PROJEÇÃO: M.P.A.L. 45º	ESCALA: Nº
FASE:	LOCAL: M.P.A.L.	1 / 2 000 01
ESTUDO PREVIÓ	VERIFICOU: M.P.A.L. C.A.D.	DATA: Maio 2014
	APROVOU:	ARQUIVO: 4903

FONTE: Câmara Municipal de Estremoz